



aldeia
SELO EDITORIAL ICH/UFJF

Fátima Caropreso

FREUD E A
NATUREZA DO
PSÍQUICO:
**INCONSCIENTE E
CONSCIÊNCIA NA
METAPSICOLOGIA**


EDITORA
U F J F

FREUD E A NATUREZA DO PSÍQUICO: INCONSCIENTE E CONSCIÊNCIA NA METAPSICOLOGIA

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023

©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**

Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva



Diretor da Editora UFJF

Ricardo Bezerra Cavalcante

Conselho Editorial do Selo Aldeia - ICH UFJF

André Muskopf

César Agenor da Silva

Clarice Cassab

João Dulci

Lelio Moura Lourenço

Maria Leonor Botelho

Rodrigo Christofolletti

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Paolo Malorgio Studio

Caropreso, Fátima

Freud e a natureza do psíquico: inconsciente e consciência na
metapsicologia / Fátima Caropreso . – Juiz de Fora, MG: Editora
UFJF, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,8mb)

ISBN: 978-65-89512-81-3

Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Metapsicologia. 3. Inconsciente.
4. Representação (Psicanálise). I. Caropreso, Fátima. II. Título.

CDU 159.964.2

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n -

São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900

Telefone (32) 2102-3586

editora@ufjf.br / distribuicao.editora@ufjf.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



Para os amores da minha vida: Richard, Tito e Otto.

Sumário

PREFÁCIO	6
<i>Luiz R. Monzani</i>	
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
INCONSCIENTE E REPRESENTAÇÃO NAS ORIGENS DA METAPSICOLOGIA FREUDIANA	14
1.1. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO EM “SOBRE A CONCEPÇÃO DAS AFASIAS”	15
1.2. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO INCONSCIENTE NOS TEXTOS FREUDIANOS DE 1891 A 1895	38
1.3. A EXPANSÃO DO CONCEITO DE PSÍQUICO NO “PROJETO DE UMA PSICOLOGIA”	44
1.4. CONCLUSÃO	67
CAPÍTULO II - O APARELHO PSÍQUICO: REPRESENTAÇÃO E CONSCIÊNCIA NA PRIMEIRA TÓPICA FREUDIANA	69
2.1. O ESQUEMA DA CARTA 52	71
2.2. O CAPÍTULO 7 DE “A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS”	75
2.3. CONCLUSÃO	103
CAPÍTULO III - PULSÃO, AFETO E REPRESENTAÇÃO NOS ARTIGOS METAPSICOLÓGICOS	108
3.1. A RELAÇÃO ENTRE O PSÍQUICO INCONSCIENTE E OS PROCESSOS NERVOSOS NOS ARTIGOS METAPSICOLÓGICOS	109
3.2. O APARELHO PSÍQUICO	113
3.3. A RELAÇÃO ENTRE A PULSÃO E A REPRESENTAÇÃO	124
3.4. A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS PRCC E ICC	131
3.5. AS PROPRIEDADES DISTINTIVAS DO PRCC E DO ICC	133
3.6. REPRESENTAÇÃO E CONSCIÊNCIA NOS ARTIGOS METAPSICOLÓGICOS	137
3.7. CONCLUSÃO	143
CAPÍTULO IV - O APARELHO PSÍQUICO E TEORIA PULSIONAL NA SEGUNDA TÓPICA FREUDIANA	147
4.1. A REVISÃO DA TEORIA DAS PULSÕES EM “ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER”	148
4.2. A EXPANSÃO DO CONCEITO DE INCONSCIENTE EM “O EU E O ISSO”	178
4.3. O “ESBOÇO DE PSICANÁLISE”	199
4.4. CONCLUSÃO	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
REFERÊNCIAS	231

PREFÁCIO

O livro que o leitor tem em mãos – de Fátima Caropreso – intitulado *Freud e a Natureza do Psíquico*, pode ser considerado, sob vários ângulos, como uma esmerada tese – tese no sentido forte que os medievais davam a esse termo.

Ao longo das proposições que apresenta, vislumbra-se um fio condutor: a metapsicologia nada é – nem mais, nem menos – que uma neuropsicologia. Coisa rara, a autora não sobrevoa os textos; parte da *Concepção das afasias*, passando pelo *Projeto, A Interpretação dos Sonhos*, os artigos da *Metapsicologia e Além do Princípio do Prazer*, para culminar com o *Esboço de Psicanálise*. Isso para apenas citar os mais importantes textos de Freud.

O que temos é uma análise aprofundada. Uma verdadeira análise de textos. À exceção dos artigos que versam sobre a concepção freudiana da cultura, que estão em estrita dependência da Metapsicologia, e do uso – razoavelmente discreto – das cinco psicanálises, nada escapa ao seu crivo.

Quantas e quantas vezes nós encontramos, sob diversos autores, que o corte se dá na *Interpretação dos Sonhos* porque, no capítulo VII, item B, Freud diz, pura e simplesmente, que “desprezará inteiramente o fato de que o mecanismo mental (...) é também conhecido sob sua forma de preparação anatômica e evitarei cuidadosamente a tentação de determinar a localização psíquica por qualquer aparato anatômico. Permanecerei no terreno psicológico” (DIE TRAUMDEUNTUNG et al., 541; AE, V, 529, SE, V, 572).

Quantas e quantas páginas decorreram dessa pretensa tese para daí inferir que há, grosso modo, uma troca do Freud neurologista do *Projeto*, para um Freud que permanecia no campo psíquico da *Interpretação dos sonhos*. A partir daí só o psicológico teria direito à cidadania.

Esquece-se que, ao mesmo tempo em que dizia isso, Freud também falava – e várias vezes – em “excitação, preenchimento, intensidade, força, aparelho reflexo etc”. Mas, digamos que tudo isso não passam de metáforas, na medida em que é mais fácil explicar o psíquico pelo físico. Certo, vamos admitir isso. Mas existe um outro conjunto de textos nos quais a metáfora é simplesmente inadmissível. Cito um exemplo.

Desta maneira postulo que (...), o segundo sistema tem êxito em manter a maior parte dos preenchimentos de energia num estado de quiescência (...). A mecânica desses processos me é desconhecida: quem quer que queira tomar essas ideias a sério, teria que procurar analogias físicas para elas e descobrir um meio de representar os movimentos que acompanham as excitações dos neurônios (p. 601).

É certo; qualquer conclusão positiva tem que se apoiar em outros textos. Mas, uma conclusão começa a emergir: o fato de que, pura e simplesmente, a natureza do fato em questão é posta entre parênteses (e, portanto, seu substrato anatômico).

Freud recusa envolver-se na querela milenar sobre a natureza do psíquico. Notar isso é mais importante do que discutir se Freud acreditava ou não quando escrevia essas linhas, que eu transcrevi em primeiro lugar, sobre a natureza do psíquico. Enfim, confundiu-se uma regra de cautela metodológica, que muitos supuseram versar sobre a natureza do psíquico, com uma declaração de princípios.

Tudo indica que Freud não quis postular categoricamente uma tese sobre a natureza do psíquico. Nada mais. Ao contrário, o livre trânsito que vemos na *Interpretação dos Sonhos* leva muito mais a crer que, repito, sobre a natureza do psíquico pairavam dúvidas em sua cabeça, ou que, pelo menos, ele não queria indicá-las.

E é por isso que na afirmação da seção B – “permanecerei no terreno psicológico”, nada impede afirmar, por princípio, que Freud estivesse convencido de que há um “substrato neuronal” para o conjunto de elementos psíquicos. Mas repito o que falei anteriormente: a partir de um texto só é difícil se sustentar alguma tese.

De qualquer maneira, a *Interpretação dos Sonhos* é, digamos assim, de um vai-e-vem que chega a ser irritante. De todo modo, com relação a esse – como aos outros demais textos – só se tem que elogiar Fátima Caropreso por sua leitura, pois é coisa extremamente rara um autor não picotar seu objeto de estudo. O propósito da autora é tratar de todo o projeto metapsicológico freudiano, já que seu objeto é a *Metapsicologia*. Nesse ponto tão espinhoso só podemos elogiá-la por ter feito leituras tão densas, num tema tão árduo.

Por mais que se elogie, por ex., P. Ricoeur, ele assume ora uma energética sem hermenêutica (*Projeto*), ora assume uma energética com hermenêutica (*Metapsicologia*), ora assume pura e simplesmente uma hermenêutica – caso das grandes psicanálises. Isso para citar um exemplo. Outro exemplo, o mais gritante, é o de G. Politzer, quando este assume pura e simplesmente que a Metapsicologia deveria ser deixada de lado – em nome de uma psicologia concreta.

Na verdade, Freud tocou um ponto essencial: o inconsciente. E isso incomoda profundamente. Desde a *DaseyAnálise*, passando pela psicanálise existencial, pela Hermenêutica, pela psicologia concreta, isso é inadmissível. Restava então fazer o que se fez: recortar os textos para provar o que Freud realmente teria dito, isto é, o inconsciente é má-fé, o inconsciente não existiria, e assim por diante.

Fátima Caropreso tem como mérito respeitar os escritos. Já discutimos a *Interpretação dos Sonhos*. Passemos agora aos artigos da *Metapsicologia*. A mesma coisa se dá. Lidos com atenção, nada mais estranho do que considerá-

los como uma mera psicologia. Mais uma vez, entre muitas outras passagens, basta ler atentamente no artigo *Pulsões e Destinos das Pulsões*, de Freud: “As pulsões e não os estímulos externos são os genuínos motores dos progressos que têm levado o sistema nervoso (cuja profundidade é infinita) ao seu atual nível de desenvolvimento”.

Ou então, no texto sobre *O inconsciente*: “Creio que esta distinção continua sendo até hoje nosso entendimento mais profundo sobre a essência da energia nervosa”. Estou seguindo aqui, a passos muito largos, o que é demonstrado em detalhes pela autora porque não quero tirar do leitor o prazer da descoberta deste trabalho e, segundo, porque, dada a limitação de um prefácio, não posso me estender sobre a riqueza das análises por ela feitas. Basta-me aqui pontuá-la.

De qualquer maneira, uma coisa se depreende já destas linhas: Freud (formado em medicina, discípulo de Brücke e influenciado por Fechner) não podia facilmente abandonar a fisiologia. Entenda-se bem: por ser um neurólogo, por ser um psico-neurólogo, não podia deixar o psíquico sem as bases neuronais. Isso lança luz sobre o caso. Freud sabia que o psíquico não paira no ar. Há um substrato neurológico a partir do qual tudo se levanta. O que Freud desconhecia é a natureza do imbricamento. Daí a famosa frase dele: “Permanecerei no terreno psicológico”.

A partir daí, com *Além do princípio do prazer*, Freud mergulha diretamente na biologia e, portanto, o mergulho nas hipóteses neuropsíquicas era inevitável. Biologia fantástica, como muitos autores querem. Pouco importa. O fato é que muitas das teses do *Projeto*, que acabam por vir à tona com seu ‘aparelho anímico’, agora são exatamente postas às claras, segundo Fátima Caropreso. E é exatamente isso que põe um problema inverso: se com *Além do Princípio do Prazer* Freud retoma basicamente sua tese inicial, então porque um longo *desvio* que, segundo alguns autores, significou uma verdadeira virada? Por que, mediante de um longo percurso, Freud retoma as hipóteses iniciais? Isso, talvez, possa ser entendido assim.

No *Projeto*, há uma pura base psico-neuronal; a partir daí, sobretudo no Cap. VII da *Interpretação dos Sonhos* e nos artigos de *Metapsicologia*, ele parece hesitar, no sentido em que o orgânico e o psíquico pareciam a ele que não se podiam deduzir, nem inferir – daí sua famosa frase – para depois, em *Além do princípio do prazer*, ser afirmado outra vez, só que agora tendo consciência clara de que isso não passava de mera especulação. Diferença de tom, mas não de conteúdo.

De todo modo, a hesitação de Freud não parece ser, de maneira alguma, em aplicar uma tese. Há uma grande diferença. E essa diferença muitos ignoraram.

M. Robert – em *A revolução psicanalítica* – assusta-se com a semelhança entre *Além do Princípio do Prazer* e o período em que escrevia o *Projeto*. Mas, mais assustador é o fato de Freud nunca haver deixado de lado as ideias do *Projeto*. Por um certo período, não entrou a fundo na natureza do psíquico. Mas, a partir de *Além do Princípio do Prazer*, as cartas estão lançadas. No *Esboço*

de Psicanálise – texto que deve ser usado com muita precaução, porque é um texto inacabado e não publicado pelo próprio Freud – ele não hesita em dizer: “a energia psíquica ou nervosa”. E chega a propor o “uso de substâncias químicas nas quantidades de energia”.

Isso significa dizer que a interpretação da autora neste livro é a verdade sobre Freud, que o trabalho interpretativo é verdadeiro? No domínio das Ciências Humanas e da Filosofia, isso é praticamente impossível. A interpretação de Fátima Caropreso tem o mérito de respeitar, como já dissemos, os escritos. Respeito ao texto, fidelidade é a “*conditio sine qua non*” para que haja uma interpretação. Mas, essa não é uma garantia absoluta. Tome-se, como exemplo, o *Descartes*, de M. Guérroult. Não conheço alguém que tenha se aproximado tanto do autor em questão como ele. Entretanto, é patente após se ler e reler o seu texto, que há um certo “halo” de kantismo planando sobre toda a obra, ou pelo menos parte dela. Nem por isso, sua leitura de Descartes deixa de ser a mais fiel possível. De maneira alguma, Guérroult traiu o seu objeto de estudo. Apenas certos operadores do Kantismo funcionaram bem para a sua leitura de Descartes. De todo modo, ele ilumina a obra de Descartes mais do que qualquer outro comentador.

A mesma coisa, *mutatis mutandis*, é oferecida por Fátima Caropreso quando diz que, em essência, Freud é neuropsicólogo. E apresenta isso com rara coerência. De cabo a rabo, todos os textos importantes de Freud são analisados e, sem grandes artifícios, é revelado aquilo que não se quer ver: Freud foi, antes e acima de tudo, um neurólogo.

Espero que esse breve prefácio incite o leitor a ler um dos livros que eu considero mais fascinantes das últimas décadas.

Luiz R. Monzani
Vila Santo Antonio, no inverno de 2009

INTRODUÇÃO

A metapsicologia freudiana foi, durante muito tempo, colocada sob suspeita por toda uma tradição de leitura de Freud que tendeu sistematicamente a cindir o campo psicanalítico em duas dimensões mais ou menos inconciliáveis, correspondendo cada uma aos domínios da interpretação e do método, por um lado, e ao da *metapsicologia*, por outro. A isso se acrescentou uma valorização diferenciada de cada um dos lados, de acordo com a orientação teórica dos autores. Assim, Politzer (1928) saudava a técnica psicanalítica como a precursora direta – e, na verdade, já a realizadora parcial – da *psicologia concreta* que ele buscava fundar, ao mesmo tempo em que acusava a metapsicologia de retornar às abstrações da psicologia do século 19, razão, portanto, para recusá-la em nome dos mesmos critérios que levaram ao elogio da técnica. Nessa mesma linha de argumentação, Dalbiez (1947) separava o *método*, que seria uma conquista definitiva da psicanálise em geral, da *doutrina* – ou seja, a metapsicologia –, a qual era remetida às preferências filosóficas e científicas de Freud e se não repudiada mais ou menos nos mesmos termos empregados inicialmente por Politzer, ao menos relativizada em sua importância, ao ser vinculado exclusivamente à contingência das posições pessoais de Freud. Ricoeur (1965), prosseguindo na linha de raciocínio proposta por Dalbiez, empreende a mais ampla tentativa de compreender a psicanálise a partir de uma dicotomia desse tipo, agora distinguindo entre um *ponto de vista energético*, atrelado à explicação metapsicológica, e um *ponto de vista hermenêutico*, relacionado com a interpretação. Do lado das leituras mais científicas da psicanálise, encontramos, com frequência, esse mesmo consenso sobre a dupla natureza do conhecimento psicanalítico, com a diferença de que a técnica e a interpretação são então valorizadas como métodos objetivos, que permitem a efetuação de descobertas empíricas (válidas ou não), enquanto que a metapsicologia é remetida apenas às tendências especulativas de Freud e identificada ao resíduo metafísico que a ciência tem que aprender a deixar para trás (GRÜNBAUM, 1984). O que se desprende dessas observações é uma recusa mais ou menos generalizada da metapsicologia, entendida como devaneio metafísico e especulativo pelas leituras científicas e como resquício cientificista e naturalista pelas leituras humanistas.

Uma reversão desse quadro começa a ocorrer quando diversos pesquisadores oriundos do campo das pesquisas neurocientíficas, na trilha aberta pelo trabalho pioneiro de Pribram e Gill (1976) e de outros autores, passam a enfatizar a convergência entre os estudos empíricos atuais dos processos nervosos e as teses metapsicológicas freudianas, sugerindo que estas possam ser recuperadas e atualizadas nesse novo contexto. O retorno a um exame detalhado da metapsicologia

freudiana, em seus diversos aspectos, parece, assim, se justificar, entre outros motivos, como um trabalho que forneça elementos para a avaliação da possibilidade e do alcance desses estudos integrativos, pois as boas intenções nesse sentido nem sempre se fazem acompanhar de um conhecimento detalhado da teoria psicanalítica.

O texto *Sobre a concepção das afasias* (FREUD, 1891) pode ser considerado o passo inaugural da metapsicologia freudiana, devido, entre outras coisas, à reflexão ali presente sobre a natureza da representação (SIMANKE, 2006). A crítica empreendida por Freud às concepções neurológicas predominantes sobre as afasias e à teoria neurológica mais geral que as embasava acabou levando-o a redefinir o conceito de representação, noção absolutamente central para o que se tornaria depois a sua metapsicologia. Encontramos também, nesse texto, as origens da noção de “aparelho”, igualmente crucial para o *corpus* metapsicológico: Freud desenvolve aí o conceito de “aparelho de linguagem”, de cujos desenvolvimentos posteriores resultará, em 1900, a noção de “aparelho psíquico”. Contudo, embora seja possível encontrar, nessa monografia de 1891, uma primeira formulação dos conceitos freudianos de representação e de aparelho, não se faz presente ainda, nesse momento, a ideia de um inconsciente psíquico. Ao contrário, é notável a recusa explícita de Freud em reconhecer a possibilidade da existência de algo que seja ao mesmo tempo mental e inconsciente: a mente restringir-se-ia à consciência e, portanto, a ideia de uma representação inconsciente, se entendida literalmente, seria uma contradição em termos, tendo em vista o conjunto das hipóteses sustentadas por Freud nesse trabalho.

O primeiro lugar em que Freud desvincula explicitamente os conceitos de “mente” e de “consciência” é no *Projeto de uma psicologia* (FREUD, 1895/1950). Nos textos sobre as neuroses que se intercalam entre 1891 e 1895, podemos perceber que Freud já manifesta certa relutância em manter a identificação do mental ao consciente, mas ele não chega a descartá-la de fato, o que só acontece, de fato, no *Projeto...* Freud propõe aí que o psíquico seja independente da consciência e mais amplo do que esta, a qual deixa, então, de corresponder a tudo que é mental e passa a ser pensada como uma qualidade que pode vir ou não a se acrescentar a uma pequena parte dos processos psíquicos inconscientes. Para poder incorporar a noção de psíquico inconsciente em sua teoria, Freud passa a considerar, no *Projeto...*, que a representação não é mais, como havia sido pensado em 1891, o concomitante psíquico de um processo cortical associativo; a representação passa a corresponder ao próprio processo cortical quando sua organização própria faz surgirem características que admitam uma descrição psicológica.

Em 1895, Freud identifica claramente, portanto, o psíquico inconsciente a processos cerebrais e tenta inicialmente formular uma teoria sobre esses processos em termos neurológicos. Assim, a metapsicologia, nesse momento inicial do

pensamento freudiano, ainda se define explicitamente como uma neuropsicologia – uma teoria, por mais especulativa que seja, sobre como o mental surge a partir dos processos neurais. Sabemos que, nos textos metapsicológicos posteriores de Freud, essa referência explícita à neurologia desaparece. Mas será que isso quer necessariamente dizer que Freud deixou de lado sua concepção, expressa no *Projeto...*, de que os processos psíquicos inconscientes seriam processos cerebrais? Será que a metapsicologia, de início claramente uma neurologia, passou a ser uma pura psicologia porque a natureza do seu objeto de estudo passou a ser pensada de outra forma, isto é, porque Freud deixou de acreditar que os processos psíquicos inconscientes sejam, em última instância, processos nervosos? Percorreremos, na sequência, os textos metapsicológicos de Freud com o intuito de encontrar, por um lado, uma resposta a essas questões e, por outro, tentando esclarecer como essa concepção de um psíquico inconsciente vai sendo desenvolvido ao longo do pensamento metapsicológico freudiano. O que justifica o conceito de uma mente inconsciente? Quais são suas propriedades? Que relação há entre o inconsciente e a consciência? Qual a natureza desse psíquico inconsciente e qual é o estatuto da metapsicologia freudiana? Até que ponto essa perspectiva permite compreender as nuances e os impasses da reflexão metapsicológica? Essas são algumas das questões que se procurará desenvolver aqui.

Procuraremos, assim, mostrar, no detalhe, como a reflexão neurológica inicial de Freud se prolonga na metapsicologia que a substitui a partir de certo momento e, ainda, o modo como essa neurologia permanece subentendida na metapsicologia posterior, reaparecendo de forma explícita de quando em quando. Essa permanência – que permite caracterizar a metapsicologia como uma espécie de neuropsicologia especulativa, tal como o fizeram diversos autores (PRIBRAM & GILL, 1976; SOLOMON, 1976) – se revela, também, na maneira como os mesmos problemas cruciais abordados inicialmente são continuamente colocados em novos termos. Procuraremos argumentar também que os problemas que constituem o cerne da reflexão metapsicológica freudiana dizem, sobretudo, respeito: 1) à natureza do mental, que se desenvolve em torno da formulação do conceito de inconsciente psíquico e da elaboração de uma teoria da representação que o justifique; 2) à relação mente-corpo, principalmente a partir do momento em que a teoria do inconsciente se complementa com a formulação da teoria pulsional; 3) à relação entre o mental – em si, inconsciente, tal como é definido por Freud – com a consciência, além de um esforço de estabelecer as condições e as propriedades desta última, ainda que de uma forma um tanto fragmentária e inconclusa, como veremos adiante. Trata-se, assim, de buscar esclarecer o sentido global da metapsicologia freudiana, enquanto uma estratégia para abordar esse tipo de problemas nas condições disponíveis para a investigação psicológica na época em que Freud desenvolve sua obra. Em outras palavras, trata-se de apresentar o

eixo principal da reflexão metapsicológica, ao longo de todo o percurso de seu desenvolvimento, procurando fazer ressaltar, desde essa perspectiva, as nuances e complexidades que revestem a abordagem dessas questões em Freud, as quais foram muitas vezes passadas por alto na literatura que se ocupa especificamente da interpretação da metapsicologia.

O primeiro capítulo se divide em três partes. Na primeira, é realizada uma análise da concepção de representação formulada por Freud em *Sobre a concepção das afásias*, ponto de partida para todo o itinerário. Na segunda, desenvolve-se um comentário sobre como a noção de representação inconsciente é utilizada por Freud nos textos sobre as neuroses do período entre 1891 e 1895. Na terceira, faz-se uma análise do *Projeto de uma psicologia*, texto em que aparece pela primeira vez, claramente, a noção de psíquico inconsciente¹. A partir da análise do *Projeto...*, tomam forma as questões mencionadas acima, que irão nortear o restante do trabalho. No segundo capítulo, trata-se de esclarecer como essas questões são pensadas na *Carta 52* e no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* (FREUD, 1900), onde se elabora a Primeira Tópica freudiana; no terceiro, como essa reflexão prossegue nos artigos sobre metapsicologia de 1915, além dos textos metapsicológicos que se intercalam entre 1900 e 1915. O quarto capítulo, por sua vez, também se divide em três partes. Na primeira, o texto central submetido à análise é *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1920); na segunda, *O eu e o isso* (FREUD, 1923) e, na terceira, o *Esboço de psicanálise* (FREUD, 1938). Outros textos freudianos, publicados entre os anos de 1920 a 1938, são também abordados e discutidos, ao longo desse quarto capítulo, à medida que isso se faz necessário.

1 Um exame mais detalhado das questões trabalhadas nesse capítulo pode ser encontrado em Caropreso (2008).

1.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO EM *SOBRE A CONCEPÇÃO DAS AFASIAS*

Em 1891, em seu estudo crítico sobre as afasias, Freud empreende uma ampla revisão das concepções predominantes, nessa época, sobre a anatomia, a fisiologia e a patologia da linguagem. A partir da recusa dos fundamentos subjacentes a essas hipóteses, ele procura formular uma teoria sobre o funcionamento normal e sobre as patologias da linguagem capaz de substituí-las, para isso apoiando-se, principalmente, em certas concepções de Hughlings Jackson e de Charlton Bastian. A crítica de Freud dirige-se, em especial, à teoria das afasias proposta por Carl Wernicke e ampliada por Ludwig Lichtheim, assim como à teoria sobre o funcionamento geral do sistema nervoso sustentada por Theodor Meynert, a qual fornecia o fundamento conceitual para as hipóteses dos dois primeiros. Como apontam Solms e Saling (1986, p. 397), em *Sobre a concepção das afasias*, Freud basicamente substitui a neurologia de seus professores – no caso, de Meynert, sobretudo – pela teoria evolucionista de Jackson.

Wernicke havia-se tornado uma figura dominante no cenário dos estudos sobre as afasias desde a publicação de sua monografia *O complexo sintomático das afasias* (WERNICKE, 1874), na qual identificara a localização da área sensorial da linguagem na porção posterior da primeira circunvolução temporal, apoiando-se, para tanto, em correlações entre lesões cerebrais com essa localização e a ocorrência de casos de afasia sensorial. A região cortical responsável pela atividade motora da linguagem – a terceira circunvolução frontal – havia sido identificada por Paul Broca treze anos antes, também a partir da correlação entre sintomas clínicos e lesões cerebrais. Essas duas descobertas somadas possibilitaram a Wernicke a construção de um esquema explicativo para a função da linguagem como um todo, a partir do qual os diversos casos de afasias poderiam ser previstos e esclarecidos. Os vários tipos de distúrbios afásicos foram, então, relacionados a lesões localizadas em regiões cerebrais específicas e, com isso, os casos de afasia pareciam poder ser inteiramente explicados a partir da localização da lesão.

A dedução da localização cerebral de funções psíquicas a partir da associação entre lesões e a perda de certas capacidades, ou seja, a partir do método clínico-patológico, baseava-se em dois pressupostos básicos. Primeiro, na hipótese de que cada região do cérebro deveria ser a sede uma função diferente e, segundo, na hipótese de que cada uma dessas funções é independente das demais, ou seja, de que uma lesão específica pode afetar apenas uma determinada função, deixando as outras intactas. Freud, em sua monografia sobre as afasias, vai procurar mostrar que, além desses dois pressupostos básicos, a teoria de Wernicke, assim como a de Meynert na qual a primeira se apóia, fundamentava-se também na hipótese de que os fenômenos psicológicos e neurológicos compartilham as mesmas propriedades

- o que permitiria inferir características de uns a partir da observação dos outros. Ele argumenta, contudo, que a teoria sobre o funcionamento normal e patológico da linguagem construída a partir desses pressupostos é insuficiente para explicar as características dos fenômenos que pretende abordar e, a partir da recusa das teses e dos princípios dessa teoria, procura formular uma nova concepção sobre a “área” e o “aparelho” de linguagem, apoiando-se em um modo diferenciado de conceber a localização das funções cerebrais e a relação entre os fenômenos psíquicos e os neurológicos. Desses esforços, resultaram os contornos de uma nova concepção sobre a natureza e o modo de operação das representações que viria a constituir-se no ponto de partida das teorizações psicanalíticas de Freud.

Uma vez que as teorias de Meynert e de Wernicke apoiavam-se num certo conjunto de concepções psicológicas - as quais parecem poder ser aproximadas do associacionismo de James Mill, como apontou Amacher (1965) -, a crítica às hipóteses neurológicas sobre as afasias acabou resultando numa revisão das concepções psicológicas a elas subjacentes; nesse movimento, as concepções sobre a fisiologia e a anatomia da linguagem propostas por Freud acabaram por conduzir a um conceito consideravelmente distinto de representação. Na verdade, pode-se tranquilamente afirmar que está presente, no trabalho de 1891, não só a primeira como também a mais extensa e sistemática reflexão freudiana sobre o conceito de representação que podemos encontrar em sua obra.

Na continuidade, são apresentadas as principais teses formuladas por Freud ao longo da sua crítica à neurologia da linguagem e comentadas as implicações dessas teses para a noção de representação que se elabora concomitantemente. Faz-se necessário apresentar brevemente as teorias de Wernicke e Meynert que são examinadas por Freud nesse seu trabalho.

1.1.1. AS HIPÓTESES NEUROLÓGICAS CRITICADAS POR FREUD

Segundo Amacher (1965), Meynert concebia o sistema nervoso como funcionando de acordo com um mecanismo reflexo, com a excitação sendo transmitida da periferia aferente (sensorial) para a eferente (motora). Nesse processo, haveria uma etapa intermediária, que consistiria na passagem da excitação pelas fibras associativas que conectam as diferentes partes do córtex. Quando o córtex recebesse excitação de duas vias aferentes simultaneamente, formar-se-ia uma conexão entre ambas, após o que o influxo de excitação seria levado para outra região. O córtex seria, assim, o órgão principal do cérebro, e todas as suas outras partes seriam seus auxiliares e estariam, de um modo ou de outro, a serviço de suas funções. Ele seria constituído por duas grandes áreas funcionalmente distintas: uma área motora, que estaria localizada na região frontal e que conteria imagens de movimento (o registro mnêmico dos movimentos anteriormente realizados, cuja

ativação poderia levar a uma nova execução dos mesmos), e uma área sensorial, que estaria localizada na região temporal e que conteria imagens sensoriais de diversas proveniências. Estas duas regiões se conectariam por meio de “fibras associativas”, que ligariam as diferentes regiões do córtex entre si, e estariam conectadas com a periferia do sistema nervoso por meio de “fibras projetivas” – aquelas que conduzem as informações sensoriais da periferia do sistema nervoso ao córtex e que conduzem as informações motoras no sentido inverso. Assim, todos os feixes de fibras do sistema nervoso ou ingressariam ou se originariam no córtex. Em sua monografia sobre as afasias, Freud comenta que algumas passagens de Meynert sugerem que ele considerava haver uma projeção ponto por ponto da periferia do corpo no córtex, ao mesmo tempo, no entanto, que há outras afirmações que parecem contradizer esse ponto de vista. No entanto, Freud permite-se tratar a teoria desse autor como se ela efetivamente contivesse essa hipótese, o que se justifica, segundo ele, pelo fato de outros investigadores que aceitaram os princípios da doutrina de Meynert terem propagado o conceito de uma projeção completa e topograficamente exata do corpo sobre o córtex. Os processos associativos corticais constituiriam os concomitantes físicos dos processos psíquicos. A informação sensorial e motora que chegasse ao córtex provocaria modificações nas células dos centros nervosos aí situados e estas se converteriam nos correlatos fisiológicos das representações. Segundo Freud, para Meynert, a constituição das imagens mnêmicas no córtex consistiria num processo de ocupação de células até então desprovidas de função: deste modo, deveria haver “lacunas funcionais” no córtex, isto é, áreas carentes de função, que possibilitariam a aprendizagem e a aquisição de novas capacidades à medida que fossem sendo ocupadas.

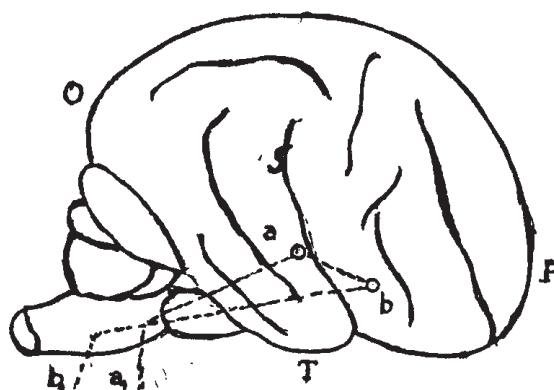
A teoria de Wernicke sobre as afasias consiste, como ele mesmo afirmou na abertura da sua monografia *O complexo sintomático das afasias* (WERNICKE, 1874), em uma aplicação especial dos ensinamentos de Meynert sobre a anatomia e a fisiologia do cérebro e do sistema nervoso como um todo aos processos normais da linguagem e aos seus distúrbios. Nessa monografia, ele propõe que a área da linguagem seja constituída por um centro sensorial, um centro motor e uma região associativa que conectaria ambos. O primeiro giro temporal seria o centro terminal do nervo acústico, e o primeiro giro frontal, incluindo a área de Broca, seria o centro de onde partem os nervos que controlam a musculatura da linguagem. Assim, Wernicke propõe que:

A região inteira da primeira circunvolução primordial, o giro ao redor da fissura de Silvius em associação com o córtex da ínsula, funciona como um centro da linguagem. O primeiro giro frontal (Leuret), que é motor na função, atua como um centro motor das imagens de movimento; o primeiro giro temporal, que é de

natureza sensorial, pode ser considerado como o centro das imagens acústicas. Portanto, o primeiro giro temporal pode ser considerado como o centro terminal do nervo acústico, e o primeiro giro frontal (Leuret), incluindo a área de Broca, como o centro terminal dos nervos que controlam a musculatura da linguagem (WERNICKE, 1874, p. 103).

O seguinte esquema é proposto para representar a área da linguagem, conforme evidenciado na Figura 1:

Figura 1 - O: Área occipital; F: Área frontal; T: Área temporal; S: Fissura de Silvius; a: Terminação central do nervo acústico; b: Área das impressões cinestésicas para a linguagem articulada; a1: Entrada do nervo acústico no bulbo; b1: Via centrífuga da linguagem.



Fonte: *Zur Auffassung der Aphasien: eine Kritische Studie*, Freud, 1891

As imagens mnêmicas, que consistiriam em modificações permanentes do sistema nervoso central resultantes da estimulação sensorial e do registro dos movimentos realizados, estariam armazenadas nos centros corticais; a associação entre essas imagens, por sua vez, seria executada pelas fibras associativas subcorticais. De acordo com Freud (1891), Wernicke considerava que cada uma das imagens mnêmicas individuais estaria contida em uma única célula singular. Eggert (1977, p. 26), no entanto, argumenta que Wernicke não atribuiu um traço de memória individual a uma célula singular, mas a circuitos celulares e interconectados por suas fibras associativas. Ela cita, como evidência, uma passagem de Wernicke do livro *Fundamentos de psiquiatria*, de 1900, que provaria isso. Contudo, isso não significaria que a afirmação de Freud sobre Wernicke é incorreta, pois o texto citado por Eggert foi escrito nove anos depois da monografia freudiana sobre as afasias, embora, por outro lado, não haja também nada que confirme claramente sua afirmação de que, em 1874, Wernicke acreditasse que as imagens mnêmicas individuais estivessem armazenadas em células singulares. Seja como for, Freud constrói sua crítica à teoria de Wernicke pressupondo que este defendia então essa hipótese.

A constituição das imagens mnêmicas consistiria num processo de ocupação de células corticais até então desocupadas, assim como sustentava Meynert. Os transtornos afásicos eram considerados como meras decomposições da função da linguagem, isto é, como fenômenos patológicos puramente negativos ou deficitários. Uma lesão em alguma das regiões constituintes da área da linguagem provocaria mecanicamente um prejuízo da função por ela executada. Em 1874, Wernicke propõe a existência de três tipos de afasias que poderiam resultar de lesões na área da linguagem: a *afasia sensorial*, que resultaria de lesões no centro sensorial da linguagem; a *afasia motora*, que resultaria de lesões no centro motor da fala, e a *afasia de condução*, que resultaria de lesões nas fibras associativas que conectam esses dois centros. Em *Novos trabalhos sobre as afasias* (1885), Wernicke amplia o seu modelo para as afasias, a partir da consideração dos processos subcorticais e transcorticais da linguagem. Essa modificação foi influenciada por um conjunto de hipóteses formuladas por Lichtheim no período de 1884-1885.² Lichtheim acrescentou ao esquema das afasias que Wernicke propusera em 1874 um “centro dos conceitos”, as vias subcorticais sensorial e motora e as vias transcorticais sensorial e motora, as quais seriam todas vias exclusivas da linguagem. Wernicke adotou a proposta de Lichtheim e introduziu, na sua monografia de 1885, quatro outros tipos de afasias: as afasias sensorial e motora subcorticais e as afasias sensorial e motora transcorticais. Contudo, só para o centro sensorial, para o centro motor e para a região associativa situada entre esses centros, ele continuou estabelecendo uma localização anatômica precisa.

1.1.2 AS HIPÓTESES PSICOLÓGICAS IMPLÍCITAS NAS TEORIAS DE MEYNERT E WERNICKE

Meynert e Wernicke consideravam que os fenômenos psíquicos eram correlatos dos fenômenos neurológicos, embora, na maior parte das vezes, falassem desses dois tipos de fenômenos como se eles fossem idênticos. Sendo assim, a representação simples para Meynert e para Wernicke – pelo menos se considerarmos somente o modo como Freud expõe a teoria desses dois autores – seria o correlato de um engrama situado em uma célula individual de um centro cerebral; este engrama, por sua vez, seria uma cópia dos estímulos que incidissem sobre a periferia do sistema nervoso, já que os mesmos seriam projetados no córtex sem sofrer nenhuma alteração ao longo de seu percurso. Os correlatos físicos das representações complexas resultariam de associações mecânicas entre

2 Greenberg (1997, p. 31) comenta que Ludwig Lichtheim (1845-1915) era um seguidor e expositor influente da visão de Wernicke, mas era uma figura menos importante, cujos diagramas esquemáticos da função da linguagem no cérebro foram demonstrados como sendo incorretos por vários pesquisadores. Laubstain (1993) faz uma análise da teoria de Lichtheim, onde aponta as inconsistências e ambiguidades presentes em suas hipóteses.

os correlatos das representações simples, e esta associação seria determinada, primeiramente, pela simultaneidade da incidência dos estímulos sobre o sistema nervoso. Deste modo, a mente seria dotada de um funcionamento basicamente passivo, pois tanto a constituição dos correlatos das representações simples como dos correlatos das representações complexas seriam inteiramente determinados por fatores externos. Forrester (1983) afirma que a concepção sobre o funcionamento do sistema nervoso que fundamentava a teoria localizacionista das afasias se apoiava nas teorias psicológicas associacionistas. Amacher (1965) sugere que é pertinente comparar a visão de James Mill sobre os processos fundamentais da mente com a visão de Meynert e que, embora Meynert não tenha baseado explicitamente sua psicologia em James Mill, ele pode ter derivado suas suposições psicológicas de outros autores germânicos que incorporavam algumas das visões da tradição britânica em seus trabalhos. Para James Mill (1829, apud HERRNSTEIN & BORING, 1971, p. 447-463), a mente receberia e associaria os estímulos que chegam aos órgãos sensoriais, e essa associação se daria automaticamente de acordo com a contiguidade da recepção desses estímulos, ou seja, sem uma intervenção ativa do funcionamento mental. Os objetos externos nos enviariam impressões sensoriais, as quais se agrupariam em nossa mente em virtude da contiguidade de sua formação. As representações complexas consistiriam em agregados de representações simples, que resultariam de conexões exclusivamente mecânicas; portanto, todas as propriedades das primeiras já estariam presentes nas últimas, isto é, as propriedades das representações complexas consistiriam na soma das propriedades dos elementos que as compusessem. Segundo Amacher (1965), Meynert teria procurado descrever os concomitantes nervosos correspondentes aos processos psíquicos que os psicólogos associacionistas haviam descrito.

A crítica freudiana vai-se opor a praticamente cada um dos tópicos da teoria neurológica de Meynert e de Wernicke e, conseqüentemente, também às hipóteses psicológicas a ela subjacentes. Passemos, portanto, à análise de alguns dos argumentos usados por Freud para sustentar uma concepção sobre a área e o aparelho de linguagem bastante distinta e, em muitos aspectos, oposta àquela que se pode encontrar na perspectiva localizacionista e que, também por isso, acabará resultando na proposição de outra noção de representação ou, em sentido mais amplo, da própria natureza dos fatos mentais.

1.1.3 A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUEMA DAS AFASIAS DE WERNICKE: A ÁREA DA LINGUAGEM

Freud analisa um a um os vários segmentos do esquema de Lichtheim mencionado acima, o qual fora, quanto ao essencial, também endossado por Wernicke; ele procura, com isso, afastar todas as hipóteses que pudessem ser

refutadas por dados clínicos e todas as que tivessem sido inferidas de maneira arbitrária ou inconsistente. Tudo nesse esquema que não se mostrou capaz de resistir a esse trabalho crítico será suprimido, e as partes que forem mantidas serão apontadas como os verdadeiros constituintes da área da linguagem. A recusa da diferenciação entre os centros e as vias associativas da linguagem, a recusa da noção de lacunas funcionais e da ideia de uma projeção ponto por ponto da periferia do sistema nervoso no córtex são as que têm consequências mais importantes para a formulação de seu conceito de representação, por isso o comentário que se segue da crítica empreendida por Freud irá restringir-se aqui a esses pontos.³

No início da sua monografia, Freud argumenta que a própria hipótese da afasia central pode ser considerada supérflua, dado que uma lesão na totalidade das vias de acesso a um centro o tornaria igualmente inacessível e, seria, seria clinicamente equivalente à lesão ou destruição deste centro. Mas, para descartar de fato a hipótese dos centros de linguagem, é necessário negar a necessidade da função que lhes foi atribuída, isto é, negar que seja preciso haver locais específicos de armazenamento das impressões sensoriais e motoras da linguagem no córtex. É isso que Freud faz no quinto capítulo, ao revisar algumas hipóteses de Meynert que, como já foi dito, estavam pressupostas e consistiam no fundamento da teoria de Wernicke. Freud argumenta que a hipótese de Meynert acerca da existência de centros cujas células armazenariam as diversas impressões sensoriais e motoras fundamentava-se na suposição de que os fenômenos neurológicos e os psíquicos deveriam possuir as mesmas características, pois a um simples psíquico – uma impressão sensorial – corresponderia um simples neurológico – um engrama inscrito em uma célula. Freud argumenta que essa transposição dos termos psicológicos em termos neurológicos empreendida por Meynert e mantida por seus seguidores é um procedimento arbitrário que não se justifica, pois não há nada a princípio que exija que os fenômenos psíquicos e os neurológicos precisem apresentar as mesmas características. Ele pode, então, recusar a suposição de que cada uma das imagens sensoriais estaria armazenada em uma célula de um dos centros corticais:

Na psicologia, a representação simples é para nós algo elementar que podemos diferenciar claramente de sua conexão com outras representações. Esta é a razão por que nos sentimos tentados a presumir que o seu correlato fisiológico, isto é, a modificação das células nervosas que se originam pela estimulação das fibras nervosas, seja também algo simples e localizável. Tal inferência, com certeza, carece de todo fundamento; as qualidades desta modificação têm que ser estabelecidas por si mesmas

3 Para uma análise passo a passo da desconstrução do esquema das afasias empreendida por Freud em 1891, ver Caropreso (2008, p. 19-89). As implicações dessa crítica para a formulação do conceito de representação são comentadas também em Caropreso (2003a).

e independentemente de seus correspondentes psicológicos. (FREUD, 1891a, p. 99; 1891b, p. 70).

Freud reconhece que o fato de Wernicke ter declarado que somente os elementos psíquicos mais simples – ou seja, as distintas formas percepções sensoriais elementares – poderiam ser localizados no córtex é um progresso, quando se considera a tendência anterior da medicina de localizar precisamente mesmo as faculdades mentais mais complexas. No entanto, considera que Wernicke comete o mesmo erro de princípio dos seus predecessores:

(...) não se comete por acaso, em princípio, o mesmo erro tanto quando se pretende localizar um conceito complicado como toda uma faculdade ou um elemento psíquico? É justificado submergir uma fibra nervosa, que ao longo de todo o seu curso havia sido somente uma estrutura fisiológica sujeita a modificações fisiológicas, com sua terminação no psíquico e dotar esta terminação de uma representação ou recordação? (FREUD, 1891a, p. 97; 1891b, p. 69).

Nessa passagem, Freud parece referir-se à teoria de seus opositores como se esta comportasse a hipótese de que os fenômenos psíquicos e os físicos fossem idênticos. Mas, logo a seguir, ele reconhece que, na verdade, tais autores consideravam que as modificações neurológicas das fibras nervosas pelos estímulos sensoriais produziram apenas outras modificações nas células nervosas centrais, as quais, então, se converteriam no “correlato fisiológico” das ideias ou representações. Em outras palavras, para Meynert e para Wernicke, as modificações nas células corticais seriam tão somente os correlatos das ideias e não as próprias ideias. Freud especula que a insuficiência do conhecimento a respeito dos processos fisiológicos teria levado esses autores a empregarem termos psicológicos para se referirem a fenômenos fisiológicos, sobrepondo e confundindo assim os dois domínios; seria necessário, então, estabelecer um limite preciso entre os fenômenos neurológicos e os psíquicos, necessidade esta que já havia sido antes apontada por Hughlings Jackson. Diante disso, Freud adota a mesma posição de Jackson: ele propõe que se considere que os fenômenos psíquicos e os fisiológicos sejam considerados como “concomitantes dependentes”:

A relação entre a cadeia de processos fisiológicos que se dá no sistema nervoso e os processos psíquicos provavelmente não é de causalidade. Os processos fisiológicos não cessam quando aqueles começam; tendem a continuar, porém, a partir de certo momento, um fenômeno psíquico corresponde a cada parte da cadeia ou a várias partes. O psíquico é, portanto, um fenômeno paralelo ao fisiológico (um concomitante dependente) (FREUD, 1891a, p. 98; 1891b, p. 70).

De acordo com a *doutrina da concomitância*, defendida por Jackson (1884), os estados mentais (isto é, conscientes) e os estados nervosos ocorreriam paralelamente, não havendo interferência de um sobre o outro: para cada estado mental, haveria um estado nervoso correlativo. Eis um exemplo dado por Jackson: em uma percepção visual, há um circuito físico da periferia sensorial para os centros superiores e, destes, retornando à periferia muscular. A imagem visual, que é um estado puramente mental, surge “durante as” (mas não “das”) atividades dos dois elos superiores dessa corrente puramente física. O evento físico e o psíquico possuiriam propriedades diferentes, como deixa claro a seguinte afirmação: “(...) um estado psíquico é sempre acompanhado por um estado físico, todavia as duas coisas têm naturezas distintas” (JACKSON, 1878-1879, p. 160).

Essa posição de Jackson visava conferir autonomia ao seu objeto de estudo – mo processos nervosos – e lhe permitir distanciar-se da confusão entre o que é físico e o que é psíquico mencionada acima. Forrester (1983) comenta que um dos primeiros ataques aos “fazedores de diagramas” (*diagram-makers*)⁴ proveio da peculiar reunião de argumentos psicológicos e filosóficos no trabalho de Jackson. Este estava interessado em romper com a flutuação entre termos psicológicos e fisiológicos que afetava as teorias sobre as afasias, assim como a neurologia de sua época em geral, segundo seu ponto de vista. De acordo com Forrester, a doutrina da concomitância – um argumento firme para uma separação estrita entre os processos psíquicos e os físicos – protegeria a neurologia contra um psicologismo rasteiro. Diante da necessidade de tratar os processos psíquicos e os fisiológicos como dois tipos de fenômenos até certo ponto independentes, Freud adota a concepção de Jackson segundo a qual esses dois processos, embora concomitantes, não interfeririam um sobre o outro. A adoção por parte de Freud da doutrina da concomitância de Jackson, contudo, não durará muito tempo. Como veremos adiante, já no *Projeto de uma psicologia* (FREUD, 1895/1950a), Freud passará a conceber de outra maneira a relação entre o físico e o psíquico.

Desse modo, ao sustentar que o correlato de uma representação simples se localizaria em algo simples – ou seja, em uma célula cortical –, Meynert teria atribuído as propriedades do fenômeno psíquico ao fenômeno neurológico; dito de outro modo, ele teria se apoiado no pressuposto de que esses fenômenos possuem as mesmas propriedades. Freud nega a legitimidade de um procedimento como esse – ou seja, dessa transposição pura e simples das hipóteses da psicologia associacionista para a neurologia, tal como foi apontado por Amacher (1965) – e procura formular uma hipótese distinta, que seja capaz de contornar o que lhe parece um claro equívoco.

4 Termo usado depreciativamente por Henry Head (1926) para se referir aos neurologistas que procuravam explicar os distúrbios afásicos e o funcionamento da linguagem a partir de diagramas hipoteticamente construídos, como Wernicke, Lichtheim e outros.

Segundo Marx (1967), o que há de mais importante na monografia de Freud sobre as afasias é o fato de ela ter apontado o que há de ilógico em se construir um modelo anatômico a partir de uma concepção psicológica, identificando, assim, uma das maiores falácias inerentes às principais formulações psicofisiológicas da época. Após essa crítica, Freud se pergunta qual seria, então, o correlato fisiológico da representação simples, ao que ele responde:

Obviamente, nada estático, mas algo que tenha o caráter de um processo. Este processo não é incompatível com a localização. Começa em um ponto específico do córtex e, a partir daí, se difunde por todo o córtex e ao longo de certas vias. Quando este fato ocorre, deixa atrás de si uma modificação, com a possibilidade de uma recordação na parte do córtex afetada (FREUD, 1891a, p. 99; 1891b, p. 71).

Dessa forma, Meynert e Wernicke teriam reduzido as antigas “faculdades” propostas por Franz Joseph Gall a agregados de impressões sensoriais e motoras elementares; Freud, contudo, passa a considerar essas impressões elementares como algo em si muito mais complexo do que o modo como aparecem na experiência psicológica, ou seja, como um conjunto de intrincados processos associativos cerebrais. O córtex não sediaria uma série de faculdades complexas – tais como o amor, a generosidade, a criatividade e outras – como pensava Gall; mas tampouco, como pensavam Meynert e Wernicke, conteria centros povoados por impressões sensoriais elementares. Freud sustenta, ao contrário, que ocorre no córtex uma série complexa de processos. Essa hipótese também parece ter sido influenciada pela teoria de Jackson. Em *On affections of speech from disease of the brain* (JACKSON, 1878-1879), este propõe que a ideia seria o correlato de um processo sensório-motor. O correlato fisiológico de uma ideia simples seria, então, um processo dinâmico, e não um engrama contido ou inscrito em uma célula individual. Para Freud, o que é simples do ponto de vista psíquico deveria, portanto, corresponder a um complexo do ponto de vista neurológico. Disto segue-se que não é possível diferenciar entre os correlatos fisiológicos da associação e os da representação, pois o correlato de uma representação simples seria sempre um processo associativo, ou seja, para haver representação seria necessário haver associação. Com isso, a associação deixa de ser considerada um processo que se dá entre os correlatos das representações simples, levando à constituição dos correlatos da representação complexa, e passa a ser a condição necessária de todo correlato da representação. Como consequência, a noção de centros de linguagem perde seu sentido: se não há correlatos de representações armazenados em células corticais, não é necessário haver locais de armazenamento, isto é, os centros de linguagem. A diferenciação anatômica e funcional entre centros e vias associativas pode ser, com isso, recusada:

Mediante esta refutação da existência de localizações separadas para o representar e o associar de representações, descartamos uma razão importante para diferenciar entre centros e vias de condução da linguagem. Em cada parte do córtex que está a serviço da linguagem, temos que suportar processos funcionais similares e não necessitamos apelar para os feixes de fibras brancas para a associação das representações dentro do córtex (FREUD, 1891a, p. 101; 1891b, p. 72).

Por isso, a área da linguagem seria, para Freud, uma área exclusivamente associativa, e a associação passa a ser considerada como um processo exclusivamente cortical.⁵ Não há áreas de armazenamento e áreas de associação anatomicamente distintas das mesmas: toda área da linguagem seria exclusivamente associativa. Como consequência, a distinção entre representações simples e complexas deixa de existir no nível neurológico e o correlato da representação pode ser pensado como consistindo sempre num processo cortical associativo.

Outra hipótese, cuja recusa terá consequências importantes para o conceito de representação, é a da existência de áreas desocupadas, nas quais as novas imagens mnêmicas iriam sendo acumuladas. Freud emprega dois argumentos contra esta hipótese das lacunas funcionais. O primeiro refere-se ao modo como a existência dessas lacunas costumava ser inferida. De acordo com ele, as áreas que apresentavam a maior superposição de lesões nos exames *post mortem* de pacientes afásicos tinham sido consideradas como sendo centros de linguagem, ou seja, como áreas cuja integridade seria indispensável para que a linguagem funcionasse normalmente. As demais áreas foram, por exclusão, consideradas regiões desprovidas de função. Freud argumenta que essa inferência não é correta, porque pode perfeitamente haver outras áreas corticais que também estejam a serviço da linguagem, ainda que sua destruição possa ser tolerada mais facilmente e, além disso, também é possível que uma lesão em uma região provoque uma alteração no funcionamento de outra região, ou seja, que uma lesão possa causar uma alteração funcional mais ou menos generalizada. Por isso, apenas o fato de lesões de determinadas áreas não estarem associadas a casos de afasia não permite concluir que essas regiões não sejam responsáveis por nenhuma das funções da linguagem e consistam nas chamadas *lacunas funcionais*.

O segundo argumento de Freud dirige-se contra a função que foi atribuída a essas lacunas, ou seja, dirige-se contra a hipótese de que a aprendizagem da linguagem consistiria num processo de ocupação progressiva dessas regiões até então desocupadas. Usando a analogia empregada por Freud para expressar a concepção de aprendizagem de Meynert, esta ocorreria de uma maneira similar

5 Segundo a teoria de Meynert, a associação entre as impressões sensoriais de um mesmo centro seria feita por fibras associativas subcorticais. Essa hipótese está sendo também abandonada.

à expansão de uma cidade quando as pessoas se instalam nas áreas que estão fora de suas muralhas. Freud argumenta que, se examinarmos a utilidade desta hipótese para a compreensão dos distúrbios afásicos, veremos que o que ocorre é exatamente o oposto do que pode ser previsto pela suposição das lacunas funcionais. Se a aprendizagem ocorresse da forma como considerava Meynert, deveria ser possível, por exemplo, no caso de uma lesão na área da linguagem, que a língua materna fosse prejudicada e uma língua adquirida posteriormente permanecesse intacta, pois cada uma delas estaria armazenada em uma área diferente. Mas, acredita Freud, jamais acontece que uma lesão orgânica afete a língua materna e não afete uma língua aprendida posteriormente; o que invariavelmente ocorre, em todas as patologias da linguagem, é o contrário. Ele diz que, ao revisar-se o material pertinente, é possível notar que dois fatores determinam o caráter do transtorno de linguagem em políglotas: a influência da idade de aquisição da língua e a influência da prática; esses fatores operam, segundo ele, sempre na mesma direção, e o prejuízo da linguagem segue a ordem contrária à da aprendizagem, de modo que as línguas posteriormente adquiridas sejam as primeiras a serem afetadas, a não ser que uma língua adquirida mais tarde tenha sido mais utilizada que a materna. Portanto, pode-se inferir que: “(...) um novo conjunto de associações pode sobrepor-se às associações já estabelecidas que intervenham na fala. (...) O conjunto de associações sobrepostas é danificado antes que o primário, seja qual for a localização da lesão” (FREUD, 1891a, p. 104; 1891b, p. 75). Deste modo, a aprendizagem da linguagem não parece consistir num processo de ocupação de áreas desocupadas e sim num processo de “sobre-associação”, de tal modo que todas as aquisições da linguagem se dariam na mesma área, com as associações sobrepondo-se umas às outras e modificando-se mutuamente. Sendo assim, torna-se desnecessário supor a existência das lacunas funcionais, e esta hipótese também pode ser descartada por Freud.

A hipótese de que as funções da linguagem seriam afetadas na ordem das mais recentes para as menos recentes está de acordo com a noção de “dissolução” proposta por Hughlings Jackson para explicar as patologias do sistema nervoso. Freud chega a se referir a ele como o “autor, sobre cujas opiniões tenho baseado quase todos os argumentos que venho empregando para refutar a teoria localizacionista das afasias” (FREUD, 1891a, p. 105; 1891b, p. 75). Jackson aplicou a doutrina da evolução de Herbert Spencer à formação e funcionamento do sistema nervoso e propôs que os distúrbios nervosos consistiriam em reversões do processo de evolução, isto é, em *dissoluções das funções constituídas ao longo deste processo*. Evolução, nesse caso, significa, para Jackson, a passagem do controle das funções nervosas dos centros inferiores – os quais seriam mais organizados, mais simples e mais automáticos – para os centros superiores – os quais seriam menos organizados, mais complexos e menos automáticos. Não há

inconsistência, para Jackson, em falar desses centros superiores como sendo, ao mesmo tempo, mais complexos e menos organizados. Um centro constituído apenas por dois elementos sensoriais e dois motores, no qual esses elementos estejam firmemente associados, de forma que a corrente de excitação flua facilmente dos primeiros para os segundos, embora muito simples, é altamente organizado. Por outro lado, um centro constituído por quatro elementos sensoriais e quatro motores, no qual a articulação entre os elementos sensoriais e motores seja imperfeita e dificulte a passagem da corrente nervosa, embora seja um centro mais complexo que o anterior, não pode ser considerado mais organizado, exemplifica Jackson. A dissolução, sendo o reverso da evolução, seria um processo que se encaminharia no sentido do menos organizado, mais complexo e menos automático para o mais organizado, mais simples e mais automático. A dissolução total, isto é, a desintegração completa da atividade do sistema nervoso, resultaria na morte do sujeito. Portanto, sempre que se falar de dissolução do sistema nervoso para explicar as patologias, trata-se de uma dissolução apenas parcial. Em todos os casos de dissolução, a sintomatologia das patologias do sistema nervoso teria uma condição dupla: haveria elementos positivos e negativos. Os primeiros consistiriam, do lado físico, na atividade das partes do centro que não foram afetadas por processos patológicos; os segundos consistiriam no esgotamento ou perda da função de alguma parte de algum dos centros.

As disposições nervosas superiores teriam evoluído a partir das intermediárias; estas, por sua vez, a partir das inferiores; e estas últimas, por fim, a partir da periferia sensorio-motora. As disposições superiores passariam a controlar as inferiores, de certo momento em diante, assim como um governo constituído ao longo da história de uma nação passa a controlá-la, segundo o símile fornecido por Jackson. Assim, se o processo de evolução ocorresse de fato dessa maneira, o processo reverso de dissolução não seria apenas uma supressão do funcionamento superior, mas seria também uma liberação do inferior, pela retirada da inibição sobre ele exercida. Consequentemente, os sintomas positivos não seriam causados pela dissolução, mas seriam tão somente permitidos por ela.

Após afastar, uma após a outra, as hipóteses de Wernicke sobre as diferenciações anatômicas na área da linguagem, Freud conclui que esta deve ser uma área cortical homogênea, exclusivamente associativa, situada no hemisfério esquerdo, entre as terminações dos nervos acústicos, óticos e motores. Ele reconhece que é necessário supor a existência de uma via subcortical motora exclusiva da linguagem, mas, segundo ele, um dano nesta via provocaria um problema de articulação (anartria ou disartria) que não caracterizaria um distúrbio afásico propriamente dito; assim, a afasia, para Freud, decorreria de uma perturbação exclusivamente cortical.

Freud passa a conceber a relação entre a anatomia e o funcionamento do sistema nervoso de forma totalmente diferente da teoria localizacionista de Wernicke e de Meynert. De acordo com as hipóteses desses autores, cada função da linguagem (motora, sensorial, compreensão etc.) deveria possuir uma localização específica e, por isso, tanto o funcionamento normal quanto o patológico teriam que ser explicados inteiramente a partir da distribuição espacial das funções na anatomia do sistema nervoso. Freud propõe que a relação entre a fisiologia e a anatomia tenha que ser pensada como algo muito mais complexo. Várias funções poderiam atuar em uma mesma região, e as diferentes funções poderiam interferir umas sobre as outras e modificar-se mutuamente. Não seria possível estabelecer a localização precisa das partes componentes das diversas funções, mas apenas uma localização geral da função como um todo. Por isso, Freud sugere a existência de uma área onde transcorreriam os processos envolvidos na linguagem e afirma que esta deve ser uma área anatomicamente homogênea (isto é, não composta por “centros” distintos), onde ocorreriam processos de natureza similar. Ele duvida, por isso, que seja possível, a partir *apenas* da localização de lesões, inferir quais seriam as funções abrigadas pelas diferentes partes do cérebro e, com base nesses dados, tentar explicar o funcionamento normal da linguagem, como faziam os localizacionistas; em outras palavras, não seria possível explicar o funcionamento da linguagem com base apenas em localizações anatômicas, de resto hipotéticas. Para obter essa explicação, seria preciso fazer uma análise clínica rigorosa que permitisse compreender como as funções se desintegram e, a partir daí, inferir as características do funcionamento normal. Os dados anatômicos poderiam contribuir para essa tarefa, mas não poderiam ser a única ou sequer a principal referência ou fonte de informações.

A forma como Freud concebe, então, a relação entre os processos que constituem o aparelho de linguagem e a anatomia da área cerebral em que esses processos supostamente ocorrem torna possível justificar as características funcionais atribuídas ao aparelho sem tomar como ponto de partida, nem como dado principal, a localização anatômica precisa das funções envolvidas. Essa relativa independência do fator funcional com relação à estrutura anatômica, que resulta do tipo de crítica ao localizacionismo empreendida por Freud, será de fundamental importância para a constituição da metapsicologia freudiana. Solms e Saling (1986) argumentam que o ponto decisivo na história da psicanálise foi o rompimento com o localizacionismo, em *Sobre a concepção das afasias*, e a adoção por parte de Freud da doutrina da concomitância de Jackson, a qual lhe teria permitido pensar os processos psíquicos independentemente dos seus substratos orgânicos. Contudo, como argumentarei adiante, já no *Projeto de uma psicologia*, Freud abandona também a doutrina da concomitância, ao expandir a noção de psíquico com relação à de consciência. O que parece possuir mais

importância para o futuro da teoria psicanalítica, no rompimento de Freud com o localizacionismo, é a suposição adotada, em 1891, de que o funcionamento do sistema nervoso não é total e diretamente determinado pela anatomia e que, portanto, pode ser teoricamente considerado de forma independentemente desta; a adoção temporária da doutrina da concomitância não teria, em si, a importância que Solms e Saling lhe atribuem. Esse princípio de autonomia funcional lhe teria permitido continuar fazendo especulações e inferências neuropsicológicas, a partir dos dados clínicos e de outras observações, sem ter que se preocupar de imediato com a localização dos processos considerados, a qual poderia ser postergada e aguardar pelo desenvolvimento futuro de uma ciência empírica das funções nervosas. No capítulo 7 de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), como veremos adiante, a importância desse passo para a metapsicologia freudiana poderá ser evidenciada.

Freud não apenas recusa o esquema das afasias de Wernicke e Lichtheim, como também descarta os pressupostos básicos da teoria desses dois autores, sem os quais suas hipóteses se tornariam insustentáveis. Ele sustenta que uma mesma área pode abrigar mais de uma função e que as diferentes funções não são totalmente independentes umas das outras, o que tem como consequência que lesões de mesma localização possam provocar quadros clínicos diferentes e vice-versa. Dessa forma, não seria possível inferir a função abrigada por uma área cortical específica apenas a partir da relação entre os sintomas afásicos e a localização da lesão, nem a partir desta última tirar conclusões precisas ou antecipar as características do quadro clínico. Além disso, uma vez que se considere, como Freud o faz, que o simples do ponto de vista psicológico corresponde a um complexo do ponto de vista neurológico – ou seja, que uma ideia simples corresponde a um intrincado processo associativo –, não há mais como falar de engramas ou coisas semelhantes armazenadas no córtex, nem, portanto, de áreas específicas de armazenamento, isto é, de centros sediando exclusivamente cada uma das diversas funções que compõem a linguagem.

A hipótese formulada por Freud sobre a área da linguagem apresenta-se, assim, como uma concepção alternativa sobre a localização das funções cerebrais e sobre a relação entre os fenômenos psíquicos e os neurofisiológicos. A hipótese subjacente à teoria de Wernicke sobre a localização de funções cerebrais compostas é, em parte, aceita, pois Freud supõe que o cérebro não atue como um todo, sendo, ao contrário, *funcionalmente composto*; mas ela é também em parte recusada, pois Freud procura dispensar a hipótese de que cada uma das funções da linguagem se localize em uma área diferente e de que todas as

funções sejam independentes umas das outras.⁶ Segundo ele, não é necessário supor que há centros sediando as diferentes funções da linguagem: algumas dessas funções poderiam estar localizadas numa mesma área e, em parte, elas poderiam ser funcionalmente dependentes umas das outras.

Freud propõe, então, que só seria possível estabelecer a região onde transcorre o conjunto dos processos correlativos às funções psíquicas da linguagem, sem especificar qual parte dessa região estaria envolvida em cada função; ou seja, ele sustenta que apenas é possível falar de uma “área da linguagem” e não de “centros e vias associativas da linguagem”. Vejamos, agora, de que forma, Freud concebe o *aparelho de linguagem* constituído pela estrutura de processos que tal área abrigaria.

1.1.4 O APARELHO DE LINGUAGEM

O conjunto dos processos associativos que ocorrem na área da linguagem constituiria o que Freud denomina *aparelho de linguagem*; este corresponderia, portanto, à totalidade organizada dos processos cerebrais envolvidos na produção e recepção da linguagem. Esses processos consistiriam no último estágio da série de reorganizações sucessivas da informação sensorial proveniente do mundo externo. Segundo Freud, os estímulos que incidissem sobre a medula seriam reordenados ao longo do seu caminho até o córtex, onde eles passariam por outros processos associativos e seriam então, mais uma vez, reorganizados. Os complexos associativos formados por esses processos corticais possuiriam concomitantes psíquicos que, no caso da área da linguagem, corresponderiam às representações-palavra e, nas demais regiões corticais, às representações-objeto.

Freud formula essa hipótese da reorganização funcional dos estímulos em substituição à ideia de Meynert de que haveria uma projeção topograficamente exata da periferia do corpo no córtex. Ele recusa duas hipóteses que seriam condições necessárias para a ocorrência dessa projeção ponto por ponto: primeiro, a de que o número de fibras que partem da periferia seja idêntico ao das que ingressam no

6 Segundo Clark & Jacyna (1987, p. 212), historicamente, foram propostas três concepções principais de como o cérebro atua. De acordo com a primeira dessas concepções, o cérebro funcionaria como um todo, com todas as suas partes possuindo uma significação igual, de modo que não seria possível nenhuma localização de funções específicas em regiões individuais. Essa posição foi defendida, entre outros, por Albrecht von Haller. Franz Joseph Gall propôs outra hipótese, segundo a qual as subdivisões morfológicamente separadas do cérebro (hemisférios cerebrais, cerebelo, corpos quadrigêmeos, *medula oblongata*) seriam funcionalmente compostas e as diversas funções seriam independentes umas das outras. Esta segunda concepção do funcionamento cerebral é chamada de “teoria da localização de funções cerebrais compostas”. Pierre Jean Marie Flourens formulou uma terceira hipótese, de acordo com a qual cada uma das grandes subdivisões do cérebro seria funcionalmente unitária. A concepção de Meynert e de Wernicke sobre o funcionamento cerebral estaria mais próxima da posição de Gall, quanto à ideia de que cada região do cérebro é sede uma função diferente e de que as diversas funções são independente umas das outras.

córtex; segundo, a de que, na passagem dessas fibras pelos núcleos de matéria cinzenta, não haja alteração de nenhuma espécie no material conduzido.

Contra a primeira dessas hipóteses, é mencionada uma constatação de Henle, segundo a qual o número de fibras que conecta a periferia do sistema nervoso à medula é maior que o número de fibras que conecta esta última ao córtex. Portanto, de acordo com as próprias características anatômicas do sistema nervoso, apenas entre a periferia sensório-motora e a medula seria possível haver uma projeção ponto por ponto dos estímulos. Devido a essa redução do número de fibras na sua passagem pela medula, uma unidade sensorial que alcançasse o córtex deveria corresponder a várias das unidades sensoriais que partissem da periferia. Sendo assim, haveria, forçosamente, uma reorganização da informação sensorial ao longo de sua condução ao córtex. A partir disso, Freud propõe que a relação entre a periferia do sistema nervoso e a medula possa ser chamada de “projetiva”, como queria Meynert, mas a relação entre esta e o córtex deve ser chamada de “representativa”:

(...) uma unidade de substância cinzenta que pertence a um nível superior não pode corresponder a uma unidade periférica, mas tem que estar relacionada com várias de tais unidades. Isto também vale para o córtex cerebral e é, portanto, adequado empregar termos diferentes para esses dois tipos de representação no sistema nervoso central. Se chamamos projeção ao modo como a periferia está refletida na medula espinhal, sua contraparte no córtex cerebral poderia convenientemente ser chamada uma representação (*Repräsentation*), o que implica que a periferia do corpo não está contida ponto por ponto no córtex cerebral e sim por fibras selecionadas com uma diferenciação menos detalhada (FREUD, 1891a, p. 92; 1891b, p. 66).

Contra a segunda condição necessária para a projeção ponto por ponto dos estímulos – ou seja, contra a hipótese de Meynert de que as fibras retivessem sua identidade funcional mesmo após atravessar os diversos núcleos intermediários de substância cinzenta – Freud argumenta que as várias fibras provenientes de diferentes partes do sistema nervoso se conectam nesses núcleos e que a cada fibra aferente correspondem várias fibras eferentes, em um mesmo núcleo. Dessa forma, não é possível que a informação aferente seja exatamente igual à eferente:

Se seguimos o curso de um feixe sensorial aferente tal como o conhecemos e consideramos como características suas frequentes interrupções nos núcleos cinzentos e sua arborização através deles, podemos supor que o significado funcional de uma fibra muda ao longo do seu caminho até o córtex cerebral cada vez que ela emerge de um núcleo (FREUD, 1891a, p. 94; 1891b, p. 67).

Portanto, no caminho que vai da medula ao córtex, o material sensorial seria sucessivamente reordenado de acordo com os princípios funcionais do sistema nervoso. Assim, os estímulos que chegassem ao córtex – isto é, o material constituinte dos correlatos das representações – possuiriam uma relação muito indireta com os estímulos periféricos, e o processo associativo cortical realizaria um último rearranjo nesse material, tornando essa relação ainda mais indireta. Dessa forma, os correlatos das representações consistiriam no estágio final de um processo de reordenação da informação periférica e, sendo assim, as nossas representações corresponderiam apenas à culminação desse processo, de forma que nós desconheceríamos todas as suas determinações anteriores:

(...) os feixes de fibras, que chegam ao córtex cerebral depois de haver passado por outras massas cinzentas, mantêm alguma relação com a periferia do corpo, porém já não refletem uma imagem topograficamente exata dela. Contêm a periferia do corpo da mesma maneira que – para tomar um exemplo do tema que nos interessa aqui – um poema contém o alfabeto, isto é, numa disposição completamente diferente que está a serviço de outros propósitos, com múltiplas associações dos elementos individuais nas quais alguns podem estar representados várias vezes e outros podem estar totalmente ausentes (FREUD, 1891a, p. 95; 1891b, p. 68).

Freud, com certeza, baseou essa hipótese sobre a reorganização dos estímulos periféricos na teoria de Jackson (1884). Segundo este autor, o sistema nervoso consistiria, da base ao topo, num mecanismo sensório-motor, no qual seria possível diferenciar três níveis de evolução: os centros “inferiores”, “intermediários” e “superiores”. Os centros sensório-motores superiores evoluiriam a partir dos intermediários; estes, a partir dos inferiores, e estes, por sua vez, a partir da periferia sensório-motora. Cada um desses níveis representaria o mesmo material do nível inferior de uma forma diferente, além de incluir novos materiais: Jackson diz que os centros inferior, intermediário e superior são, sucessivamente, “representativos”, “re-representativos” e “re-re-representativos.”. Portanto, as informações sensoriais e motoras seriam sucessivamente reordenadas, e o último nível de organização consistiria no substrato neural dos processos psíquicos, de forma que estes só poderiam representar de forma triplamente indireta as informações da periferia. Em suma, para Freud, o aparelho de linguagem seria constituído por processos associativos entre os elementos acústicos, cinestésicos e visuais das palavras, que consistiriam no último estágio de reorganização dos estímulos periféricos. Haveria dois tipos processos distintos nesse aparelho: os fisiológicos e os psíquicos, que transcorreriam paralelamente. Do ponto de vista fisiológico, o aparelho seria constituído por processos associativos funcionalmente similares, que se sobreporiam uns aos outros, ou seja, segundo a expressão freudiana, que se *sobre-associariam*.

Dessa forma, haveria vários níveis de funcionamento coexistindo no aparelho de linguagem, cada um dos quais corresponderia a momentos diferentes do desenvolvimento do indivíduo. Do ponto de vista psicológico, o aparelho de linguagem seria constituído por representações-palavra, que, embora funcionassem como uma unidade, consistiriam em complexos constituídos por imagens acústicas, visuais, quirocinestésicas e glossocinestésicas. Essa hipótese sobre os elementos constituintes da palavra já se encontrava presente em Wernicke e em outros neurologistas a ele contemporâneos, como Grashey, Bastian e Déjerine. O que pode ser considerado novo na concepção de Freud sobre a representação-palavra é o modo como os processos associativos⁷ que se dão entre seus elementos constituintes são concebidos:

Do ponto de vista psicológico, a “palavra” é a unidade funcional da linguagem: é uma representação complexa constituída por elementos acústicos, visuais e cinestésicos. Devemos o conhecimento desta estrutura à patologia, a qual demonstra que as lesões orgânicas que afetam o aparelho de linguagem ocasionam uma desintegração da linguagem correspondente a tal constituição... Geralmente se consideram quatro constituintes da representação-palavra: a “imagem acústica” ou “impressão acústica”, a “imagem visual da letra” e as “imagens ou impressões glossocinestésicas e quirocinestésicas”, porém esta constituição parece ainda mais complicada se se considera o provável processo de associação implícito nas diversas atividades da linguagem (FREUD, 1891a, p. 117; 1891b, p. 86).

As imagens acústicas seriam as primeiras a se formarem; em seguida, formar-se-iam as imagens glossocinestésicas (imagens motoras da fala), as imagens visuais da leitura e, por último, as imagens quirocinestésicas (imagens motoras da escrita). Todas essas imagens se associariam à acústica; portanto, ao menos inicialmente, todas as atividades da linguagem dependeriam de seu componente sonoro. A fala espontânea, a fala repetitiva e a compreensão das palavras permaneceriam sempre dependentes da imagem acústica, uma vez que a imagem cinestésica só poderia ser acessada por meio dela e uma vez que seria apenas por meio da imagem acústica que a representação-palavra se associaria à representação-objeto, associação da qual dependeria o significado das palavras – Freud afirma que, ao menos no caso dos substantivos, é a representação-objeto que atribui significado à representação-palavra.

A representação-objeto consistiria também num complexo associativo, mas esse complexo não seria constituído apenas por representações acústicas,

7 Observe-se que Freud usa o termo “associação” para se referir tanto aos processos fisiológicos como aos psicológicos.

visuais e cinestésicas, como a representação-palavra; outros tipos de imagens (táteis, olfativas etc.) poderiam vir a integrá-lo ao longo do desenvolvimento. A representação-objeto, assim como a de palavra, possuiria como correlato um processo associativo, que consistiria no último estágio de reorganização do material perceptivo, pois a concepção de Freud sobre o processo de condução dos estímulos da periferia ao córtex não se restringe às informações relacionadas à linguagem, mas se refere ao processo de condução do material perceptivo em geral. Além da representação-objeto ser constituída por uma variedade maior de elementos sensoriais, a possibilidade de novos elementos se acrescentarem a ela nunca cessaria, ao contrário da representação-palavra. Uma vez que as imagens acústicas, visuais e cinestésicas de uma determinada palavra se constituíssem, não haveria novos elementos a serem acrescentados àquela representação. Novas representações-palavra poderiam constituir-se e associar-se às anteriores, mas não seria possível que percepções diferentes da mesma palavra fossem experienciadas. Já com relação à representação de um objeto específico, sempre haveria a possibilidade de que, por exemplo, percepções visuais de diferentes ângulos ou percepções tácteis de suas diferentes partes fossem experienciadas e, assim, acrescentassem novos elementos à representação. É por isso que Freud afirma que, enquanto a representação-palavra é um complexo *fechado*, a representação-objeto é um complexo *aberto*, pois, nesse último tipo de representação, sempre permanece em aberto a possibilidade de que novos elementos se acrescentem aos anteriores.

Essas ideias propostas por Freud baseiam-se, claramente, na concepção de objeto de Stuart Mill (1865). Segundo este autor, quando dois fenômenos que nunca foram experienciados ou pensados separadamente fossem vivenciados juntos com muita frequência, se produziria entre eles o que ele denomina uma “associação inseparável”, que tornaria impossível, desde então, pensar os dois fenômenos isoladamente, a não ser que alguma experiência subsequente viesse dissolver a associação. Dessa associação inseparável e da “capacidade de expectativa” da mente humana – a capacidade que possuímos de, após ter sensações reais, conceber que novas sensações possam vir a ser experienciadas em associação com as anteriores e que, dado certas condições, as mesmas sensações anteriores podem retornar – resultaria a crença na existência de um objeto no mundo externo, segundo Mill. Para ele, essa concepção de “sensações possíveis” traria consigo um caráter de permanência que se oporia ao caráter efêmero de nossas sensações e, a partir dessa diferenciação, seríamos levados a considerar que ambos (objeto e sensação) são coisas diferentes e que as possibilidades de sensações existem independentemente de nós, ou seja, que existem objetos externos, dos quais essas sensações provêm. Ao expor sua concepção de objeto, Freud faz uma referência explícita a essa ideia de Mill. Ele afirma:

A própria representação-objeto é também um complexo de associações composto por representações visuais, acústicas, cinestésicas, tácteis e outras. Segundo o ensinamento da filosofia, a representação-objeto não contém outra coisa; a aparência de uma “coisa”, cujas “propriedades” nos são transmitidas por nossos sentidos, se origina somente do fato de que, ao enumerar as impressões sensoriais percebidas de um objeto, deixamos aberta a possibilidade de que se acrescente uma grande série de novas impressões à cadeia de associações (J. S. Mill) (FREUD, 1891a, p. 122; 1891b, p. 90).

Para Freud, portanto, assim como para Stuart Mill, a representação-objeto consistiria num complexo de impressões sensoriais, e nossa ideia de uma coisa no mundo só poderia ser uma inferência que se originaria desse agregado de impressões e da capacidade de expectativa da mente humana. O aparelho de linguagem consistiria, então, em vários níveis de processos associativos neurológicos concomitantes a vários níveis de processos associativos psicológicos, os quais constituiriam as representações-palavra. Vejamos, por fim, quais consequências para a formulação de um *conceito geral de representação* são acarretadas por essa teoria sobre a fisiologia e a psicologia da linguagem proposta por Freud.

1.1.5 REPRESENTAÇÃO E CONSCIÊNCIA NO APARELHO DE LINGUAGEM

A reformulação da teoria sobre a neurologia e a psicologia da linguagem empreendida por Freud em *Sobre a concepção das afasias* acaba por levar à elaboração de um conceito de representação que se distancia em diversos aspectos daquele que estava subentendido nas teorias por ele criticadas. Em vez de ser o correlato de um engrama elementar contido em uma célula cortical, a representação simples passa a ser concebida como o correlato de um processo associativo complexo e, com isso, a distinção entre representação e associação desaparece no nível neurológico, embora seja mantida no nível psicológico. Uma vez que Freud propôs que o simples do ponto de vista psíquico correspondesse a um processo complexo do ponto de vista neurológico, uma imagem – uma representação simples – deve corresponder a um processo associativo e uma representação complexa, como a da palavra, deve corresponder, portanto, a uma rede de processos associativos. Desse modo, nos correlatos da representação, não é possível mais diferenciar algo que se possa considerar como simples; esses correlatos só existem enquanto complexos, pois só com a associação o correlato de uma representação pode surgir. Mas, do lado psicológico, pode, é claro, haver representações simples e representações complexas, resultantes das associações

entre as primeiras.⁸ Dessa forma, enquanto que, do ponto de vista fisiológico, a associação é o processo constituinte dos correlatos das representações, do ponto de vista psicológico a associação continua podendo ser entendida como um processo que se dá entre as representações simples para a constituição das representações complexas; em outras palavras, nesse sentido, a associação continua sendo concebida de uma forma próxima à concepção da psicologia associacionista.

A noção de sobre-associação (*Superassoziation*) – a ideia de que a associação não é um processo meramente aditivo, mas envolve uma reorganização e uma re-significação funcional do complexo associativo assim formado – foi introduzida por Freud para explicar como se dá o processo de aprendizagem e aquisição da linguagem. Ele argumenta que não é possível inferir a existência de áreas carentes de função baseando-se apenas no fato de que lesões em algumas regiões do cérebro não possam, frequentemente, ser associadas à perda de funções da linguagem; argumenta também que, se a aprendizagem da linguagem consistisse em um processo de expansão topográfica, os efeitos de lesões em áreas como essas seriam totalmente diferentes. A observação do modo como a linguagem é prejudicada nas patologias do cérebro sugere que todas as aquisições a ela relacionadas envolvem a mesma área e que, portanto, as representações aí se sobre-associem. Do ponto de vista neurológico, pode-se dizer que os vários processos se sobrepõem; os novos processos são integrados aos anteriormente constituídos e adquirem novas propriedades, assim como atribuem novas propriedades aos anteriores. Nesse sentido, parece ser possível aproximar o conceito de associação de Freud ao modelo da *química mental* de Stuart Mill. A associação não parece ser pensada por Freud como um processo totalmente mecânico, como o concebia James Mill. No entanto, é preciso lembrar que apenas entre os fenômenos psíquicos seria possível diferenciar entre representações simples e complexas, de acordo com o que Freud sustenta em 1891. E, como, a partir do *Projeto...*, Freud passa a identificar a representação aos próprios processos corticais, desapareceria totalmente a distinção entre representações simples e complexas na teoria freudiana. Por isso, parece difícil sustentar uma aproximação maciça entre o conceito freudiano de associação e aqueles propostos pelos associacionistas britânicos. Em vez de um processo de expansão topográfica, a constituição da representação consistiria num processo de sobre-associação, onde o significado das representações seria transferido das mais antigas para as mais recentes, formando-se, assim, cadeias associativas que corresponderiam, em última instância, a uma mesma significação originária. Uma vez que a representação-palavra, ao menos nos casos dos substantivos, adquiriria

8 Freud usa, para se referir aos elementos constituintes da representação-palavra, tanto o termo *Bild* (imagem) como *Vorstellung* (ideia ou representação), termo este que é sempre usado para se referir à representação-palavra (*Wortvorstellung*) e à de objeto (*Objektvorstellung*). Por exemplo, para se referir à imagem de movimento da fala, ele usa tanto *Sprachbewegungsvorstellung* como *Sprachbewegungsbild*.

seu significado a partir da sua associação com uma representação-objeto, haveria várias cadeias de representações-palavra que, ao fim e ao cabo, denotariam o mesmo objeto. Dessa forma, para se conhecer o significado originário de uma palavra, seria preciso percorrer a cadeia associativa no sentido inverso ao da sua constituição, até alcançar a representação-objeto que, em princípio, está na sua origem.⁹ Algumas afirmações do *Projeto de uma psicologia* (1895) e dos *Estudos sobre a histeria* (1895) sugerem que as representações-objeto adquiririam significado a partir da sua associação com sensações corporais. Sendo assim, essas sensações estariam na base de toda a compreensão das palavras e dos objetos; elas estariam na base das cadeias associativas e, dessa forma, todas as palavras, em última instância, denotariam sensações corporais (CAROPRESO, 2001; CAROPRESO & SIMANKE, 2006).

Em vez de uma cópia dos estímulos recebidos na periferia do sistema nervoso, os correlatos das representações, para Freud, consistiriam em construções deste sistema. No processo de constituição dos correlatos das representações, a informação sensorial externa seria reordenada de acordo com princípios funcionais do sistema nervoso; portanto, nesse sentido, pode-se dizer que as representações seriam constituídas por um funcionamento inato a partir de um conteúdo adquirido. Dado que a representação corresponderia ao ápice de um processo cujos estágios anteriores – isto é, as etapas de seu processo de construção – nos seriam totalmente inacessíveis, nosso acesso aos estímulos externos seria muito indireto, ocorrendo apenas por meio de uma série de mediações interpostas.

Apesar do conceito de representação formulado por Freud se afastar, nos aspectos discutidos acima, da concepção de representação implícita nas teorias neurológicas que ele critica, a identificação entre o psíquico e a consciência – e, portanto, entre representação e consciência – é ainda mantida em *Sobre a concepção das afasias*. Freud considera, nesse texto, mais uma vez seguindo as ideias de Jackson, que o psíquico se restringe ao que é consciente e, conseqüentemente, que toda representação é, por definição, consciente. Os correlatos das representações seriam processos associativos que deixariam atrás de si certas modificações que possibilitariam a conservação e a rememoração, mas só quando o mesmo processo voltasse a ocorrer a representação poderia emergir novamente. Dessa forma, as modificações corticais seriam condições necessárias para a representação, mas não suficientes. Ao falar sobre os processos associativos neurológicos concomitantes às representações, Freud afirma:

Este processo não é incompatível com a localização. Começa em um ponto específico do córtex e a partir daí se difunde por

9 Não parece ser esse o trabalho da terapia psicanalítica? Descobrir o significado originário das nossas ideias atuais e liberar, mais uma vez, o processo de reorganização e re-significação bloqueado pela repetição sintomática?

todo o córtex e ao longo de certas vias. Quando este fato tem lugar, deixa atrás de si uma modificação, com a possibilidade de uma recordação na parte do córtex afetada. É muito duvidoso que essa modificação esteja de algum modo associada com algo psíquico. Nossa consciência não contém nada que possa justificar, do ponto de vista psicológico, o termo “imagem latente de recordação”. No entanto, cada vez que o mesmo processo cortical volta a ser suscitado, o psíquico emerge novamente como imagem de recordação (FREUD, 1891a, p. 99; 1891b, p. 71).

Nesse texto, portanto, o psíquico ainda é claramente identificado à consciência, e só é possível falar de “inconsciente” para designar uma ausência de consciência, que implicaria também a ausência de fenômenos psíquicos propriamente ditos. De acordo com as hipóteses aqui apresentadas, a expressão “representação inconsciente” seria contraditória se tomada com todo rigor, pois a representação estaria inteiramente incluída no domínio dos processos conscientes. Em 1891, a representação é ainda concebida como um fato de percepção e, portanto, como algo necessariamente consciente (SIMANKE, 2006). Para que as noções de representação e de consciência possam ser desvinculadas, será preciso, antes, formular uma teoria que conceba a representação como um fato de memória, e não mais de percepção. Embora o ensaio sobre as afasias lance as bases para uma concepção dinâmica da representação – da qual se nutrirá toda a metapsicologia posterior –, ele não comporta ainda uma teoria da memória à altura das redefinições que aí se esboçam sobre a natureza do fato psíquico, e esta lacuna constitui, nesse momento, um obstáculo ao reconhecimento do inconsciente.

Que desenvolvimentos teóricos vão permitir a Freud incluir a noção de representação inconsciente em sua teoria? Nos textos sobre as neuroses do período que vai da publicação da monografia sobre as afasias à redação do *Projeto de uma psicologia*, Freud progressivamente reconhece que é preciso supor a existência de processos inconscientes que determinam os sintomas neuróticos. Nesses textos, o termo “subconsciente”, assim como “inconsciente”, é empregado em algumas ocasiões para explicar o mecanismo psíquico das neuroses, mas Freud não chega a atribuir definitivamente uma natureza psíquica às representações e associações inconscientes de que fala, o que, ao que parece, acontece somente no *Projeto*.... Antes de passarmos ao comentário deste último texto, vejamos então como Freud emprega esses termos em alguns de seus textos que precedem a redação do *Projeto*....

1.2 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO INCONSCIENTE NOS TEXTOS FREUDIANOS DE 1891 A 1895

No artigo de 1893, *Algumas considerações com vistas a um estudo comparativo entre as paralisias motoras orgânicas e histéricas*, embora Freud

mantenha a ideia de que os processos psíquicos sejam paralelos aos neurológicos, ele não mais identifica tão claramente o psíquico ao consciente, pois introduz a ideia de processos psíquicos “subconscientes”¹⁰ para explicar as paralisias histéricas. Nesse texto, Freud sustenta que as características distintivas das paralisias histéricas, quando comparadas às paralisias orgânicas, se devem ao fato de que, enquanto estas últimas são determinadas pela anatomia do sistema nervoso – isto é, pela extensão e localização de uma lesão orgânica –, as primeiras são totalmente independentes dos fatores anatômicos, pois não decorrem de lesões orgânicas, mas de lesões puramente *funcionais*, isto é, da alteração de propriedades funcionais do sistema nervoso independentes de danos materiais ao tecido nervoso e, portanto, relativamente independentes da estrutura física desse sistema. Do lado psíquico, essa alteração funcional resultaria na exclusão de uma representação das associações conscientes, o que leva Freud a dizer que a paralisia histérica derivaria da “lesão de uma representação”.¹¹ Uma representação lesada não seria uma representação destruída ou cujo substrato material estivesse destruído, mas sim uma representação cujo vínculo com o restante do psiquismo tivesse sido rompido, tornando-a, por isso, indisponível à associação e inacessível à consciência. Ele afirma que, nas paralisias histéricas, a representação do órgão ou função paralisada está inacessível às associações conscientes, pois todo o seu “afeto” está envolvido em uma “associação subconsciente” exclusiva com uma recordação traumática. O termo subconsciente aparece pelo menos uma vez como substantivo: “A impossibilidade de eliminação é notória quando a impressão permanece no subconsciente” (FREUD; 1893b, p. 209). Além disso, ele aparece várias vezes como adjetivo:

(...) a concepção de braço existe no substrato material, mas ela não é acessível às associações e impulsos conscientes porque toda a sua afinidade associativa, por assim dizer, está saturada em uma associação subconsciente com a recordação do acontecimento, do trauma que produziu aquela paralisia (FREUD, 1893a, p. 53; 1893b, p. 209).

De acordo com a teoria apresentada em *Sobre a concepção das afasias*, o termo “subconsciente” seria sinônimo de ausência de processos psíquicos e, portanto, “representação subconsciente” deveria significar simplesmente ausência de representação. Por isso, nesse texto de 1893, ou Freud apóia suas hipóteses

10 Laplanche & Pontalis (1998, p. 494) comentam que, nesse período em que foi publicado o artigo sobre as paralisias histéricas, não parece haver diferença, no uso freudiano, entre “subconsciente” e o que estava prestes a destacar-se sob o nome de “inconsciente”.

11 Neste texto, que foi escrito originalmente em francês, Freud usa o termo “*conception*” para traduzir, ao que tudo indica, o termo alemão *Vorstellung* (ideia ou representação).

em uma concepção sobre a relação entre o psíquico e a consciência diferente daquela sustentada no ensaio sobre as afasias – em uma concepção em que o psíquico não seja mais necessariamente consciente – ou, quando ele fala de representações subconscientes, refere-se apenas a representações não existentes, ou seja, a representações que não mais subsistem enquanto tais. Nesse último caso, as expressões em que aparece o termo “subconsciente” seriam, no máximo, expressões figuradas ou pouco rigorosas.

Uma vez que Freud não esclarece em que sentido o termo subconsciente está sendo utilizado, não é possível saber se ele continua identificando o psíquico ao consciente – e, então, subconsciente significaria ausência de processos psíquicos, de modo que a associação subconsciente seria um processo físico sem concomitante psíquico – ou se ele passou a considerar que o psíquico não se limita ao consciente, isto é, se ele adotou a hipótese de que os processos psíquicos são em parte conscientes e em parte subconscientes e, então, suas expressões não são metafóricas, mas referem-se a algo suposto como realmente ocorrendo. Em suma, permanece a questão de se há ou não um inconsciente psíquico para Freud nesse momento de sua teoria.

No artigo de 1894, *As neuropsicoses de defesa*, Freud enuncia a questão mencionada acima sobre a possibilidade de ocorrerem processos psíquicos na ausência da consciência, mas não chega a tomar uma posição definitiva. Nesse trabalho, como se sabe, ele formula uma hipótese sobre o mecanismo psíquico das psiconeuroses – histeria de defesa, fobias, obsessões e psicoses alucinatórias –, de acordo com a qual sua gênese repousaria em um esforço do eu para defender-se de uma representação intolerável. Essa defesa consistiria na retirada do afeto atrelado à representação traumática, fazendo com que esta representação ficasse isolada dentro da consciência e constituísse, assim, o núcleo de um grupo psíquico secundário. Freud, no entanto, não usa o termo “subconsciente” nem “inconsciente” nesse texto. A representação patogênica, segundo ele, estaria excluída dos processos associativos, mas permaneceria dentro da consciência: “A representação agora debilitada fica segregada de toda a associação na consciência (...)” (FREUD, 1894a, p. 66; 1894b, p. 53). Ele afirma que esse divórcio entre a representação e o seu afeto correspondente ocorre “sem consciência”, mas hesita em aceitar que esses processos que ocorrem na ausência da consciência sejam, estritamente falando, psíquicos:

A separação entre a representação sexual e seu afeto e o enlace deste último com outra representação adequada, porém não inconciliável: eis aí processos que acontecem sem consciência, que somente é possível supor e que nenhuma análise clínico-psicológica é capaz de demonstrar. Talvez fosse mais correto dizer: estes, de modo algum são processos de natureza psíquica,

mas processos físicos cuja consequência se figura como se real e efetivamente tivesse acontecido o expresso mediante o circunlóquio “separação entre a representação e seu afeto” e “enlace falso” deste último (FREUD, 1894a, p. 67; 1894b, p. 54).

Pelo que parece, nesse texto sobre as neuropsicoses de defesa, Freud tende a identificar os processos que se dão na ausência de consciência a processos exclusivamente físicos, mantendo, assim, o psíquico enquanto tal restrito à consciência. Contudo, ele não chega a afirmar cabalmente essa identidade.

Nos *Estudos sobre a histeria* (1895), tanto Freud como Breuer remetem os sintomas histéricos a representações inconscientes, embora tenham opiniões bastante distintas sobre o mecanismo psíquico da histeria. Segundo Breuer, a cisão da atividade psíquica poderia ocorrer em dois casos: quando ela se constituísse durante um estado psíquico anormal – o que ele denomina um “estado hipnóide” – ou quando ela fosse alvo de uma defesa voluntária por parte do eu. Apenas essa última hipótese, proposta já em *As neuropsicoses de defesa*, parece ser aceita sem reservas por Freud nesse texto. Embora, na *Comunicação Preliminar*, escrita em 1893, Freud ainda compartilhasse com Breuer a hipótese da histeria hipnóide, no capítulo sobre a psicoterapia da histeria, escrito dois anos mais tarde, ele afirma que todo caso de histeria hipnóide poderia ser remetido, em última instância, a uma defesa por parte do eu. Ele propõe que toda histeria apresente em sua gênese a separação entre uma representação intolerável e seu afeto, isto é, um esforço defensivo do qual resulta a divisão psíquica característica da histeria. Apesar de ambos os autores usarem o termo inconsciente em diversas ocasiões, aparentemente nenhum deles possui ainda uma concepção clara sobre a natureza e as implicações teóricas dos processos inconscientes revelados pelas observações clínicas.

Para Breuer, haveria dois tipos de representações inconscientes: as que fazem parte da atividade psíquica normal e aquelas cuja existência é patológica. Segundo ele, no funcionamento psíquico normal, as representações cuja intensidade superasse certo limiar seriam conscientes e as que permanecessem abaixo desse limiar seriam inconscientes. Não obstante, estas últimas seriam “suscetíveis de consciência”, ou seja, elas se tornariam conscientes se sua intensidade aumentasse. As representações inconscientes que atuam na histeria, ao contrário, seriam “insuscetíveis de consciência”, isto é, mesmo possuindo uma intensidade elevada, elas permaneceriam inconscientes. Portanto, o campo da atividade psíquica representacional, nesse caso, seria maior que aquele formado pela consciência atual mais a consciência potencial:

O campo da atividade psíquica representacional não coincide, pois, neles, com o da consciência potencial; este é mais

limitado que aquele. A atividade psíquica representacional se decompõe em consciente e inconsciente, e as representações, em suscetíveis e insuscetíveis de consciência. Não podemos, então, falar de uma cisão da consciência, mas sim de uma cisão da psique (FREUD & BREUER, 1895b, p. 235).

Mas, apesar de reconhecer que parte da atividade psíquica representacional é insuscetível de consciência, em outra passagem Breuer nega a possibilidade de haver processos inconscientes de natureza psíquica:

É certo que “representação” provém da terminologia do pensar consciente e, por isso, “representação inconsciente” forma uma expressão contraditória. Mas o processo físico que está na base da representação é o mesmo em seu conteúdo e em sua forma (se bem que não quantitativamente), quer a representação passe o limiar da consciência ou permaneça abaixo deste. Bastaria construir uma frase como “substrato da representação” para evitar a contradição e escapar àquela reprovação (FREUD & BREUER, 1895b, p. 233).

De acordo com o que ele diz nesse ponto, o que se chama de *representação inconsciente* seria, na verdade, um processo físico sem concomitante psíquico, ou seja, estritamente falando, não haveria representações inconscientes. Há, portanto, certo grau de contradição nos argumentos de Breuer, pois ele afirma que a “representação inconsciente” consiste num processo puramente físico e, logo em seguida, afirma que a atividade psíquica representacional não se limita à atividade consciente. Na maior parte do texto, ele parece aceitar a existência de um psíquico inconsciente, baseado nas evidências clínicas e observacionais; mas, na afirmação acima, quando se trata de considerar os problemas conceituais envolvidos, ele expressamente recusa tal possibilidade.

Em seu capítulo sobre a psicoterapia da histeria, Freud mantém a hipótese sobre o mecanismo psíquico desta neurose que havia sido proposta em *As neuropsicoses de defesa* e a estende aos dois outros tipos de histeria mencionados (hipnóide e de retenção). O material patogênico determinante da histeria, segundo ele, seria constituído por um núcleo que conteria as representações traumáticas e por um amplo material mnêmico constituído por representações que, por se associarem com as que se tornaram traumáticas, se teriam tornado também patogênicas. Essas representações possuiriam um triplo ordenamento: elas estariam organizadas, no sentido do núcleo à periferia, de forma linear cronológica, de forma concêntrica, em torno do núcleo, seguindo linhas de resistência decrescente

e de forma irregular, seguindo nexos lógicos e causais.¹² Na análise psíquica, as representações seriam evocadas à medida que a resistência fosse sendo superada, na ordem contrária à da sua constituição, isto é, das periféricas – as quais coincidiriam parcialmente com o eu – às mais próximas do núcleo traumático, que esclareceriam progressivamente o significado do sintoma. Haveria, portanto, uma sequência ininterrupta entre as representações originárias e os sintomas da histeria, isto é, entre as representações inconscientes e as conscientes. Freud distingue dois tipos de representações patogênicas que permaneceriam inacessíveis à consciência do paciente até emergirem na terapia: as que são lembradas – ou seja, as que o sujeito reconhece como tendo sido, de fato, experienciadas – e as que não são lembradas. Estas últimas, embora sejam aceitas racionalmente pelo paciente, devido a sua necessidade lógica e ao afeto que acompanha o seu surgimento e provoca o alívio do sintoma, não são reconhecidas por ele como tendo sido vivenciadas no passado. Freud atribui a incapacidade de lembrança de tais representações ao fato de elas terem consistido, desde quando se formaram, em “pensamentos inconscientes”:

Ainda quando tudo já passou, quando o enfermo, dominado pela compulsão lógica e convencido pelo efeito curativo que acompanha justamente o afloramento desta representação; quando o enfermo, digo, aceita ele mesmo que teve que ter pensado isto ou aquilo, costuma acrescentar: “Porém, não posso recordar que o tenha pensado”. Em tal caso é fácil entender-se com ele: eram pensamentos inconscientes. Agora bem, como se deve registrar esse estado de coisas em suas intuições psicológicas? Há que se passar por alto esse discernimento recusado do enfermo, que não possui motivo algum posto que o trabalho já acabou? Deve-se supor que se trata realmente de pensamentos nunca produzidos e para os quais havia uma mera possibilidade de existência, de modo que a terapia consistiria, então, na consumação de um ato psíquico interceptado? É, evidentemente, impossível enunciar algo sobre isto, ou seja, sobre o estado do material patogênico antes da análise, até que se tenha esclarecido a fundo suas visões psicológicas básicas, antes de tudo sobre a essência da consciência (FREUD & BREUER, 1895a, p. 306; 1895b, p. 304).

Nessa passagem, Freud admite não possuir uma concepção muito clara acerca da natureza das representações inconscientes com que ele vinha se deparando em sua experiência clínica. Trata-se de processos que de fato ocorreram? Ou de

12 Fica claro que a noção de sobre-associação de *Sobre a concepção das afasias* continua sendo pressuposta aqui. Em 1891, no entanto, Freud havia enfatizado apenas o ordenamento temporal das representações; o ordenamento segundo nexos causais e linhas de resistência são acrescentados agora.

processos para os quais havia uma mera possibilidade de existência, a qual não chegou a se consumir? – Pergunta-se ele. Em nenhum dos textos comentados até aqui, ele chega a esclarecer em que consistiriam essas representações inconscientes cuja noção é admitida como necessária para se esclarecer o mecanismo psíquico das neuroses, muito embora, em *As neuropsicoses de defesa* seja possível constatar-se uma inclinação a conceber os processos inconscientes como processos físicos sem concomitantes psíquicos. Aparentemente, nesse período, Freud ainda não possuía uma concepção definida sobre o inconsciente, mas fica claro que a identidade entre o psíquico e a consciência, afirmada sem maiores problemas no texto sobre as afasias, já estava sendo questionada. Essa questão só se define no *Projeto de uma psicologia*, onde Freud formula uma teoria em que a consciência passa a ser concebida como algo que se acrescenta a apenas uma parte das nossas representações, recusando, assim, a identidade total entre o psíquico e o consciente. A reflexão sobre a consciência apontada por Freud como necessária nos *Estudos sobre a histeria* parece, assim, ter sido um dos problemas teóricos que o levaram a redigir o *Projeto*....

1.3 A EXPANSÃO DO CONCEITO DE PSÍQUICO NO PROJETO DE UMA PSICOLOGIA

No *Projeto de uma psicologia* (1895), pela primeira vez, Freud admite expressamente a existência de um “psíquico inconsciente”; surge, então, na teoria freudiana a noção de um inconsciente psíquico e dinâmico. Vimos antes que, em *Sobre a concepção das afasias*, Freud adota a doutrina da concomitância de Jackson e claramente mantém a identificação do psíquico ao consciente. Os processos nervosos concomitantes do psíquico, diz ele, deixam atrás de si modificações que permitem a rememoração diante da reativação do mesmo processo, mas essas modificações permanentes no sistema nervoso não podem, enquanto tais, ser associadas a algo psíquico. Este se restringiria à consciência e seria algo que surgiria paralelamente aos processos nervosos. No *Projeto*..., Freud modifica essa hipótese. O psíquico não se restringe mais ao consciente; ao contrário, a consciência corresponde a sua menor parte, e os processos psíquicos inconscientes são identificados aos processos nervosos que antes eram considerados como sendo apenas os concomitantes fisiológicos do psíquico. A representação deixa de ser concebida como o concomitante psíquico de um processo cortical associativo e passa a ser concebida como sendo o próprio processo cortical. Pode-se dizer, assim, que o *Projeto*... consiste, entre outras coisas, num trabalho de generalização do ponto de vista funcional introduzido em 1891 para a abordagem dos distúrbios de linguagem (SIMANKE, 2006). O conceito de aparelho de linguagem seria, assim, ampliado, dando origem à ideia de um “aparelho neuronal”.

1.3.1 O APARELHO NEURONAL

A proposta inicial do *Projeto de uma psicologia* – redigido em 1895, mas publicado apenas postumamente em 1950 – é fornecer uma psicologia científico-naturalista, segundo a qual os processos psíquicos normais e patológicos seriam explicados a partir de dois postulados principais: a “quantidade” (Q)¹³ e o “neurônio” (N). Nele, Freud desenvolve a ideia de um i, cujo funcionamento e estrutura seriam regulados, inicialmente, pelo “princípio de inércia”, isto é, por uma tendência a descarregar toda a quantidade que alcançasse o aparelho pela via mais rápida. O objetivo manifesto é explicar todos os processos psíquicos mecanicamente, mas, em algumas ocasiões, na impossibilidade de cumprir essa meta, Freud recorre a justificativas biológicas, ou seja, ele procura explicar algumas características dos processos descritos como consistindo em aquisições condicionadas por regras biológicas e inatas.

Em uma carta a Fliess, de 25 de maio de 1895, Freud afirma sobre sua *psicologia para neurólogos*:

Estou atormentado por dois objetivos: examinar que forma irá assumir a teoria do funcionamento mental se introduzirmos considerações quantitativas, uma espécie de economia das forças nervosas e, em segundo lugar, extrair da psicopatologia um lucro para a psicologia normal. Na verdade, é impossível ter uma concepção geral satisfatória dos transtornos neuropsicóticos se não se puder vinculá-la com pressupostos claros sobre os processos mentais normais (MASSON, 1896, p. 129; KRIS, 1950, p. 107).

Conforme o que ele diz nessa carta, seu interesse estava voltado para a formulação de uma teoria quantitativa do funcionamento psíquico em geral, na qual pudesse ser utilizado o conhecimento obtido a partir das observações das neuroses. A ideia de formular uma teoria psicológica em termos quantitativos não representava uma inovação na época em que o *Projeto...* foi escrito. Amacher (1965) comenta que, em muitos pontos, esse texto não se afasta significativamente da neurologia praticada pelos professores de Freud. As descrições da inércia neuronal, da facilitação entre neurônios corticais e da experiência de satisfação como processo cortical e psicológico básico teriam sido essencialmente baseadas nos conceitos que ele tinha aprendido com Brücke, Meynert e Exner. No entanto, algumas de suas grandes inovações – a teoria dos sonhos como realização de desejos, a teoria do mecanismo da histeria e da repressão – apareceriam de forma original no *Projeto...*, reconhece Amacher. Como comenta Monzani, Freud, sem dúvida, foi influenciado

13 Freud usa as abreviaturas Q e Q'n para representar a quantidade. James Strachey, na introdução ao “Projeto...” comenta que não há dúvidas de que ambos os símbolos representem a “quantidade”, porém, é inquestionável que há uma ligeira diferença entre o que eles representam, embora esta diferença não seja explicitada por Freud. Em algumas partes do “Projeto...”, ele parece usar Q para quantidade externa e Q'n para quantidade psíquica, mas este uso não é perfeitamente consistente.

pelas teorias dos neurologistas acima mencionados, mas suas hipóteses parecem ir além dessas teorias pelo fato de incluírem dados provenientes da observação das neuroses:

De fato, toda a articulação das teses do “Projeto...” está vinculada à leitura que Freud elabora, de forma inaugural, sobretudo a partir dos histéricos. É exatamente essa prática clínica original, inédita, que confere ao “Projeto...” sua especificidade própria e o torna um documento único frente às mesmas tentativas nessa linha feitas pelos contemporâneos de Freud, como Exner (MONZANI, 1989, p. 118).

Pribram e Gill (1976) consideram que o que há de singular no *Projeto...* é a revelação da importância e do significado do comportamento inconscientemente determinado como indicador de um processo cientificamente acessível, ao passo que os outros neurologistas tinham se preocupado meramente com o que é mais óbvio na vida mental, isto é, com a consciência. De fato, ao menos do ponto de vista da teoria freudiana, uma das coisas que confere importância fundamental ao *Projeto...* parece ser o fato de nesse texto encontrar-se a primeira formulação do conceito de psiquismo inconsciente. Além disso, Freud define aí uma série de conceitos que reaparecem nos textos metapsicológicos posteriores sem serem totalmente esclarecidos, como o de atenção, de pensamento, de juízo, entre outros.

O primeiro pilar da teoria – a noção de *quantidade* – é definida como algo que diferencia a atividade do repouso e que está submetido à lei geral do movimento. A natureza dessa quantidade, no entanto, não é especificada. Strachey (1998a) comenta que, embora no artigo *As neuropsicoses de defesa*, Freud tenha feito uma vaga comparação entre a soma de excitação – conceito este que seria precursor do de quantidade – e uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo e, nos *Estudos sobre a histeria*, tenha feito uma analogia entre a quota de afeto e certa medida de excitação elétrica nas vias condutoras do encéfalo, não há nenhuma palavra no *Projeto...* que possa ser interpretada no sentido de que Freud entendesse a quantidade estritamente dessa forma. Pribram e Gill (1976), ao contrário, argumentam que Freud identificou a quantidade de excitação neural com suas manifestações elétricas, porque, embora a propriedade básica do movimento neuronal seja neuroquímica, a neuroquímica da hiperpolarização e despolarização da membrana que dão origem a um impulso nervoso propagado estavam ainda, em 1895, em sua infância; portanto, a natureza neuroquímica da quantidade não podia ainda ser descrita adequadamente, mas apenas a sua manifestação como atividade elétrica. Esses autores afirmam que as medições neuroelétricas de potenciais eletrotônicos e impulsos nervosos propagados eram não só comuns em 1895, mas

também suficientemente recentes para empolgar a imaginação dos neurocientistas da época. Por isso, tais ideias teriam muito provavelmente influenciado Freud.

De qualquer forma, o fato é que Freud não especifica a noção de quantidade ao longo de toda a sua obra, pelo menos não quanto à sua natureza fundamental. Em *Além do princípio do prazer*, por exemplo, ele afirma:

(...) não sabemos nada sobre a natureza do processo excitatório nos elementos do sistema psíquico, nem nos sentimos autorizados a adotar uma hipótese a respeito dela. Assim, operamos continuamente com um grande X que transportamos a cada nova fórmula. Admitimos facilmente que esse processo se cumpre com energias que apresentam diferenças quantitativas (...). (FREUD, 1920a, p. 240; 1920b, p. 30).

O segundo postulado principal, o *neurônio*, é concebido como a unidade material e funcional do sistema nervoso. Em 1891, W. Waldeyer havia concluído que o neurônio era a unidade fundamental do sistema nervoso, e Freud parece ter-se baseado nessa descoberta ou teoria, pois ele afirma que seu objetivo é combinar sua teoria da quantidade com o conhecimento sobre os neurônios fornecido pela histologia recente. Segundo o que propõe Freud, os neurônios seriam, por hipótese, estruturalmente idênticos, anatomicamente independentes uns dos outros e entrariam em contato entre si por mediação de tecido não-neuronal. Eles receberiam quantidade através de seus prolongamentos celulares e a emitiriam através dos cilindros do eixo (axônios). Deste modo, sua estrutura estaria de acordo com a tendência fundamental do aparelho como um todo, pois favoreceria a descarga da quantidade.

Com a hipótese do neurônio, Freud pode especificar as características da área cortical homogênea exclusivamente associativa que, como havia sido proposto em *Sobre a concepção das afasias*, constituiria a área da linguagem. Esta seria composta por neurônios estruturalmente idênticos e, portanto, entre tais neurônios é que ocorreriam as associações que estabeleceriam diferenciações nessa área. No *Projeto...*, no entanto, essa hipótese da homogeneidade estrutural cortical é expandida, pois passa a referir-se, nesse novo sentido, à totalidade do sistema nervoso. Uma parte de um dos sistemas do aparelho neuronal – o sistema de memória ψ – seria composta pelas associações linguísticas, cujas funções serão abordadas adiante. Dessa forma, a área da linguagem, mencionada por Freud em sua monografia sobre as afasias, corresponderia a uma parte de um dos sistemas que integram o aparelho neuronal formulado no *Projeto...*

A tendência primordial do aparelho, como vimos, seria anular todo o aumento quantitativo, isto é, manter seu nível de quantidade igual a zero. Essa tendência pode ser entendida como uma tendência a evitar o desprazer, pois Freud identifica,

nesse momento, o aumento da excitação com o desprazer e a sua diminuição com o prazer. O surgimento da quantidade endógena decorrente das necessidades vitais imporá, contudo, uma modificação a essa tendência primária. Se o aparelho recebesse apenas quantidade de origem exógena, seria possível, em princípio, a partir do movimento reflexo, descarregá-la totalmente e, assim, mantê-lo afastado de todo aumento quantitativo. Mas, além de quantidade exógena, seria preciso levar em conta que ele recebe também quantidade endógena, e esta não poderia ser suprimida através do mecanismo reflexo unicamente. Embora os movimentos reflexos funcionem como um meio de descarga para a quantidade endógena, eles não seriam capazes de anular a fonte externa de estimulação, como o fazem em relação à quantidade exógena, ou seja, eles não permitiriam, nesse caso, a *fuga do estímulo*. A anulação de uma fonte interna de estímulos dependeria, ao contrário, de uma atuação mais complexa sobre o mundo, como, por exemplo, a obtenção de alimento, no caso da fome. Seria necessário o que Freud chama de uma *ação específica* para que a estimulação endógena pudesse cessar e, devido à sua complexidade, a execução dessa ação teria como primeira condição um acúmulo de quantidade no aparelho, o que imporá uma modificação na sua tendência fundamental: em vez de manter o nível interno de quantidade igual a zero, a tendência dominante passaria a ser mantê-lo constante no nível mínimo possível. Assim, o princípio de inércia daria lugar, nos termos de Freud, a uma *tendência à constância*. Esta última não se oporia ao princípio de inércia; ao contrário, atuaria em seu favor, permitindo que a quantidade endógena fosse, de fato, mais eficientemente descarregada. Dessa forma, a presença da estimulação de origem endógena no aparelho é que faria com que processos mais complexos aí se desenvolvessem, pois se o aparelho tivesse que lidar apenas com quantidade exógena, ele se limitaria a produzir movimentos reflexos, os quais seriam, em princípio, adequados para descarregar a quantidade exógena e fazer cessar o seu acréscimo.

O aparelho neuronal seria composto por três sistemas de neurônios: o sistema ϕ , cuja função seria receber a quantidade oriunda da periferia do sistema nervoso e transmiti-la, enfraquecida e fracionada, ao sistema vizinho ψ ; o sistema ψ , que seria um sistema de memória, onde se formariam as representações; e o sistema ω , que consistiria no substrato neural da consciência. Tais sistemas não se diferenciariam uns dos outros devido à natureza dos neurônios que os compõem – uma vez que Freud trabalhava com a hipótese de que todos os neurônios fossem estruturalmente idênticos –, mas sim devido ao modo distinto de ação da quantidade em cada um deles. Entre os neurônios, haveria *barreiras de contato*, as quais ofereceriam certa resistência à passagem da excitação de um neurônio para outro, o que teria como consequência que apenas as quantidades cuja intensidade fosse superior à da resistência dessas barreiras conseguiriam transferir-se de um neurônio para outro. Quando isto ocorresse, a barreira de contato seria *facilitada* e, então, em uma próxima ocupação

dos neurônios correspondentes, a resistência encontrada seria menor. Dessa forma, a facilitação diferenciada das barreiras de contato faria com que se constituíssem caminhos preferenciais para o fluxo da quantidade no aparelho, os quais possibilitariam, então, a memória. Mas apenas no sistema ψ as barreiras de contato seriam capazes de oferecer resistência à passagem da excitação; no sistema ϕ , as quantidades recebidas possuiriam intensidade superior à da resistência das barreiras de contato e, por isso, nesse sistema, essas barreiras estariam totalmente facilitadas, não exercendo, assim, nenhuma função; o sistema ϕ seria, por isso, completamente permeável à quantidade. Já em ψ – que receberia quantidade via ϕ – as ocupações seriam menos intensas, uma vez que a estrutura ramificada de ϕ faria com que a corrente excitatória se distribuísse por diversos caminhos, incidindo sobre ψ em vários pontos.¹⁴ Assim, em vez de ser ocupado muito intensamente em um único ponto, o sistema de memória seria ocupado em vários pontos menos intensamente. A quantidade que alcançasse ψ , via ϕ , possuiria intensidade inferior à da resistência das barreiras de contato e, por isso, para conseguir passagem, uma mesma barreira teria que ser ocupada a partir de dois ou mais neurônios simultaneamente, o que faria com que se constituíssem aí caminhos diferenciados. Um grupo de neurônios ocupados cujas barreiras de contato estivessem facilitadas entre si constituiria uma representação. Com essas hipóteses do *neurônio*, da *barreira de contato* e da *facilitação*, Freud tem elementos para esclarecer em que consistiriam as modificações permanentes que resultariam dos processos associativos na área da linguagem que ele havia mencionado em 1891, assim como precisar em que consiste a própria associação no seu nível mais fundamental: as modificações permanentes seriam as facilitações e, dessas últimas, resultaria a associação entre os neurônios. Quando uma barreira de contato entre dois neurônios fosse facilitada, tais neurônios ficariam associados. Em *Sobre a concepção das afasias*, o processo cortical associativo era pensado como sendo o concomitante fisiológico da representação; no *Projeto...*, esse processo passa a constituir a própria representação, a qual seria um grupo de neurônios ocupados, cujas barreiras de contato estariam facilitadas entre si. A circulação da quantidade seria um processo constituinte da representação e, por isso, esta última seria indissociável de um componente energético. A ideia de que a representação só surge com a associação considerada dessa maneira concorda com a hipótese de que as modificações permanentes decorrentes da passagem da quantidade se dão nos contatos entre os neurônios e não nos próprios neurônios, pois a constituição de traços permanentes no aparelho exigiria sempre a associação entre

14 No *Projeto...*, Freud não volta a se referir explicitamente à hipótese formulada em 1891 sobre a reorganização da informação sensorial no processo de condução da medula ao córtex. Contudo, essa reorganização parece decorrer necessariamente da estrutura ramificada de ϕ ; portanto, continuaria pressuposta na teoria a hipótese de que haveria, no processo de condução da informação sensorial até o córtex, uma reordenação dos estímulos, resultando na alteração da significação funcional do processo.

dois neurônios. A representação surgiria quando o caminho facilitado estivesse ocupado e, na ausência de ocupação, ela continuaria existindo enquanto possibilidade, dado que as facilitações permaneceriam. Não parece ser totalmente correta, assim, a equiparação estabelecida por Laplanche e Pontalis (1998) entre neurônio e representação por um lado, e afeto e quantidade por outro. Se a representação é um processo dinâmico, ela corresponde aos neurônios ocupados por quantidade. Na ausência da ocupação, não haveria processo algum e, portanto, não haveria representação. No comentário dos artigos metapsicológicos apresentado adiante, procurarei argumentar que o afeto não pode ser pura e simplesmente o elemento quantitativo da representação, pois, nesse caso, a separação entre a representação e o afeto, que resulta da repressão, implicaria na anulação da representação.

Com a identificação da representação ao processo cortical, desaparece a distinção que havia sido mantida para o nível psicológico, em 1891, entre representações simples e complexas. Toda representação seria complexa, uma vez que toda representação corresponderia a um processo associativo. As características que, em 1891, Freud atribuiu aos concomitantes neurológicos da representação passam, assim, a ser as características da própria representação no *Projeto...*

O sistema ψ seria ocupado não só a partir do mundo externo, mas também a partir do interior do organismo, pois estaria diretamente ligado a este, segundo a hipótese freudiana. O modo de ação da quantidade endógena seria diferente do modo de ação da quantidade exógena e, por esse motivo, Freud é levado a dividir o sistema ψ em dois: “ ψ do manto”, que receberia quantidade exógena via ϕ , e “ ψ do núcleo”, que receberia quantidade endógena diretamente do interior do organismo e que seria, portanto, o local onde se daria a conversão do somático em psíquico. As quantidades endógenas seriam muito pouco intensas e, para conseguirem facilitar as barreiras de contato que separam ψ do núcleo do interior do organismo, elas teriam que passar por um processo de somação. Quando conseguissem ingressar em ψ do núcleo, elas adquiririam expressão psíquica, ou seja, dariam origem a representações. Assim, apesar dessas quantidades serem geradas continuamente, elas converter-se-iam em estímulos psíquicos de modo intermitente; em outras palavras, só quando elas adquirissem, por meio do mecanismo da *somação*, intensidade suficiente para ocupar o núcleo do sistema ψ , elas se converteriam em estímulos psíquicos. Ao contrário do que acontece em relação aos estímulos exógenos, a quantidade de origem endógena atuaria diretamente sobre o sistema ψ . Não haveria, desse modo, nenhum mecanismo capaz de bloquear ou fragmentar os estímulos endógenos, como o fazem, respectivamente, as terminações sensoriais nervosas e o sistema ϕ , em relação à quantidade exógena. Além disso, como se viu acima, resposta reflexa não seria eficaz como meio de descarga dessas quantidades. Como consequência, “ ψ , desse lado, está exposto sem proteção às Qs, e nisto reside a ‘mola pulsional’ do mecanismo psíquico” (Freud, 1895/1950b, p. 30). A necessidade de encontrar

um meio de descarga eficaz para a estimulação endógena é que impulsionaria, então, o desenvolvimento de todos os processos psíquicos mais complexos.

Assim, enquanto ψ do manto conteria representações constituídas a partir de quantidades exógenas, ψ do núcleo conteria representações constituídas a partir de fontes internas de estimulação. Estas últimas parecem possuir as mesmas características atribuídas ao conceito de pulsão no artigo metapsicológico *Pulsões e destinos das pulsões*, de 1915. No entanto, na mesma época, no artigo metapsicológico sobre *A repressão*, Freud adota a hipótese de que a pulsão só se manifesta no psíquico a partir de uma representação, a “representação representante de pulsão” (*Triebvorstellungs-repräsentanz*) e, a partir de então, passa a tratar a pulsão como se fosse a própria estimulação endógena, distinguindo-a de sua representação psíquica. Mas ele continua pensando as características da estimulação endógena e de suas consequências psíquicas exatamente da mesma forma. Assim, no *Projeto...*, parece encontrar-se a origem do conceito de pulsão, embora esse termo seja empregado apenas uma ou duas vezes em 1895. Essas questões serão retomadas adiante quando os artigos metapsicológicos forem comentados.

O conjunto de ocupações de ψ do núcleo constituiria o “eu”, o qual seria o portador do armazenamento de quantidade necessário para a satisfação das necessidades vitais. Essa quantidade armazenada seria por ele utilizada para direcionar os processos associativos de modo que estes atingissem as condições necessárias para a satisfação e impedissem a produção de desprazer. O eu atuaria através de “ocupações laterais”, isto é, ocupando os neurônios adjacentes aos ocupados a partir de ϕ e deslocando, assim, o curso da corrente excitatória, pois, segundo o princípio de associação por simultaneidade, a quantidade passa mais facilmente para um neurônio já ocupado do que para um desocupado. O eu teria acesso também a todas as facilitações de ψ do manto e, por isso, seria composto por uma parte constante – as ocupações do núcleo – e uma parte variável – as ocupações ocasionais do manto, que teriam a finalidade de ali alterar o curso associativo.

Segundo Freud, a quantidade empregada na ocupação do eu estaria em “estado ligado”, ou seja, na passagem da excitação de um neurônio para outro, parte dela seria retida no primeiro, de modo que os neurônios permanecessem permanentemente ocupados. A excitação em estado ligado, no entanto, só passaria a existir após a inibição do modo de associação primário, o qual se caracterizaria pelo livre fluxo da quantidade pelos neurônios, seguindo unicamente as vias melhor facilitadas, sem a retenção de nenhum montante de excitação na passagem de um neurônio para o outro. No processo primário, o curso da excitação seguiria apenas o caminho melhor facilitado; no processo secundário, ao contrário, as associações seriam direcionadas de forma a permitir que a realidade fosse levada em consideração e, assim, a satisfação das necessidades se tornasse possível. A inibição do processo primário, que instauraria o processo secundário, seria inicialmente

condicionada por uma regra biológica – a *defesa primária* –, segundo a qual a ocupação de representações que geram desprazer tenderia a ser evitada. Esse condicionamento ocorreria devido ao desprazer produzido nas repetições dos estados de carência orgânica e dos esforços para alcançar o que Freud chama de *vivência de satisfação*. Essa vivência desempenharia um papel estruturante fundamental para o modo de funcionamento normal do aparelho.

Na primeira vez em que o recém-nascido sentisse fome – isto é, na primeira ocupação de ψ do núcleo –, essa ocupação desencadearia respostas reflexas, como o grito, o choro e a agitação motora, que consistiriam na única forma de eliminação de quantidade que o recém-nascido originariamente possui. Essa reação, embora não fosse em si capaz de eliminar o desprazer, uma vez que a fonte interna de estimulação não seria anulada por ela, funcionaria como um meio de comunicação entre a criança e o adulto, pois faria com que este atentasse para o estado de carência do bebê. Quando o adulto executasse a ação específica – por exemplo, quando a mãe oferecesse o seio à criança – esta, através de ações reflexas, realizaria os movimentos necessários para a alimentação e, assim, a recepção de estímulos internos cessaria, fazendo com que o desprazer desaparecesse.

Essa experiência é o que Freud denomina *vivência de satisfação*. Como consequência desta, ocorreriam três coisas em ψ . Em primeiro lugar, o desprazer decorrente da ocupação do núcleo de ψ cessaria; em segundo lugar, constituir-se-ia uma representação do objeto externo, cuja percepção fora simultânea à experiência de satisfação; e, em terceiro, formar-se-ia uma representação do movimento reflexo bem-sucedido executado (o sugar, no caso).¹⁵ Entre essas duas representações de ψ do manto e os neurônios nucleares se estabeleceria, então, uma facilitação, devido ao fato de que as primeiras teriam sido constituídas simultaneamente à ocupação de ψ do núcleo. Uma vez formadas essas facilitações, quando o estado de excitação no núcleo reaparecesse, o processo excitatório seguiria o caminho por elas definido e ocuparia novamente a representação de ψ do manto. Essa tendência, assim constituída, para ocupar as representações-objeto em ψ do manto é o que Freud chama de *desejo*. O desejo seria, assim, uma tendência para ocupar a representação de um objeto, e a ocupação desta representação consistiria em uma *realização de desejo*. Na próxima ocorrência desse processo, não haveria apenas uma necessidade a ser satisfeita, mas também um desejo ser realizado, uma vez que o estado de carência já teria se associado à representação de um objeto e, então, visaria especificamente sua ocupação. Nesse caso, não havendo nenhuma inibição, a ocupação da representação-objeto devido à animação de desejo seria muito intensa, de modo que seriam despertados os *signos de qualidade*

15 Todos os movimentos dariam origem a excitações sensoriais que constituiriam imagens de movimento em ψ , segundo Freud.

que possibilitariam a consciência de uma representação, como veremos adiante; em outras palavras, nesses casos, ocorreria uma *alucinação*. Em consequência dessa alucinação, a ação reflexa – no caso, a sucção – seria executada e, nessas condições, provocaria uma frustração. O recém-nascido se encontraria, assim, num estado designado por Freud como de *desamparo* (*Hilflösigkeit*).

No entanto, para possibilitar a sobrevivência do indivíduo, seria necessário haver uma alteração nessa tendência primária do processo associativo de seguir unicamente o caminho melhor facilitado, de forma que a representação de desejo não fosse mais tão intensamente ocupada e o eu tivesse, então, condições de diferenciar entre uma lembrança e uma percepção e, com isso, evitar a ocupação inútil das representações de movimento na ausência do objeto na realidade. Ou seja, a própria sobrevivência exigiria a substituição do modo primário de funcionamento do aparelho – do *processo primário*, que se caracterizaria pelo fluxo livre da quantidade através dos neurônios – por um modo secundário de funcionamento – pelo *processo secundário*, que se caracterizaria pela retenção de uma parte da quantidade nos neurônios. A inibição do processo primário, como dissemos, seria inicialmente uma consequência da primeira regra biológica – a *defesa primária*. Como no ressurgimento da fome, após a vivência originária de satisfação, a ocupação muito intensa da representação desejada e das imagens motoras a ela associadas provocaria uma intensificação do desprazer (a frustração da satisfação esperada), o condicionamento biológico representado pela defesa primária faria com que o eu, primeiro, não mais ocupasse as representações de movimento constituídas quando da vivência de satisfação e, depois, faria com que ele não mais ocupasse a representação do objeto de desejo tão intensamente a ponto de que esta não mais se distinguisse de uma percepção.¹⁶ Assim, os signos de qualidade não seriam mais fornecidos na ausência do objeto na realidade e, portanto, quando surgissem, eles atuariam como um sinal de que o objeto desejado está presente e de que os movimentos necessários para a obtenção da satisfação podem ser executados com êxito; o desamparo poderia ser assim superado. Desse modo, o condicionamento do eu pela primeira regra biológica conduziria à inibição do processo primário, assinalando a passagem do processo primário para o secundário, a qual coincidiria com a substituição da tendência à

16 Como consequência da primeira regra biológica – a da *defesa primária* – se estabeleceria uma segunda – a da *atenção*. Sendo condicionado pelo desprazer, surgido nos casos em que as percepções não foram levadas em consideração, o eu aprenderia a permanecer atento a elas; ele passaria a manter uma ocupação constante dos signos de qualidade.

inércia pela tendência à constância.¹⁷ Esta inibição faria com que certa quantidade fosse retida no núcleo – em outras palavras, a excitação em estado livre seria ligada – assegurando, dessa forma, a manutenção da reserva necessária para que o eu pudesse influenciar os processos associativos, de modo a evitar a produção de desprazer e a propiciar a satisfação das necessidades vitais. Haveria, como foi dito, um terceiro sistema de neurônios – o “sistema ω ” – que estaria relacionado com a consciência. Mas, antes de comentarmos as características desse sistema, é necessário esclarecer como a relação entre a consciência e os demais processos psíquicos é pensada no *Projeto...*

1.3.2 A RELAÇÃO ENTRE O PSÍQUICO E A CONSCIÊNCIA NO PROJETO...

No *Projeto...*, pela primeira vez, a possibilidade de um psiquismo inconsciente é claramente aceita por Freud. Na passagem abaixo, ele afirma textualmente que os processos psíquicos existem independentemente da consciência:

Temos tratado os processos psíquicos como algo que possa prescindir do conhecimento dado pela consciência, existindo independentemente de tal consciência (...) Se não nos deixarmos desconcertar por tal fato, segue-se desse pressuposto que a consciência não proporciona nem conhecimento completo, nem seguro dos processos neurônicos; cabe considerá-los em primeiro lugar e em toda a extensão como inconscientes e cabe inferi-los como as outras coisas naturais (FREUD, 1895/1950a, p. 400; 1895/1950b, p. 187).

O aparelho neuronal descreve processos mais ou menos hipotéticos que ocorrem no sistema nervoso e que podem, em princípio, ser relacionados a regiões anatômicas do cérebro. No *Projeto...*, Freud expande o conceito de psíquico em relação ao de consciência, atribuindo uma natureza psicológica aos processos nervosos que, em 1891, eram considerados como sendo apenas os concomitantes neurológicos dos fenômenos psíquicos. Em vários momentos de sua obra posterior, Freud tratou de justificar a suposição do psiquismo inconsciente, e o que ele, em geral, alega é, resumidamente, o seguinte: os sintomas neuróticos, assim como o fenômeno da sugestão pós-hipnótica, os sonhos e outras manifestações psíquicas, teriam deixado claro que os fenômenos conscientes apresentam lacunas, pois são determinados por uma série de processos inconscientes. Apenas levando-se em consideração esses processos, seria possível preencher as lacunas da consciência

17 A ideia de Jackson continua presente na teoria freudiana: um nível de organização superior se instala e passa a dominar o inferior. Contudo, no *Projeto...*, após o estabelecimento do processo secundário, o primário só volta a se manifestar nas patologias e nos sonhos que consistiriam em retrogressões funcionais, no sentido jacksoniano – seriam os chamados “processos primários pós-tumos”. No capítulo 7, como veremos, Freud sustenta que os processos primários e secundários coexistiriam mesmo no funcionamento normal do aparelho.

e alcançar uma compreensão mais completa das manifestações conscientes. Uma psicologia que ignore o inconsciente, argumenta Freud, não seria capaz de explicar a maior parte dos fenômenos psíquicos e, na verdade, não poderia ser uma ciência de pleno direito, pois isso pressuporia que os eventos a serem explicados fossem inseridos em uma série causal coerente. Os processos inconscientes corresponderiam à maior parte do psíquico e, na verdade, ao essencial deste; eles seriam o “psíquico genuíno”, como afirmaria Freud, mais tarde, no *Esboço de psicanálise* (1938). Portanto, se a restrição do psíquico à consciência é mantida, ou a psicologia consegue explicar pouca coisa ou ela terá que dedicar grande parte de suas investigações a eventos que não são de natureza psíquica e, nesse caso, talvez não houvesse muita justificativa para se continuar falando de uma “psicologia”. Além disso, essa identificação entre o psíquico e a consciência não passaria de uma convenção, e não pareceria haver nada de especialmente problemático em abandonar uma convenção, se ela passa a se mostrar inadequada ou insuficiente. Esses são alguns dos argumentos usados por Freud para justificar a suposição do inconsciente, a cujo detalhe ainda teremos que retornar no comentário dos trabalhos metapsicológicos posteriores.

Como foi dito anteriormente, os processos associativos que ocorrem no sistema ψ seriam as próprias representações, e não mais apenas seus concomitantes fisiológicos, como Freud pensava em *Sobre a concepção das afasias*. Esses processos seriam totalmente independentes da consciência: esta poderia ou não se acrescentar a uma parte das representações, dependendo para isso de condições adicionais. Freud abandona, portanto, a doutrina da concomitância de Jackson e passa a conceber o psíquico como abarcando, além dos fenômenos conscientes, também os processos inconscientes. Isso não significa que os primeiros tenham que ser deixados de lado; ao contrário, ao comentar a relação da sua teoria da consciência com as demais, Freud afirma:

Segundo uma teoria mecanicista avançada, a consciência é só um aditivo aos processos fisiológico-psíquicos, cuja supressão não alteraria nada no curso psíquico. De acordo com outra doutrina, a consciência é o lado subjetivo de toda ocorrência psíquica, logo, inseparável do processo fisiológico mental. Entre ambas situa-se a teoria aqui desenvolvida. Consciência é, aqui, o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos no sistema nervoso, isto é, dos processos ω ; e sua supressão não deixa inalterada a ocorrência psíquica, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω (FREUD, 1895/1950a, p. 403; 1895/1950b, p. 190).

Parte do funcionamento cortical – aquela correspondente aos sistemas ψ e ω – constituiria, assim, os processos psíquicos. Parte desses processos psíquicos, por sua vez – os que constituem o sistema ω – poderia tornar-se consciente. Mais

precisamente, a consciência seria o “lado subjetivo” dos processos de ω , segundo afirma Freud, e não os próprios processos ω . Mas o que significa ser o lado subjetivo de tais processos? Freud não é nada claro com relação a isso. Em uma passagem do *Projeto...*, ele reconhece que não se pode explicar como os processos de ω fazem surgir a consciência e que ele tentará apenas descrever os processos paralelos aos fenômenos conscientes. Essa afirmação parece indicar que a consciência seria um fenômeno que se daria em paralelamente aos processos nervosos que constituem o psiquismo inconsciente. Em uma passagem do *Esboço de psicanálise* (1938), Freud parece continuar a supor um paralelismo entre os processos inconscientes e os conscientes. Ele afirma:

(...) esses processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo que não haveria alternativa a não ser adotar a suposição de uns processos físicos ou somáticos concomitantes do psíquico, aos quais parece necessário atribuir uma perfeição maior do que às séries psíquicas, pois alguns deles têm processos conscientes paralelos e outros não. Isso sugere, de uma maneira natural, por o acento, na psicologia, sobre esses processos somáticos, reconhecer neles o psíquico genuíno e buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes (Freud, 1938a, p. 155).

Segundo o que se lê nessa passagem, os fenômenos conscientes seriam paralelos aos processos nervosos que constituiriam o psiquismo inconsciente. Freud continua também a utilizar o termo “concomitante”. Isso sugere que, para incorporar a noção de inconsciente em sua teoria, Freud tenha tido que deslocar a relação de concomitância – que, em 1891, ele supunha existir entre uma parte dos processos nervosos e o psíquico – para entre os processos psíquicos inconscientes e os conscientes. Os processos nervosos, que antes seriam os concomitantes fisiológicos do psíquico, teriam sido identificados ao psiquismo inconsciente, e a série consciente paralela, que antes correspondia a todo o psíquico, é mantida, mas passa a corresponder a apenas uma parte do psíquico, isto é, à sua parte consciente. Como consequência, o psíquico consistiria em processos nervosos, alguns dos quais teriam fenômenos conscientes paralelos e outros não.

Hughlings Jackson, autor da doutrina da concomitância adotada por Freud em 1891, parece supor que a série psíquica seria substancialmente diferente da série fisiológica, como comentamos anteriormente. Ele parece sustentar, portanto, uma posição claramente dualista. Poder-se-ia dizer que Freud sustenta um dualismo semelhante? Os fenômenos conscientes paralelos aos processos psíquicos inconscientes não seriam processos materiais? Em outras palavras, Freud teria trazido o dualismo de substâncias para dentro do campo do psíquico? Parte do psíquico seria material (o inconsciente) e parte seria imaterial (o consciente)? Esperaríamos em vão encontrar um esclarecimento definitivo de Freud a esse

respeito. A passagem referida acima, extraída do *Esboço de psicanálise*, é a mais clara a respeito dessas questões, mas ela não nos diz nada de muito conclusivo. Mas reservemos para o capítulo final uma discussão mais minuciosa dessa questão.

Seja como for, a consciência corresponderia, então, a uma parte consideravelmente reduzida do psíquico. Freud propõe que os processos psíquicos inconscientes devam ser abordados de uma perspectiva científico-naturalista: como consistem em processos físicos envolvendo neurônios e quantidades, o psíquico inconsciente estaria dentro do campo da ciência natural. Já o psíquico consciente, pelo que parece, estaria excluído desse campo:

Até agora, de nenhum modo discutimos que toda teoria psicológica, além das realizações decorrentes do lado científico-naturalista, tem de satisfazer ainda uma grande exigência. Ela nos deve explicar aquilo que conhecemos da forma mais enigmática através da nossa “consciência” (FREUD, 1895/1950a, p. 400; 1895/1950b, p. 186).

Com a afirmação de que os fenômenos conscientes estão “além das realizações científico-naturalistas”, Freud parece considerar que esses fenômenos deveriam ser abordados a partir de uma perspectiva diferente daquela adotada pela ciência natural, o que teria como consequência epistemológica a proposição de uma cisão, dentro do campo da psicologia, entre uma *psicologia do inconsciente* – que seria uma ciência natural – e uma *teoria da consciência* – que requereria outra espécie de abordagem, a qual não chega, no entanto, a ser especificada. Freud parece, nesse momento, começar a conceber a metapsicologia como uma teoria especulativa sobre o modo de operação de uma parte dos processos que ocorrem no sistema nervoso, os quais constituiriam o psiquismo inconsciente (o “o psíquico genuíno”, conforme ele se expressa no *Esboço...*); a metapsicologia seria, então, uma espécie de “neuropsicologia especulativa”, que sustentaria o programa de uma psicologia entendida como ciência natural. Como argumentam Pribram e Gill (1976), o *Projeto...* é, sobretudo, um documento neuropsicológico. As hipóteses metapsicológicas do *Projeto...* seriam esboços de explicações neuropsicológicas.

No *Esboço de psicanálise*, Freud retoma, de forma ainda mais explícita, essas mesmas ideias sobre a relação entre o psíquico, a consciência e os processos nervosos e diz que a suposição do psíquico inconsciente permite tratar pelo menos parte da psicologia como uma ciência natural:

Enquanto a psicologia da consciência nunca saiu daquelas séries lacunares, que evidentemente dependem de outra coisa, a concepção segundo a qual o psíquico é em si inconsciente permite configurar a psicologia como uma ciência natural entre as outras (FREUD, 1938a, p. 156).

Como é possível perceber a partir das passagens acima mencionadas, no *Esboço de psicanálise* Freud parece manter inalteradas suas hipóteses do *Projeto...* quanto a esses pontos: a identificação do psíquico inconsciente com processos nervosos; a hipótese de que a consciência é algo que surge em paralelo aos processos psíquicos inconscientes; e a consequente cisão, no campo da psicologia, entre uma psicologia do inconsciente, que seria uma ciência natural, e uma psicologia da consciência, que trataria seu objeto de estudo a partir de outra perspectiva não especificada. Portanto, a metapsicologia, concebida na origem do pensamento freudiano como uma neuropsicologia especulativa, parece continuar a ser pensada da mesma forma no período final da teoria freudiana. E quanto ao período que se intercala entre 1895 e 1938? Teria Freud mantido sempre essas mesmas hipóteses? Permanece, portanto, a questão de se Freud manteve essas concepções sobre a metapsicologia e a natureza do psíquico inconsciente ao longo de sua obra – se, como sustentam Pribram e Gill (1976), a metapsicologia posterior ao *Projeto...* é apenas ostensivamente psicológica, mas, no fundo, neuropsicológica – ou se ele as abandonou após o *Projeto...* e as retomou no fim de sua obra. Essa é uma das questões centrais a serem discutidas ao longo deste trabalho.

No *Projeto...*, portanto, Freud abandona a doutrina da concomitância, tal como esta havia sido proposta por Jackson, e expande o campo do psíquico para além dos limites da consciência. Os processos neuronais que Freud se empenha em descrever são o próprio psíquico inconsciente, e não mais apenas os seus concomitantes fisiológicos. Em *As neuropsicoses de defesa* (1894), ele havia expressado a sua dúvida: os processos determinantes dos sintomas neuróticos seriam processos puramente físicos que influenciam o psíquico ou deve-se atribuir a eles uma natureza psíquica? Uma primeira resposta é fornecida no *Projeto...*: esses processos são, sim, processos físicos, mas nada impede que, por suas propriedades e por seu modo de operação, eles sejam também considerados como psíquicos; nada parece obstar que a noção de psíquico seja expandida para abarcá-los.

A introdução do conceito de psíquico inconsciente no *Projeto...* não é algo implícito ou subentendido no texto, mas totalmente explícito, como indicam as passagens citadas anteriormente. Contudo, algumas leituras desse texto dizem exatamente o oposto, como a de James Strachey e de Solms. Strachey, em seu apêndice ao artigo metapsicológico sobre o inconsciente, afirma que no *Projeto...*, com sua tentativa de explicar todo o âmbito dos processos psíquicos em termos de neurônios e quantidades, Freud teria evitado inteiramente a necessidade de postular quaisquer processos psíquicos inconscientes. Ele parece acreditar que Freud manteve a hipótese da concomitância entre os processos nervosos e os processos psíquicos e que o *Projeto...* teria sido somente uma tentativa de explicar os processos nervosos que estariam na base do psíquico. Solms (1998) apresenta uma opinião semelhante. Ele argumenta que, como no *Projeto...* Freud ainda não trabalhava com a noção de

processos mentais inconscientes, ele era levado a crer que era necessário traduzir os processos psíquicos – isto é, conscientes – em termos físicos, pois só o substrato físico do psíquico apresentaria uma cadeia de processos causais ininterrupta, passível de ser abordada de uma perspectiva científico-naturalista. Ao admitir os processos psíquicos inconscientes, os processos psíquicos passaram, eles mesmos, a apresentar-se como uma cadeia causal ininterrupta, permitindo a Freud abandonar suas especulações neurológicas. Para Solms, Freud nunca teria, de fato, abandonado a doutrina da concomitância de Jackson; ele apenas lhe teria acrescentado a hipótese de que os eventos psíquicos são em parte conscientes e em parte inconscientes. No capítulo 7 de *A Interpretação dos sonhos*, diz Solms, Freud teria passado a figurar:

(...) a sequência causal de eventos como consistindo em duas cadeias contínuas: uma sequência ininterrupta de processos fisiológicos e uma sequência igualmente ininterrupta de eventos mentais – alguns dos quais eram inconscientes e outros não (SOLMS, 1998, p. 7).

Isso lhe teria permitido concretizar sua ambição de estabelecer a psicologia como uma ciência natural. Mas, se Freud manteve a doutrina da concomitância de Jackson, como a psicologia poderia ser uma ciência natural, uma vez que os processos psíquicos seriam de natureza distinta dos físicos? De acordo com a visão de Jackson, a psicologia não poderia, de forma alguma, ser uma ciência natural. Além de sustentar que Freud sempre manteve a doutrina da concomitância assumida em 1891, num outro artigo, Solms e Saling (1986) argumentam que o rompimento com o localizacionismo e a adoção da doutrina da concomitância em *Sobre a concepção das afasias* teria sido o momento decisivo na história da psicanálise, pois permitiu a Freud teorizar sobre os processos psíquicos independentemente do seu substrato orgânico. Sem dúvida, o rompimento com o localizacionismo foi um passo decisivo na história da psicanálise. Mas o que teve mais importância nesse rompimento não teria sido a possibilidade de conceber os processos nervosos como algo passível de ser abordado a partir de outro referencial que não o anatômico – ou seja, a adoção do que Freud, em 1891, chamou de “ponto de vista funcional”? E não, como sustenta Solms, a adoção da doutrina da concomitância, que teria permitido a Freud pensar o psíquico como algo totalmente independente do seu substrato orgânico? Essa é a hipótese com a qual se procura trabalhar aqui. A concepção sobre a relação entre o funcionamento e a anatomia do sistema nervoso que Freud adota a partir das conclusões extraídas da sua crítica ao localizacionismo, como argumentaremos abaixo ao comentar o capítulo 7, parece ser o fator decisivo para a constituição da metapsicologia freudiana, pois é isso que vai permitir-lhe continuar desenvolvendo suas hipóteses metapsicológicas – a teoria do aparelho psíquico, sobretudo – após o abandono do referencial anatômico.

A hipótese, defendida por Strachey e por Solms, de que Freud continuou sustentando a doutrina da concomitância de Jackson e de que no *Projeto...* ainda não se encontra presente a noção de psíquico inconsciente parece ir contra tudo o que Freud diz ali explicitamente, começando pela sua intenção manifesta de “fornecer uma psicologia científico-naturalista”. Se Freud tivesse mantido a ideia de que o psíquico é algo de natureza distinta dos processos nervosos e que se dá inteiramente de forma paralela a estes, o *Projeto...* não poderia ser uma tentativa de formular uma teoria psicológica, mas apenas uma tentativa de formular uma teoria sobre o substrato neurológico do psíquico. Parece ser exatamente isso que Strachey e Solms acreditam. No entanto, Freud deixa claro que se trata de propor uma psicologia expressa em termos quantitativos, e não de elaborar uma teoria sobre o substrato orgânico do psiquismo. Quanto à suposta ausência de referência a processos inconscientes nesse texto, Freud também diz textualmente que os processos do sistema ψ são processos psíquicos e que o psíquico é algo que existe independentemente da consciência, não parecendo, portanto, ser possível sustentar posições tais como as de Strachey, Solms e Saling.

1.3.3 O SISTEMA ω

Freud tenta, no *Projeto...*, estabelecer as características dos processos nervosos que teriam a consciência como o seu “lado subjetivo”. Para incluir a consciência na teoria do aparelho neuronal, ele introduz um terceiro sistema de neurônios – o sistema ω . Freud argumenta que é necessário propor esse terceiro sistema de neurônios para explicar a produção das sensações ou das qualidades de consciência, porque tais sensações não poderiam se originar em ψ , uma vez que este sistema é responsável pela rememoração e esta transcorre sem qualidade (recordar uma imagem visual, por exemplo, não é vê-la novamente, e assim por diante); elas também não poderiam se originar em ϕ , porque se sabe que a consciência está relacionada com os níveis mais elevados de operação do sistema nervoso, e não poderiam tampouco originar-se no mundo externo, pois neste haveria apenas massas em movimento. Não haveria, então, alternativa, a não ser postular um terceiro grupo de neurônios – cujo conjunto constituiria o sistema ω –, cujos estados de excitação seriam responsáveis pela consciência, conclui Freud. Este sistema estaria conectado apenas a ψ ; portanto, a ordem dos sistemas seria: $\phi > \psi > \omega$.

Uma vez que as quantidades em ψ seriam pouco intensas – de modo que apenas a ocupação simultânea de mais de um neurônio fosse capaz de facilitar as barreiras de contato, ou seja, de modo que tal sistema permanecesse parcialmente impermeável – e uma vez que ω poderia ser ocupado apenas a partir de ψ , a permeabilidade que caracteriza a consciência – isto é, o fato de que a consciência deve, assim como a percepção, preservar sempre as mesmas capacidades receptivas, o que tem como

condição a ausência de traços permanentes – deveria resultar de algo diverso da intensidade da quantidade, pois esta seria ainda menos intensa do que aquela que alcança ψ e, deste modo, seria incapaz de facilitar completamente as barreiras de contato. Esse raciocínio leva Freud a introduzir um novo elemento na teoria:

Vejo somente uma saída que implica rever a suposição fundamental sobre o curso de Q'n. Até agora, só o considerei como transferência de Q'n de um neurônio para outro. Mas o curso tem de ter ainda uma característica de natureza temporal; pois, também para os outros movimentos de massa do mundo externo, a mecânica dos físicos considerou a característica temporal. Eu a chamo resumidamente o período. Logo, suporei que toda resistência das barreiras de contato só valeria para transferência de Q; o período do movimento neuronal propagar-se-ia sem inibição em todas as direções, semelhante a um processo de indução (FREUD, 1895/1950a, p. 402; 1895/1950b, p. 188).

Os neurônios ω , então, seriam permeáveis ao período, e não à quantidade; disso resultaria a permeabilidade e a abertura permanente a novas percepções que caracteriza a consciência. Esses neurônios seriam sensíveis ao período da excitação, e o fato de serem afetados pelo período, a partir de um mínimo de preenchimento por quantidade, seria o fundamento da consciência. Esta, no entanto, não resultaria apenas da sensibilidade de ω ao período, mas da capacidade de discriminar diferenças no período, as quais seriam decorrentes do fato dos órgãos sensoriais agirem como filtros, dando passagem apenas a estímulos com períodos específicos (frequências sonoras, comprimentos de onda luminosa etc.). Sendo assim, o único motivo que justificaria que a consciência só surja a partir da atividade de ω é que, nesse sistema, o nível de quantidade encontrar-se-ia muito reduzido. Uma vez que todos os neurônios seriam, por hipótese, estruturalmente idênticos e que o período e suas diferenças antes de chegar a ω se propagariam por intermédio de ϕ e de ψ , a única coisa que haveria de diferente em ω e que justificaria o fato de aí e apenas aí a consciência emergir seria o nível extremamente reduzido da quantidade nesse sistema.

Apenas o surgimento das qualidades sensoriais dependeria do período; as sensações de prazer e desprazer – que junto com as qualidades sensoriais formariam a classe das sensações conscientes – resultariam diretamente do nível da ocupação de ω por quantidade. Segundo Freud, prazer e desprazer seriam conseqüências, respectivamente, da diminuição e do aumento do nível de quantidade em ω . Haveria um limiar acima do qual a ocupação de ω produziria desprazer e um limiar abaixo do qual ela produziria prazer. Entre esses dois limiares, ω permaneceria sensível ao período e apto a perceber qualidades sensoriais:

(...) os neurônios ω , no caso de certa potência de ocupação, revelam um ótimo para receber o período do movimento neuronal; que no caso de ocupação mais forte resultam em desprazer; no caso de mais fraca, prazer, até que a capacidade receptiva desapareça com a falta de ocupação (FREUD, 1895/1950a, p. 405; 1895/1950b, p. 191).

Freud diferencia, além disso, entre a produção de qualidades sensoriais e a percepção consciente das mesmas. Para que essas qualidades possam ser percebidas pelo sujeito, não bastaria o seu surgimento ou formação, pois só quando a “atenção” do eu ocupasse os “signos de qualidade” fornecidos por ω a ψ uma representação poderia ser percebida conscientemente. Essa hipótese dos signos de qualidade, no entanto, é uma das mais obscuras do *Projeto...*; Freud a introduz na tentativa de explicar como seria possível a discriminação entre uma percepção e uma lembrança. Inicialmente, ele afirma que as representações constituídas em ψ a partir de ϕ despertariam signos de qualidade e que esses signos permitiriam a diferenciação entre uma representação ocupada por quantidade de origem endógena – uma lembrança – e uma representação ocupada por quantidade exógena – uma percepção. Mas, logo após formular essa hipótese, ele conclui que os signos de qualidade, em vez de explicarem essa discriminação, explicam a confusão entre essas duas coisas. A confusão entre percepção e lembrança – isto é, a alucinação – resultaria do fato de que, não só no caso de ocupações oriundas de ϕ , mas também de ocupações muito intensas oriundas de ψ , ω forneceria signos de qualidade. A alucinação resultaria de uma ocupação retroativa de ϕ a partir de ψ devido à ocorrência de um processo excitatório muito intenso nesse segundo sistema. A intensidade da ocupação de ϕ levaria ω a fornecer signos de qualidade e, então, as representações seriam tomadas como percepções reais. Freud, então, reconhece que é necessário atribuir a distinção acima a outro fator, o que o leva a formular a hipótese de que é o condicionamento do eu pela regra biológica da defesa, como comentamos anteriormente, que permite a discriminação em questão. Mas o que seriam, afinal, os signos de qualidade? Seriam, segundo Freud, notícias de eliminação da excitação de ω :

(...) uma percepção, segundo meus pressupostos, sempre excita ω , portanto, dá signos de qualidade. Dito de forma mais precisa, ela excita em ω consciência (consciência de uma qualidade), e a eliminação da excitação ω , [como] toda eliminação, fornece uma notícia para ψ que é justamente o signo de qualidade (FREUD, 1895/1950a, p. 451; 1895/1950b, p. 235).

Em que consistiria a eliminação de ω ? Na descarga de quantidades por meio de movimentos:

Se a consciência for apresentada por neurônios ω , seguem-se várias ilações. Estes neurônios têm de ter uma eliminação, tão pequena quanto for possível, e tem de existir um caminho para preencher os neurônios ω com $Q'n$ no montante mínimo indispensável. A eliminação vai, como toda outra, para o lado da motilidade, e cabe observar neste ponto que, através da circulação motora, evidentemente se perde todo o caráter qualitativo, toda a especificidade do período (FREUD, 1895/1950a, p. 404; 1895/1950b, p. 190).

Portanto, se os signos de qualidade são notícias de eliminação da excitação ω formadas em ψ , eles só poderiam ser representações de movimento e tais representações não se diferenciariam em nada das demais representações de movimento que se constituem em ψ . Mas, se os signos de qualidade são notícias de movimento e se, na via motora, tal como afirma Freud, toda qualidade desaparece, o signo de qualidade seria, ele mesmo, desprovido de qualidade. Assim, essa eliminação de ω , que produz o signo de qualidade, teria que ser outra coisa. No entanto, Freud não dá nenhuma pista sobre o que ele poderia ser.

A percepção consciente dependeria dos signos de qualidade e estes seriam fornecidos por ω a ψ ; mas, sendo assim, a consciência seria paralela a uma parte dos processos ψ e não a uma parte dos processos ω . Se a hipótese de Freud fosse que ω produzisse esses signos e que deles dependesse a consciência, não haveria problema, mas, como ω os fornece à ψ , a consciência teria que ser paralela aos processos deste sistema. Dessa forma, a função de ω seria somente produzir os signos de qualidade. Na verdade, a suposição do sistema ω começa, pouco a pouco, a parecer supérflua. A única característica de ω que não estaria presente nos outros sistemas é a redução do nível de quantidade a um mínimo. No entanto, bastaria supor que a base material da consciência seria uma parte dos processos de ψ onde o nível da quantidade estivesse assim reduzida. Essa hipótese é adotada por Freud em uma carta a Fliess de 1896 (Carta 39). Ele formula aí a hipótese de que ω seria um setor de ψ , onde a intensidade do processo excitatório atingiria um mínimo (FREUD, 1892-1899, p. 437). Então, ou os neurônios do sistema ω possuem alguma propriedade peculiar que lhes possibilitaria a produção de qualidades sensoriais e que justificaria a suposição de um sistema específico para a consciência – nesse caso, no entanto, a hipótese da identidade estrutural entre os neurônios teria que ser deixada de lado –, ou a suposição desse terceiro sistema permanece sem justificação. De qualquer forma, a hipótese de que a consciência depende de signos de qualidades e de que estes seriam fornecidos por ω a ψ parece contradizer a afirmação de Freud segundo a qual a consciência seria paralela aos processos ω e apenas a eles.

Freud não deixa de reconhecer o caráter problemático dessas ideias formuladas para explicar a base material da consciência e argumenta que isso não representa um impedimento para que a teoria continue sendo elaborada:

Apenas mediante essas suposições complicadas e pouco intuitivas foi-me possível, até agora, incluir os fenômenos da consciência na arquitetura da psicologia quantitativa. Não se pode evidentemente tentar dar uma explicação sobre como processos excitatórios nos neurônios ω trazem consigo consciência. Trata-se só de fazer corresponder as propriedades conhecidas por nós sobre a consciência com os processos de alteração paralela nos neurônios ω . Por outro lado, no pormenor, isto não está mal (FREUD, 1895/1950a, p. 403; 1895/1950b, p. 189).

A atividade consciente, embora restrita com relação à amplitude total do psiquismo, exerceria um papel essencial na vida psíquica: “sua supressão não deixa inalterada a ocorrência psíquica, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω ” (FREUD, 1895/1950a, p. 404; 1895/1950b, p. 190). As sensações conscientes tornariam possível tanto o acesso aos objetos necessários para a satisfação das necessidades vitais quanto a fuga dos objetos hostis. Essas sensações regulariam, assim, os processos psíquicos, de modo a possibilitar a sobrevivência do indivíduo e, por isso, a consciência seria uma função imprescindível.

Até aqui comentamos apenas o modo como Freud concebe os processos neuronais relacionados à consciência perceptiva, mas haveria ainda uma segunda forma de consciência intermediada pela linguagem, que consideraremos a seguir. Freud atribui a possibilidade de rememoração de uma representação à sua associação com representações-palavra. Ele argumenta que, uma vez que a consciência depende do despertar de signos de qualidade e que estes últimos provêm de percepções, para que uma representação ocupada pelo eu (e não a partir de ϕ) se tornasse consciente seria necessário que, de alguma forma, ela produzisse uma percepção. Ele, então, especula que um dos componentes da representação-palavra – a imagem cinestésica ou de movimento – é que possibilitaria isto. Como todos os movimentos realizados produzem percepções, a ocupação da imagem cinestésica da palavra levaria à produção de um signo de qualidade e, assim, a representação-objeto a ela associada poderia se tornar consciente. Freud retoma, dessa maneira, no *Projeto...*, os conceitos de representação-palavra e de representação-objeto que haviam sido propostos em *Sobre a concepção das afasias*.

Como vimos, a representação-palavra, de acordo com o que Freud propusera naquele texto, seria um complexo constituído por um intrincado processo de associações, no qual estariam presentes quatro elementos: a imagem acústica, a imagem cinestésica da fala, a imagem visual e a imagem cinestésica da escrita.

A representação-objeto seria também um complexo associativo constituído por diversos tipos de imagens sensoriais. A ligação entre esses dois tipos de representações se daria sempre por meio do vínculo entre a imagem acústica da representação-palavra e, normalmente, a imagem visual da representação-objeto.

No *Projeto...*, ao se questionar sobre a possibilidade de uma representação ocupada pelo eu e não oriunda da percepção se tornar consciente, Freud retoma esses conceitos. Ele formula a hipótese de que, quando a ocupação de uma representação-objeto seguisse para a imagem acústica da palavra e, desta, para sua imagem cinestésica, seria produzida uma percepção, a qual levaria ao despertar de um signo de qualidade e, então, a representação-objeto poderia tornar-se consciente:

(...) se as imagens de recordação forem tais que uma corrente parcial possa ir de uma delas para as imagens acústicas e para as imagens motoras da palavra, então a ocupação das imagens de recordação é acompanhada de notícias de eliminação, que são os signos de qualidade, e que, em consequência, também são signos de consciência da recordação (FREUD, 1895/1950a, p. 456; 1895/1950b, p. 239).

Dessa forma, com a constituição das representações-palavra, os processos que ocorressem em ψ como resultado da ação do eu, e não mais apenas aqueles incitados por estimulação exógena, poderiam alcançar a consciência, surgindo, assim, a possibilidade de uma rememoração consciente. Portanto, enquanto houvesse apenas representações-objeto em ψ , os processos que aí ocorressem seriam inconscientes, com exceção das percepções atuais e dos processos que consistissem em eliminações motoras ou em alucinações. Em todas essas, a consciência seria imediata, ou seja, decorreria única e diretamente das propriedades das percepções. Com a linguagem, surgiria uma segunda forma de consciência, uma consciência *mediata*, isto é, intermediada pelos signos linguísticos – na *Carta 52*, por exemplo, Freud utiliza a expressão “consciência secundária”, para se referir a esse tipo de consciência. Sendo assim, antes da constituição das associações linguísticas, só seria possível pensamento consciente se este consistisse em uma ação.¹⁸ De fato, Freud afirma que o pensamento consciente inicialmente consiste apenas na ocupação sucessiva de imagens de movimento e, embora ele não explicita como o pensamento e a ação poderiam se diferenciar a partir de certo momento, é possível

18 Após a inibição do processo primário, ou seja, quando o desejo não fosse mais realizado pela via alucinatória, surgiria o pensamento. Este consistiria no conjunto dos processos associativos que ocorrem entre o surgimento do desejo e a sua realização. Esses processos se caracterizariam por uma disputa entre as facilitações já consolidadas e as ocupações mutáveis, em oposição à sequência associativa primária. Originariamente, o pensamento teria como meta a obtenção da identidade entre a representação mnêmica correspondente ao objeto de desejo e a percepção atual, seguida de eliminação motora; ele teria como meta, portanto, constituir um caminho para a realização de desejo.

inferir que o que tornaria isto possível seria a constituição das associações da linguagem, as quais permitiriam que as ações fossem conscientemente rememoradas e, conseqüentemente, que não fosse mais preciso agir para pensar.

Dizer que a consciência perceptiva é imediata, no entanto, significa apenas que ela não depende da intervenção de nenhum fator externo à percepção e não que as percepções sejam efeitos diretos das propriedades dos objetos externos. As hipóteses formuladas por Freud em *Sobre a concepção das afasias* deixam claro que toda representação consiste em uma construção do sistema nervoso, a partir do material sensorial proveniente do mundo externo.

1.3.4 Representação e consciência no Projeto...

Como vimos, para que as representações pudessem ser conscientemente rememoradas, seria necessário que elas estivessem associadas a representações-palavra; por isso, antes da constituição das associações linguísticas, as representações-objeto seriam inconscientes. No momento em que se originaram – isto é, na ocasião da sua percepção –, elas poderiam ou não ter sido conscientes. No entanto, logo em seguida, elas se tornariam inconscientes e permaneceriam sem acesso a consciência até que se associassem a palavras. Portanto, a inconsciência poderia ser o estado originário ao menos de algumas representações. A partir das hipóteses desenvolvidas por Freud, há elementos para pensarmos que, com a constituição das associações linguísticas, parte das representações poderia tornar-se consciente, mas provavelmente algumas delas não chegariam a ser associadas a palavras, de modo que um grupo de representações permaneceria “insuscetível de consciência”, para utilizar o termo de Breuer que será retomado no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* por Freud. Outras representações poderiam também permanecer nesse estado, mesmo que chegassem a ser associadas a representações-palavra, devido ao bloqueio posterior dessa associação, tal como acontece na repressão, por exemplo.

Podemos inferir dessas considerações a possibilidade de três tipos de representações inconscientes: aquelas associadas a representações-palavra, mas cujos signos de qualidade não fossem ocupados pelo eu ou não fossem sequer despertados; aquelas que nunca estiveram associadas a representações-palavra; e aquelas cuja associação com a palavra tivesse sido rompida. No primeiro caso, embora inconscientes, as representações seriam “suscetíveis de consciência”. No segundo e no terceiro casos, elas seriam “insuscetíveis de consciência”. A terceira dessas possibilidades, como Freud esclarece no artigo metapsicológico sobre o inconsciente (1915), seria o caso das representações reprimidas, responsáveis, entre outras coisas, pela produção das neuroses. A representação inconsciente que estaria na origem dos sintomas neuróticos seria uma representação-objeto cuja associação com a representação-palavra tivesse sido bloqueada, de modo a impedir sua rememoração e a conseqüente produção de desprazer dela resultante.

Haveria, assim, um grupo de representações que permaneceria insuscetível de consciência, devido ao fato de nunca ter sido associado a representações-palavra, e outro grupo cujo acesso à palavra existiu um dia, mas foi depois inviabilizado.

Assim, segundo a teoria exposta no *Projeto...*, o campo da consciência seria restrito em relação ao da memória e apenas uma parte das representações – aquelas que despertassem signos de qualidade e que tivessem esses signos ocupados pelo eu – se tornaria consciente. A representação passa a ser concebida aí como um fato de memória em princípio independente da consciência, e esta última, por sua vez, é definida como algo que pode ou não se acrescentar a uma parte das representações desde que cumpridas certas condições. Antes da constituição das associações linguísticas, não haveria possibilidade de rememoração, a não ser no caso específico das representações de movimento; portanto, até então, a consciência só poderia decorrer diretamente das propriedades da percepção. A constituição das representações-palavra traria consigo a possibilidade de uma segunda forma de consciência, intermediada pelos signos linguísticos. Como uma parte das representações-objeto possivelmente não chegaria a ser associada a representações-palavra, poderia haver representações que permanecessem desde sempre “insuscetíveis de consciência”.

A distinção entre as representações suscetíveis e aquelas insuscetíveis de consciência se limitaria ao fato das primeiras serem representações-objeto associadas a palavras e das últimas serem representações-objeto sem essa associação. Tanto as representações suscetíveis quanto as insuscetíveis de consciência seriam, no funcionamento psíquico normal, governadas pelo processo secundário. Portanto, elas não possuiriam propriedades distintas; apenas a presença ou ausência de vínculo com palavras as distinguiria. Isso quer dizer que, no *Projeto...*, está presente a hipótese de um *inconsciente dinâmico*, constituídos por processos inconscientes e psiquicamente ativos; mas não há ainda nada semelhante à hipótese do inconsciente como um sistema, a qual irá aparecer na *Carta 52* de 1896 e em *A Interpretação dos sonhos* (1900). A introdução da distinção tópica entre os sistemas inconsciente e pré-consciente, como veremos, resulta da conclusão de que ambos os tipos de inconsciente, o suscetível e o insuscetível de consciência, possuem propriedades diferentes; correspondem a dois tipos de processos distintos que podem coexistir, o que justificaria a delimitação de dois sistemas para representar essa diferença.

1.4 CONCLUSÃO

Em suma, em *Sobre a concepção das afasias*, podemos encontrar uma ampla reflexão sobre o conceito de representação, mas a identificação entre o psíquico e o consciente ainda é mantida ali. Nos textos sobre as neuroses do período que vai de 1891 a 1895, embora Freud fale de representações inconscientes e subconscientes, ele não deixa claro em que tais representações consistiriam; a

existência de um psiquismo inconsciente não é ainda claramente aceita. É no *Projeto de uma psicologia* que a ideia de um inconsciente psíquico e representacional é pela primeira vez explicitada. A estratégia usada, nesse texto, para desvincular as noções de psíquico e de consciência – isto é, para expandir a primeira com relação à segunda – foi atribuir uma natureza psicológica a uma parte dos processos nervosos, justamente aqueles que em 1891 eram ainda concebidos como sendo apenas os concomitantes físicos dos eventos psíquicos. Ao que tudo indica, Freud desloca, com isso, o paralelismo – que, de acordo com a doutrina da concomitância sustentada no texto sobre as afasias, definia a relação entre os processos nervosos e os psíquicos – para a fronteira entre o psiquismo inconsciente e o consciente. Com isso, do ponto de vista epistemológico, parece ser estabelecida uma cisão no campo da psicologia entre uma *psicologia do inconsciente*, cujo objeto de estudo seriam os processos nervosos que constituiriam o psíquico inconsciente e, portanto, poderia ser uma ciência natural, e uma *psicologia da consciência*, que estaria excluída do campo de uma abordagem naturalista, mas cuja abordagem Freud não parece ser capaz de especificar, como vimos acima.

Quais são os desenvolvimentos subsequentes do conceito de *inconsciente psíquico*? Como a relação entre a representação e a consciência é pensada no restante da metapsicologia freudiana? Suas hipóteses a respeito da natureza do inconsciente e sobre o que seria a metapsicologia são mantidas no período que se intercala entre a redação do *Projeto...* e o *Esboço de Psicanálise*? Ou o Freud neurologista foi substituído pelo psicólogo Freud, como afirma Strachey (1998b)? Essas são as questões que irão guiar a análise do desenvolvimento da metapsicologia no restante desse trabalho.

Em seu artigo *Nota sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*, de 1912, Freud distingue os três sentidos que a psicanálise atribui ao termo inconsciente: o *descritivo*, o *dinâmico* e o *sistemático*. O termo inconsciente é usado em sentido descritivo para designar um fato psíquico que, embora não esteja presente na consciência e não esteja sendo percebido conscientemente num dado momento, continue, não obstante, presente na vida psíquica. Esse é o sentido mais geral que é atribuído à palavra inconsciente, e ele pode ser usado desde que se admita a suposição de que, na ausência da consciência, as representações podem continuar existindo enquanto fatos psíquicos.

Mas, além da possibilidade de continuarem existindo, mesmo que latentes com relação à consciência, as manifestações neuróticas, assim como o fenômeno da sugestão pós-hipnótica, evidenciaram que as representações inconscientes conservam sua capacidade de agir na vida psíquica, estando aptas, inclusive, a influenciarem a atividade consciente. Haveria, portanto, um psíquico simultaneamente inconsciente e *efetivo*. Com isso, pode-se passar de uma concepção descritiva do inconsciente para uma concepção *dinâmica*. Nesse sentido dinâmico, o termo inconsciente designa pensamentos, representações que, apesar de sua intensidade e de sua ação eficiente, permanecem não apenas momentaneamente afastados da consciência, mas também insuscetíveis de se tornarem conscientes. Vimos acima que é no *Projeto de uma psicologia* que, pela primeira vez, Freud admite a existência de um psiquismo inconsciente. Nesse texto, surge tanto a noção de um inconsciente dinâmico quanto a possibilidade do uso do termo inconsciente num sentido descritivo.

Mas há ainda o terceiro – e, segundo Freud, o mais importante – sentido atribuído ao conceito de inconsciente pela psicanálise: o sentido *sistemático*. A análise dos sonhos teria mostrado que esse psíquico inconsciente e insuscetível de se tornar consciente é governado por leis diferentes daquelas do psíquico suscetível de se tornar consciente e, portanto, apresenta um conjunto de propriedades distintivas que lhe são exclusivas. Tratar-se-ia, portanto, de uma categoria psíquica à parte. Essa constatação, diz Freud, foi o que o levou a introduzir na teoria a hipótese de um sistema inconsciente, a qual visa estabelecer as características peculiares aos processos psíquicos insuscetíveis de se tornarem conscientes, de tal forma que eles passem a ser considerados como constituindo um grupo psíquico separado. A ideia de um sistema inconsciente aparece pela primeira vez na *Carta 52*, mas é apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* que podemos vislumbrar o seu verdadeiro significado e o modo como a teoria do aparelho psíquico permite fazer avançar a reflexão freudiana sobre a natureza do mental e de sua relação com a consciência.

2.1 O ESQUEMA DA CARTA 52

Na carta a Fliess de 6 de dezembro de 1896, conhecida como Carta 52, Freud faz algumas conjecturas sobre a organização e a gênese do aparelho psíquico que, como apontou Laplanche (1981), podem ser consideradas como uma ponte entre o aparelho neuronal do *Projeto...* e o aparelho psíquico proposto no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*: Freud aí retoma e modifica parcialmente algumas das hipóteses do *Projeto...*, ao mesmo tempo que introduz algumas formulações novas que antecipam a tópica apresentada no capítulo 7.

O seguinte esquema é esboçado para ilustrar a organização dos processos psíquicos:

		I	II	III						
	P	-	Ps	-	Ic	-	Prc	-	Coc	
x	x		x	x	x	x		x	x	x
	x		x	x	x	x		x		x

Freud propõe que os mecanismos psíquicos se formem por um processo de estratificação sucessiva, isto é, que os traços mnêmicos estejam sujeitos a reordenações, de acordo com novos nexos, de tempos em tempos, ao longo de desenvolvimento psíquico. Essas “retranscrições” dariam origem a diferenciações dentro do sistema de memória, as quais representariam a operação psíquica de épocas sucessivas da vida. Na passagem de uma época para outra, ocorreria como que uma “tradução” do material mnêmico. Essa hipótese da retranscrição dos traços mnêmicos, diz Freud, é o que haveria de essencialmente novo em sua teoria:

O essencialmente novo em minha teoria é, então, a tese de que a memória não persiste de maneira simples, mas múltipla, está registrada em diversas variedades de signos. Em outro momento (afasias) afirmei um reordenamento semelhante para as vias que alcançam desde a periferia [do corpo o córtex cerebral] (FREUD, 1892-1899, p. 274; Kris, 1950, p. 151).

Em *Sobre a concepção das afasias*, como vimos, Freud havia sustentado, muito provavelmente baseando-se nas hipóteses de Hughlings Jackson, que a informação sensorial que alcança a medula seria sucessivamente reordenada, de acordo com princípios funcionais do sistema nervoso, ao longo de seu percurso em direção ao córtex. Ele propõe agora a ocorrência de um processo semelhante interno ao nível cortical da atividade, isto é, operando na constituição dos traços mnêmicos. Esse processo de reorganização se daria ao longo do desenvolvimento do sujeito psíquico, o que nos remete também ao conceito de *sobre-associação* proposto em 1891, como tornaremos a discutir adiante. Tendo em vista o esquema

do *Projeto...*, pode-se dizer que Freud acrescenta diferenciações no interior do manto de ψ , as quais conteriam diversos reordenamentos dos mesmos traços mnêmicos e seriam governadas por princípios associativos distintos. Como essas várias transcrições seriam aquisições psíquicas de fases sucessivas da vida, o sistema de memória iria se tornando cada vez mais complexo ao longo do desenvolvimento psíquico, à medida que os traços mnêmicos fossem sendo sucessivamente retranscritos. Segundo Freud, haveria no mínimo três tipos de transcrições no sistema de memória, as quais são representados no esquema como **Ps** (signos de percepção), **lc** (inconsciência) e **Prc** (pré-consciência).

A hipótese dos neurônios como unidades materiais componentes do sistema de memória é mantida na *Carta 52*: Freud afirma aí que as diversas transcrições estão separadas também segundo seus portadores *neurônais*; acrescenta, ainda, que também o sistema P consiste em neurônios nos quais se produzem as percepções (FREUD, 1892-1899, p. 274-75). Isso sugere que a memória continue a ser concebida de forma semelhante à que fora exposta no *Projeto...* Como, de acordo com o que havia sido proposto nesse último texto, as associações – tanto entre os neurônios que constituem a representação como entre as representações elas mesmas – corresponderiam a facilitações nas barreiras de contato, pode-se supor que as diferentes transcrições de que Freud fala na *Carta 52* se constituiriam a partir do estabelecimento de novas facilitações entre as representações. Essa hipótese nos remete à noção de *sobre-associação* de *Sobre a concepção das afasias*. Ali, Freud havia proposto que a aquisição da linguagem consistiria num processo de sobre-associação, isto é, que as novas associações se sobreporiam às anteriores e, assim, se constituiriam vários níveis de processos associativos, que representariam etapas sucessivas do desenvolvimento do sujeito, distinguidas por novas propriedades que surgem a cada nível. Essa hipótese, como vimos, é formulada em substituição à ideia de que a aprendizagem da linguagem se daria por um simples processo de expansão topográfica, de forma que cada correlato de cada representação possuiria uma localização anatômica distinta. Embora não seja retomada explicitamente no *Projeto...*, não há nenhum motivo para se supor que Freud tenha abandonado aí a hipótese da sobre-associação, uma vez que ele continua pensando a representação como um processo com as mesmas características que haviam sido propostas em 1891. De qualquer forma, fica claro que essa noção ganha destaque na *Carta 52* e é complementada pela suposição de que, nos diferentes níveis, os princípios que regem os processos associativos seriam alterados e, com eles, as propriedades funcionais desses processos.

No sistema ψ do *Projeto...*, toda facilitação seria, em princípio, determinada pela simultaneidade da incidência da quantidade nos neurônios e, portanto, a constituição das representações, assim como a associação entre as representações, se daria de acordo com relações de simultaneidade. Na *Carta 52*, Freud sustenta

que há associações que ocorrem de acordo com outros tipos de relações, como a *causalidade* (no interior do sistema inconsciente, por exemplo) e que a simultaneidade seria o princípio ativo apenas no primeiro sistema de memória. O nível mais elevado de organização das representações – o Prcc – seria aquele em que as associações linguísticas se fariam presentes. Nesse nível, o pensamento poderia se tornar consciente, a partir, como diz Freud, da “ativação alucinatória” das imagens acústicas das associações linguísticas. Freud mantém a ideia de que são as associações constituintes da palavra que possibilitam a consciência mediata do pensamento, a qual é agora textualmente chamada de *consciência secundária*.

Essa ideia de que o que constitui as retranscrições sejam novas facilitações entre os neurônios parece estar de acordo com a suposição feita por Freud de que, com as novas transcrições, as anteriores persistem e apenas o seu processo excitatório é inibido. Diz ele: “Cada nova escrita posterior inibe a anterior e desvia dela o processo excitatório” (FREUD, 1892-1899, p. 276; KRIS, 1950, p. 152). Sendo assim, em função dos novos registros, a excitação passaria a percorrer o caminho aberto pelas facilitações mais recentemente estabelecidas, de modo que o processo representacional ativo seria aquele que segue as vias formadas por último, embora as facilitações anteriores permanecessem capazes de serem reativadas a qualquer momento. Dessa forma, os processos anteriores sempre permaneceriam enquanto possibilidades. Esse processo de retranscrição ou de tradução dos traços mnêmicos poderia não ocorrer em relação a uma parte do material representacional, com a finalidade de evitar o desprazer que seria gerado por tal tradução. Isso é o que Freud define como “repressão”.

As representações reprimidas seriam aquelas que não foram traduzidas e, portanto, ficaram de fora das transcrições posteriores – ou seja, ficaram excluídas dos processos associativos dominantes – devido ao desprazer que seria produzido caso isso ocorresse¹⁹. Nesse caso, diz Freud, “a excitação é tramitada de acordo com as leis psicológicas vigentes no período psíquico precedente e pelos caminhos de que então dispunha” (FREUD, 1892-1899, p. 276; KRIS, 1950, p. 152). Essa afirmação de que, no caso da representação que não foi traduzida, a excitação continua percorrendo as vias anteriormente estabelecidas, parece apoiar a hipótese de que Freud não abandonou as ideias de facilitação e barreira de contato que tinham sido formuladas no *Projeto*... Se isso for correto, poderíamos pensar que, na repressão, como não se constituem novas vias associativas – isto é, novas facilitações – a excitação ficaria limitada a tramitar pelas vias anteriormente estabelecidas. Como consequência dessa falta de tradução, as representações não chegariam a ter

19 A ideia de que o funcionamento psíquico seria governado por uma tendência a evitar o aumento do nível de excitação no aparelho, isto é, a evitar o desprazer – é mantida aqui. Em outra passagem, Freud afirma: “Estabelecemos como base firme a tendência à nivelção quantitativa” (FREUD, 1892-1899, p. 276).

acesso às representações-palavra, permanecendo insuscetíveis de se tornarem conscientes pela via normal do pensamento. A repressão, segundo Freud, seria uma *defesa patológica*, e a *defesa normal* seria aquela que ocorresse dentro de um mesmo sistema de transcrições, tendo em vista a inibição do desprazer gerado pela representação.

Que modificações em comparação com o *Projeto...*, surgem no esquema da *Carta 52*? No texto de 1895, como vimos, aparece a noção de inconsciente psíquico, com a independência em relação à consciência atribuída à representação. Mas, ali, a inconsciência designava apenas um estado da representação e não o pertencimento a um grupo psíquico com características próprias: poder-se-ia dizer de uma representação que ela “é” ou “está” inconsciente, tendo ou não a possibilidade vir a se tornar consciente, mas não que ela “está no” inconsciente. Agora, na *Carta 52*, Freud começa a propor a ideia de inconsciente num sentido sistemático – isto é, como um sistema de representações diferenciado, regido por um princípio associativo específico –, ideia esta que será complementada e ampliada no capítulo 7.

No entanto, não é possível, nesse esquema, identificar o *sistema* inconsciente com o inconsciente psíquico, e nem sequer com o psíquico insuscetível de consciência, pois as representações que compõem esse sistema constituiriam apenas uma parte deste último, uma vez que as representações do sistema Ps (signos de percepção), da mesma forma como as do sistema lcc, tampouco poderiam se tornar conscientes pela via normal do pensamento. Esta última capacidade potencial estaria presente apenas nas representações que constituem o sistema Prc, devido ao vínculo destas últimas com as palavras. Assim, com o desdobramento do sistema de memória proposto por Freud, recebe uma representação tópica a diferenciação, já encontrada no *Projeto...*, entre o inconsciente suscetível e o inconsciente insuscetível de consciência: o sistema lcc e os sistemas que o precedem representariam este último, e o Prc representaria o primeiro. Além disso, Freud acrescenta a hipótese de que diferentes princípios associativos regeriam os processos representacionais e que, portanto, a diferença entre as representações suscetíveis e as insuscetíveis de consciência não se limitaria à presença ou ausência do vínculo com as palavras.

Outra modificação com relação ao *Projeto...* é que a relação entre o psíquico e o somático deixa de ser mencionada explicitamente ou de ser incluída no esquema. Não há nada neste último que possa ser aproximado ao ψ do núcleo. Freud afirma, na *Carta 52*, que o sistema pré-consciente corresponde ao nosso “*eu oficial*”, o que parece sugerir que este não constitua a totalidade do eu. Nesse caso, o restante do eu, sua parte “não oficial” – que seria justamente aquela que se ligaria diretamente ao somático (ψ do núcleo), de acordo com as ideias do *Projeto...* – teria sido omitida do esquema e, então, se poderia supor que apenas ϕ e ψ do manto estariam nele

representados. Apenas nos artigos metapsicológicos de 1915, a relação entre o psíquico e o somático voltará a ser claramente problematizada por Freud.

Apesar de não explicitar aqui sua concepção de representação, esta parece continuar sendo pensada de forma semelhante à do *Projeto...*, isto é, como consistindo num processo envolvendo quantidades, neurônios e facilitações. Não há nenhuma indicação de que essas ideias tenham sido abandonadas; ao contrário, há várias indicações no sentido oposto. Sobre a relação entre a representação e a consciência, Freud afirma que tanto as percepções quanto as palavras são capazes de despertar a consciência; sobre o mecanismo por meio do qual as primeiras se vinculariam à consciência, porém, nada é dito. Já as representações associadas a representações-palavra se tornariam conscientes a partir da “ativação alucinatória” das imagens acústicas dessas últimas, diz Freud, hipótese esta que terá de ser discutida adiante, no comentário do capítulo 7. Como Freud mesmo afirma, a ideia nova introduzida em sua teoria, nesse ponto, é a da estratificação da memória, a qual estabelece uma diferenciação clara entre o psíquico suscetível e o insuscetível de se tornar consciente, dando origem, assim, à concepção sistemática de inconsciente.

2.2 O CAPÍTULO 7 DE “A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS”

No início do sétimo capítulo de *A Interpretação dos Sonhos* (1900), Freud aponta a necessidade de formular uma teoria do aparelho psíquico para que o sonho, enquanto fato psíquico, pudesse ser efetivamente esclarecido:

Tropeçamos com a impossibilidade de “esclarecer” o sonho como fato psíquico, pois explicar significa reconduzir ao conhecido e até agora não existe nenhum conhecimento psicológico ao qual pudéssemos subordinar o que cabe discernir na qualidade de princípio explicativo a partir do exame psicológico dos sonhos. Ao contrário, nos veremos obrigados a estabelecer uma série de novas suposições que toquem mediante conjeturas o edifício do aparelho psíquico e o jogo de forças que nele atuam (...) (FREUD, 1900a, p. 490; 1900b, p. 506).

Nos capítulos anteriores dessa obra, Freud apresentara e discutira as teses sobre os sonhos inferidas a partir da prática e dos resultados de sua interpretação. Nesse último capítulo, ele se ocupa da construção de uma teoria sobre a estrutura e o funcionamento psíquico em geral que possa servir de fundamento para essas teses, ou seja, uma teoria a partir da qual seja possível compreender a possibilidade de ocorrência de um processo psíquico com as características reveladas pelos fenômenos oníricos. Monzani procura esclarecer como se dá a relação entre a interpretação e a explicação em *A interpretação dos sonhos*; existiria, segundo ele, “uma subordinação recíproca entre interpretação e explicação, cada uma a

seu nível: a interpretação produz teses que a explicação fundamenta” (MONZANI, 1989, p. 114). A interpretação forneceria, assim, as teses particulares, e estas seriam, então, inseridas em um espaço teórico que as pudesse fundamentar e justificar. No capítulo 7, portanto, vemos Freud empenhar-se em uma reflexão metapsicológica bastante abrangente com o objetivo de fundamentar as teses obtidas a partir da interpretação dos sonhos.

O esquema que havia sido proposto na *Carta 52* é retomado, com algumas modificações, assim como muitas das hipóteses que datam do *Projeto...* Pode-se dizer, como veremos na sequência, que o aparelho psíquico é um recorte parcial do aparelho neuronal, com alguns acréscimos e modificações. Vejamos, em primeiro lugar, como é pensada a relação entre os processos psíquicos e os processos nervosos nesse momento da teoria freudiana. Teria havido alguma mudança na posição de Freud quanto à natureza dos processos psíquicos inconscientes?

2.2.1 A RELAÇÃO ENTRE O APARELHO PSÍQUICO E O SISTEMA NERVOSO

As tentativas de estabelecer uma correspondência anatômica para o aparelho psíquico empreendidas tanto em relação ao aparelho de linguagem como em relação ao aparelho neuronal são abandonadas nesse momento por Freud. Mas ele não nega a existência ou a relevância dessa correspondência; ao contrário, no início da seção B, ele afirma:

Queremos deixar totalmente de lado que o aparelho psíquico de que aqui se trata *nos é conhecido também como um preparado anatômico* e tomaremos o maior cuidado para não cair na tentação de determinar essa localidade psíquica como se fosse anatômica. Vamos manter-nos em terreno psicológico (...) (FREUD, 1900a, p. 512; 1900b, p. 529, grifos nossos).

Com a afirmação de que o aparelho psíquico é conhecido também sob a forma de um preparado anatômico, Freud reconhece que há algo no sistema nervoso que corresponde a tal aparelho; ele apenas renuncia a tentar identificar essa localização. Desde *Sobre a concepção das afasias*, a localização anatômica do aparelho tornou-se algo dispensável para a descrição das funções nervosas e de suas consequências psíquicas. Naquele texto, como vimos, Freud recusara a ideia de que cada função da linguagem estivesse localizada em uma região distinta do cérebro e de que a fisiologia estivesse totalmente subordinada à anatomia, o que teve como consequência que apenas o modo como transcorreriam os processos passasse a ser, de fato, importante para explicar a linguagem. Identificar o lugar anatômico onde ocorrem os processos envolvidos na linguagem não mais seria indispensável para o esclarecimento do seu modo de funcionamento, pois este poderia ser inferido com base, principalmente, na análise do funcionamento normal

e patológico da linguagem. Com isso, tornava-se, em princípio, possível explicar uma função sem recorrer-se necessariamente a qualquer localização anatômica precisa. Agora, em *A Interpretação dos sonhos*, Freud abandona definitivamente aquilo que, desde o texto de 1891, tornara-se metodologicamente dispensável, isto é, a tentativa de identificar a localização anatômica do aparelho e de suas partes. Isto não significa, no entanto, que a existência dessa base neural esteja sendo negada, mas apenas que Freud não se compromete mais em especificá-la. Por isso, parece possível sustentar que, ao contrário do que defendem Solms e Saling (1986), o que teve maior importância para a psicanálise no rompimento com o localizacionismo empreendido por Freud em 1891 foi a possibilidade de se pensar os aspectos funcionais dos processos independentemente dos anatômicos, e não a adoção da doutrina da concomitância, que teria permitido a Freud tratar os fatos psíquicos independentemente dos neurológicos. Essa independência do funcional em relação ao anatômico permite a Freud dar continuidade às suas especulações metapsicológicas – as quais continuam sendo, ao menos implicitamente, especulações sobre os processos nervosos que constituiriam o psíquico inconsciente – na ausência de uma referência anatômica explícita. Se o funcionamento dos processos fosse inteiramente determinado pela localização anatômica das funções, não seria possível especular sobre esse funcionamento sem levar em consideração os fatores anatômicos.

Alguns autores (STRACHEY, 1998b; GARCÍA-ROZA, 1991, por exemplo) defendem que não é apenas a localização do aparelho psíquico que está sendo deixada de lado, no capítulo 7, mas também que as hipóteses neurológicas estariam sendo totalmente abandonadas. No entanto, embora o vocabulário psicológico passe a predominar, em várias passagens desse texto e de outros posteriores Freud volta a falar em “neurônios”, “facilitações”, “resistências”, etc. Além disso, em algumas partes do texto, como veremos, ele afirma claramente que os processos psíquicos aos quais se refere são processos que ocorrem no sistema nervoso. Apenas para ilustrar, na seguinte passagem, por exemplo, Freud diz o seguinte a respeito do estado ligado da excitação no processo secundário: “A mecânica desses processos é inteiramente desconhecida para mim; quem quiser levar a sério essas ideias deveria investigar as analogias fisicalistas e abrir um caminho em direção à ilustração do processo de movimento da excitação neuronal” (FREUD, 1900a, p. 569; 1900b, p. 589). Portanto, apesar de, ao contrário do *Projeto...*, não haver um comprometimento explícito com a neurologia, fica claro que não há um abandono total desta última em prol da psicologia.

Freud, como se sabe, emprega a analogia do telescópio, na seção B, para esclarecer a relação entre o “lugar anatômico” e o “lugar psíquico”. Na continuação da passagem citada acima, ele diz:

Vamos manter-nos em terreno psicológico e somente proporemos seguir a sugestão de imaginarmos o instrumento de que se valem as operações mentais como se fosse um microscópio composto, um aparelho fotográfico ou algo semelhante. A localidade psíquica corresponde, então, a um lugar no interior do aparelho em que se produz um dos primeiros estágios da imagem. No microscópio e no telescópio, como é sabido, essas são, em parte, umas localizações ideais, nas quais não se situa nenhum componente apreensível do aparelho (FREUD, 1900a, p. 512; 1900b, p. 529).

Segundo essa passagem, a localidade psíquica seria virtual em relação à localidade anatômica, assim como os primeiros estágios da imagem o são em relação às lentes do telescópio. Assim, apesar de evidentemente possuir uma base anatômica, nenhuma parte específica do aparelho psíquico pode ser identificada com algum ponto preciso dessa base. Na seção F, Freud afirma que os *sistemas* que compõem o aparelho consistem, na verdade, em processos nervosos, do que se pode concluir que o aparelho é um conjunto organizado de processos, visto que ele não é nada mais que os sistemas que o compõe. Segundo a analogia mencionada acima então, os processos nervosos que constituem o aparelho seriam virtuais em relação à sua localidade anatômica. Com isso, Freud parece estar resgatando a concepção da relação entre a anatomia e o aparelho de linguagem sustentada em *Sobre a concepção das afasias*. Neste texto, ele havia proposto que o aparelho de linguagem consistiria em processos e que as suas diversas funções não poderiam ser restringidas a nenhuma parte específica da sua base anatômica, o que o levou, entre outras coisas, a recusar a hipótese localizacionista de que haveria centros especializados e anatomicamente distintos para a linguagem. Como observou Monzani:

(...) a ideia que se delineia na construção freudiana da noção de um aparelho de linguagem (e nós começamos a perceber as raízes e a importância dessa noção que atravessa a obra de Freud: “aparelho” psíquico) liga-se ao fato de que, embora ele possa estar (e seguramente está) ancorado e mesmo enraizado em seus contornos na realidade neuronal, enquanto totalidade, ele escapa dessa identificação. Em outros termos, esse lugar já não é mais “estritamente assimilável ao espaço dos tecidos do sistema nervoso”, o que provoca a emergência, então, de uma dimensão do lugar que não se confunde com a realidade neuroanatômica. Assim, de agora em diante, toma corpo a ideia da possibilidade de articular um discurso que leva em conta a dimensão do lugar sem que isso necessariamente implique localizar esse lugar (MONZANI, 1989, p.135).

A relação entre o aparelho psíquico e a localidade anatômica parece estar sendo pensada nesse mesmo sentido em 1900. Embora ancorado em uma base anatômica, as funções do aparelho não podem ser localizadas em nenhuma parte delimitada da mesma, uma vez que “uma formação psíquica seria o cruzamento de várias séries conectivas sem um lugar determinado na anatomia cerebral” (MONZANI, 1989, p. 132).

Em *Sobre a concepção das afásias*, no entanto, o psíquico era identificado à consciência e era concebido como sendo concomitante aos processos associativos corticais. No *Projeto...*, Freud identifica esses processos ao psíquico inconsciente e propõe que a consciência seja o lado subjetivo de uma parte deste último, mas a maneira como concebe a relação entre os processos que compõem o aparelho neuronal e a anatomia do sistema nervoso é a mesma que havia entre os processos fisiológicos do aparelho de linguagem e sua base anatômica. No capítulo 7, como discutiremos adiante, Freud parece manter a mesma posição sustentada no *Projeto...*

Tudo isso parece indicar que, embora não haja um comprometimento explícito com a neurologia e embora Freud evite usar termos neurológicos e os substitua, na maior parte do texto, por termos psicológicos, não há mudança na sua concepção sobre a natureza física do psíquico inconsciente. Ele parece manter a hipótese de que os processos psíquicos inconscientes sejam processos nervosos; apenas a tentativa de explicá-los em termos neurológicos teria sido abandonada, aliás, provisoriamente. Em uma carta a Fliess, escrita em 22 de setembro de 1898, na mesma época, portanto, em que *A interpretação dos sonhos* estava sendo redigida,²⁰ Freud afirma que optou por permanecer no campo psicológico *como se* estivesse se confrontando apenas com esse campo, mas não *porque* se confrontasse, de fato, apenas com ele. Diz ele:

Não estou de modo algum em desacordo com você, nem tenho a menor inclinação a deixar a psicologia suspensa no ar, sem uma base orgânica. No entanto, à parte dessa convicção, não sei como prosseguir, nem teórica, nem terapêuticamente, de modo que preciso comportar-me como se apenas o psicológico estivesse em exame (MASSON, 1986, p. 327; KRIS, 1950, p. 227, grifos nossos).

No primeiro capítulo de *A interpretação dos sonhos*, ao comentar a resistência dos psiquiatras em aceitar que o sonho apresente uma causalidade psíquica, Freud volta a afirmar que o fato de permanecer no domínio psicológico não implica negar a base orgânica dos processos psicológicos e, tampouco descartar a hipótese de que uma explicação completa destes deverá vir a incluir forçosamente os elementos biológicos aí envolvidos:

20 Segundo o que nos informa Ernest Jones, Freud iniciou a redação do seu livro sobre os sonhos por volta de dezembro de 1897 e a finalizou em setembro de 1899 (JONES, 1989, p. 358).

(...) semelhante abstinência não revela senão pouca fé na validade da cadeia causal que se estende desde o corporal até o psíquico. Mesmo onde a investigação permite reconhecer no psíquico a ocasião primária de um fenômeno, um estudo mais profundo saberá descobrir, em cada caso, a continuação do caminho que leva até a fundamentação orgânica do psíquico (FREUD, 1900a, p. 66; 1900b, p. 67).

Essas passagens de Freud sugerem que sua decisão de “permanecer no campo da psicologia” – isto é, de não dar continuidade a suas especulações neurológicas anteriores – foi motivada pelas dificuldades práticas encontradas para dar prosseguimento a tais especulações (a insuficiência de um conhecimento empírico direto sobre as funções nervosas, por exemplo). Fica claro, contudo, que Freud não vê essa abordagem exclusivamente psicológica como algo definitivo.

2.2.2 O APARELHO PSÍQUICO

O esquema do aparelho psíquico proposto por Freud no capítulo 7 restringe-se a representar a relação dos processos psíquicos com a percepção sensorial e a motricidade. A relação entre o psíquico e o somático não está representada, apesar de Freud se referir ao papel desempenhado pela excitação de origem endógena no desenvolvimento e no funcionamento do aparelho. Portanto, pensando-o em comparação com o aparelho neuronal de 1895, o aparelho psíquico do capítulo 7 corresponderia somente a ϕ e ψ do manto, da mesma forma que o esquema apresentado na *Carta 52*.

Freud coloca em um dos extremos do esquema a percepção e, no extremo oposto, a motricidade e reafirma que o reflexo permanece sendo o modelo de toda a operação psíquica. Assim como no *Projeto...*, a tendência primordial do aparelho seria descarregar o máximo possível da excitação que o alcança, e essa tendência seria modificada devido à necessidade de dar um destino adequado para a estimulação de origem endógena, isto é, para que as necessidades corporais pudessem ser eficientemente satisfeitas. Os processos psíquicos seriam, inicialmente, regulados automaticamente pelo “princípio de desprazer” – posteriormente rebatizado como “princípio de prazer” – e prazer e desprazer continuam sendo concebidos como sensações decorrentes, respectivamente, da diminuição e do aumento do nível de excitação no aparelho. Na seção C, Freud descreve o modo primordial de operação do aparelho, de uma forma muito semelhante à descrição que fizera no *Projeto...*:

(...) o aparelho obedeceu primeiro ao afã de manter-se, dentro do possível, isento de estímulos e, por isso, em sua primeira construção, adotou o esquema do aparelho reflexo, que lhe permitia descarregar imediatamente, pelas vias motoras, uma excitação sensível que lhe alcançava a partir de fora. No entanto,

as exigências da vida perturbaram essa simples função; o aparelho também deve a elas o impulso para seu desenvolvimento posterior. As exigências da vida o assediam primeiro na forma das grandes necessidades corporais. A excitação imposta pela necessidade interior buscará drenagem no movimento que pode ser designado “alteração interna” ou “expressão emocional”. O menino faminto chorará ou esperneará inerte. No entanto, a situação manter-se-á imutável, pois a excitação que parte da necessidade interna não corresponde a uma força que golpeia de maneira momentânea, mas a uma que atua continuamente. Só pode haver uma alteração quando, por algum caminho (no caso do menino, pelo cuidado alheio), ocorre a vivência de satisfação que cancela o estímulo interno (FREUD, 1900a, p. 538; 1900b, p. 557).

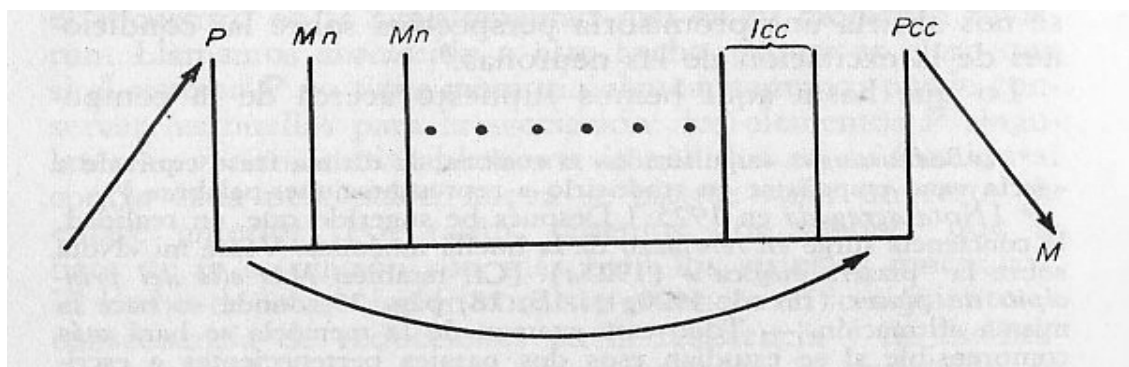
A primeira diferenciação estabelecida no interior do aparelho é entre a percepção e a memória. Ambas devem ser funções de dois sistemas diferentes, argumenta Freud, devido às mesmas razões apontadas no *Projeto...*: enquanto a percepção requer uma capacidade receptiva sempre igual – portanto, o sistema por ela responsável não deve ser modificado permanentemente pela excitação que recebe –, a memória pressupõe a conservação dos traços dos processos – portanto, esse sistema deve ser permanentemente modificado, de alguma forma, pela excitação que o percorre. A percepção fica sendo função do primeiro sistema que compõe o aparelho, e a memória, dos sistemas que se lhe sucedem.

A memória não apenas conserva o conteúdo das percepções, como também associa tais conteúdos de acordo com determinadas leis. Ao tentar esclarecer o processo da associação, Freud se expressa de uma maneira que parece retomar as ideias de facilitação e resistência do *Projeto...* Diz ele: “O fato da associação consiste, então, no seguinte: como consequência de reduções na resistência e de facilitações, desde um dos elementos Mn a excitação se propaga melhor em direção a um segundo elemento Mn que em direção a um terceiro” (FREUD, 1900a, p. 515; 1900b, p. 532). Nessa passagem, a associação não é mencionada como um processo constitutivo das representações, mas apenas como um processo que se dá entre as mesmas. No entanto, ao que tudo indica, Freud está concebendo a memória da mesma maneira que no *Projeto...*, isto é, como tendo por base modificações permanentes resultantes da excitação recebida, as quais estariam situadas *entre* os elementos dos sistemas e não *nos* próprios elementos. Essas modificações teriam como consequência a constituição de caminhos preferenciais (uma sequência de “facilitações”) para a passagem da excitação. Se isso for verdade, a representação continuaria a ser pensada como consistindo num processo associativo. A seguinte afirmação de Freud reforça essa hipótese: “(...) representações, pensamentos e produtos psíquicos em geral não podem ser localizados dentro dos elementos orgânicos do sistema nervoso,

mas, por assim dizer, entre eles, onde resistências e facilitações constituem seus correlatos” (FREUD, 1900a, p. 579; 1900b, p. 599). Afirmações como essa e a precedente permaneceriam totalmente enigmáticas se não se mantêm a teoria do *Projeto...* em vista. Elas deixam claro, por outro lado, que as hipóteses neurológicas do *Projeto...* não foram abandonadas ou totalmente substituídas por hipóteses psicológicas. Em várias ocasiões Freud volta também a falar explicitamente de neurônios, o que indica que ele continua sustentando a ideia de que sejam eles os elementos constituintes do aparelho. Na seguinte passagem, por exemplo, Freud afirma: “Se pudéssemos confirmar que nos sistemas ψ , memória e qualidade para a consciência se excluem entre si, nos abriria uma promissora perspectiva sobre as condições da excitação nos neurônios” (FREUD, 1900b, p. 533).

Freud, sobretudo, retoma a hipótese que havia sido apontada na *Carta 52* como a tese “essencialmente nova de sua teoria” – a de que haveria vários sistemas de memória nos quais o mesmo conteúdo seria sucessivamente associado de maneira distinta. Na *Carta 52*, ele havia dito não saber precisamente quantos sistemas deveria haver – no mínimo três, mencionara, provavelmente mais; agora, no esquema do capítulo 7, outros sistemas de memória são incluídos entre o sistema da percepção e o do inconsciente. Ele também mantém a hipótese de que, no primeiro sistema, as representações estariam associadas de acordo com relações de simultaneidade e, no pré-consciente, de acordo com relações verbais. O que caracterizaria as diferentes associações entre os mesmos traços mnêmicos seriam as graduações da resistência nos caminhos que conduzem a excitação de uns para outros dos elementos do sistema. Com essa afirmação, Freud parece confirmar a hipótese levantada quando do comentário da *Carta 52*, de que a retranscrição dos traços mnêmicos consistiria na constituição de novas facilitações entre eles. Ele ressalta que a ordem atribuída aos sistemas na representação da tópica psíquica não precisa corresponder à ordem espacial real deles, mas que apenas é necessário supor que “em certos processos psíquicos os sistemas sejam percorridos pela excitação dentro de uma determinada série temporal” (FREUD, 1900a, p. 513; 1900b, p. 530). Adiante, Freud esclarece que a representação tópica do aparelho é uma representação “auxiliar”, empregada tão somente com o objetivo de facilitar a explicação de processos psicológicos complexos. O esquema proposto por Freud é, então, o seguinte, conforme evidenciado na Figura 2:

Figura 2 - Figura inserida por Freud, para representar o aparelho psíquico, na seção B do sétimo capítulo de *A interpretação dos sonhos*.



Fonte: *Die Traumdeutung*, Freud, 1900

Os dois últimos sistemas mnêmicos – entre os quais haveria uma “censura” – seriam o Inconsciente (Icc) e o Pré-consciente (Prcc).²¹ Este último estaria ligado à consciência e governaria o acesso à motricidade voluntária. Esses sistemas corresponderiam, na verdade, a dois tipos de processos. No início da seção F, Freud afirma:

Se as consideramos com maior atenção, as elucidações psicológicas da seção anterior não nos sugerem a suposição da existência de dois sistemas perto do extremo motor do aparelho, mas sim de dois processos ou de dois modos no decurso da excitação. Para nós dá na mesma; sempre devemos estar dispostos a abandonar nossas representações auxiliares quando nos acreditamos em condições de substituí-las por alguma outra coisa que se aproxime mais da realidade desconhecida (FREUD, 1900a, p. 578; 1900b, p. 598).

Esses dois tipos processos, que corresponderiam ao sistema inconsciente e ao sistema pré-consciente, seriam os processos primários e os secundários respectivamente, os quais haviam sido também discutidos no *Projeto*... Portanto, essa diferenciação entre dois “modos no decurso da excitação” seria, em última instância, aquela que se dá entre o estado “livre” e estado “ligado” ou “quiescente” da quantidade. Apesar de ser uma maneira menos rigorosa de se caracterizar essas funções, a representação tópica deve continuar sendo utilizada, argumenta Freud, uma vez que ela figura de maneira mais simples e permite visualizar mais facilmente a distinção em questão.

De acordo, portanto, com o que Freud diz na passagem acima mencionada, a representação tópica dos sistemas Prcc e Icc consistiria numa construção auxiliar

21 Seguindo a opção da tradução da Amorrortu Editores usaremos “Prcc”, em vez de “Pcc”, como abreviatura para pré-consciente, para distinguir melhor de P (percepção).

e não totalmente adequada para representar a distinção entre o psíquico suscetível e o psíquico insuscetível de consciência. A forma mais rigorosa de exprimir essa diferença seria o que ele chama nesse texto de “representação dinâmica”, ou seja, aquela que apresenta essa distinção como se dando entre dois tipos de processos. Num artigo posterior, *Nota sobre o conceito de inconsciente na psicanálise* (1912), Freud distingue as noções de um *inconsciente dinâmico* e do inconsciente considerado enquanto um *sistema*. Primeiro, ele teria concluído pela existência de um inconsciente incapaz de se tornar consciente e, entretanto, psicologicamente ativo. Nesse sentido é que ele fala, em 1912, de um inconsciente dinâmico.²² Depois, a partir principalmente da análise dos sonhos, Freud percebe que esse inconsciente dinâmico possui características diferentes e está submetido a leis psicológicas distintas daquelas que governam o psíquico consciente ou passível de se tornar consciente. Para exprimir essa distinção, é introduzida então a hipótese do “sistema inconsciente”. Assim, de acordo com o que ele diz em 1912, uma distinção entre os sistemas Prcc e lcc não precisa ser necessariamente a distinção *tópica* entre esses sistemas, uma vez que estes podem também ser distinguidos em termos das propriedades dinâmicas específicas de cada um.

A representação dos sistemas como dois “lugares” distintos seria, então, apenas uma forma de representar a distinção entre o psíquico suscetível e o psíquico insuscetível de se tornar consciente, mas não a única forma e nem sequer a melhor, a se considerar o que Freud diz na passagem citada acima. Para representar as características distintivas dos sistemas Prcc e lcc, pode-se usar uma representação tópica ou pode-se pensar em dois tipos de processos, sendo que essa última alternativa, segundo ele, é a que parece se aproximar mais da “realidade desconhecida”. Exprimir a diferença entre o psíquico suscetível e o insuscetível de se tornar consciente em termos de dois tipos de processos seria mais preciso, mais de acordo com a realidade, do que exprimi-la em termos tópicos. Portanto, embora, no capítulo 7, Freud utilize a ideia de *sistema* como sinônimo de lugar psíquico, a caracterização da noção de inconsciente sistemático apresentada em 1912 não parece permitir essa identificação.

Seria possível inferir que os sistemas lcc e Prcc devam corresponder a tipos de processos baseados em formulações bem anteriores de Freud, pois desde *Sobre a concepção das afasias* ficara claro que Freud pensava a representação como um processo dinâmico. Contudo, a representação tópica poderia sugerir que se trata

22 Note-se que Freud usa o termo dinâmico em um sentido diferente daquele usado no capítulo 7. Neste último, Freud contrapõe um modo de representação “tópico” a um “dinâmico”, ou seja, uma representação dos sistemas Prcc e lcc como dois lugares diferentes a uma representação desses como dois processos distintos. Em 1912, Freud usa o termo dinâmico para designar um inconsciente ativo – ou seja, para designar a capacidade de ação do inconsciente – e diz que a concepção sistemática de inconsciente vem se acrescentar à dinâmica, porque estabelece que esse psíquico insuscetível de consciência, além de ativo, possui propriedades peculiares e exclusivas.

de processos do mesmo tipo que ocorrem em dois lugares distintos, mas Freud procura deixar bem claro que não é esse o caso. A distinção entre os sistemas Icc e Prcc corresponde à distinção entre dois tipos de processos que se sobrepõem: os primários e os secundários. Assim como no *Projeto...*, o processo secundário resultaria da inibição do processo primário e, portanto, tem que ser posterior a este. Inicialmente, o pré-consciente e o inconsciente não estariam diferenciados, e a origem dessa diferenciação seria uma consequência da impossibilidade do modo de atividade primário do aparelho permitir a satisfação das necessidades biológicas. Freud descreve, em *A interpretação dos sonhos*, a experiência de satisfação, assim como as consequências dessa experiência, quase que da mesma forma que havia feito em 1895. Após a vivência primária de satisfação, o ressurgimento da estimulação endógena faria surgir uma tendência a ocupar a representação do objeto desejado com toda sua intensidade, de forma que este objeto seria alucinado – isto é, seria produzida uma “identidade perceptiva” e os movimentos associados à satisfação anterior (a sucção do seio, por exemplo) seriam executados em vão. Essa ativação alucinatoria da representação desejada, contudo, seria evidentemente ineficaz para fazer cessar a estimulação endógena. Por isso, para que o indivíduo sobreviva e para que o desprazer cesse, faz-se necessária uma modificação desse modo de atividade primário do aparelho. A atividade psíquica regida pelo princípio do prazer tem que se adequar ao “princípio de realidade”, introduzido mais tarde, em *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico* (1911). Em vez de conduzir à identidade perceptiva, os processos devem passar a buscar uma “identidade de pensamento”. A ocupação da representação desejada deve ser parcialmente inibida, de modo que ela possa ser apenas rememorada e, assim, torne-se possível a ocorrência de um processo – o pensamento – que encontre, de fato, o objeto capaz de promover a satisfação da necessidade.²³ Disso decorreria o surgimento do processo secundário ou do pré-consciente:

Assim se fez necessária uma segunda atividade – em nossa terminologia, a atividade de um segundo sistema –, que não permitisse que a ocupação mnêmica avançasse até a percepção (...) os dois sistemas são o germe do que inserimos como Icc e Prcc no aparelho plenamente constituído (FREUD, 1900a, p. 568; 1900b, p. 588).

No *Projeto...*, essa função de inibição do processo primário havia sido atribuída ao “eu”. A “primeira regra biológica” condicionaria o sistema a ocupar menos intensamente a representação desejada, o que teria como consequência o acúmulo de certo montante de quantidade no aparelho – em outras palavras, a quantidade

23 O pensamento continua sendo concebido da mesma maneira que no *Projeto...*, isto é, como o processo que se intercala entre o surgimento do desejo e sua realização (FREUD, 1900b, p. 558).

antes *livre* seria, então, *ligada* –, o qual seria utilizado para direcionar os processos associativos, por meio das chamadas “ocupações laterais”, de forma a que estes propiciassem a satisfação das necessidades, assim como a evitação do desprazer. Dessa forma, o processo secundário se sobreporia ao primário. No capítulo 7, Freud atribui essa função de inibição do processo primário ao sistema Prcc e não diz nada sobre a origem da excitação que seria usada para inibir tais processos, nem sobre o mecanismo dessa inibição. Nos processos inconscientes (ou “processos primários”), a excitação se encontraria em estado livre – sua atividade estaria dirigida para a “livre descarga das quantidades de excitação” (FREUD, 1900a, p. 569; 1900b, p. 589); isso significa que a excitação seria descarregada integralmente na passagem de um elemento para outro do sistema. Nos processos pré-conscientes (ou “secundários”), a excitação se encontraria em “estado quiescente” ou “de repouso”: “(...) ao segundo sistema lhe é dado conservar em estado de repouso [*in Ruhe*] a maioria das ocupações energéticas e empregar no deslocamento somente uma pequena parte” (ibidem, p. 569; ibidem, p. 589). O Prcc, por sua vez, disporia de uma “energia de ocupação móvel”, parte da qual seria usada para direcionar os processos associativos, de uma forma adequada à sobrevivência do sujeito, enquanto que outra parte constituiria o mecanismo da “atenção”, cuja função será discutida adiante.²⁴ Freud diz o seguinte sobre as condições mecânicas dos processos secundários: “A mecânica desses processos é inteiramente desconhecida por mim; quem quiser levar a sério essas ideias deveria investigar as analogias fiscalistas e abrir caminho em direção à ilustração do processo de movimento da excitação neuronal” (ibidem, p. 569; ibidem, p. 589). Nessa passagem, fica claro que Freud continua identificando os processos psíquicos inconscientes a processos nervosos.

Após propor que os sistemas pré-consciente e inconsciente correspondam a dois tipos de processos, a distinção entre este último sistema e os precedentes – aqueles que se situariam entre P e lcc – deixa de ser mencionada. Como Freud não se refere a outros tipos de processos além do primário e do secundário, parece ser possível concluir que os primeiros sistemas de memória estejam incluídos nos processos primários e que vários princípios associativos regulariam as associações aí envolvidas. Os vários sistemas de memória foram propostos por Freud para representar as diversas transcrições de um mesmo conjunto de representações, isto é, os diferentes rearranjos das representações de acordo com princípios associativos diferentes. Portanto, deve haver vários níveis de processos, e as associações seriam determinadas por princípios associativos diferentes em cada um deles. No nível superior, cujas associações seriam determinadas por relações verbais, a excitação se encontraria em estado ligado e, nos níveis inferiores, ela se encontraria em estado

24 Observe-se que essas funções atribuídas ao Prcc são as mesmas que haviam sido atribuídas ao eu no *Projeto*...

livre; em outras palavras, no nível superior ocorreriam processos secundários e, em todos os níveis inferiores, processos primários.

O processo primário estaria presente no aparelho desde sua origem – ele representaria a tendência primordial do aparelho a descarregar toda a excitação que o alcançasse pela via mais direta – e o processo secundário se estabeleceria pouco a pouco a partir da inibição do processo primário: “(...) os primários estão dados naquele desde o começo, enquanto os secundários só se constituem pouco a pouco no curso da vida, inibem os primários, superpõem-se a eles e, talvez, somente na plena maturidade, consigam submetê-los ao seu total império” (FREUD, 1900a, p. 572; 1900b, p. 592). Essa inibição, no entanto, não seria total, e uma parte dos processos permaneceria sempre subtraída à influência do Prcc, daí poder-se falar da coexistência dos diversos sistemas.

2.2.3 A RELAÇÃO ENTRE O PRCC E O ICC

Devido ao estabelecimento comparativamente tardio do processo secundário, uma grande parte do material mnêmico permaneceria inacessível ao pré-consciente, prossegue Freud. Essas representações continuariam operando nos termos do processo primário e permaneceriam insuscetíveis de se tornarem conscientes pela via normal do pensamento, isto é, a partir da intermediação do Prcc. Outras representações além dessas se encontrariam nesse mesmo estado, a saber, aquelas que foram, por alguma razão, reprimidas. Mas estas últimas teriam que ter sido um dia pré-conscientes; no entanto, por terem se tornado formações substitutivas de representações inaceitáveis para os processos secundários, teriam sido excluídas do Prcc, voltando a ser governadas pelo processo primário. As representações do primeiro tipo seriam pré-condição para a existência dessas últimas, isto é, toda repressão pressuporia uma repressão anterior.

Para explicar como ocorre a repressão, Freud começa afirmando que um conjunto de “moções de desejos” infantis – que constituiria, como ele diz, o “núcleo do nosso ser” – permaneceria inapreensível e incapaz de ser inibido pelo processo secundário, pois este não seria capaz de inibir o desprazer despertados por esses desejos. Isso se deveria ao estabelecimento tardio deste tipo de processo,²⁵ razão pela qual elas não chegariam a ser incorporadas ao Prcc. Essas moções de desejo assim excluídas do processo secundário se dividiriam em dois grandes grupos: aquelas cuja realização não seria desprazerosa para o Prcc e aquelas cuja realização produziria um desprazer que este sistema seria incapaz de evitar. As primeiras, embora incapazes de serem inibidas e inapreensíveis aos processos secundários,

25 No capítulo 7, o desejo, assim como no Projeto..., seria a tendência de uma excitação para ocupar uma determinada representação-objeto, enquanto que a efetiva ocupação dessa representação consistiria em uma realização de desejo. Segundo Laplanche (1981, p. 61), uma “moção” (*Regung*) seria uma excitação fixada a uma representação específica.

seriam direcionadas por estes pelo caminho mais adequado. Essa ideia de Freud de que essas moções de desejo, apesar de não poderem ser inibidas, poderiam ainda assim ser direcionadas pelo Prcc é de difícil compreensão, pois ele não fornece uma explicação sobre a forma como esse direcionamento se daria e, a se manter o que fora articulado no *Projeto...*, a única maneira de redirecionar um processo primário seria inibindo-o pelo menos parcialmente. Seja como for, Freud afirma:

Em consequência deste surgimento tardio do processo secundário, o núcleo do nosso ser, que consiste em moções de desejos inconscientes, permanece inapreensível e não inibível para o pré-consciente, cujo papel ficou limitado, de uma vez por todas, a indicar às moções de desejo provenientes do inconsciente os caminhos mais adequados ao fim (FREUD, 1900a, p. 572; 1900b, p. 592).

Já aquelas moções de desejo cuja realização se tornasse desprazerosa para o Prcc permaneceriam totalmente fora da influência desse sistema:

(...) entre estas moções de desejo indestrutíveis e não passíveis de inibição que provêm do infantil se encontram também aquelas cujo cumprimento entrou em relação de contradição com as representações-meta do processo secundário. O cumprimento de tais desejos já não provocaria um afeto prazeroso, e sim um de desprazer e justamente esta mudança do afeto constitui a essência do que designamos “repressão (FREUD, 1900a, p. 573; 1900b, p. 593).

As moções de desejo excluídas do Prcc manteriam sempre a aspiração de atingir a consciência e o acesso à motricidade, isto é, de alcançar a satisfação. Mesmo que as representações originariamente associadas ao desejo inconsciente nunca se tornassem alvo do processo secundário, a excitação a elas associada tentaria continuamente ingressar no Prcc. Por esse motivo, este sistema teria que manter uma pressão contínua no sentido oposto – isso que mais tarde, nos artigos metapsicológicos, seria chamado de “contra-ocupação” – para se proteger contra o avanço da excitação inconsciente. Em alguns casos, no entanto, esse mecanismo de proteção falharia, e a excitação de desejo conseguiria ingressar no processo secundário – ou seja, ela conseguiria ocupar uma representação pré-consciente –, o que teria como consequência a produção de desprazer. Nesse caso, devido à tendência do aparelho a evitar o desprazer, a ocupação pré-consciente dessa representação seria retirada, fazendo com que a mesma caísse novamente sob o domínio do processo primário, isto é, tornando-a inconsciente e insuscetível de se tornar consciente. Esse processo de retirada da ocupação de uma representação pré-consciente é chamado de “repressão”:

Quando dizemos que um pensamento pré-consciente é reprimido e, então, recebido pelo inconsciente, esta imagem, tomada do círculo de representações da luta por um território, poderia nos induzir a supor que realmente certo ordenamento é dissolvido dentro de uma localidade psíquica e substituído por outro que se situa em uma localidade diferente. Substituímos agora essa metáfora por uma que parece corresponder melhor ao estado real das coisas, a saber, que uma ocupação energética é imposta a um determinado ordenamento ou retirada dele, de modo que o produto psíquico em questão cai sob o império de uma instância ou se subtrai a ela. De novo, substituímos aqui um modo de representação tópico por um dinâmico; não é o produto psíquico o que nos aparece como móvel e sim sua inervação. (FREUD, 1900a, p. 578; 1900b, p. 598).

A ocupação de uma representação pelo Prcc – sua incorporação aos processos secundários –, só ocorreria quando nenhum desprazer intolerável resultasse dessa ocupação ou quando esse desprazer produzido pudesse ser, de alguma maneira, inibido: “o segundo sistema só pode ocupar uma representação se está em condições de inibir o desprendimento de desprazer que parte dela” (FREUD, 1900a, p. 571; 1900b, p. 590). Essa retirada da ocupação da representação (a repressão) seria, então, uma consequência da tendência global do aparelho a evitar o desprazer, uma consequência da sua regulação pelo princípio de desprazer. Sendo assim, dois tipos de representações permaneceriam sob o domínio do processo primário, ou seja, permaneceriam insuscetíveis de se tornar conscientes pela via normal do pensamento: as que foram reprimidas e aquelas vinculadas às moções de desejo que nunca foram integradas ao Prcc. Essas últimas, ao contrário das primeiras, nunca teriam sido incorporadas ao processo secundário, o que quer dizer que elas permaneceram inconscientes desde sua origem. Nos artigos metapsicológicos de 1915, Freud irá formular a hipótese de que essas representações teriam sido alvo da “repressão primordial”, enquanto que as primeiras teriam sido alvo da “repressão propriamente dita”. No capítulo 7, essa noção de repressão primordial ainda não se encontra presente e, portanto, não é possível dizer que, nesse momento, o sistema inconsciente coincida com o reprimido, uma vez que apenas aquelas representações desocupadas pelo processo secundário podem ser chamadas, por enquanto, de reprimidas, mas não aquelas que nunca foram incluídas neste processo.

De acordo com o que Freud havia proposto na *Carta 52*, a repressão seria ausência de tradução de uma representação de acordo com os princípios associativos do sistema subsequente ao que ela se encontra num determinado momento. Agora, no capítulo 7, Freud a concebe de uma forma algo diferente: como a retirada da ocupação de uma representação pré-consciente, o que teria como consequência a sua exclusão desse sistema, isto é, sua exclusão do processo secundário. A repressão, então, não é mais pensada como qualquer ausência de retranscrição de representações entre os sistemas – fato este que poderia ocorrer

em qualquer etapa da constituição do aparelho –, mas como um processo específico que se dá entre os sistemas pré-consciente e inconsciente.

Dessa forma, parte das moções de desejo infantis permaneceria, desde a origem, excluída dos processos secundários. No entanto, esses desejos continuariam existindo e atuando enquanto processos primários e, como consequência disso, outras representações, já pré-conscientes, poderiam ser reprimidas e incorporadas a eles. Sendo assim, a superposição dos processos secundários aos processos primários não significaria, de maneira nenhuma o desaparecimento ou supressão destes últimos. O nível de organização secundário se constituiria a partir do primário e passaria a inibi-lo e a predominar na relação com a consciência. No entanto, uma parte dos processos primários escaparia a essa inibição do Prcc; ela não seria integrada ao processo secundário, embora permanecesse sob ação da contra-ocupação e, portanto, sem acesso à consciência. Em outras palavras, como esses processos primários não seriam integrados aos secundários, sua excitação não passaria para do estado livre para o estado ligado; contudo, eles permaneceriam sob ação da contra-ocupação e, nesse sentido, estariam também inibidos pelo Prcc.

Portanto, mesmo no funcionamento psíquico normal, os processos primários e secundários coexistiriam. Essa ideia de que os dois tipos de processos coexistam representa uma novidade em comparação com a teoria exposta no *Projeto...* Embora esses conceitos já estivessem presentes neste texto, é afirmado ali que, após o estabelecimento do processo secundário, o processo primário é suprimido e volta a atuar apenas durante o sono e nas patologias mentais (são os chamados “processos primários póstumos”). Já, no capítulo 7, Freud propõe que ambos os tipos de processos permaneçam ativos mesmo no funcionamento psíquico normal da vigília. No sujeito normal acordado, os processos secundários prevaleceriam e impediriam os primários de se tornarem conscientes. Contudo, no caso do sono e das patologias mentais, o processo primário poderia voltar a prevalecer e recuperar o acesso à consciência. No primeiro caso, isso se daria devido à retirada parcial da inibição do sistema Prcc e, no segundo, devido a um reforço patológico das excitações inconscientes ou a uma debilitação patológica da capacidade de inibição pré-consciente. Notemos que o conceito de “dissolução” de Hughlings Jackson continua presente na explicação freudiana das patologias psíquicas. A seguinte passagem deixa isso claro:

(...) a enfermidade – ao menos a que, com acerto, se chama “funcional” – não tem por premissa a destruição deste aparelho, ou a produção de novas cisões em seu interior; tem que ser explicada dinamicamente pelo fortalecimento e pela debilitação dos componentes do jogo de forças, do qual tantos efeitos permanecem ocultos durante a função normal (FREUD, 1900a, p. 577; 1900b, p. 597).²⁶

26 Ricoeur nos chama a atenção para este fato. Diz ele: “é o esquema jacksoniano da liberação funcional que se encontra aqui enxertado sobre o esquema puramente tóxico do aparelho psíquico” (RICOEUR, 1965, p. 102).

Como vimos, de acordo com a noção de dissolução de Jackson, nas patologias do sistema nervoso haveria um retorno de modos de funcionamento mais arcaicos, isto é, um nível de funcionamento hierarquicamente superior e mais recentemente estabelecido seria comprometido, o que possibilitaria que um modo de funcionamento primário voltasse a prevalecer parcial ou totalmente. O retorno dos processos primários poderia se dar, portanto, em vários níveis e em diferentes graus. Na psicose, ao que parece, os processos secundários sucumbiriam totalmente, liberando por completo o processo primário. Já, na neurose, os processos secundários cederiam apenas parcialmente. Como aponta Jean-Claude Filloux:

(...) se uma causa qualquer, somática ou psíquica, vier reforçar as tendências reprimidas ou enfraquecer as tendências repressoras, haverá ruptura do equilíbrio e assistiremos ao retorno do reprimido. Mas ocorre, porém, que, na maioria das vezes, a barragem não cederá completamente e constituir-se-ão formações de compromisso (...) (FILLOUX, 1947, p. 45).

Freud, como vimos, já adotara uma noção semelhante a essa para explicar as afasias em 1891 e a estendeu depois para a explicação dos sonhos e das psicopatologias no *Projeto...*, retomando-a agora no capítulo 7.

2.2.4 AS PROPRIEDADES DO ICC E DO PRCC

Segundo Freud, o inconsciente seria constituído por “vias facilitadas de uma vez por todas” (FREUD, 1900a, p. 527; 1900b, p. 546), o que significa que nenhuma resistência seria nele oferecida à circulação e à descarga da excitação. Esta seria sempre integralmente transferida de um elemento para outro do sistema, o que é outra maneira de dizer a excitação se encontraria aí em estado livre. A única finalidade dos processos associativos primários seria descarregar a excitação da forma mais rápida possível, seguindo, portanto, a via mais bem facilitada, a qual seria sempre aquela que conduz da forma mais direta à representação desejada. Se não permanecessem sob inibição do Prcc, esses processos inconscientes desembocariam na alucinação do objeto de desejo e na execução dos movimentos associados à obtenção da satisfação.

Embora a relação do aparelho com o corpo e com os processos somáticos não seja representada topicamente, vimos que Freud concebe o papel da excitação endógena nos processos psíquicos de forma muito semelhante ao *Projeto...* Apesar da questão da representação do somático no psíquico não ser explicitamente abordada, a descrição da vivência de satisfação deixa bem clara a relação de dependência do desejo em relação ao somático, no qual o impulso do desejo tem sempre, em última instância, sua origem. Portanto, permanece, pelo menos implícita, uma ligação entre o inconsciente e o somático. O desejo reprimido, diz

Freud, dispõe de uma “força pulsional” (FREUD, 1900a, p. 556; 1900b, p. 537), a qual seria responsável pelo fato desses desejos estarem sempre alertas e de ressurgirem continuamente. Uma vez que a excitação percorreria vias totalmente facilitadas, sempre que estas vias fossem ocupadas – e elas o seriam continuamente, pois disporiam da referida “força pulsional” – nenhuma resistência seria oferecida à sua passagem e, assim, o mesmo processo poderia se repetir inúmeras vezes. Por isso, Freud diz que os processos inconscientes são indestrutíveis, pois neles não haveria nada que indicasse a ideia de temporalidade:

(...) é uma particularidade notável dos processos inconscientes permanecerem indestrutíveis. No inconsciente, não se pode pôr fim a nada, nada é passado nem está esquecido. É o que nos impressiona muito no estudo das neuroses, em especial da histeria. Esse caminho inconsciente de pensamento que no ataque conduz à descarga volta a ser transitável assim que reúne a energia suficiente (FREUD, 1900a, p. 550; 1900b, p. 569).

No pré-consciente, ao contrário, os processos seriam “destrutíveis” (FREUD, 1900a, p. 527; 1900b, p. 546), ou seja, as representações iriam aí se desvanecendo como resultado de um esforço para ligar a excitação a elas associada:

(...)isso mesmo que nos inclinamos a julgar trivial e que explicamos por uma influência primária do tempo sobre os restos mnêmicos da alma, a saber, o empalidecer das recordações e a debilitação afetiva das impressões que já não são recentes, é, na realidade, produto de alterações secundárias que são alcançadas após árduo trabalho (FREUD, 1900a, p. 550; 1900b, p. 569).

Freud não explica, no capítulo 7, como se daria esse processo, mas, na terceira parte do *Projeto...*, ele sugerira que a diminuição da intensidade afetiva das representações resultaria de repetidas tentativas de ligá-las empreendidas pelo eu:

Não cabe ver aí que o “tempo”, a repetição, enfraqueça sua capacidade afetiva, pois este fator contribui de costume justamente para reforçar uma associação. Sem dúvida algo tem de passar-se no “tempo”, nas repetições encarregadas dessa sujeição, e isto não pode ser senão uma referência ao eu ou ao poder que suas ocupações obtenham sobre a recordação. (...) É preciso uma ligação especialmente grande e repetida, a partir do eu, até que seja equilibrada a facilitação para o desprazer (FREUD, 1895/1950a, p. 470; 1895/1950b, p. 253).

De acordo com isso, o enfraquecimento das representações e dos afetos resultaria do modo como se daria a ocupação no processo secundário, isto é,

do estado ligado da excitação. Este enfraquecimento não seria consequência do tempo; ao contrário, parece que, para Freud, a própria ideia de tempo é que seria consequência do trabalho do pré-consciente para ligar e inibir parcialmente as quantidades de excitação. Porque, neste sistema, as excitações seriam ligadas e, conseqüentemente, as representações se desvaneceriam progressivamente, nele e apenas nele surgiria a distinção entre presente e passado, ao contrário do que ocorreria no lcc, onde tudo sempre seria igualmente intenso e atual. O processo secundário, de certa forma, trabalharia no sentido de possibilitar o esquecimento (que seria então um processo ativo e não passivo) e, como consequência, surgiria a noção de tempo. A submissão do lcc ao Prcc – o objetivo da psicoterapia – seria a única forma de interromper o ciclo de repetições dos processos impulsionados pelos indestrutíveis desejos inconscientes reprimidos.

Outra diferença entre os processos pré-conscientes e inconscientes é que estes últimos seriam incapazes de incluir algo desprazeroso entre suas associações: “(...) o primeiro sistema ψ [o lcc] é incapaz de incluir algo desagradável no interior da trama de pensamento. O sistema não pode fazer outra coisa que desejar” (FREUD, 1900a, p. 570; 1900b, p. 590). No capítulo 7, os processos primários são pensados como sendo, desde o início e por sua própria natureza, capazes de evitar o desprazer. Representações desprazerosas seriam automaticamente excluídas do curso associativo primário. Essa suposição de que o processo primário exclui, desde o início, caminhos que produzam desprazer, parece ser contraditória com a hipótese de que a excitação no processo primário seguiria unicamente pela via melhor facilitada. Na verdade, nesse ponto, o processo primário é pensado de forma consideravelmente diferente no capítulo 7 e no *Projeto...* Neste último texto, o processo primário tanto pode conduzir à alucinação e ao desamparo, no esforço de reproduzir a vivência primária de satisfação, como pode conduzir à produção do afeto, como resultado da reativação da recordação da vivência de dor. Apenas em um segundo momento, depois de realizado o trabalho de ligação da excitação, a produção do afeto poderia ser inibida. Portanto, a hipótese de que o curso associativo primário nunca leva ao desprazer é uma ideia nova que Freud introduz no capítulo 7. As conseqüências iniciais da vivência de dor, descritas no *Projeto...*, não são retomadas no capítulo 7. Mais adiante, no quarto capítulo deste trabalho, ao comentarmos a introdução do conceito de compulsão à repetição em 1920, voltaremos a discutir essas questões.

Em 1900, então, apenas os processos secundários poderiam abarcar representações desprazerosas, desde que o desprazer decorrente da ocupação dessas representações pudesse ser inibido; o estado ligado da excitação nos processos secundários é que permitiria isto. Nesses processos, a ocupação de uma representação provocaria a inibição da drenagem da excitação a partir dela e, assim, o desenvolvimento do desprazer seria também inibido. Essa inibição

do desprazer, no entanto, não seria total; o desprendimento de desprazer seria reduzido a um mínimo que fosse útil como sinal, isto é, que indicasse ao Prcc a natureza hostil da representação. Nos casos em que tal inibição não fosse possível, a representação ficaria excluída dos processos secundários, permanecendo, portanto, inteiramente no inconsciente.

Freud comenta que, caso todas as representações que gerassem desprazer estivessem também excluídas dos processos secundários, assim como ocorre com os processos primários, o trabalho de pensamento do Prcc seria impedido: “Se tudo permanecesse assim, o trabalho de pensamento do segundo sistema [Prcc], para o qual faz falta dispor de todas as recordações acumuladas pela experiência, se veria impedido” (FREUD, 1900a, p. 570; 1900b, p. 590). Por isso, aquelas representações desprazerosas cuja produção de desprazer pudesse ser inibida seriam integradas aos processos secundários, o que permitiria que esses processos se emancipassem da meta exclusiva da realização de desejo. Surgiria, assim, a possibilidade de que o pensamento, em alguns casos, tivesse como finalidade apenas o reconhecimento das percepções, como Freud já propusera no *Projeto...* Ali, esse pensamento que teria como finalidade imediata apenas esse reconhecimento é chamado de “pensamento teórico”. Freud propõe que ele se constitua a partir do chamado “pensamento prático”, que seria a forma primária de pensamento, a qual teria como único objetivo reencontrar o objeto de desejo para possibilitar a satisfação da necessidade. Esse pensar prático poderia, com o tempo, se emancipar da sua meta de identidade e descarga e passar a ter como meta o puro reconhecimento dos objetos. Mas, para ser capaz de inspecionar e reconhecer os objetos em geral, seria necessário ter acesso também às representações desprazerosas. O processo primário, ao contrário, estaria sempre restrito a percorrer apenas as vias associadas à representação de desejo.

Como comentamos em relação à *Carta 52*, os sistemas pré-consciente e inconsciente estabelecem uma diferenciação clara entre os processos suscetíveis e os insuscetíveis de consciência. Os processos secundários (ou o Prcc), por incluírem entre suas associações representações-palavra, seriam suscetíveis de se tornarem conscientes. Assim como no *Projeto...*, com exceção das percepções e das sensações de prazer e desprazer, apenas aqueles processos associativos que envolvessem palavras seriam capazes de despertar a consciência. Os processos primários, ao contrário, seriam insuscetíveis de consciência por dois motivos: em primeiro lugar, por permanecerem, ao menos na normalidade, sob inibição do pré-consciente e, portanto, impedidos de se tornarem conscientes pela via alucinatória e, em segundo lugar, por não incluírem representações-palavra entre suas associações, o que não lhes permite alcançar a consciência pela via normal do pensamento.

Na seção F do capítulo 7, Freud comenta que a novidade da sua concepção de inconsciente – em relação às concepções filosóficas e psicológicas anteriores

- é a ideia de que este existe de dois modos na vida psíquica normal, os quais coexistem lado a lado:

O que a análise das psicopatologias e seu primeiro elo, o sonho, nos ensina de novo, é que o inconsciente - por conseguinte, o psíquico - ocorre como função de dois sistemas separados e isso acontece dentro da vida normal da alma. O inconsciente existe portanto de dois modos, que não são distinguidos pelos psicólogos. Ambos são inconscientes no sentido da psicologia; mas em nossa concepção, um, que chamamos Icc, é também insuscetível de consciência, enquanto que o outro, Prcc, recebeu de nós esse nome porque suas excitações (...) podem alcançar a consciência (FREUD, 1900a, p. 582; 1900b, p. 602).

No *Projeto...*, já se encontrava formulada a ideia de um psíquico inconsciente e insuscetível de se tornar consciente devido à ausência de vínculos com representações-palavra. A principal novidade do capítulo 7 em relação àquele texto parece ser a hipótese de que essas representações inconscientes formariam o conteúdo dos processos psíquicos primários e, portanto, possuiriam propriedades distintas daquelas do psíquico que possui acesso à consciência. Para representar essas propriedades distintas, como Freud explicita em 1912, é que foi introduzida a concepção dos sistemas inconsciente e pré-consciente. Freud também esclarece, no capítulo 7, quais tipos de representações compõem o psíquico insuscetível de consciência: não apenas o reprimido, mas moções de desejo infantis que não chegaram a ser incorporadas ao processo secundário, devido ao estabelecimento tardio desse processo.

2.2.5 A RELAÇÃO ENTRE O PSÍQUICO INCONSCIENTE E A CONSCIÊNCIA

Como a relação entre os processos psíquicos inconscientes e a consciência é pensada no capítulo 7? Assim como no *Projeto...*, a consciência é concebida como algo restrito em relação à totalidade dos processos psíquicos, algo que se acrescenta a processos que são em si inconscientes e é, portanto, posterior em relação a esses. Na seção F, Freud afirma:

O inconsciente é o círculo mais vasto, que inclui em si o círculo menor do consciente; todo o consciente tem uma etapa prévia inconsciente, enquanto que o inconsciente pode persistir nessa etapa e, não obstante, reivindicar para si o valor íntegro de uma operação psíquica. O inconsciente é o psíquico verdadeiramente real, nos é tão desconhecido em sua natureza interna como o real do mundo exterior, e nos é dado pelos dados da consciência de maneira tão incompleta como o é o mundo exterior pelas

indicações de nossos órgãos sensoriais (FREUD, 1900a, p. 580; 1900b, p. 600).

Em *Sobre a concepção das afasias*, como vimos, Freud havia formulado a hipótese de que a informação sensorial fosse sucessivamente reorganizada antes de se converter no correlato da representação, de forma que este último seria, em parte, uma construção do sistema nervoso, elaborada a partir dos dados sensoriais recebidos. Nesse texto, ficara claro que, para Freud, o mundo externo em si não nos seria diretamente acessível. Como ele mesmo diz, ao comentar o conceito de representação-objeto, a ideia de uma coisa existente independente de nós só pode ser uma inferência feita a partir das nossas sensações. Da mesma forma que o mundo externo, os processos psíquicos inconscientes seriam em si mesmos inacessíveis e teriam que ser inferidos a partir dos dados da consciência: “cabe inferi-los do mesmo modo que as outras coisas naturais”, como fora afirmado no Projeto... (FREUD, 1895/1950a, p. 401; 1895/1950b, p. 187).²⁷ Freud, no entanto, afirma a existência desses processos e os identifica a processos nervosos.

No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, de 1915, Freud retoma essa ideia do caráter incognoscível do inconsciente em si, expressa no capítulo 7, e acrescenta algo a ela:

Assim como Kant nos alertou para que não julgássemos a percepção como idêntica ao percebido incognoscível, descuidando o condicionamento subjetivo dela, assim a psicanálise nos adverte que não temos que substituir o processo psíquico inconsciente, que é o objeto da consciência, pela percepção que esta tem dele. Como o físico, tão pouco o psíquico é necessariamente na realidade tal como nos aparece. Não obstante, ficaremos satisfeitos com a constatação de que a correção da percepção interior não oferece dificuldades tão grandes como a da percepção exterior, e que o objeto interior é menos incognoscível que o mundo exterior (FREUD, 1915a, p. 130; 1915b, p. 167).

Freud acrescenta, em 1915, que o psíquico inconsciente possa ser menos incognoscível para nós do que o mundo exterior, mas ele não chega a esclarecer o porquê disso. Por que a correção da percepção interna seria mais fácil que a da percepção externa é uma questão que fica em aberto. Seja como for, o

27 Os processos inconscientes poderiam se tornar conscientes por duas vias: pela via do Prcc – ou seja, ao serem modificados de acordo com relações verbais – e pela via alucinatória, no sonho e na psicose. O modo como Freud concebe o sonho mostra que, mesmo pela via alucinatória, o inconsciente não se torna consciente sem sofrer alterações por parte do pré-consciente, isto é, sem ser alvo da elaboração secundária. Na verdade, Freud supõe que o pré-consciente reelabore todo conteúdo perceptivo, como comentaremos adiante.

inconsciente corresponderia à maior parte dos processos psíquicos e, além disso, à parte principal destes. O inconsciente seria o psíquico verdadeiramente real, como diz Freud, uma vez que seus efeitos na consciência seriam apenas “uma repercussão psíquica remota do processo inconsciente, que, como tal, não se torna consciente” (FREUD, 1900a, p. 580; 1900b, p. 600). Mas como, afinal, a consciência é concebida no capítulo 7?

Embora não esteja explicitamente representada nos esquemas da seção B, Freud, mesmo assim, sustenta que a “percepção-consciência” seria a operação psíquica de um sistema particular, ao qual ele atribui a designação abreviada Cc. Esse sistema se situaria ao lado do Prcc – seria o último sistema, o mais próximo da extremidade motora do aparelho – e suas características mecânicas seriam semelhantes àsquelas do sistema P: apresentaria sempre as mesmas capacidades receptivas, isto é, seria um sistema no qual nenhuma modificação permanente dos processos que aí ocorressem se conservaria. Freud define, então, a consciência como “um órgão sensorial para a concepção [*Auffassung*] de qualidades psíquicas” (FREUD, 1900a, p. 547; 1900b, p. 566), cuja função seria direcionar a “atenção” que atua no Prcc. Parte da energia de ocupação móvel de que esse sistema disporia, como vimos, seria usada como “atenção”, enquanto outra seria usada para inibir e redirecionar os demais processos²⁸. Ao produzir qualidades, o sistema consciente, de alguma forma que não nos é explicada, atrairia a atenção pré-consciente e esta realizaria um “sobre-ocupação” daqueles processos dos quais proviesse a excitação da consciência. De tudo isso decorreria a tomada de consciência de um processo representacional. No *Projeto...*, quem perceberia conscientemente seria o eu, pois a atenção é uma função que lhe é claramente atribuída; agora, no capítulo 7, essa função é atribuída ao Prcc, o qual seria, então, o agente da percepção consciente.

Assim como no *Projeto...*, uma coisa é um processo fazer surgir a qualidade, outra é algo ser, de fato, percebido conscientemente. Para que uma representação fosse de fato conscientemente percebida, seria preciso, além disso, que a qualidade por ela despertada fosse focalizada pelo mecanismo da atenção. Freud esclarece apenas o papel que a consciência exerceria no aparelho e as condições que os processos psíquicos inconscientes teriam que satisfazer para se tornarem aptos a despertar a consciência: o modo de funcionamento desse sistema Cc, enquanto tal, permanece um enigma, o que não deve causar surpresa, se lembrarmos dos problemas teóricos relacionados ao sistema ω do *Projeto...* Ali, a consciência era concebida como o lado subjetivo de uma parte dos processos neuronais – isto é, dos processos ω –, os quais seriam sensíveis ao período da quantidade. O sistema

28 Em algumas ocasiões, Freud usa o termo “atenção da consciência”, mas, na verdade, a atenção seria uma função do Prcc, como demonstra a seguinte afirmação: “O sistema Prcc não só bloqueia o acesso à consciência, mas preside o acesso à motricidade voluntária e dispõe do envio de uma energia de ocupação móvel, uma parte da qual nos é familiar como atenção” (FREUD, 1900b, p.602).

ω forneceria signos de qualidade a ψ , e estes seriam ocupados pela atenção, a qual seria uma das funções do eu. As sensações de prazer e desprazer, assim como a atenção às representações perceptivas, seriam indispensáveis para o funcionamento adequado do aparelho; por isso, a consciência teria um papel importante no mesmo, que não poderia ser facilmente desconsiderado. Como diz Freud, sua supressão não deixaria inalteradas as ocorrências psíquicas. No capítulo 7, esse mesmo papel é atribuído à Cc, e, embora Freud não fale mais em signos de qualidade, ele atribui a esse sistema as mesmas funções que haviam antes sido atribuídas ao sistema ω .

Como, no *Projeto...*, a consciência era concebida como o lado subjetivo dos processos do sistema ω , argumentamos que Freud parecia ali substituir o paralelismo entre os processos nervosos e os psíquicos, que havia sido sustentado em 1891, por outro paralelismo, agora entre uma parte dos processos psíquicos inconscientes – que são identificados a processos nervosos – e os fenômenos conscientes. Seria essa hipótese mantida no capítulo 7? A consciência continua sendo pensada aí como o lado subjetivo de uma parte dos processos psíquicos inconscientes? Embora não chegue a afirmar isso claramente, essa parece continuar sendo a posição de Freud.

Na seção F, Freud retoma a metáfora do telescópio, mas, agora, para se referir à relação entre os sistemas psíquicos e a consciência. Ele afirma:

Tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interior é virtual, como a imagem dada no telescópio pela propagação dos raios de luz. Mas os sistemas, que, por sua vez, não são nada psíquicos e nunca podem ser acessíveis à nossa percepção psíquica, estamos justificados em supô-los semelhantes às lentes do telescópio, que projetam a imagem (FREUD, 1900a, p. 579; 1900b, p. 599).

Na seção B, como vimos, Freud havia estabelecido uma analogia entre a localidade anatômica e a lente do telescópio e entre os sistemas psíquicos e o ponto virtual onde se constitui a imagem. Comentamos ali que, com aquela analogia, Freud parecia estar retomando a concepção proposta em *Sobre a concepção das afasias* sobre a relação entre o aparelho de linguagem e a anatomia cerebral. Embora possuísse, é claro, uma base anatômica, o aparelho de linguagem não era identificado com essa base e nem se considerava que a anatomia do sistema nervoso determinasse inteira ou diretamente os processos envolvidos na linguagem. Poder-se-ia supor que é nesse mesmo sentido que Freud diz, no capítulo 7, que a localidade psíquica é virtual em relação à localidade anatômica?

Na passagem acima referida da seção F, Freud enuncia que o objeto da consciência está para os sistemas psíquicos assim como o ponto virtual está para a lente do telescópio. Além disso, Freud diz que os sistemas não são, eles mesmos,

psíquicos, afirmação esta que parece reiterar a ideia de que os processos psíquicos aos quais correspondem os sistemas sejam, em última análise, processos nervosos. Considerando esses dois conjuntos de afirmações, podemos chegar à conclusão de que os processos psíquicos inconscientes seriam virtuais em relação à anatomia do sistema nervoso e que os fenômenos psíquicos conscientes seriam virtuais em relação aos processos psíquicos inconscientes. Dessa forma, talvez seja possível concluir que Freud manteve a hipótese de que os fenômenos conscientes seriam concomitantes a uma parte dos processos que constituem o campo do psíquico em si inconsciente. A consciência continuaria sendo pensada como algo que poderia ou não se acrescentar a uma parcela dos processos psíquicos, isto é, que poderia se acrescentar a processos que possuísem determinadas características. No quarto capítulo do seu livro sobre os sonhos, Freud afirmara: “o tornar-se consciente é para nós um ato psíquico particular, diferente e independente do processo de estabelecer-se ou tornar-se representado (...)” (FREUD, 1900a, p. 160; 1900b, p. 162). Parece continuar presente a hipótese de que os processos psíquicos inconscientes sejam processos nervosos, enquanto a consciência acompanha – ou é “concomitante” – a apenas uma parte desses processos nervosos.

Freud afirma que “o aparelho psíquico – que, com o órgão sensorial formado pelos sistemas P, está voltado para o mundo exterior –, é ele mesmo mundo exterior para o órgão sensorial da Cc, cuja justificação teleológica repousa nessa circunstância” (FREUD, 1900a, p. 583; 1900b, p. 603). Inicialmente, apenas as excitações provindas de P e aquelas relacionadas ao prazer e ao desprazer – isto é, certas oscilações quantitativas dentro do aparelho – seriam capazes de se tornar conscientes. Essa excitação proveniente de P teria que passar por um complexo processamento antes de se converter em sensação consciente, diz Freud; ela teria que percorrer todo o aparelho e passar pelo Prcc, sistema este que submeteria todo conteúdo perceptivo a novas elaborações:

Nosso pensamento desperto (pré-consciente) se comporta em relação a um material perceptivo qualquer de modo idêntico que o faz em relação ao conteúdo onírico. Compete-lhe, imediatamente, colocar ordem nesse material, estabelecer relações e adequá-lo a expectativa de uma trama inteligível (FREUD, 1900a, p. 480; 1900b, p. 495).

De acordo com isso, as percepções não despertariam diretamente a consciência. Todo processo que se tornasse consciente teria uma etapa prévia inconsciente, mesmo que proviesse do mundo exterior. Portanto, a consciência continuaria sendo posterior à memória e continuaria sendo concebida como algo que pode se acrescentar a uma representação dependendo do cumprimento de certas condições. Freud argumenta novamente, como no *Projeto...*, que a consciência “não

é um reflexo supérfluo do processo psíquico consumado” (FREUD, 1900a, p. 583; 1900b, p. 603). As sensações de prazer e desprazer, ao direcionarem os processos associativos assim como a percepção dos objetos externos, contribuiriam para a sobrevivência do sujeito, pois permitiriam a fuga do que lhe representa perigo e a aproximação ao que lhe é benéfico. Esse direcionamento da atenção exercido pela consciência teria, então, uma função imprescindível no desenrolar dos processos psíquicos, e parece ser nesse sentido que Freud diz que a consciência não é um reflexo supérfluo dos demais processos psíquicos. No *Projeto...*, ele deixara claro que a regulação exercida pelas sensações de prazer e desprazer, assim como a atenção às percepções, seria indispensável para a sobrevivência, tanto que aí a atenção consistia na segunda regra biológica, e a regulação dos processos a partir das sensações de desprazer era definida como a primeira regra biológica.

As percepções poderiam surgir no aparelho por duas vias distintas: a partir da recepção de excitação exógena ou a partir da ocupação do sistema P por excitação proveniente do interior do aparelho, isto é, dos próprios sistemas de memória. O fluxo de excitação que percorreria o aparelho do sistema P até a via motora é chamado, então, por Freud de “progressivo”, e a excitação que o percorresse no sentido inverso – ou seja, dos sistemas de memória ao sistema P – caminharía, portanto, em sentido “regressivo”. Na vigília, a excitação em sentido progressivo predominaria, embora também pudesse ocorrer nesse estado fluxos regressivos, pois uma das etapas da rememoração comum consistiria na ocupação regressiva do sistema P, como veremos a seguir. No estado de sono, ao contrário, devido ao cessar quase total da corrente progressiva e à redução parcial da atividade inibitória do Prcc – isto é, da liberação parcial do processo primário –, assim como à atração exercida pelas recordações mais próximas à percepção, o fluxo regressivo se tornaria bem mais intenso e, conseqüentemente, a ocupação do sistema P poderia chegar ao ponto de produzir alucinações. No sonho, então, devido à diminuição da atividade pré-consciente, o processo primário seria liberado, dando origem um processo de dissolução dos processos mais evoluídos do aparelho, que lhe permitiria tentar alcançar a consciência e a motricidade pela via progressiva. Como a censura do Prcc barraria essa tentativa, o processo inconsciente, atraído pelas representações próximas ao sistema perceptivo, tomaria o sentido regressivo e acabaria produzindo uma alucinação. Esse percurso regressivo da excitação teria como resultado a transformação dos pensamentos em imagens sensoriais – isto é, mediante esse processo os pensamentos seriam transpostos em percepções e, como toda percepção, seriam capazes de alcançar a consciência e atrair sobre si a atenção pré-consciente. A reativação alucinatória das representações poderia ocorrer também durante a vigília, em condições que seriam então patológicas, ou seja, ela seria devida à presença de um fluxo regressivo de excitação excessivamente intenso, capaz de reverter a direção progressiva normal. Esses processos regressivos

que conduzem à alucinação, tal como ocorre nos sonhos e nas psicoses, resgatariam o modo de atividade primário do aparelho: em primeiro lugar, devido ao seu caráter alucinatório e, em segundo lugar, por submeterem o material representacional aos princípios formais primários, isto é, aqueles vigentes nos primeiros sistemas Mn (mnêmicos). Nesse sentido é que Freud diz que a “regressão tópica” é também e simultaneamente uma “regressão temporal” e uma “regressão formal”. Essa ideia de regressão tópica fora já proposta por Breuer nos *Estudos sobre a histeria* e reaproveitada por Freud no Projeto..., onde ele afirmara que a alucinação resultaria de uma ocupação regressiva do sistema ϕ a partir de ψ .

Então, a consciência originalmente decorreria apenas das sensações de prazer e desprazer e das percepções, sendo que estas últimas poderiam surgir no aparelho por dois caminhos distintos. Freud mantém, ainda, a ideia de que com a associação dos processos às palavras, surgiria um novo tipo de consciência, intermediado pelas associações linguísticas. Antes da constituição das representações-palavra, os processos psíquicos seriam regulados automaticamente pelas sensações de prazer e desprazer. Com a associação desses processos a palavras, eles se tornariam relativamente independentes dessa regulação imposta pelo prazer e pelo desprazer. Ao comentar o papel dos signos linguísticos nos processos associativos, Freud sustenta que é a associação com representações-palavra que tornaria possível o acesso da ocupação pré-consciente a representações desprazerosas, o que aperfeiçoaria o modo de operação do aparelho, pois instauraria uma regulação mais fina e flexível do que aquela primária, exercida somente pelas sensações de prazer e desprazer:

É provável que inicialmente o princípio de desprazer regule automaticamente os deslocamentos da ocupação; mas é muito possível que a consciência destas qualidades agregue uma segunda regulação, mais fina, que até pode contrariar a primeira e que aperfeiçoa a capacidade de operação do aparelho, uma vez que, em oposição à sua disposição originária, o habilita para submeter à ocupação e à elaboração também aquilo que se liga a um desprendimento de desprazer (FREUD, 1900a, p. 584; 1900b, p. 604).

Na seção E, Freud confirma que é o estado ligado da excitação no processo secundário que faz com que este possa ter acesso a uma parte das representações desprazerosas; na seção F, ele acrescenta que esse acesso é possibilitado pela associação dos processos a representações-palavra. Essas duas afirmações sugerem que é a constituição das representações-palavra que instaura os processos secundários, isto é, que permite o ligamento da excitação em estado livre. Essa hipótese será explicitada no artigo metapsicológico sobre o inconsciente, em 1915.

Ao contrário do que faz no *Projeto...*, Freud não especifica no capítulo 7 por que a palavra é capaz de permitir a consciência. Há, no entanto, uma afirmação na seção B que, somada a uma ideia já presente na *Carta 52*, permite formular uma hipótese a esse respeito. Nesta carta, Freud dissera que a consciência do pensamento está ligada à “reanimação alucinatória” da representação-palavra. No capítulo 7, ele afirma que “o recordar intencional e outros processos parciais de nosso pensamento normal correspondem a uma marcha para trás [*Rückschreiten*] dentro do aparelho psíquico” (FREUD, 1900a, p. 518; 1900b, p. 536). De acordo com o esquema do aparelho psíquico, pela via regressiva um pensamento se tornaria percepção – este seria o mecanismo responsável pela ativação alucinatória de uma imagem perceptiva. Se o que permite a consciência do pensamento e a rememoração é sua associação com palavras e se a rememoração ocorre pela via regressiva, nesse processo as palavras seriam transpostas em percepções e, como toda percepção, poderiam alcançar a consciência e atrair sobre si a atenção. Então, a consciência do pensamento seria possibilitada pela reativação alucinatória da representação-palavra, como diz Freud na *Carta 52*. O termo alucinatório significaria aí apenas que o processo se daria pelo mesmo caminho da alucinação. Essa reativação da palavra teria que ser pouco intensa para não se confundir com uma alucinação de fato, ou seja, tratar-se-ia de uma reativação alucinatória controlada pelo processo secundário.

Essa hipótese sobre o mecanismo pelo qual as associações linguísticas poderiam despertar a consciência, no entanto, difere substancialmente daquela apresentada no *Projeto...* e torna problemático entender por que apenas a palavra possibilitaria a consciência do pensamento. Em 1895, como vimos, Freud havia formulado a hipótese de que a palavra seria capaz de produzir signos de qualidade devido ao seu elemento cinestésico, ou seja, a imagem de movimento que entra na composição da representação-palavra. A ocupação deste elemento, como todo movimento, produziria uma percepção e, portanto, como toda percepção, seria capaz de despertar signos de qualidade e atrair sobre si a atenção. Essa hipótese do *Projeto*, no entanto, não parece ser compatível com a ideia de que é a reanimação alucinatória da palavra que permite a rememoração, pois, no aparelho psíquico, a percepção produzida pelos movimentos – no caso, pela ocupação da imagem cinestésica da palavra – não se daria pela via regressiva, mas pela progressiva. A ideia de que é a partir da sua ativação alucinatória que a palavra se torna percepção e desperta a consciência parece tornar dispensável a suposição do *Projeto...* de que só o elemento cinestésico da palavra poderia produzir qualidades e, na verdade, parece tornar dispensável também a suposição de que só a palavra seria capaz de fazê-lo.

Uma vez que a percepção só alcançaria a consciência após passar por todos os sistemas que separam os dois extremos do aparelho e tendo em vista

que os sistemas intermediários consistem, na verdade, em vários níveis de processos, podemos dizer que a informação sensorial exógena só se tornaria consciente após passar por uma longa série de processos distintos. Sendo assim, a rememoração teria uma primeira etapa regressiva, na qual as palavras seriam transpostas em percepções, e uma segunda etapa progressiva, a partir da qual a percepção poderia tornar-se consciente. Assim, a percepção ordinária – isto é, aquela produzida pela recepção de estímulos exógenos – se daria por um processo inteiramente progressivo, enquanto que a rememoração possuiria duas etapas: uma regressiva e outra progressiva, tal como ocorre com a alucinação. A diferença entre a rememoração e a alucinação seria, assim, apenas quantitativa.

Freud propõe a existência de uma censura entre os sistemas Cc e Prcc, análoga à que haveria entre este último sistema e o lcc, a qual entraria em operação quando certo limite quantitativo fosse ultrapassado, de modo que pensamentos de pouca intensidade se subtraíam a sua ação. Com essa hipótese, ele parece estar propondo que, mesmo entre os processos que envolvessem palavras, haveria alguns que não poderiam se tornar conscientes devido a sua baixa intensidade, o que parece implicar que haveria, de certa forma, um “insuscetível de consciência” no Prcc. Dois fatores tornariam um processo pré-consciente apto a despertar a consciência: estar associado a palavras e possuir uma intensidade acima de certo limiar. No entanto, esses processos “aptos a despertar a consciência” só a despertariam de fato se não fossem barrados pela censura presente entre o Prcc e a CC. Sendo assim, com exceção das percepções e das sensações de prazer e desprazer, apenas aqueles processos que estivessem associados a palavras, que possuíssem certa intensidade e que não fossem barrados pela censura poderiam se tornar conscientes. Freud afirma com referência ao Prcc: “(...) suas excitações – certamente obedecendo também a certas regras e, talvez, só depois de superar uma nova censura, mas sem consideração pelo sistema lcc – podem alcançar a consciência” (FREUD, 1900a, p. 582; 1900b, p. 602). Contudo, em que consistiria essa censura e como ela atuaria permanece um enigma.

2.3 CONCLUSÃO

O que podemos concluir, a partir desta análise do capítulo 7, a respeito das questões que este trabalho tem como objetivo desenvolver? Em primeiro lugar, sobre a natureza do psíquico inconsciente e sobre o estatuto da metapsicologia, parece ser possível argumentar que não há nada nesses textos que indique uma mudança substancial na posição de Freud em relação ao que havia sido sustentado no *Projeto*... Freud manifesta claramente sua intenção de deixar de lado qualquer tentativa de estabelecer uma correspondência anatômica para o aparelho, o que, no entanto, já poderia ter sido sustentado desde 1891, pois a forma como ele passa a conceber desde aquele momento a relação entre os processos que compõe

o aparelho e a anatomia nervosa tornaria dispensável recorrer-se a esta última para explicar os primeiros. Além disso, não há motivos para concluirmos que a identificação entre os processos psíquicos inconscientes e os processos nervosos tenha sido descartada. Ao contrário, na seção F, fica claro que essa hipótese foi mantida; Freud, de fato, parece abandonar provisoriamente a tentativa de fornecer uma explicação neurológica para os fatos psíquicos, mas ele não teria deixado de acreditar na possibilidade dessa explicação. A sua intenção de “permanecer no campo psicológico”, manifesta no início da seção B, não teria, assim, decorrido de uma mudança substancial em sua concepção acerca da natureza do psíquico inconsciente. A passagem da carta a Fliess mencionada acima nos sugere que essa decisão de permanecer no campo da psicologia tornou-se necessária, nesse momento, devido às dificuldades encontradas para dar continuidade a suas especulações neurológicas. Essas dificuldades o teriam levado a formular sua teoria metapsicológica “como se” apenas o psicológico estivesse em exame. Várias afirmações posteriores de Freud, como veremos, reforçam sua crença no caráter provisório desse recuo estratégico.

A representação parece continuar sendo pensada, no capítulo 7, como um processo psíquico, em si mesmo totalmente independente da consciência, que envolveria neurônios, resistências e facilitações; enfim, embora Freud não defina explicitamente esses conceitos, ele os menciona diversas vezes, sobretudo ao se referir à memória, o que nos leva a crer que o processo da representação continua sendo concebida da mesma forma que no *Projeto...* As referências de Freud aos processos psíquicos como processos nervosos nos permitem duvidar de que, quando ele volta periodicamente a falar em neurônios e facilitações, ele esteja empregando metáforas neurológicas para se referir a alguma coisa diferente daquilo que acontece no sistema nervoso. No entanto, na *Carta 52* e no capítulo 7, surgem algumas modificações na forma como a memória é concebida, que tornam sua abordagem mais complexa e nuançada.

Em primeiro lugar, na *Carta 52*, Freud propusera a hipótese de que o sistema de memória possuiria vários princípios associativos, cada um dos quais predominaria em uma etapa do desenvolvimento do sujeito. Ao longo desse desenvolvimento, as representações seriam sucessivamente rearranjadas, de forma que um mesmo conteúdo mnêmico poderia possuir qualidades distintas em diferentes períodos da vida. Para representar a estratificação da memória, Freud introduz o esquema tópico, no qual cada uma dessas etapas de constituição da memória corresponderia a um sistema mnêmico diferente, uma “parte” de um modelo espacial do psiquismo. Esse esquema permite estabelecer uma diferenciação mais clara entre os processos suscetíveis e os insuscetíveis de consciência. No *Projeto...*, já estava presente a hipótese de que a consciência corresponderia apenas a uma pequena parte do campo da representação; de

que algumas representações poderiam nunca ter sido conscientes e de que é o vínculo com a palavra que determina a suscetibilidade à consciência de uma representação; mas não havia, em 1895, uma distinção tópica entre o campo psíquico suscetível e o insuscetível de se tornar consciente. Ambos estariam incluídos no sistema ψ e o que os diferenciaria seria apenas a presença ou não de vínculos com palavras e, em caso negativo, o motivo da ausência desse vínculo.

Na seção B do capítulo 7, Freud retoma a hipótese da estratificação dos sistemas de memória e, na seção F, ele afirma que os sistemas Prcc e lcc, na verdade, correspondem a dois tipos de processos: os processos primários e os secundários, que já haviam sido nomeados e definidos no *Projeto...* Ele esclarece, então, que a representação tópica é uma representação auxiliar que se aproxima menos da realidade psíquica do que outra que figurasse o psíquico suscetível e o insuscetível de consciência como dois tipos de processos dinâmico, formal e funcionalmente distintos. Com isso, Freud acrescenta à hipótese apresentada no *Projeto...* de que existiria um psiquismo insuscetível de consciência e, ainda assim, ativo a hipótese de que esses processos psíquicos possuiriam propriedades diferentes daquelas do psíquico suscetível de se tornar consciente. Em 1912, ele confirmará que foi a análise dos sonhos que o levou a essa conclusão e que, para representá-la, ele introduzira a noção de um *sistema inconsciente*. À ideia de um inconsciente dinâmico, acrescenta-se, então, no capítulo 7, a do inconsciente enquanto um sistema, a qual visa demarcar e enfatizar as características peculiares do funcionamento mental inconsciente descoberto pela psicanálise.

Os processos insuscetíveis de consciência não seriam apenas, como acontecia no *Projeto...*, aqueles excluídos das associações verbais, mas seriam, antes de tudo, processos primários e, por isso, seriam indestrutíveis, atemporais e regidos unicamente pelo princípio do prazer. Aqueles que fossem suscetíveis de consciência seriam os processos secundários, que levariam em conta a realidade, seriam destrutíveis, permitiriam o surgimento da ideia de tempo, etc. A equiparação entre o sistema inconsciente e o psíquico insuscetível de consciência, por um lado, e entre o sistema pré-consciente e o suscetível de consciência, por outro, parece, no entanto, não ser totalmente coerente com a suposição de que haveria uma censura entre os sistemas Prcc e Cc. O fato de alguns processos pré-conscientes poderem ser barrados por essa censura parece implicar a existência de algo insuscetível de consciência no âmbito do próprio Prcc. Mas Freud não desenvolve essa questão. Apenas em 1923, em “O Eu e o Isso”, ele irá reconhecer o problema e abordá-lo.

Freud especifica também, no capítulo 7, qual seria o conteúdo do sistema lcc: as moções infantis de desejo desde a origem inconscientes e as representações que, por se associarem a essas moções de desejo, teriam sido reprimidas. A vinculação entre o sistema lcc e os processos primários e entre o Prcc e os processos secundários, portanto, introduz características distintivas para os processos psíquicos suscetíveis

e os insuscetíveis de consciência. Essa hipótese e a das sucessivas transcrições do mesmo conteúdo mnêmico, de acordo com princípios associativos distintos, parecem ser as principais novidades que surgem na forma como a memória é concebida nesse período da teoria freudiana que medeia entre o *Projeto...* e *A interpretação dos sonhos*.

A relação dos processos psíquicos com o somático torna-se mais obscura no capítulo 7, e algumas das funções que eram atribuídas, no “Projeto...”, ao eu são transferidas ao sistema Prcc. Embora Freud continue pensando o desenvolvimento do aparelho psíquico como resultante da necessidade de dar um destino adequado para a excitação de origem endógena, a relação entre o psíquico e o somático não se encontra representada topicamente, ao contrário do “Projeto...”. Contudo, está implícita uma ligação do sistema inconsciente com o somático, pois daí resulta o fato dos desejos pertencentes a tal sistema estarem “sempre alertas”.

A relação entre os processos psíquicos e a consciência é pensada de forma muito próxima à do *Projeto...*: a consciência seria restrita e secundária em relação ao campo total da representação. No entanto, ela teria uma função fundamental no aparelho e seria imprescindível para seu funcionamento e para a manutenção da vida. Procuramos mostrar que não parece ser possível sustentar que Freud tenha abandonado a hipótese de que a consciência seria concomitante a uma parte dos processos psíquicos inconscientes, embora ele tampouco a retome explicitamente.

As características dos processos que comporiam o substrato material da consciência – isto é, dos processos do sistema Cc – tornam-se mais obscuras do que no *Projeto...* Freud diz apenas que esse sistema seria sensível a qualidades e que sua função seria regular os processos do Prcc, mas seu mecanismo está longe de ter sido plenamente descrito ou justificado. As condições que tornariam um processo psíquico apto a despertar a consciência permanecem próximas aquelas consideradas no *Projeto...*: com exceção das percepções e das sensações de prazer e desprazer, apenas aqueles processos associados a palavras, que possuíssem certa intensidade, que não fossem barrados pela censura que atuaria entre o Prcc e o Cc e que fossem focalizados pelo mecanismo da atenção se tornariam, de fato, conscientes. Tudo isso deixa claro que, para Freud, a consciência é o que há de menos frequente e provável no psíquico; ela seria, por assim dizer, mais a exceção do que a regra.

Embora a noção de signos de qualidade não seja explicitamente retomada no capítulo 7, mantém-se aí a hipótese de que, para uma representação ser percebida conscientemente, ela teria que alcançar o sistema Cc – que faria surgir as qualidades – e, além disso, ser sobre-ocupada pelo mecanismo da atenção. As hipóteses da censura e da dependência da possibilidade de consciência em relação à intensidade do processo não eram mencionadas no *Projeto...*, mas, como veremos adiante, nos artigos metapsicológicos há indicações de que a censura esteja

relacionada com o mecanismo da atenção, de forma que apenas a necessidade de que o processo apresente uma determinada intensidade parece representar uma verdadeira novidade em relação ao texto de 1895. Tendo em vista essas condições que os processos pré-conscientes teriam que satisfazer para de fato se tornarem conscientes, podemos dizer que, na verdade, apenas uma parte dos processos pré-conscientes – e não a totalidade dos processos que comporiam esse sistema – constituiria o psíquico efetivamente passível de consciência. Todo processo capaz de despertar a consciência pela via normal do pensamento seria pré-consciente, mas o inverso não seria verdadeiro.

Ao comentarmos o *Projeto...*, observávamos que a partir desse texto, seria possível inferir a existência de três tipos de representações inconscientes: aquelas que nunca teriam sido associadas a representações-palavra, aquelas que teriam perdido o seu vínculo com a palavra e aquelas que estariam ligadas a palavras, mas cujos signos de qualidade não estivessem ocupados pelo eu. As duas primeiras seriam inconscientes e insuscetíveis de consciência, e a terceira seria inconsciente, mas suscetível de consciência. Dessa forma, as representações inconscientes e insuscetíveis de consciência seriam, em suma, representações-objeto que não possuiriam vínculos com palavras.

No capítulo 7, a representação inconsciente parece continuar a ser pensada da mesma forma; contudo, agora, Freud propõe que o psíquico insuscetível de consciência consista em processos primários, o que lhe conferiria características próprias e que o distinguiriam dos processos suscetíveis de consciência. Quando pensamos no capítulo 7 e o comparamos ao *Projeto...*, ficamos com a impressão de que muitas hipóteses presentes no segundo são omitidas no primeiro texto ou permanecem ali apenas subentendidas. As dificuldades com que Freud se deparou em 1895 tornam essa atitude compreensível. Fica claro ao mesmo tempo, porém, que Freud não descartou, de fato, as teses do *Projeto...* Ele parece ter se preocupado, no capítulo 7, em desenvolver suas hipóteses a respeito de apenas uma parte do aparelho neuronal – aquela referente ao sistema ψ , sobretudo – e optado por omitir certas questões mais problemáticas, que, não obstante, serão retomadas em momentos posteriores de seu pensamento.

O objetivo dos artigos metapsicológicos de 1915, segundo o que Freud afirma no texto *Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos*, é esclarecer e aprofundar as hipóteses teóricas que poderiam ser colocadas na base de um sistema psicanalítico abrangente (FREUD, 1917b, p. 221). Freud dá aí continuidade às especulações metapsicológicas desenvolvidas no *Projeto...*, no capítulo 7 e em alguns textos do período entre este último e os artigos sobre metapsicologia. De acordo com o que nos informa Strachey (1998c), a intenção de Freud era publicar num mesmo livro, além dos cinco artigos que chegaram de fato a ser publicados separadamente, outros sete artigos, um dos quais trataria especificamente da questão da consciência. Apesar de tê-los escrito, Freud não os publicou e apenas um deles, sobre as neuroses de transferência, foi encontrado e publicado postumamente; dos outros seis nunca se teve conhecimento direto, o que, muito provavelmente, deve ter contribuído para a presença de algumas lacunas nas explicações de várias noções nos artigos metapsicológicos que chegamos a conhecer. Em várias ocasiões, em vez de continuar a reflexão sobre algum fato relacionado à consciência, por exemplo, Freud a interrompe e diz que retomará tal reflexão no artigo que versará exclusivamente sobre essa questão.

Mas, sem dúvida, esse não é o único motivo responsável pelos problemas presentes nos textos metapsicológicos. Em 1915, muitas das hipóteses que haviam sido bem estabelecidas no capítulo 7, já estavam sendo questionadas por Freud, o que acabará levando-o, mais tarde, a formular o esquema da segunda tópica. Como se sabe, alguns textos que se intercalam entre o capítulo 7 e os artigos metapsicológicos (FREUD, 1911a; 1911b; 1912a; 1912b; 1914a; 1914b) introduzem e desenvolvem questões que são tratadas em 1915. Esses textos serão mencionados ao longo do comentário dos artigos sobre metapsicologia, à medida que isso se fizer necessário.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE O PSÍQUICO INCONSCIENTE E OS PROCESSOS NERVOSOS NOS ARTIGOS METAPSICOLÓGICOS

Ao comentarmos o capítulo 7, comentamos como ali Freud abandona a tentativa de estabelecer uma correspondência anatômica para o aparelho psíquico, embora ele reconheça a existência dessa base anatômica e a possibilidade de que ela venha a ser conhecida. Argumentamos também que, embora o vocabulário psicológico passe a predominar e Freud manifeste sua determinação de permanecer dentro do campo da psicologia, ele parece não ter abandonado a hipótese de que os processos psíquicos inconscientes sejam processos nervosos, de modo que apenas as tentativas de explicá-los em termos neurológicos estavam sendo, provisoriamente, deixadas de lado. Como fica essa questão nos artigos metapsicológicos e no período que antecede 1915?

Em alguns dos textos do período entre *A interpretação dos sonhos* e os artigos sobre metapsicologia, Freud faz algumas afirmações que nos permitem perceber que ele mantém aquela mesma postura de 1900. Embora não queira se comprometer, no momento, em tratar os processos psíquicos inconscientes desde uma perspectiva neurológica, Freud parece sustentar a hipótese de que esses processos sejam processos nervosos e que, um dia, eles poderão ser explicados e descritos enquanto tais. Em *O chiste e sua relação com o inconsciente*, por exemplo, Freud diz:

(...) já em “A interpretação dos sonhos” (1900) tentei, em harmonia com Lipps, situar o “psíquico genuinamente eficaz” nos processos psíquicos em si inconscientes e não nos conteúdos da consciência (...). As experiências acerca do caráter deslocável da energia psíquica ao longo de certas vias associativas e acerca da quase indestrutível conservação dos traços dos processos psíquicos, tem me sugerido, de fato, tentar essa figuração do desconhecido. Para evitar um mal entendido devo acrescentar que não pretendo proclamar como esses caminhos as células e feixes, nem os sistemas de neurônios que estão tomando o seu lugar hoje, embora seja forçoso que esses caminhos sejam figuráveis, de uma maneira que ainda não sabemos indicar, por certos elementos orgânicos do sistema nervoso (FREUD, 1905a, p. 141).

Em *O interesse pela psicanálise*, mais uma vez, Freud deixa claro que essa abordagem dos processos inconscientes por meio das categorias da psicologia da consciência é adotada devido à dificuldade encontrada, no momento, em tratar tais processos de uma perspectiva fisiológica:

De fato, desde o lado do seu nexos com o consciente, com o qual tem tantas coisas em comum, é fácil descrever o inconsciente e acompanhá-lo em seus desenvolvimentos. Contudo, hoje, parece não haver possibilidade de se aproximar dele pelo lado do processo físico. Portanto, tem que continuar sendo objeto da psicologia (FREUD, 1913a, p. 181).

E, em *Introdução ao narcisismo*, mais uma vez, Freud afirma:

(...) deve-se recordar que todas as nossas provisórias psicológicas deverão, um dia, se assentar no terreno dos substratos orgânicos (FREUD, 1914a, p. 46; 1914b, p. 76).

Em todas essas passagens, Freud ressalta o caráter inevitavelmente provisório de uma abordagem exclusivamente psicológica do inconsciente e deixa claro que sua opção por permanecer no campo da psicologia não resultou de uma

mudança no seu modo de conceber a natureza do psiquismo inconsciente. Nos artigos metapsicológicos, ao que tudo indica, ele mantém essa mesma postura. Na segunda parte do artigo *O inconsciente*, Freud volta a se manifestar contra aquele localizacionismo que ele havia criticado desde *Sobre a concepção das afasias*. Ele argumenta novamente que, embora não seja possível localizar cada uma das funções psíquicas em regiões anatômicas delimitadas, é preciso reconhecer que o psíquico possui uma base anatômica. No entanto, devido à impossibilidade atual de esclarecer a relação entre o psíquico e a anatomia, *provisoriamente*, tal relação terá que ser deixada de lado:

Nossa tópica psíquica *provisoriamente* nada tem a ver com a anatomia; se refere a regiões do aparelho psíquico, onde quer que estejam situadas dentro do corpo, e não a localidades anatômicas (FREUD, 1915a, p. 133; 1915b, p. 170).

O próprio Freud destaca a palavra “provisoriamente”, provavelmente para enfatizar que a existência de uma base anatômica continua sendo pressuposta. Nos artigos metapsicológicos, assim como no capítulo 7, ele manifesta sua intenção de deixar de lado a tentativa de estabelecer a localização anatômica do aparelho psíquico, mas não deixa de nos chamar a atenção de que essa medida é provisória. Não há nada nesses textos de 1915 que indique que ele abandonou a hipótese de que os processos psíquicos inconscientes sejam processos físicos do sistema nervoso; em algumas passagens Freud se refere explicitamente ao “sistema nervoso” ou à “energia nervosa” ao falar dos processos psíquicos (FREUD, 1915d, p. 115; 1915b, p. 185, por exemplo). Ao contrário, em *O inconsciente*, fica claro que sua opção de tratar o psíquico inconsciente desde uma perspectiva psicológica – valendo-se das categorias da psicologia da consciência, como diz Freud em diversas ocasiões – resultou da conveniência desse tipo de abordagem, e não de alguma crença sobre a natureza do seu objeto de estudo. Em *O interesse pela psicanálise*, como vimos, isso já havia sido dito com todas as letras.

Na primeira parte do artigo metapsicológico sobre o inconsciente, onde elabora uma justificativa para o conceito psicanalítico de inconsciente, Freud levanta a questão de se os estados psíquicos de caráter latente não deveriam ser considerados processos somáticos dos quais o psíquico (o consciente) pudesse brotar de novo – hipótese que ele sustentara em 1891 – em vez de serem considerados fatos psíquicos. Ele agora responde negativamente a essa questão, argumentando que essa hipótese se baseia na equiparação entre o psíquico e o consciente, a qual não passaria de uma convenção infrutífera, pois:

Dilacera as continuidades psíquicas, nos precipita nas dificuldades insolúveis do paralelismo psicofísico, está exposta a reprovação

de que superestima sem fundamentação visível o papel da consciência e nos compele a abandonar antes do tempo o âmbito da indagação psicológica, sem nos oferecer recompensas em outros campos (FREUD, 1915a, p. 126; 1915b, p. 164).

Freud parece estar querendo dizer que, se partíssemos do pressuposto de que o psíquico se restringe ao consciente, só nos restaria considerar os processos inconscientes que determinam os fenômenos conscientes como processos puramente somáticos e, nesse caso, o âmbito do psicológico ficaria muito limitado. Uma psicologia que se restringisse à investigação da consciência não conseguiria explicar grande parte das manifestações em termos de fatores psíquicos. Por outro lado, se os processos inconscientes que determinam os que são conscientes não fossem abordados de uma perspectiva psicológica, não se conseguiria explicá-los e descrevê-los satisfatoriamente a partir de outro referencial, ao menos por enquanto. Ao mesmo tempo, nada, a não ser o apego a uma convenção, impediria que a noção de psíquico fosse estendida para além das fronteiras da consciência e passasse a abarcar também fatos inconscientes. Essa é exatamente a posição adotada por Freud desde o *Projeto...*; os processos inconscientes devem ser considerados processos psíquicos. Mas seriam eles também processos físicos? Freud argumenta, na continuação do texto, que o que se sabe, com certeza, acerca da natureza dos processos psíquicos inconscientes é que:

(...) em seus caracteres físicos, nos são totalmente inacessíveis; nenhuma representação fisiológica, nenhum processo químico pode nos comunicar sua essência. Por outro lado, se comprova que mantêm o mais amplo contato com os processos psíquicos conscientes; com certo rendimento de trabalho podem ser transpostos nesses, ser substituídos por estes; e admitem ser descritos com todas as categorias que aplicamos aos atos psíquicos conscientes, como representações, aspirações, decisões, etc. E ainda de muitos desses estados latentes temos que dizer que não se distinguem dos conscientes se não, precisamente, porque lhes falta a consciência. Por isso, não vacilaremos em tratá-los como objetos de investigação psicológica, e no mais íntimo enlace com os atos psíquicos conscientes (FREUD, 1915a, p. 127; 1915b, p. 164).

Então, ao mesmo tempo em que se depara com dificuldades para explicar o psíquico inconsciente em termos de suas propriedades físicas, Freud percebe que as categorias da psicologia da consciência podem ser adequadas para descrevê-lo, o que o leva a optar por esse tipo de abordagem. Mas fica igualmente claro que essa escolha não se encontra relacionada com nenhuma hipótese sobre a natureza irredutivelmente mental do psíquico inconsciente. As várias afirmações de

Freud de sua crença na possibilidade de que um dia “as provisoriedades psíquicas se assentassem no terreno dos substratos orgânicos”, indicam que ele mantém ainda a hipótese da identificação entre o psíquico inconsciente e os processos nervosos defendida no *Projeto...* A seguinte passagem da 24a. das *Conferências de introdução à psicanálise* deixa isso bem claro:

O edifício da doutrina psicanalítica, que nós temos criado, é na realidade uma superestrutura destinada a receber algum dia seu fundamento orgânico; mas ainda não o conhecemos (FREUD, 1915-1916, p. 354).

A opção de tratar o psíquico inconsciente desde uma perspectiva psicológica não levou, em nenhum momento, a um abandono total do referencial neurológico. Na verdade, os pressupostos neurológicos básicos do aparelho neuronal do *Projeto...* continuam constituindo a base da teoria freudiana:

Não apenas acrescentamos a nosso material empírico certas convenções na qualidade de conceitos básicos, como nos servimos de muitas premissas complexas para nos guiarmos na elaboração do mundo dos fenômenos psicológicos. Já mencionamos a mais importante delas; só nos resta destacá-la de maneira expressa. É de natureza biológica, trabalha com o conceito de tendência (possivelmente, da adequação a fins) e diz: O sistema nervoso é um aparelho que tem a função de se livrar dos estímulos que o alcançam, de reduzi-los ao nível mínimo possível; dizendo de outro modo, é um aparelho que, se possível, queria se conservar isento de todo estímulo (FREUD, 1915c, p. 83; 1915d, p. 115).

Podemos concluir, portanto, que, no período de 1900 a 1915, não houve nenhuma alteração significativa na concepção freudiana sobre a relação entre os processos psíquicos inconscientes e os processos nervosos. Sua intenção, enunciada no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, de permanecer no campo da psicologia, não decorreu de nenhuma mudança em sua concepção sobre a natureza do mental. Vejamos, agora, diante desse quadro, como o aparelho psíquico é repensado por Freud nos artigos metapsicológicos.

3.2 O APARELHO PSÍQUICO

Como já mencionamos acima, Freud mantém, nos artigos metapsicológicos, as mesmas hipóteses do *Projeto...* sobre a tendência fundamental da atividade psíquica e sobre o desenvolvimento inicial do aparelho. Em *Pulsões e destinos das pulsões* (1915), ele retoma claramente essas hipóteses. Em sua origem, o funcionamento psíquico seria guiado pela tendência a descarregar da forma

mais direta possível – ou seja, pela via motora, como uma resposta reflexa – toda a excitação recebida. No entanto, a necessidade de satisfazer as necessidades vitais levaria à modificação dessa tendência inicial do aparelho e o obrigaria a manter certo nível de excitação, começando a criar as condições para levar em conta a realidade externa e a tentar atuar eficazmente sobre ela. A necessidade de dar um destino adequado à excitação de origem endógena seria, então, o que impulsionaria toda a atividade psíquica.

Em *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico* (1911), texto onde faz uma nítida recapitulação das hipóteses do *Projeto...* sobre a gênese dos processos psíquicos, Freud enuncia que esse funcionamento psíquico que leva em conta a realidade é regido pelo “princípio de realidade” e contrapõe este tipo de funcionamento àquele originário, que seria regido unicamente pelo princípio do prazer. Ele acrescenta ainda a hipótese de que a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade não aconteceria de uma só vez, pois as pulsões sexuais permaneceriam mais tempo sob o domínio do princípio do prazer do que as pulsões egóicas. Estas últimas cederiam antes que as primeiras ao princípio de realidade, devido à impossibilidade de satisfação com que elas, desde o início, se deparariam em um funcionamento regido unicamente pelo princípio do prazer. As pulsões sexuais, ao contrário, devido ao seu caráter auto-erótico inicial, poderiam ser originariamente satisfeitas sem terem que levar em conta a realidade. Essa ausência de frustração faria com que as pulsões sexuais demorassem mais do que as egóicas para se submeterem ao princípio de realidade. Esse acréscimo à sua teoria sobre a gênese da atividade psíquica é decorrente da introdução da noção de pulsão e da primeira dualidade pulsional na teoria freudiana, ocorrida ao longo do período que separa esse texto do *Projeto de uma psicologia*.

No capítulo 7, Freud havia formulado a hipótese de que o aparelho psíquico seria composto por uma sequência de sistemas de memória, cada um deles regido por princípios associativos diferentes e situados entre a percepção e a via motora. Três desses sistemas de memória tinham sido ali especificados: lcc, Prcc e Cc. Na seção F do capítulo 7, Freud diz que os sistemas Prcc e lcc consistem, na verdade, em dois tipos de processos – os processos primários e secundários – e, a partir de então, ele não mais menciona os outros sistemas de memória que haviam sido inseridos, na representação tópica do esquema, entre P e lcc. Esses sistemas, ao que parece, estariam incluídos nos processos primários; princípios associativos distintos deveriam, assim, fazer parte desses processos. A excitação proveniente do mundo externo incidiria sobre P, de onde seguiria para lcc, para Prcc e, enfim, para Cc. Embora a relação do aparelho psíquico com o somático não seja representada nesse esquema, está implícito no texto que o somático tem que estar intimamente conectado ao sistema inconsciente. Sendo assim, tanto os processos incitados no

aparelho a partir da estimulação exógena, como aqueles que são incitados pela estimulação endógena ocorreriam no mesmo sentido.

Nos artigos metapsicológicos, grande parte dessas hipóteses passam a ser questionadas. Apenas os sistemas lcc, Prcc e Cc continuam presentes na teoria; os demais sistemas de memória incluídos nos esquemas da *Carta 52* e do capítulo 7 não voltam a ser mencionados. Freud inclusive manifesta, ao longo dos artigos, sua dúvida sobre a necessidade de diferenciar entre os sistemas Prcc e Cc. Apenas no *Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos* (1917), o penúltimo dos artigos a ser escrito, ele conclui que é preciso distinguir entre esses dois sistemas, por razões que ainda discutiremos adiante. Nos artigos anteriores, Freud se referia ao “Cc ou Prcc” ou a qualquer um desses sistemas indistintamente. A relação dos sistemas com a excitação de origem endógena volta a ser objeto da reflexão metapsicológica, assim como a noção de “eu”. No entanto, o papel do eu na tópica não está ainda bem estabelecido e não há uma correspondência estrita que possa ser estabelecida entre o eu e algum dos sistemas oficialmente reconhecidos; suas funções parecem ainda estar distribuídas entre os vários sistemas que compõem o aparelho.

A relação entre os sistemas de memória e os órgãos da percepção e da motricidade torna-se, no mínimo, confusa nos artigos metapsicológicos. Freud oscila continuamente entre duas hipóteses distintas: aquela proposta no capítulo 7 e outra mais próxima daquela do *Projeto...* Em uma passagem de *O inconsciente*, por exemplo, ele diz:

Nas raízes da atividade pulsional, os sistemas se comunicam entre si da maneira mais ampla. Uma parte dos processos aí excitados passa pelo lcc como por uma etapa preparatória, e na Cc alcançam a conformação psíquica mais alta; outra parte é retida como lcc. Mas o lcc é alcançado também pelas vivências que provêm da percepção exterior (FREUD, 1915a, p. 152; 1915b, 190).

De acordo com essa passagem, o sistema lcc estaria ligado tanto ao somático quanto ao sistema P, que receberia a excitação de origem externa. A excitação exógena incidiria sobre P e deste seguiria para o lcc, para o Prcc e para Cc. De acordo com isso, todo processo pré-consciente, fosse ele incitado por excitação exógena ou endógena, teria forçosamente uma etapa prévia inconsciente. Uma vez que o sistema Cc estaria ligado à via motora, os sistemas lcc, Prcc e Cc teriam que estar situados entre a percepção (P) e a motricidade (M), assim como no esquema do capítulo 7. No entanto, ainda nesse artigo sobre o inconsciente, Freud apresenta outra hipótese sobre a relação dos sistemas com P. Ele diz:

(...) nossa atividade psíquica se move seguindo dois circuitos contrapostos: ou avança desde as pulsões, através do sistema lcc, até o trabalho do pensamento consciente, ou uma incitação de fora atravessa o sistema da Cc e do Prcc até alcançar as ocupações lcc do eu e dos objetos (FREUD, 1915a, p. 162; 1915b, p. 200).

Nessa passagem, em oposição à afirmação anterior, Freud afirma que as excitações exógenas incidem diretamente sobre o sistema da consciência; a percepção teria que estar situada ao lado da motricidade e do sistema Cc, no extremo oposto do aparelho. Nesse caso, os processos incitados no aparelho por excitação exógena e endógena ocorreriam ao longo de dois caminhos distintos; haveria, como diz Freud, dois circuitos contrapostos na atividade psíquica: o relativo aos processos induzidos por excitação endógena, que ocorreriam no sentido de lcc a Cc, e os induzidos por excitação exógena que se dariam na direção inversa. Essa segunda hipótese está mais próxima daquela apresentada no *Projeto...*

Ali, como vimos anteriormente, uma parte do sistema de memória – ψ do manto – receberia quantidade de origem exógena, a partir do sistema ϕ , e outra parte – ψ do núcleo – estaria em contato direto com a estimulação corporal. Assim, os processos impulsionados por excitação endógena e exógena se dariam em circuitos distintos e opostos, mas, no *Projeto...*, o sistema responsável pela percepção (ϕ) e aquele responsável pela consciência não estavam diretamente ligados. Contudo, Freud não se atém por muito tempo a essa segunda hipótese. No *Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos*, ele parece retomar a hipótese do capítulo 7. Ao se questionar sobre os destinos das moções de desejo que se formam no Prcc durante o processo de formação do sonho, ele diz:

A reflexão nos diz que poderia tramitar por três caminhos diferentes: ou pelo que seria normal na vida de vigília, que parte do Prcc e se esforça por abrir passagem até a consciência; ou obter uma descarga motora direta se esquivando à Cc; ou tomar esse outro caminho inesperado que a observação nos faz seguir realmente (...). O processo iniciado dentro do Prcc e reforçado pelo lcc toma um caminho retrocedente através do lcc até chegar à percepção, que se impõe à consciência (FREUD, 1917a, p. 183; 1917b, p. 225).

Novamente, a percepção é colocada ao lado do lcc, na extremidade oposta à da motricidade e da consciência. Devido a essas oscilações de Freud, fica muito difícil concluir algo de definitivo sobre a relação entre a percepção e os sistemas de memória nos artigos metapsicológicos. Fica claro apenas que o modelo do capítulo 7 já está sendo questionado nesse período, embora Freud não chegue a descartá-lo de fato. Como veremos no próximo capítulo, essa questão se resolverá somente em

Além do princípio do prazer (1920), quando então Freud desloca definitivamente o sistema responsável pela percepção para junto daquele responsável pela consciência. Na verdade, ele passa, para todos os efeitos, a tratá-los como se formassem um único e mesmo sistema.

Na seção F do capítulo 7, Freud reconheceu que a diferenciação entre os sistemas Prcc e lcc corresponderia, na verdade, à diferenciação entre dois tipos de processos; a representação desses sistemas como duas localidades psíquicas distintas não fora abandonada, mas Freud admitira que ela consistia numa representação auxiliar que se aproximava menos da realidade do que aquela que apresenta o pré-consciente e o inconsciente como dois tipos de processos. Essa hipótese é também mantida nos artigos metapsicológicos, porém Freud lhe acrescenta um novo elemento.

Em *O Inconsciente*, Freud se pergunta se a passagem do sistema lcc ao Prcc acontece mediante novas transcrições das representações – suposição esta que ele chama de “tópica” – ou mediante uma mudança de estado, com o surgimento de outros modos de ocupação das mesmas representações – suposição esta que ele chama de “funcional”. Freud responde essa questão apenas na última parte do artigo, onde, a partir da análise das manifestações das neuroses narcísicas, ele chega à seguinte conclusão:

(...) acreditamos saber agora onde reside a diferença entre uma representação consciente e uma inconsciente. Elas não são, como acreditávamos, diversas transcrições do mesmo conteúdo em lugares psíquicos diferentes, nem diversos estados funcionais de ocupação no mesmo lugar, mas sim que a representação consciente abrange a representação-coisa mais a correspondente representação-palavra, e a inconsciente é a representação-coisa somente. O sistema lcc contém as ocupações de coisa dos objetos que são as ocupações de objeto primárias e genuínas; o sistema Prcc nasce quando essa representação-coisa é sobre-ocupada pelo enlace com as representações-palavra que lhe correspondem. Tais sobre-ocupações, podemos conjeturar, são as que produzem uma organização psíquica mais elevada e possibilitam a subordinação do processo primário pelo secundário, que governa no interior do Prcc (...). A representação não apreendida em palavras, ou o ato psíquico não sobre-ocupado, fica então para trás, no interior do lcc, como algo reprimido (FREUD, 1915a, p. 160; 1915b, p. 198).

Freud retoma, assim, os conceitos de representação-palavra (*Wortvorstellung*) e representação-objeto (*Objektvorstellung*) formulados em *Sobre a concepção das afasias* para explicar em que consiste precisamente a diferenciação entre

representações pré-conscientes e inconscientes.²⁹ Embora esses conceitos não sejam esclarecidos, é possível inferir que o que ele chama, nos artigos metapsicológicos, de representação-coisa (*Sachvorstellung*) corresponde ao que é chamado de representação-objeto em 1891. Em *O inconsciente*, a representação-objeto passa a designar o par constituído pela representação-palavra associada à representação-coisa.

Deste modo, enquanto houvesse apenas representações-coisa no aparelho, só poderia haver processo primário. Mais tarde, as representações-palavra se constituíam e se associavam a uma parte das representações-coisa, sobre-ocupando-as. Como resultado, surgiria no aparelho um nível de organização superior: o Prcc. Esse nível de organização superior corresponderia ao processo secundário e, portanto, a diferenciação entre o lcc e o Prcc continua sendo identificada com aquela entre o processo primário e o secundário. O sistema lcc corresponderia ao processo primário, do qual apenas representações-coisa fariam parte, e o sistema Prcc corresponderia ao processo secundário, do qual fariam parte representações-coisa associadas a representações-palavra.

A novidade em relação ao capítulo 7, ao que parece, é que Freud explicita, em 1915, que é a palavra que possibilita a ligação da excitação em estado livre; que o surgimento do processo secundário é uma consequência da sobre-ocupação produzida pela representação-palavra. Essa hipótese, contudo, não será mantida por muito tempo; como veremos, já em *O eu e o isso*, ela é abandonada.

No *Projeto...*, a ideia de que seria a associação com as representações-palavra que tornaria uma representação suscetível de se tornar consciente já se encontrava formulada. Desde esse texto, podia-se, portanto, concluir que o psíquico suscetível de consciência corresponderia às representações associadas a palavras e que o psíquico insuscetível de consciência corresponderia àquelas não associadas a palavras. Mas no *Projeto...* não há nada que sugira que é a sobre-ocupação produzida pela palavra que permite a substituição do processo primário pelo secundário. De acordo com o que Freud propõe ali, o processo secundário teria como condição a inibição do processo primário, a qual seria determinada, antes de tudo, pela primeira regra biológica. Com essa inibição, surgiria um acúmulo de quantidade no aparelho, que seria usado para instituir o processo secundário. Vimos que, no capítulo 7, Freud também atribui à palavra a capacidade de tornar uma representação suscetível de consciência, mas ele não afirma que é a palavra que produz a substituição do processo primário pelo secundário, embora isso possa ser inferido indiretamente a partir do que é ali desenvolvido.

29 Embora Freud se refira à representação “consciente” e não à representação “pré-consciente”, é desta última que ele está falando nessa passagem. Nessa parte do texto, ele não diferenciou ainda entre os sistemas Cc e Prcc.

Em suma, Freud mantém nos artigos metapsicológicos, a hipótese do capítulo 7 de que o Prcc corresponde ao processo secundário e o lcc ao processo primário, mas ele acrescenta que é a constituição das representações-palavra que faz surgir essa diferenciação no aparelho e explicita a hipótese de que o conteúdo do Prcc consistiria em representações-coisa associadas a representações-palavra e que o conteúdo do lcc seria formado por representações-coisa somente.

Na *Carta 52*, Freud tinha introduzido a teoria de que a memória seria constituída por um processo de estratificação sucessiva, no qual, ao longo do desenvolvimento do indivíduo, o mesmo material mnêmico seria reordenado de acordo com novos princípios associativos. No capítulo 7, Freud retomara essa hipótese: assim como na *Carta 52*, ele sustentou que existiriam vários sistemas de memória, cada um dos quais sendo regido por um princípio associativo diferente. O último nível seria aquele em que as representações estariam organizadas de acordo com relações verbais. No entanto, quando passa a tratar os sistemas lcc e Prcc como dois tipos de processos, Freud não se refere mais aos demais sistemas de memória que, na representação tópica do aparelho, precederiam o lcc. Foi preciso assumir, então, que esses sistemas que não mais são mencionados estariam incluídos no processo primário. Como comentamos anteriormente, essa hipótese de que os traços mnêmicos sejam reordenados – isto é, de que novas associações sejam estabelecidas entre eles ao longo do desenvolvimento – nos remete à noção de “sobre-associação” de *Sobre a concepção das afasias*, segundo a qual as novas associações se sobreporiam às anteriores, reorganizando-as de modo que vários níveis de processos associativos fossem se formando. De acordo com a teoria do capítulo 7, o nível mais elevado da memória seria regido pelo processo secundário e envolveria representações-palavra. A hipótese proposta em *O inconsciente* sobre o modo como se dá a distinção entre o lcc e o Prcc sugere que Freud continua concebendo, nesse momento, a memória de forma bastante semelhante. Ele é, inclusive, mais explícito a esse respeito, quando afirma que é a sobre-ocupação da representação-coisa por parte da representação-palavra que produz um nível de organização psíquico superior, no qual consiste, justamente, o Prcc. O aparelho psíquico seria formado, então, por vários níveis de processos associativos, sendo que apenas o mais elevado seria suscetível de consciência, todos os outros permanecendo insuscetíveis de consciência no estado normal de vigília. Essa concepção do aparelho psíquico é, na verdade, uma ampla extensão do conceito de aparelho de linguagem proposto em 1891.

No capítulo 7, Freud havia afirmado que o processo secundário se sobreporia ao primário, mas uma parte do material psíquico – mais especificamente, das moções de desejo – permaneceria como processo primário, devido ao estabelecimento tardio do processo secundário. Portanto, o processo primário e o secundário passariam a coexistir, embora o último predominasse sobre o primeiro na vigília normal.

Parte dessas moções de desejo que nunca chegaram a integrar o Prcc – as quais constituiriam o “núcleo do lcc” – seriam desprazerosas do ponto de vista do Prcc: esta seria a pré-condição para a repressão. Elas tentariam continuamente ingressar no Prcc e, em alguns casos, conseguiriam ocupar uma representação desse sistema, a qual se tornaria também desprazerosa devido ao seu enlace associativo com a representação inconsciente. Como consequência, a ocupação pré-consciente dessa representação seria retirada, e a representação seria assim excluída dos processos secundários. Nisso consistiria o essencial do mecanismo da repressão: a retirada da ocupação pré-consciente de uma representação, que faria com que esta voltasse a ser regida pelo processo primário e permanecesse insuscetível de consciência. Dessa forma, o lcc seria constituído pelas representações que nunca foram pré-conscientes – essas formariam o seu núcleo, o inconsciente originário – e pelas representações reprimidas, isto é, aquelas que estiveram integradas ao pré-consciente, mas foram reprimidas. Freud mantém essas mesmas hipóteses nos artigos metapsicológicos, mas ele lhes acrescenta alguns novos elementos.

Em primeiro lugar, ele esclarece que essas moções de desejo que compõem o núcleo do lcc são o que ele denomina pulsões ou, mais precisamente, “representantes de pulsão”, um ponto que terá que ser discutido adiante; em segundo lugar, ele introduz o conceito de “repressão primordial” (*Urverdrängung*). Segundo ele, aquele material psíquico que constitui o núcleo do lcc teria sido alvo da repressão primordial e esta seria condição para a “repressão propriamente dita”, como é chamado, em 1915, o que era simplesmente designado como “repressão” no capítulo 7. Em terceiro lugar, Freud introduz a noção de “contra-ocupação”, entre outras coisas, para explicar e distinguir o mecanismo dos dois tipos de repressão.

Na terceira parte de *Sobre um caso de paranóia descrito autobiograficamente*, (o “caso Schreber”), há uma descrição da repressão muito próxima daquela presente no artigo metapsicológico sobre a repressão. Ali, Freud distingue três fases da repressão. Na primeira etapa, ocorreria uma “fixação”, ou seja, uma inibição do desenvolvimento de uma pulsão e a consequente permanência dessa pulsão em um estado mais infantil. Nesse caso, diz Freud, “a corrente libidinal respectiva se comporta a respeito das formações psíquicas posteriores como uma que pertença ao sistema do inconsciente, como uma reprimida” (FREUD, 1911a, p. 62). Nessa passagem fica claro que a repressão incide, antes de tudo, sobre as pulsões sexuais. Essa primeira etapa da repressão seria pré-condição para a ocorrência da “repressão propriamente dita”, a qual corresponderia à segunda etapa da repressão. A repressão propriamente dita partiria dos sistemas suscetíveis de consciência, diz Freud, e se voltaria contra os derivados psíquicos daquelas pulsões fixadas. Quando essas últimas pulsões, devido ao seu fortalecimento, conseguissem se infiltrar nos sistemas conscientes, surgiria um conflito entre elas e as pulsões concordantes com o eu, o que acabaria levando à repressão. Freud discrimina ainda uma terceira

fase da repressão, que consistiria no “retorno do reprimido” devido ao fracasso pelo menos parcial da repressão, o que teria como consequência uma regressão no desenvolvimento libidinal.

Em *A repressão*, Freud retoma essa descrição exposta no caso Schreber e acrescenta a ela a hipótese de que a primeira etapa da repressão coincidiria com o que ele agora chama de repressão primordial. A fixação da pulsão mencionada em 1911 seria, assim, um resultado dessa repressão primordial. Diz ele:

(...) temos razões para supor uma repressão primordial, uma primeira fase da repressão que consiste em que ao representante psíquico da pulsão (representante-representação) se nega a admissão na consciência. Assim, se estabelece uma fixação; a partir desse momento, o representante em questão persiste imutável e a pulsão continua ligada a ele (FREUD, 1915e, p. 109; 1915f, p. 143).

Então, nos artigos metapsicológicos, Freud passa a diferenciar entre uma “repressão primordial” – que consistiria na recusa da pulsão ou de seu representante por parte do pré-consciente ou do processo secundário e que teria como consequência a sua fixação no lcc – e a “repressão propriamente dita” – que consistiria na retirada da ocupação pré-consciente de uma representação à qual o representante de pulsão se tivesse associado. Como Freud já havia dito no capítulo 7, duas forças cooperariam para a repressão propriamente dita: a repulsão por parte do pré-consciente e a atração exercida pelos desejos inconscientes. A ocupação subtraída seria aquela acrescentada pela representação-palavra. Como vimos, quando a representação-coisa fosse sobre-ocupada pela palavra, ela passaria a fazer parte do nível de organização superior, isto é, do Prcc; quando tal sobre-ocupação fosse retirada, a representação-coisa deixaria de fazer parte do Prcc e voltaria a ser incorporada ao lcc (isto é, ao processo primário). A representação reprimida seria, portanto, aquela representação-coisa que perdeu o seu vínculo com a palavra (no caso da repressão propriamente dita) ou aquela que nunca estabeleceu esse vínculo (no caso da repressão primordial). Apenas em 1915, Freud expõe claramente essa ideia que já estava implícita desde o *Projeto...* No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, ele afirma:

Agora podemos formular de maneira precisa isso que a repressão, nas neuroses de transferência, recusa à representação rechaçada: a tradução em palavras. (...) A representação não apreendida em palavras, ou o ato psíquico não sobre-ocupado, fica para trás, no interior do lcc, como algo reprimido (FREUD, 1915a, p. 160; 1915b, p. 198).

Sendo assim, o reprimido primordial consistiria naquelas representações-coisa que nunca foram sobre-ocupadas pelas representações-palavra – que nunca

fizeram parte do Prcc – e o reprimido propriamente dito consistiria naquelas representações-coisa que perderam seu vínculo com a palavra, por terem sido associadas ao reprimido primordial e se tornado por isso fonte de desprazer para o Prcc. Com esses desenvolvimentos, apenas agora parece ser possível dizer que o sistema lcc seja constituído pelo reprimido, desde que se entenda por isso o conjunto formado pelo reprimido primordial e pelo reprimido propriamente dito. No capítulo 7, já se encontrava a hipótese de que o núcleo do lcc seria constituído por representações que nunca se tornaram pré-conscientes, mas não havia ainda o conceito de repressão primordial; só as representações rechaçadas pelo Prcc eram consideradas como tendo sido reprimidas e, portanto, o reprimido podia ser apenas uma parte restrita do sistema inconsciente. Além disso, Freud introduz, em 1915, a hipótese de que as representações que se tornam alvo da repressão primordial seriam os “representantes de pulsão”; no capítulo 7, estas eram designadas como “moções de desejo” (embora as duas expressões não sejam necessariamente excludentes).

Nos artigos metapsicológicos, portanto, Freud é capaz de especificar mais minuciosamente qual seria o mecanismo da repressão. Na terceira parte do caso Schreber, ele havia dito que a fixação que seria pré-condição para a repressão propriamente dita, consistiria em um processo passivo, enquanto esta última consistiria em um processo essencialmente ativo. Em *O inconsciente*, isso recebe uma formulação mais precisa. Na quarta parte deste artigo, Freud argumenta que, como a representação reprimida continua tendo capacidade de ação dentro do lcc, ela deve conservar alguma forma de ocupação. Portanto, no caso da repressão propriamente dita, ocorreria uma subtração da ocupação pré-consciente e a conservação da ocupação inconsciente ou a substituição da ocupação pré-consciente por uma inconsciente. Mas, continua ele, é preciso supor, além da subtração da ocupação por parte do Prcc, outro mecanismo que impeça a representação reprimida de voltar a penetrar no Prcc; se a representação reprimida continua ativa *apenas* no lcc, é necessário haver algum mecanismo que a mantenha afastada do Prcc. Freud introduz, então, para dar conta desse problema, a noção de “contra-ocupação”. No caso da repressão propriamente dita, além da subtração da ocupação pré-consciente, deveria haver uma “contra-ocupação” por parte desse sistema, que teria como objetivo manter a representação reprimida distante da consciência. A contra-ocupação seria, por definição, o único mecanismo responsável pela repressão primordial: uma vez que, nesse caso, a representação nunca teria sido sobre-ocupada pelo Prcc, não haveria a subtração da ocupação, a qual consistiria na primeira etapa da repressão propriamente dita. Segundo Freud sugere, a energia usada na contra-ocupação seria a mesma retirada da representação reprimida, no caso desse último tipo de repressão. Em suma, dois mecanismos seriam responsáveis pela repressão propriamente dita – a subtração da ocupação e a contra-ocupação – enquanto que apenas esta última atuaria na repressão primordial.

Ao que tudo indica, a contra-ocupação é pensada por Freud como um mecanismo semelhante à “ocupação lateral” do *Projeto...* Há uma ideia no texto, pelo menos, que nos permite fazer essa aproximação. Ao descrever a repressão na histeria de angústia, Freud diz que a ocupação pré-consciente retirada de uma representação a ser reprimida se dirige para uma representação a ela associada, a qual se torna uma representação substitutiva, e que essa última passa a exercer, para o sistema Cc (Prcc), a função de uma contra-ocupação, isto é, passa a proteger esse sistema contra uma emergência na Cc da representação reprimida. Essa ideia de que o deslocamento da ocupação para uma representação associada funciona como uma contra-ocupação, pois impede a emergência da representação da qual a ocupação foi retirada, nos permite formular a hipótese de que o mecanismo da contra-ocupação é o mesmo que o da ocupação lateral – ou, pelo menos, encontra-se muito próximo deste. Como vimos no *Projeto...*, esse seria o mecanismo empregado pelo eu para direcionar os processos associativos, com o objetivo de impedir a ocupação de representações desprazerosas e propiciar o acesso às representações desejadas. Esse mecanismo consistiria na ocupação das representações proximamente associadas àquelas da qual se pretende desviar o curso associativo. Quando uma representação adjacente é ocupada, ela atrairia a corrente excitatória, pois a ocupação de uma representação lateral funcionaria como uma facilitação maior, segundo o princípio da simultaneidade. Dessa forma, a ocupação de uma representação adjacente àquela que se pretende excluir seria o mecanismo pelo qual se realizaria essa exclusão. Isso permite compreender a afirmação de Freud em *O inconsciente*, mencionada acima, segundo a qual a ocupação de uma representação substitutiva funciona como uma contra-ocupação para o Prcc.

Essa noção de contra-ocupação nos permite reconstruir o modo como seria mantida a separação entre o processo primário e o processo secundário e sobre como o processo secundário manteria o seu predomínio no aparelho. O Prcc se constituiria a partir da sobre-ocupação das representações-coisa por parte das representações-palavra – processo pelo qual surgiria no aparelho um campo da atividade psíquica onde a energia permaneceria em estado ligado. Essa sobre-ocupação pela palavra talvez possa ser identificado como o que funciona como uma contra-ocupação para as representações que não são incorporadas ao processo secundário. Então, a sobre-ocupação de uma parte das representações-coisa por parte da palavra seria, ao mesmo tempo, a contra-ocupação que manteria outra parte das representações-coisa inconscientes, isto é, a sobre-ocupação pela palavra de uma parte das representações-coisa, que cria o Prcc, seria o mesmo mecanismo responsável pela repressão primordial. As representações que fossem incorporadas ao Prcc seriam as que passam a funcionar como contra-ocupações para aquelas que constituem o núcleo do lcc.

A repressão primordial, segundo Freud, incidiria sobre os representantes de pulsão e a repressão propriamente dita sobre os derivados deste. Mas o que seriam exatamente a pulsão e o seu representante? Essa é a próxima questão a ser abordada nesse comentário dos artigos metapsicológicos.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE A PULSÃO E A REPRESENTAÇÃO

Freud começa o artigo *Pulsões e destinos da pulsão* (1915) expondo a sua concepção mais geral sobre o desenvolvimento das ciências. Nenhuma ciência, ele argumenta, começa com conceitos básicos claros, definidos com precisão. Os primórdios da atividade científica consistiriam em descrever fenômenos, ordená-los e inseri-los em certas conexões. No entanto, mesmo para a descrição dos fenômenos, é necessário partir de certas ideias abstratas extraídas de algum outro lugar, e não dos próprios fenômenos observados. Essas ideias abstratas são as que vêm a constituir posteriormente os conceitos básicos (*Grundbegriffe*) de uma ciência. Esses conceitos básicos, em princípio, admitem certo grau de indeterminação, e sua validade é assegurada pela referência ao material empírico e pela sua adequação maior ou menor na explicação dos fatos observados. Com o avanço da investigação científica, esses conceitos vão sendo delimitados com maior exatidão, até que seja possível dar-lhes a forma de definições, o que não significa que, a partir de então, eles permaneçam inalteráveis, uma vez que mesmo os conceitos básicos fixados em definições podem experimentar uma mudança constante em seu conteúdo, à medida que o conhecimento empírico progride.

A pulsão, segundo Freud, seria um conceito básico desse tipo: imprescindível para tornar os fatos psicológicos compreensíveis, contudo, no momento, bastante obscuro em si mesmo. Esse preâmbulo epistemológico de Freud parece destinado a ressaltar que, embora não haja dúvida de que o conceito de pulsão é fundamental para a explicação dos fatos psicológicos, ainda não seria possível, naquele momento, determiná-lo com precisão. A concepção de pulsão formulada no artigo sobre as pulsões é um pouco modificada em *A repressão* (1915), onde Freud introduz a noção de “representante de pulsão”, e essa modificação parece ser mantida nos demais artigos metapsicológicos.

Para introduzir a noção de pulsão em *Pulsões e destinos de pulsão*, Freud retoma aquela diferenciação entre o modo de ação dos estímulos exógenos e dos endógenos sobre o aparelho neuronal, que vinha sendo discutida desde o *Projeto...*, onde, aliás, parece possível situar as primeiras formulações da noção de pulsão. O estímulo pulsional é concebido como um estímulo proveniente do interior do corpo que atua continuamente sobre o aparelho psíquico: ao contrário dos estímulos exógenos, os estímulos pulsionais não atuariam como uma força de choque momentânea, nem poderiam ser totalmente eliminados mediante ações reflexas de fuga; eles atuariam como uma força constante, e sua eliminação exigiria

a execução de uma “ação específica” sobre o mundo. Toda a complexidade da atividade psíquica decorreria, assim, da necessidade de satisfazer as necessidades pulsionais. No *Projeto...*, Freud havia afirmado que o fato do sistema ψ do núcleo estar exposto sem proteção às quantidades de origem endógena funcionava como a “mola pulsional do mecanismo psíquico” (FREUD, 1895/1950b, p. 194). No artigo metapsicológico sobre as pulsões, ele torna a afirmar que:

(...) as pulsões, e não os estímulos externos são os genuínos motores dos progressos que têm levado o sistema nervoso (cuja produtividade é infinita) a seu nível atual de desenvolvimento (FREUD 1915c, p. 84; 1915d, p. 116).

Em *Pulsões e destinos da pulsão* (1915), Freud diferencia claramente o estímulo endógeno da própria pulsão. A pulsão seria o “representante psíquico” dos estímulos endógenos; seria a expressão psíquica de tais estímulos e não os próprios estímulos. A pulsão é definida, então, da seguinte forma:

(...) a “pulsão” nos aparece como um conceito fronteiro entre o psíquico e o somático, como um representante [*Repräsentant*] psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho que é imposta ao psíquico em consequência de sua ligação com o corporal (FREUD, 1915c, p. 85; 1915d, p. 117).

Esse mesmo sentido fora atribuído ao conceito de pulsão em duas ocasiões anteriores: na terceira parte do caso Schreber (FREUD, 1911a, p. 68) e em uma passagem agregada aos *Três ensaios...* poucos meses antes da redação do artigo metapsicológico sobre as pulsões (FREUD, 1905b, p. 153).

De acordo com essas definições, a pulsão seria algo que representaria os estímulos orgânicos no psíquico. Nos termos do *Projeto...*, as pulsões seriam as representações que se constituiriam em ψ do núcleo. No momento em que os estímulos endógenos, a partir do processo de somação, conseguissem ingressar no núcleo, surgiria uma pulsão, a qual representaria no psíquico uma necessidade corporal do organismo. A partir do texto *A repressão*, contudo, a pulsão passa a ser concebida de outra forma: Freud passa a diferenciar entre ela e o seu representante psíquico. A pulsão seria o estímulo orgânico que é representado no psíquico pelo “representante de pulsão” (*Triebrepräsenz*), e não mais aquilo que representa os estímulos orgânicos no psíquico: ela só se manifestaria neste último por meio desse seu representante. Freud parece manter essa segunda concepção de pulsão nos demais artigos metapsicológicos e depois. Na seguinte passagem de *O inconsciente*, ele explicita sua hipótese sobre a relação entre a pulsão e a representação:

Uma pulsão nunca pode passar a ser objeto da consciência; só a representação que é sua representante pode sê-lo. Mas, tão pouco no interior do inconsciente pode estar representada a não ser pela representação. Se a pulsão não aderisse a uma representação nem saísse à luz como um estado afetivo, nada poderíamos saber dela. Então, sempre que falamos de uma moção pulsional inconsciente ou de uma moção pulsional reprimida, não é senão por um inofensivo descuido da expressão. Não podemos aludir se não a uma moção pulsional cujo representante-representação é inconsciente, pois outra coisa não entra em conta (FREUD, 1915a, p. 136; 1915b, p. 173).

Então, a partir do artigo *A repressão*, a pulsão passa a ser concebida como algo que é representado no psíquico pela instância que Freud denomina “representante-representação” (*Vorstellungsrepräsentanz*), definindo-se como o estímulo orgânico que é assim representado no psíquico. A noção de pulsão estaria, portanto, inteiramente no domínio do biológico; seria algo pertencente à esfera biológica, que é ou pode ser representado no psíquico por uma representação (ou por um afeto). Quando a excitação pulsional ingressasse no domínio do psíquico, ela seria envolvida nos processos que constituem e integram as representações, obtendo assim expressão psíquica. Pensando nos termos do *Projeto...*, a pulsão corresponderia ao estímulo endógeno antes deste ingressar em ψ do núcleo; quando este estímulo ingressasse no núcleo, ele produziria novas facilitações, as quais se associariam às representações-coisa que estariam sendo constituídas no manto de ψ simultaneamente à ocupação do núcleo. Esse complexo associativo entre as facilitações do núcleo e do manto que se constituem simultaneamente corresponderia a uma parte do representante de pulsão; o outro componente seria a “quota de afeto”. Em *A repressão*, Freud procura esclarecer em que consistiria esse representante. Ele diz:

Nas elucidaciones anteriores consideramos a repressão de um representante de pulsão, entendendo por aquela uma representação ou um grupo de representações ocupadas a partir da pulsão com uma determinada quota de energia psíquica (libido, interesse). Contudo, a observação clínica nos compele a decompor o que até aqui concebemos como unitário, pois nos mostra que junto a representação [*Vorstellung*] intervém algo diverso, algo que representa [*räpresentieren*] a pulsão e pode experimentar um destino de repressão totalmente diferente do da representação. Para este outro elemento do representante psíquico, tem adquirido carta de cidadania o nome de “quota de afeto”; corresponde à pulsão na medida em que esta tenha se separado da representação e encontrado uma expressão para

sua quantidade em processos que se tornam registráveis para a sensação como afetos (FREUD, 1915e, p. 113; 1915f, p. 147).

Freud está distinguindo aqui dois componentes do representante de pulsão: a representação e a quota de afeto; essas seriam as duas formas pelas quais uma pulsão poderia se manifestar no psíquico. A representação continua sendo pensada da mesma forma desde o *Projeto...*: como a ocupação de traços mnêmicos e, portanto, como um processo dinâmico. Os traços mnêmicos corresponderiam às facilitações, e essa mesma hipótese parecia estar subentendida no capítulo 7. Nos artigos metapsicológicos, contudo, Freud não se manifesta claramente a esse respeito. Ele apenas afirma, em *O inconsciente*, que “a representação consiste em ocupações – no fundo, de traços mnêmicos” (FREUD, 1915a, p. 137; 1915b, p. 174). A quota de afeto parece corresponder ao aspecto quantitativo da pulsão. Mas o que seria o afeto propriamente dito?

O afeto parece também continuar a ser concebido de forma muito próxima ao *Projeto...* Embora Freud utilize, em algumas ocasiões, o termo afeto em um sentido mais genérico – como correspondendo ao aspecto qualitativo da quantidade de energia pulsional³⁰ –, desde o *Projeto...* ele é pensado como o aspecto qualitativo de um processo específico que se dá no aparelho. Neste último texto, o afeto era concebido como o resultado de um aumento no nível de quantidade produzido a partir da rememoração de uma representação relacionada a uma vivência de dor. Para explicar como é possível que um aparelho, cuja tendência principal seria manter o nível de excitação o mais baixo possível, seja capaz de produzir quantidade, Freud introduzira a hipótese dos “neurônios-chave” ou “neurônios secretores”. Esses neurônios, quando ocupados a partir de uma representação, estimulariam processos somáticos que secretariam quantidade no aparelho. Quando ocorresse uma vivência de dor – isto é, uma irrupção muito intensa de quantidade exógena no aparelho – seria estabelecida uma facilitação entre as representações perceptivas relacionadas a essa vivência (Freud as chama de “representações de objeto hostis”) e os neurônios-chave. Posteriormente, a rememoração da representação hostil, devido a sua associação com os neurônios-chave, faria surgir no aparelho uma descarga de quantidade que produziria desprazer. Esse desprazer produzido pela ocupação dos neurônios-chave é o que Freud, estritamente falando, chamou de afeto.

No capítulo 6 de *A interpretação dos sonhos*, na parte em que Freud discute o papel dos afetos no sonho, essa concepção de afeto do *Projeto...* parece ser claramente retomada:

30 Laplanche e Pontalis referem-se apenas a esse sentido do termo no *Vocabulário de psicanálise*.

Vejo-me obrigado a representar (...) o desprendimento de afeto como um processo centrífugo dirigido até o interior do corpo e análogo aos processos de inervação motora e secretória (FREUD, 1900a, p. 451; 1900b, p. 465).

Essa mesma hipótese sobre o afeto parece ser mantida também nos artigos metapsicológicos, como indica a seguinte passagem de *O inconsciente*, já mencionada anteriormente:

(...) as representações são ocupações - no fundo, de traços mnêmicos -, enquanto que os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga cujas exteriorizações últimas são percebidas como sensações (FREUD, 1915a, p. 137; 1915b, p. 174).

Em uma nota de rodapé desse mesmo artigo, Freud especifica em que consistiria esse processo de descarga:

A afetividade se exterioriza essencialmente em uma descarga motora (secretória, vasomotora) que provoca uma alteração (interna) do próprio corpo sem relação com o mundo exterior (...) (FREUD, 1915a, p. 138; 1915b, p. 175).

Parece difícil, assim, sustentar a interpretação de Laplanche e Pontalis (1998, p. 9) segundo a qual o afeto seria a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional em geral e das suas variações. Freud parece conceber o afeto como o efeito de um processo de descarga bastante específico, semelhante àquele produzido pelos neurônios-chave do *Projeto...*, e não como o aspecto qualitativo da energia pulsional tomada em sentido amplo, como sustentam Laplanche e Pontalis.

O representante de pulsão consistiria, assim, em uma representação que possuísse uma associação capaz de produzir o afeto - ou seja, uma associação com algo do tipo dos neurônios-chave do *Projeto...* No entanto, não sabemos o porquê do estabelecimento de uma associação como essa. Segundo Freud, a repressão poderia fazer com que a representação e o afeto tivessem destinos diferentes. O destino da representação seria sempre o mesmo: permanecer no inconsciente. Os destinos do afeto poderiam ser três: ser sufocado, vir à tona como um afeto qualitativamente distinto ou ser transformado em angústia. Em algumas ocasiões, Freud se refere ao destino dos dois componentes do representante de pulsão de uma forma que parece sugerir que a separação entre a representação e o afeto resultante da repressão consistiria na separação entre os traços mnêmicos e a excitação que os ocupa. Por exemplo, em *A repressão*, ele diz: “quando formos descrever um caso de repressão teremos que rastrear separadamente o que, em virtude dela, foi feito da representação, por um lado, e da energia pulsional que adere

a esta, por outro” (FREUD, 1915e, p. 113; 1915f, p. 147). Mas, se fosse essa a hipótese sustentada por Freud, a repressão teria como consequência que a representação deixasse de existir enquanto tal – ou que, pelo menos, permanecesse psiquicamente inativa – uma vez que, como ele deixa claro em *O inconsciente*, ela não seria outra coisa que a ocupação de traços mnêmicos e que, portanto, esses traços sozinhos não seriam a representação, mas apenas representariam a sua possibilidade de ressurgir. Portanto, se a repressão produzisse a separação entre a excitação e os traços mnêmicos, ela teria como consequência o desaparecimento da representação. Consequentemente, esta não poderia “continuar ativa no inconsciente” como Freud repetidamente afirma que acontece. Além disso, se o objetivo da repressão fosse anular a representação, sempre que os traços mnêmicos fossem novamente ocupados a partir do interior do corpo, a repressão teria fracassado e teria que ser posta em ação novamente. Sem dúvida, não é disso que se trata, pois Freud repete inúmeras vezes que as representações reprimidas continuam ativas no inconsciente. Ele é bem claro sobre isso, ao dizer que “a representação reprimida continua tendo capacidade de ação dentro do lcc; portanto, deve ter conservado sua ocupação. O que foi subtraído deve ser algo diverso” (FREUD, 1915a, p. 139; 1915b, p. 177).

Na quarta parte do artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud afirma o seguinte sobre os processos inconscientes:

Em si e por si eles não são cognoscíveis, e ainda são insuscetíveis de existência, porque muito prematuramente ao sistema lcc se superpôs o Prcc, que tem arrastado até si o acesso à consciência e à motricidade (FREUD, 1915a, p. 146; 1915b, p. 185).

A menos que Freud estivesse querendo dizer que os processos inconscientes são insuscetíveis de existência para a consciência, essa passagem contradiz inúmeras outras, nas quais ele repete que o reprimido permanece ativo no inconsciente e que as representações pertencentes ao sistema inconsciente continuam tendo capacidade de ação e de se desenvolver com maior liberdade do que quando estavam incluídas no Prcc. Tudo indica que, com a afirmação acima, Freud não queria dizer que os processos inconscientes são insuscetíveis de existência em si, tanto é que no início da seção seguinte à que contém a passagem acima, ele ressalta:

Seria errôneo imaginar que o lcc permanece em repouso enquanto todo o trabalho psíquico é efetuado pelo Prcc, que o lcc é algo periclitado, um órgão rudimentar, um resíduo do desenvolvimento. Ou supor que a comunicação entre os dois sistemas se limita ao ato da repressão, em que o Prcc lançaria ao abismo do lcc tudo o que lhe parecesse perturbador. O lcc é algo

vivo, suscetível de desenvolvimento, e mantém com o Prcc toda uma série de relações (...) (FREUD, 1915a, p. 149; 1915b, p. 187).

É preciso supor, portanto, que, na repressão, a retirada da ocupação pré-consciente da representação faz com que esta perca o seu vínculo com a palavra e volte a ser integrada ao processo primário, isto é, que ela permaneça no inconsciente. Como, na normalidade, seria o Prcc que teria o controle da afetividade, a representação, ao ser excluída dos processos secundários, perderia também a sua associação para a afetividade ou, ao menos, o Prcc se esforçaria para tanto. Em alguns casos, contudo, os processos inconscientes conseguiriam retomar o acesso à afetividade. Isso poderia se dar de duas formas: diretamente – isto é, a afetividade seria evocada diretamente pela representação inconsciente e se manifestaria como angústia – ou indiretamente, por meio de uma representação substitutiva pré-consciente, melhor dizendo, por uma representação pré-consciente associada ao reprimido. Nesse caso, o afeto seria qualitativamente modificado de acordo com a representação substitutiva. Esses seriam, pois, dois dos destinos possíveis para o afeto após a repressão: ser transposto em angústia ou ser qualitativamente modificado. O primeiro deles poderia levar a um quadro de histeria de angústia, e o segundo, a um quadro de neurose obsessiva. Outro destino possível para o afeto, segundo Freud, seria a sufocação, quando então ele não voltaria a ser suscitado. Nesse caso, a repressão teria sido plenamente bem-sucedida, desde que a representação reprimida associada ao afeto tampouco conseguisse se manifestar no pré-consciente por outro meio. Haveria ainda a possibilidade de que a representação inconsciente transferisse sua excitação para uma inervação corporal, configurando-se, assim, um clássico quadro de histeria de conversão.

Então, dos três destinos possíveis para o afeto, só a sua sufocação seria uma consequência direta da repressão: os outros dois destinos seriam já manifestações do “retorno do reprimido”. Pelo que parece, toda repressão produziria inicialmente a sufocação do afeto; no entanto, este pode continuar sufocado ou voltar a ser suscitado de alguma das duas maneiras descritas. A seguinte afirmação de Freud parece corroborar isso:

É possível que o desprendimento do afeto parta diretamente do sistema Icc, em cujo caso tem sempre o caráter da angústia (...). Mas, com frequência, a moção pulsional tem que aguardar até encontrar uma representação substitutiva no interior do sistema Cc. Depois, o desenvolvimento do afeto se faz possível a partir deste substituto consciente, cuja natureza determina o caráter qualitativo do afeto. Temos afirmado que na repressão se produz um divórcio entre o afeto e sua representação, depois do qual ambos vão ao encontro de seus destinos separados. Isto é insuperável desde o ponto de vista descritivo; mas o processo

real é, por regra geral, que um afeto não faz sua aparição até que se tenha consumado a irrupção em uma nova substituição [*Vertretung*] do sistema Cc (FREUD, 1915a, p. 138; 1915b, p. 175).

Então, como, na normalidade, o Prcc dominaria a afetividade, a exclusão de uma representação do Prcc – ou a sua manutenção fora deste, no caso do reprimido primordial – teria como consequência a supressão da capacidade dessa representação de evocar o afeto. A associação para o afeto continuaria existindo – e, portanto, a possibilidade de seu ressurgimento –, mas sem que ela pudesse ser ativada. Ao discutir se há ou não afetos inconscientes, Freud procura esclarecer esse ponto. Ele diz o seguinte:

(...) na comparação com a representação inconsciente surge uma importante diferença: após a repressão, aquela continua existindo no interior do sistema lcc como formação real, enquanto que aí mesmo ao afeto inconsciente corresponde apenas uma possibilidade de evocação, à qual não é permitido se desenvolver (FREUD, 1915a, p. 137; 1915b, p. 174).

O afeto, portanto, não poderia ser inconsciente no mesmo sentido que a representação: ao contrário desta, ele não continuaria ativo no inconsciente, pois a associação entre a representação e a afetividade seria bloqueada pela repressão. Esta última, portanto, resultaria na sufocação do afeto. Contudo, os processos inconscientes tentariam continuamente retomar o acesso à afetividade e, em alguns casos, conseguiriam isso de uma das duas formas que discutimos anteriormente: diretamente ou de forma indireta, por meio de uma representação substitutiva pré-consciente.

3.4 A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS PRCC E ICC

A hipótese apresentada no capítulo 7 de que a diferença entre o Prcc e o lcc não se estabelece desde a origem do aparelho psíquico continua a ser sustentada nos artigos metapsicológicos. Inicialmente, só haveria o processo primário, e este incluiria apenas as representações-coisa. Com a constituição das representações-palavra, uma parte das representações-coisa seriam sobre-ocupadas e, assim, surgiria um nível de organização mais elevado no aparelho – o processo secundário, surgindo, dessa forma, a distinção entre lcc e Prcc. No entanto, parte das representações-coisa não chegariam a ser associadas a palavras e continuariam sendo governadas pelo processo primário.

Portanto, após o estabelecimento do processo secundário, este passaria a predominar, mas o processo primário não seria suprimido por ele: ambos os tipos de processos passariam a coexistir. As representações que nunca tivessem sido incluídas nos processos pré-conscientes – isto é, aquelas que tivessem sido alvo da

repressão primordial – constituiriam o núcleo do sistema lcc. Formulamos, acima, a hipótese de que a própria sobre-ocupação de uma parte das representações-coisa pelas palavras seria o que manteria a outra parte delas excluída do Prcc, ou seja, seria aquilo que funcionaria como contra-ocupação para as representações excluídas do processo secundário. A sobre-ocupação das representações-coisa, que produz a emergência do Prcc, e a repressão primordial seriam, então, dois aspectos do mesmo processo. Essas representações que são objeto da repressão primordial formariam parte dos representantes de pulsão, e elas, por hipótese, nunca teriam chegado a se integrar ao Prcc. Além de manter uma parte das representações restritas ao lcc e, portanto, sem acesso à Cc, os processos secundários passariam a governar a afetividade e interromperiam o acesso direto a ela por parte do lcc.

Ao reprimido primordial viria acrescentar-se o reprimido propriamente dito, ou seja, aquelas representações pré-conscientes que, por terem sido associadas ao reprimido primordial – isto é, por terem passado a funcionar como derivados deste último –, teriam se tornado também desprazerosas e, por isso, excluídas do Prcc. O reprimido propriamente dito e o reprimido primordial formariam, em conjunto, o conteúdo do lcc; este seria constituído por representações-coisa que nunca teriam sido associadas a representações-palavra ou por aquelas que perderam esse vínculo. Mas não bastaria uma representação pré-consciente ser ocupada partir do reprimido primordial para que ela fosse alvo da repressão propriamente dita: em alguns casos, as representações ocupadas a partir do lcc conseguiriam permanecer fazendo parte processo secundário, pelo menos durante algum tempo. Segundo Freud, alguns dos derivados do reprimido primordial não se tornariam alvo da repressão propriamente dita, mas permaneceriam no Prcc e poderiam, às vezes, se tornar conscientes. Haveria duas condições para que as representações ocupadas a partir do lcc conseguissem permanecer incluídas nos processos secundários: uma primeira condição seria a existência de certo distanciamento da representação em relação ao reprimido primordial – ou seja, a presença de certo número de desfigurações ou elos intermediários entre eles; outra condição seria que a intensidade da ocupação inconsciente da representação pré-consciente não excedesse um determinado limite:

(...) nem sequer é certo que a repressão mantenha afastados do consciente todos os derivados do reprimido primordial. Se estes se distanciaram o suficiente do representante reprimido, seja pelas desfigurações que adotaram ou pelo número de elos intermediários que se intercalaram, têm, sem mais, livre o acesso ao consciente. É como se a resistência que o consciente lhes opusesse fosse uma função do seu distanciamento a respeito daquilo que foi originariamente reprimido (FREUD, 1915e, p. 110; 1915f, p. 144).

Freud confessa não saber até onde esse distanciamento em relação ao reprimido primordial teria que chegar para que a representação pudesse permanecer incluída no processo secundário. No entanto, é certo que “se trata de deter-se antes de chegar a determinada intensidade na ocupação do inconsciente, superada a qual o inconsciente irromperia em direção à satisfação” (FREUD, 1915e, p. 111; 1915f, p. 145). Talvez esses dois fatores possam ser relacionados entre si: quanto maior fosse a proximidade entre a representação reprimida e a representação pré-consciente, maior seria a intensidade da ocupação inconsciente desta última. Portanto, quanto mais elos intermediários houvesse entre as duas representações ou quanto maior a desfiguração, menor seria a intensidade da ocupação inconsciente da representação pré-consciente e maior seria a chance de que ela permanecesse incluída no processo secundário e não se tornasse alvo da repressão. Dessa forma, os derivados do reprimido conseguiriam permanecer como parte dos processos secundários, desde que suas intensidades permanecessem abaixo de certo limite, superado o qual eles se tornariam alvo da repressão propriamente dita. Esta última, portanto, incidiria essencialmente sobre os derivados do reprimido primordial. Esses derivados excluídos do Prcc poderiam, não obstante, tornar a ingressar nesse último sistema: esse seria o caso do que Freud denomina “retorno do reprimido”. Os derivados do reprimido que conseguissem permanecer no Prcc seriam aquelas representações a partir das quais se poderia mais facilmente chegar ao inconsciente na análise. A hipótese de Freud de que o Prcc nasce com a sobre-ocupação das representações-coisa pelas representações-palavra deixa claro que todo o Prcc – e, portanto, tudo o que é capaz de se tornar consciente – tem suas raízes no inconsciente e está, em última instância, associado ao reprimido primordial. Por isso, em princípio, seria possível, partindo-se de uma representação consciente qualquer, atingir o inconsciente, o que poderia ser realizado mais facilmente tomando-se como ponto de partida os derivados do reprimido primordial.

Por tudo isso, a separação entre o Prcc e o lcc seria algo alcançado com um grande dispêndio de energia psíquica e a contra-ocupação seria o mecanismo usado pelo pré-consciente para efetuar essa separação. Na verdade, uma separação como essa muito dificilmente – ou provavelmente nunca – poderia ser mantida de forma cabal, uma vez que os processos inconscientes tentariam continuamente ingressar no Prcc e, em alguns casos, conseguiriam permanecer aí ao menos durante certo tempo.

3.5 AS PROPRIEDADES DISTINTIVAS DO PRCC E DO ICC

No *Projeto...*, como já comentamos anteriormente, aparece na teoria freudiana o conceito de um inconsciente dinâmico. Freud propõe, nesse texto, que haveria um psíquico inconsciente e ativo, podendo este ser suscetível ou não de se tornar consciente. No capítulo 7, Freud acrescenta a hipótese de que os processos

inconscientes e insuscetíveis de se tornarem conscientes possuiriam características diferentes daquelas presentes nos processos suscetíveis de consciência. Portanto, o inconsciente não seria apenas algo ativo que coexistiria com os processos conscientes, mas também algo que possuiria propriedades particulares. É para representar essas propriedades particulares que Freud introduz a distinção tópica entre os sistemas Prcc e lcc e sustenta que esses dois sistemas correspondem, na verdade, a dois tipos de processos: os processos secundários e os primários. Segundo essa distinção, a diferença essencial entre o psíquico insuscetível e o psíquico suscetível de consciência seria que, nos processos que correspondem ao primeiro, a excitação se encontraria em estado livre, enquanto que, nos processos que correspondem ao segundo, ela se encontraria em estado ligado. No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud acrescenta a essas hipóteses a ideia de que é o vínculo com a palavra que produz a ligação das excitações e, com isso, faz surgir o processo secundário e, com ele, o Prcc. Desde o *Projeto...*, Freud já supunha que a constituição das representações-palavra é que tornaria uma parte dos processos de pensamento capazes de despertar a consciência, ou seja, que seria a palavra que permitiria a rememoração consciente. No entanto, no *Projeto...*, o estado ligado não resultaria da associação com as palavras: Freud não formula ali a hipótese de que seriam essas associações que instaurariam o processo secundário. No capítulo 7, ele faz algumas afirmações que permitem inferir essa relação entre a palavra e a instauração do processo secundário. Contudo, só em *O inconsciente*, ele estabelece inequivocamente a dependência do estado ligado em relação à palavra.

Freud dedica uma seção inteira do artigo *O inconsciente* às propriedades particulares do sistema lcc. A primeira delas seria o estado livre da excitação. Ao comentar a distinção entre o estado livre e o estado ligado da excitação, que consistiria no fundamento da distinção entre o Prcc e o lcc, Freud diz o seguinte: “Creio que esta distinção continua sendo até hoje nosso entendimento mais profundo sobre a essência da energia nervosa e não vejo como poderíamos prescindir dela” (FREUD, 1915a, p. 147; Freud, 1915b, p. 185). Essa afirmação de Freud, mais uma vez, denota que ele não abandonou a hipótese de que os processos psíquicos sejam processos nervosos.

O estado livre da excitação seria a principal característica particular e exclusiva do inconsciente; na verdade, parece que todas as demais podem ser derivadas dela. Outra propriedade do lcc, que também já havia sido mencionada no capítulo 7, seria a ausência de temporalidade. Freud esclarece que entende por isso que os processos inconscientes não estão ordenados de acordo com relações temporais e que eles não são modificados pelo transcorrer do tempo:

Os processos do sistema lcc são atemporais, quer dizer, não estão ordenados conforme o tempo, não se modificam pelo transcurso deste, nem, em geral, têm relação alguma com ele. Também a relação com o tempo decorre do trabalho do sistema Cc (FREUD, 1915a, p. 145; 1915b, p. 184).

Ao comentarmos o capítulo 7, formulamos a suposição de que a ausência da ideia de tempo seria consequência da indestrutibilidade dos processos inconscientes e que essa indestrutibilidade, por sua vez, resultaria do estado livre da excitação. A ligação da excitação seria o processo através do qual as representações e os afetos perderiam sua intensidade e se desvaneceriam gradativamente, fazendo com que surgisse a distinção entre o passado e o presente. No inconsciente só haveria o presente; o passado existiria apenas para o Prcc.

A submissão total ao princípio do prazer é mencionada como outra das características particulares dos processos do sistema lcc, a qual também já havia sido mencionada no capítulo 7: representações capazes de evocar desprazer estariam completamente excluídas dos processos primários. Além disso – e por causa disso – esses processos não levariam em consideração as exigências do mundo externo. Só após a sua inibição – isto é, após a ligação de uma parte da excitação –, o mundo externo passaria a ser levado em consideração. O lcc, portanto, estaria totalmente imerso na realidade psíquica e ignoraria completamente a realidade exterior.

Freud menciona ainda, nos artigos metapsicológicos, duas outras características próprias aos processos do sistema inconsciente: a ausência de negação e a ausência de contradição, sendo que esta última resulta logicamente da primeira, pois, sem a negação, não é possível evidentemente haver contradição. Segundo Freud, a negação seria introduzida pelo trabalho da censura entre Prcc e lcc. Ela seria, diz ele, “um substituto da repressão de nível mais alto” (FREUD, 1915b, p. 183).

Não haveria negação no lcc porque, neste sistema, não haveria representações-palavras nem relações verbais, e a negação só existiria na e através da linguagem. Sem esta última, não seria possível haver negação e, conseqüentemente, não seria possível haver contradição. As relações lógicas como um todo surgiriam com o estabelecimento da linguagem, estando presentes, portanto, apenas nos processos pré-conscientes. Por isso, no lcc, representações que, do ponto de vista do Prcc, seriam contraditórias coexistiriam sem se influenciarem e sem entrarem em conflito.

No texto de 1925, *A negação*, Freud desenvolve a afirmação presente em *O inconsciente*, segundo a qual a negação seria um substituto da repressão de nível mais elevado. É possível que o reprimido consiga permanecer no Prcc, diz ele, desde que seja negado. Assim, a negação seria uma alternativa do Prcc para lidar com o que é desprazeroso, sem reprimi-lo ou sem mantê-lo reprimido. O que chegaria até

a consciência, nesse caso, seria uma forma negada daquilo que não é aceito. Dessa maneira, mesmo não sendo aceito, o reprimido conseguiria se tornar consciente, pois, devido a sua negação, o desprazer por ele produzido seria evitado. Freud afirma, em 1925: “A negação é um modo de tomar conhecimento do reprimido; na verdade, já é um cancelamento da repressão, ainda que não, está claro, uma aceitação do reprimido” (FREUD, 1925a, p. 373; 1925b, p. 253). Esse processo parece estar na base do mecanismo da “formação reativa” descrito por Freud.

Então, resume Freud, os traços que se deve esperar encontrar nos processos pertencentes ao sistema lcc seriam: “ausência de contradição, processo primário (mobilidade das ocupações), caráter atemporal e substituição da realidade exterior pela psíquica” (FREUD, 1915a, p. 146; 1915b, p. 184). Em contrapartida, os processos que constituem o Prcc seriam processos secundários e, portanto, estariam submetidos ao princípio de realidade, isto é, transcorreriam levando em consideração as exigências do mundo externo. A principal característica do Prcc seria, assim, o estado ligado da excitação e a submissão ao princípio de realidade. Desde o *Projeto...*, o processo secundário é pensado como um tipo de funcionamento que surge no aparelho devido à necessidade de se levar em consideração o mundo externo e, assim, propiciar a satisfação das necessidades orgânicas e a fuga da dor. Isso é que imporá a realidade externa à realidade psíquica, a única da qual o inconsciente teria conhecimento.

Como consequência do estado ligado da excitação no Prcc, as representações estariam ali ordenadas de acordo com o tempo. Além disso, as representações pré-conscientes se influenciariam umas às outras – haveria, diz Freud, capacidade de comunicação entre as representações. Ao contrário do que ocorreria no lcc, duas representações contraditórias não coexistiriam pacificamente, mas entrariam em conflito, o que acabaria provocando a exclusão de uma delas do Prcc. A capacidade das representações de se influenciarem umas às outras resultaria da presença de relações lógicas no Prcc, o que, por sua vez, resultaria da presença de representações-palavra nesse sistema. Na verdade, assim como todas as propriedades do lcc parecem decorrer do estado livre da excitação que caracteriza esse sistema, as propriedades do Prcc decorreriam direta ou indiretamente da presença das palavras. Até certo ponto, isso é mais ou menos evidente, pois as palavras é que fariam emergir o próprio sistema Prcc. A presença de relações lógicas – das quais resultaria a capacidade de comunicação entre as representações e a possibilidade delas se tornarem conscientes – emergiriam diretamente do vínculo com as palavras. A temporalidade e a possibilidade de levar em conta a realidade externa resultariam do estado ligado da excitação; portanto, resultariam indiretamente das palavras. Freud aponta ainda como propriedades do sistema Prcc-Cc “a introdução de uma censura ou de várias” e o “exame de realidade”. Como já comentamos anteriormente, em *O Inconsciente*, onde Freud distingue entre as

propriedades do lcc e as do Prcc, ele ainda não diferenciou entre os sistemas Prcc e Cc. Quando essa distinção for estabelecida, no *Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos*, o exame de realidade e as diversas censuras são mencionados como sendo funções do sistema Cc. No entanto, logo em seguida, nesse mesmo artigo, Freud as atribui alternativamente ao eu. Como comentaremos adiante, o eu não pode coincidir com o Prcc, nem com o Cc; na verdade, embora Freud se refira a ele em várias ocasiões, não é possível ainda situá-lo com precisão na tópica. Essa ambiguidade de Freud quanto ao agente do exame de realidade e da censura não nos permite atribuir essas funções ao Prcc, nem tampouco ao Cc; o que se sabe é que a atividade pré-consciente, por estar submetida ao princípio de realidade, tem como condição o exame de realidade.³¹ Todas as demais propriedades permanecem, após ser estabelecida a distinção entre Prcc e Cc, pertencentes ao primeiro desses sistemas. Resta-nos, então, discutir o papel que o sistema responsável pela consciência exerceria no aparelho.

3.6 REPRESENTAÇÃO E CONSCIÊNCIA NOS ARTIGOS METAPSICOLÓGICOS

Já mencionamos acima que Freud hesita, nos artigos metapsicológicos, em distinguir entre os sistemas Prcc e Cc e considerá-los como duas instâncias distintas. Em *O inconsciente*, ele afirma que um ato psíquico em geral passaria por duas fases, entre as quais operaria como seletor um tipo de exame ou censura. Na primeira fase, tal ato seria inconsciente e pertenceria a este sistema. Se não fosse rechaçado pela censura, ele passaria para a segunda fase, sendo integrado o sistema Cc; mas, caso fosse recusado pela censura, permaneceria como reprimido no lcc. No primeiro caso, o processo psíquico não seria ainda consciente, mas apenas “suscetível de consciência”, isto é, poderia ser objeto da consciência sempre que se apresentassem certas condições adicionais. Devido a essa suscetibilidade de consciência, diz ele, chamamos ao sistema da consciência também de “pré-consciente”. Freud, nesse ponto, apresenta então, claramente, sua dúvida quanto a diferenciar ou não entre os sistema Prcc e Cc:

Caso se chegasse a averiguar que o tornar-se consciente do pré-consciente é, por sua vez, co-determinado por certa censura, deveríamos isolar entre si com rigor os sistemas Prcc e Cc. Provisoriamente basta estabelecer que o sistema Prcc participa das propriedades do sistema Cc, e que a censura rigorosa está em função na passagem do lcc ao Prcc (ou Cc) (FREUD, 1915a, p. 132; 1915b, p. 169).

31 Segundo Freud, o critério usado para estabelecer a realidade de uma representação perceptiva seria a possibilidade de modificá-la mediante uma ação motora. Aquilo que a ação fosse capaz de alterar seria atribuído ao mundo externo – seria considerado real pelo eu –, enquanto que aquilo que não fosse passível de modificação pela ação seria considerado como fazendo parte do próprio eu.

Adiante, nesse mesmo artigo, Freud conclui que, de fato, é preciso supor a presença de uma censura também entre o Prcc e o Cc, ou seja, que os processos suscetíveis de consciência (os pré-conscientes) tenham que superar uma censura para se tornarem efetivamente conscientes. Mas, apesar de, já no artigo sobre o inconsciente, Freud reconhecer que é preciso supor a presença dessa censura atuando sobre os processos pré-conscientes – a qual decidiria sobre o tornar-se consciente e implicaria distinguir os sistemas Prcc e Cc – ele continua se referindo a esses dois sistemas indistintamente. Ele ainda se refere ao sistema “Prcc (Cc)” ou “Cc (Prcc)”. Somente a partir do *Complemento metapsicológico a doutrina dos sonhos*, o penúltimo dos artigos metapsicológicos a ser escrito, ele passa a diferenciar, de fato, os dois sistemas.

Nesse texto, ele reconhece que até então não havia separado claramente os dois sistemas e que é preciso, agora, fazê-lo. Ao passar a tratar o sistema Cc como um sistema independente do pré-consciente, Freud passa a se referir ao sistema Cc (P). Não fica claro, no entanto, se ele está identificando os dois sistemas – isto é, se Cc e P seriam o mesmo sistema – ou se ambos estariam apenas intimamente ligados. De qualquer forma, há uma nítida modificação em relação ao que é proposto no capítulo 7. Lá, como vimos, o sistema P e o sistema Cc se localizavam em cada uma das extremidades opostas do aparelho. Agora, Freud passa a se referir a eles como se fossem um único sistema ou, então, como se fossem dois sistemas próximos e ligados. Mas onde, no aparelho, esse sistema Cc (P) estaria situado? No lugar correspondente a P na tópica do capítulo 7 ou na extremidade oposta, correspondente a Cc? Ou ambas as extremidades estariam, de alguma forma, ligadas, de forma que Cc (P) estaria conectado tanto ao sistema lcc quanto ao sistema Prcc? Essa última hipótese parece ser a mais frutífera para a teoria, mas Freud não se define quanto a essa questão. Em uma nota agregada em 1919 ao capítulo 7, ele diz: “A posterior ampliação desse esquema de desenvolvimento linear deverá incluir a suposição de que o sistema que segue ao Prcc é aquele ao qual temos que atribuir a consciência, vale dizer, $P = Cc$ ” (Freud, 1900b, p. 535). Nessa passagem, Freud parece estar propondo a junção das duas extremidades do aparelho para fazer coincidirem os dois sistemas; no entanto, nos artigos metapsicológicos, isso ainda não fica claro. Mas sabemos, contudo, que o sistema Cc (P) tem que estar ligado ao Prcc, pois foi justamente a existência de uma censura entre ambos que levou Freud a distingui-los; portanto, a primeira alternativa parece poder ser descartada.

Como já se viu acima, Freud é bastante ambíguo, nos artigos metapsicológicos, quanto à localização do sistema P. Ele, às vezes, o situa ao lado do Prcc-Cc, propondo que a atividade psíquica siga dois circuitos opostos: um que parte dos estímulos externos e segue pelo Prcc-Cc até chegar ao sistema lcc, e outro que parte das pulsões e alcança Cc por intermédio do lcc (Freud, 1915b, p. 200). Em

outras ocasiões, ele situa P ao lado do sistema Icc, como acontece no capítulo 7, e sustenta que os estímulos externos alcançariam P, seguiriam pelo Icc, pelo Prcc e, enfim, alcançariam o sistema Cc. A identificação entre Cc e P e a união dos dois pólos do aparelho resolveria a questão da localização de P, pois colocaria tal sistema em ligação tanto com o sistema consciente e o pré-consciente, quanto com o inconsciente. Contudo, o percurso da excitação pelos sistemas continuaria indefinido, assim como a relação entre a consciência e a percepção. Esta última se tornaria consciente de forma imediata, uma vez que P e Cc seriam o mesmo sistema ou estariam intimamente ligados? Mas, nesse caso, a consciência precederia a constituição da representação? Parece não ser essa a hipótese com que Freud está trabalhando, pois, um pouco antes de estabelecer a separação entre o Prcc e o sistema Cc e de associar este último a P no *Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos*, Freud volta a afirmar, como no capítulo 7, que todo conteúdo perceptivo seria submetido à elaboração secundária antes de se tornar consciente, o que implicaria que a excitação proveniente do mundo externo, antes de alcançar Cc, passe pelo Icc e pelo Prcc. Essa hipótese poderia ser conciliada com a união das duas extremidades do aparelho, pois P estaria ligado ao Icc, e o percurso da excitação, no caso das percepções, poderia continuar sendo o mesmo proposto no capítulo 7, isto é, P-Icc-Prcc-Cc. Só que isso só seria possível se os sistemas P e Cc não estivessem sendo identificados de fato, uma vez que essa identificação implicaria que as percepções se tornassem conscientes imediatamente, sem serem previamente elaboradas. Se essa fosse a hipótese sustentada por Freud – de que P e Cc não são o mesmo sistema, mas apenas estão em conexão próxima e que o percurso da excitação continua sendo o mesmo do capítulo 7 – algumas modificações teriam que ser introduzidas no modo de conceber a formação do sonho e a rememoração.

No capítulo 7, Freud havia concebido o sonho como apresentando uma primeira etapa em sentido progressivo, na qual as moções de desejo inconscientes se associariam a conteúdos pré-conscientes; uma segunda etapa em sentido regressivo, na qual o processo onírico seria transposto em percepções; e uma última etapa, novamente em sentido progressivo, na qual o conteúdo do sonho passaria pela elaboração secundária e acabaria, enfim, conseguindo impor-se à consciência. A rememoração, por sua vez, possuiria uma primeira etapa regressiva, do Prcc até P, e uma segunda etapa progressiva, de P até Cc. Com a união das duas extremidades do aparelho, essa última etapa do sonho e da rememoração poderia ser descartada, uma vez que P estaria diretamente ligado a Cc. Dessa forma, o curso dos processos se tornaria menos tortuoso, embora a elaboração secundária, no caso do sonho, tivesse que ser explicada de outra maneira.

Contudo, a ambiguidade de Freud quanto à relação entre a percepção e os processos psíquicos não nos permite concluir nada de muito definitivo a respeito

da relação entre esses dois processos, a consciência e a percepção. Ao contrário do que faz a respeito dos sistemas Prcc e lcc, Freud não esclarece quais seriam as características distintivas do sistema Cc (P). A relação entre a representação e a consciência torna-se, nos artigos metapsicológicos, muito mais obscura do que no *Projeto...* e no capítulo 7, provavelmente porque Freud pretendia publicar um outro artigo que trataria exclusivamente da consciência, no qual essas questões poderiam ser desenvolvidas com maiores detalhes.

Ao comentarmos o capítulo 7, observamos que Freud não especifica ali, ao contrário do que ocorre no *Projeto...*, qual seria o mecanismo pelo qual as representações-palavra possibilitariam a consciência; no entanto, ele afirma que a rememoração comum consiste em um processo regressivo. Na *Carta 52*, ele havia sustentado que a consciência do pensamento resultaria da reanimação alucinatória da palavra. Uma vez que a reativação alucinatória das representações é pensada, no capítulo 7, como consistindo em um processo regressivo, do Prcc a P, e que seria a palavra que possibilitaria a rememoração, tudo indica que a reativação alucinatória das palavras seria o mecanismo pelo qual o pensamento poderia se tornar consciente. Mas, nesse caso, como argumentamos antes, não seria possível compreender por que a consciência do pensamento dependeria da palavra, uma vez que as representações-coisa, como acontece no sonho, poderiam também ser transpostas em percepções. Nos artigos metapsicológicos Freud levanta essa questão. Ele diz:

As representações-palavra provêm, por sua parte, da percepção sensorial da mesma maneira que as representações-coisa, de modo que poderíamos colocar essa pergunta: Por que as representações-objeto não podem se tornar conscientes por meio de seus próprios restos de percepção? (FREUD, 1915a, p. 160; 1915b, p. 198).

A resposta de Freud é a seguinte:

É que provavelmente o pensar se desenvolve dentro de sistemas tão distanciados dos restos de percepção originários que nada conservaram de suas qualidades e, para se tornarem conscientes, necessitam de um reforço de qualidades novas. Além disso, mediante o enlace com palavras, podem ser providos de qualidade mesmo aquelas ocupações que não puderam levar consigo qualidade alguma das percepções, porque correspondiam a meras relações entre as representações-objeto (FREUD, 1915a, p. 160; 1915b, p. 199).

Freud reconhece que a hipótese de que a palavra permite a consciência ao ser transposta em percepção deixa em aberto a questão de por que as representações-

coisa não poderiam se tornar conscientes sem o seu auxílio, visto que também poderiam ser transpostas em percepções, como ocorre na alucinação. Além disso, é preciso reconhecer que há coisas no psíquico que se tornam conscientes mesmo sem nunca terem sido percepções, como as relações entre as representações. Isso implica que deve haver alguma propriedade exclusiva das palavras que justificasse a dependência da rememoração em relação a elas; dito de outro modo, que deve haver alguma propriedade exclusiva da palavra que a torne capaz de produzir qualidades, de atribuir qualidade mesmo àquilo que nunca foi percepção. Freud não apresenta, no entanto, nenhuma sugestão sobre qual seria essa propriedade exclusiva das palavras. Notemos que a hipótese do *Projeto...*, de que o elemento cinestésico da palavra é que possibilitaria a consciência por produzir percepções no aparelho, era muito menos problemática que sua hipótese posterior, pois atribuía a uma característica exclusiva das representações-palavra a capacidade de fazer surgir qualidade no aparelho. Na verdade, essa hipótese do *Projeto...* parecia resolver a satisfatoriamente a questão. No entanto, nos artigos metapsicológicos, Freud não volta a se referir a ela. Ele continua, nesses artigos, concebendo a possibilidade de rememoração de uma representação como sendo dependente da associação com representações-palavra, mas parece não possuir uma hipótese definida sobre como e por que isso se daria.

Dentro de todo esse contexto, Prcc e Cc passam a ser considerados como dois sistemas diferentes. Sabemos que o Prcc corresponde aos processos secundários e que esses processos são suscetíveis de se tornarem conscientes devido ao seu vínculo com representações-palavra. Assim como no capítulo 7, não bastaria estar associado à palavra – isto é, pertencer ao processo secundário – para, de fato, despertar a consciência. A representação-palavra tornaria os processos suscetíveis de consciência, mas uma parte desses processos teria que vencer uma censura para se tornar consciente. Parte do conteúdo do Prcc estaria submetido a essa censura, a saber, aquele setor que consistisse em derivados do reprimido primordial. O restante do conteúdo do Prcc seria suscetível de consciência sem censura:

Um setor muito grande deste pré-consciente provém do inconsciente, tem o caráter de seus derivados e sucumbe a uma censura antes que possa se tornar consciente. Outro setor do Prcc é suscetível de consciência sem censura (FREUD, 1915a, p. 150; 1915b, p. 188).

Freud restringe, então, em 1915, a ação da censura – só os derivados do reprimido estariam a ela submetidos. Esses derivados do inconsciente poderiam ou não sucumbir à repressão propriamente dita; aqueles que escapassem à repressão permaneceriam ainda submetidos à censura situada entre o Prcc e o Cc e dela dependeria sua capacidade de se tornarem ou não conscientes. Vimos que, já no

capítulo 7, Freud havia mencionado a existência de uma censura entre os sistemas Prcc e Cc, a qual, segundo ele, atuaria sobre processos com intensidade que ultrapassasse certo limite; acima desse limite, os processos pré-conscientes não poderiam se tornar conscientes. Sobre a relação entre a censura e a intensidade dos processos, Freud afirma, nos artigos metapsicológicos, que aqueles derivados do inconsciente que superassem certa intensidade sucumbiriam à repressão, pois, caso contrário, conseguiriam impor-se à Cc. Essa afirmação nos sugere duas coisas: primeiro, que o que se torna alvo da repressão propriamente dita é aquele processo derivado do reprimido primordial que atinge certa intensidade; segundo, que a intensidade do processo pré-consciente, de alguma forma, está relacionada com o tornar-se consciente. No entanto, processos muito intensos necessariamente se imporiam à consciência; a censura seria incapaz de contê-los.

Freud volta a se referir ao mecanismo da “atenção” nos artigos metapsicológicos. No *Projeto...*, ele havia formulado a hipótese de que a percepção consciente de uma representação dependeria, além do despertar de signos de qualidade, da focalização desses signos pela atenção. Esta seria um mecanismo do eu, que consistiria na ocupação dos signos de qualidade. No capítulo 7, embora Freud não retome explicitamente a hipótese dos signos de qualidade, ele volta a mencionar o mecanismo da atenção e passa a considerá-lo como uma função do sistema Prcc. Em *O inconsciente*, ele parece propor que haveria uma relação entre o mecanismo da atenção e a censura entre o sistema Prcc e Cc. Ele afirma:

(...) muito do que participa das propriedades do sistema Prcc não se torna consciente; e todavia chegaremos a saber que certas orientações da atenção deste sistema são restritivas do tornar-se consciente (FREUD, 1915a, p. 151; 1915b, p. 189).

Essa afirmação de Freud sugere que o que seria censurado na barreira entre o Prcc e o Cc seria aquilo que não fosse alvo da atenção, e a afirmação abaixo sugere que a atenção continua sendo concebida de forma muito próxima ao *Projeto...*:

(...) a existência da censura entre Prcc e Cc nos adverte que o tornar-se consciente não é um mero ato de percepção, mas que provavelmente se trata também de uma sobre-ocupação, um posterior progresso da organização psíquica (FREUD, 1915a, p. 152; 1915b, p. 190).

No *Projeto...*, o mecanismo da atenção era pensado como uma sobre-ocupação dos signos de qualidade que se constituem no sistema ψ . Para uma representação se tornar consciente, não bastaria que ela despertasse os signos de qualidade, seria necessário também que esses signos fossem focalizados pelo mecanismo da atenção. As afirmações acima sugerem que Freud continua concebendo a

relação entre a representação e a consciência de forma muito semelhante em 1915. As representações pré-conscientes censuradas seriam aquelas que, embora possuindo todos os requisitos necessários para se tornarem conscientes, não fossem focalizadas pela atenção. Dessa forma, Freud teria mantido a hipótese de que o tornar-se consciente depende, entre outras coisas, da focalização das representações pelo mecanismo da atenção.

Em algumas ocasiões, ao longo dos artigos metapsicológicos, Freud volta a se referir ao eu. Na *Carta 52* e no capítulo 7, como vimos, o conceito de eu praticamente tinha desaparecido da teoria. Com a consolidação da primeira dualidade pulsional e, depois, com a introdução do conceito de narcisismo, o eu volta a ganhar espaço na teoria freudiana. Contudo, fica claro que Freud não consegue conciliar o eu com sua hipótese sobre a estrutura do aparelho psíquico; dito de outra forma, não consegue inseri-lo no esquema da primeira tópica. Em nenhum momento, nos artigos de 1915, Freud formula uma hipótese sobre em que consistiria o eu, nem estabelece nenhuma relação precisa entre ele e as três instâncias que constituem a primeira tópica. Como aponta Renato Mezan: “O conceito de ego, alimentado de várias direções, espraia-se pelos territórios do pré-consciente e do inconsciente (...)” (MEZAN, 1982, p. 219).

No *Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos*, Freud aponta que a censura entre os sistemas e o exame de realidade seriam funções do eu. Um pouco antes de fazer tal afirmação, nesse mesmo artigo, ele afirma que o sistema Cc seria o responsável pelo exame de realidade. De imediato, isso poderia sugerir que o eu corresponde à Cc; no entanto, logo em seguida, Freud afirma que o eu ocupa o sistema Cc (P), assim como ocupa os sistemas Prcc e lcc. Ele diz, também, que, no sonho, os três sistemas seriam parcialmente desocupados pelo eu. Isso implicaria que o eu não poderia corresponder a nenhum desses três sistemas. Na verdade, ele teria que estar situado fora da tópica.

As funções do eu e a sua situação na tópica psíquica permanecem, portanto, fortemente obscuras. Como se sabe, a necessidade de reintroduzir o eu no aparelho psíquico foi um dos motivos que levou Freud a rever sua teoria e a formular a hipótese da segunda tópica. Os artigos de 1915 já parecem consistir numa primeira tentativa de revisão da primeira teoria do aparelho psíquico, a qual deixa bem claro os seus limites. O eu, a percepção e a consciência parecem ser os conceitos mais problemáticos para Freud nesse período de sua teoria.

3.7 CONCLUSÃO

O que podemos concluir, a partir da análise do período da obra freudiana tratado neste capítulo, a respeito das principais questões que norteiam este trabalho? Na segunda parte do artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud volta a declarar sua intenção de deixar de lado a relação entre o aparelho psíquico e

a anatomia do sistema nervoso; contudo, ele enfatiza que essa é uma postura “provisória”. Assim como no capítulo 7, não há nada que indique que ele tenha abandonado sua hipótese de que os processos psíquicos inconscientes sejam processos físicos que ocorrem no sistema nervoso. No texto de 1913, *O interesse pela psicanálise*, e no artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud expõe de maneira bastante clara os motivos que o levaram a abordar os processos psíquicos inconscientes a partir de um referencial predominantemente psicológico. Hoje, diz ele, não parece haver possibilidade de abordar tais processos enquanto processos físicos, mas é possível descrevê-los a partir das categorias da psicologia da consciência e, então, é mais produtivo adotar esse tipo de abordagem. Novamente fica claro que essa decisão não decorreu de alguma hipótese nova sobre a natureza do psíquico inconsciente, mas sim da sua conveniência e viabilidade. Em várias passagens, como vimos, Freud expressa sua crença em que um dia “as provisoriiedades psicológicas se assentem no terreno dos substratos orgânicos”. Tudo isso nos permite supor que tampouco houve, nesse período da teoria freudiana, alguma alteração na posição de Freud quanto à natureza física do psíquico inconsciente e, por conseguinte, quanto ao estatuto da metapsicologia.

No capítulo 7, Freud introduz a hipótese de que o sistema Icc corresponderia aos processos primários, enquanto que o sistema Prcc corresponderia aos processos secundários. Com isso, ele estabelece propriedades distintas para o psíquico suscetível e para o psíquico insuscetível de se tornar consciente. As características que distinguem os processos pré-conscientes e os inconscientes – algumas das quais já são mencionadas explicitamente no capítulo 7, enquanto outras podem ser ali apenas inferidas – também são definidas e desenvolvidas em 1915. No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud introduz a hipótese de que é a constituição da representação-palavra que faz emergir o processo secundário: quando as representações-coisa fossem sobre-ocupadas pela palavra emergiria um nível de organização mais elevado, que corresponderia ao Prcc. A representação-palavra é que seria, então, a responsável pela ligação de uma parte da excitação em estado livre. Parte das representações-coisa, contudo, não receberia essa sobre-ocupação da palavra; essa parte constituiria o “reprimido primordial”. É possível inferir-se do texto que é essa sobre-ocupação de uma parte das representações-coisa que funcionaria como contra-ocupação para as demais representações e que, utilizando-se os termos do *Projeto...*, as representações-coisa ocupadas por representações-palavras funcionariam como ocupações laterais para aquelas que não possuísem tal sobre-ocupação. Essas representações desde a origem inconscientes constituiriam apenas uma parte do Icc; neste se encontrariam também as representações que tivessem sido alvo da “repressão propriamente dita” – isto é, aquelas que foram pré-conscientes, mas que, por terem entrado em associação com o reprimido primordial e por terem adquirido certa

intensidade, foram posteriormente desocupadas pelas palavras. Desde o *Projeto...*, podia-se supor que as representações insuscetíveis de se tornarem conscientes seriam representações-coisa – ou representações-objeto como as chama Freud em 1891 – que não possuísem vínculo com as palavras, mas é apenas nos artigos metapsicológicos que Freud expõe essa hipótese com toda a clareza.

No capítulo 7, Freud havia dito que uma parte das “moções de desejo infantis” nunca chegaria a integrar o sistema Prcc: essas moções formariam o núcleo do inconsciente e seriam pré-condição para a repressão. Nos artigos metapsicológicos, Freud chama essas moções de desejo, primeiro, de pulsões e, depois, de representantes de pulsão, e é essa última formulação que prevalece. Os representantes de pulsão teriam assim sido alvo da repressão primordial, e apenas com a introdução dessa última noção passa a ser possível afirmar que o sistema inconsciente seria integralmente constituído pelo reprimido, desde que se entenda por isso o conjunto formado pelo reprimido primordial e o reprimido propriamente dito. Nos artigos metapsicológicos, Freud sugere, ainda que a repressão primordial atue sobre os representantes de pulsões sexuais. Estas últimas, mais as representações que, por terem se tornado derivadas delas, tivessem sido alvo da repressão propriamente dita, formariam, então, o conteúdo do lcc.

Nos artigos metapsicológicos, assim como no capítulo 7, não parece ter havido nenhuma mudança substancial nas hipóteses freudianas sobre as funções que a consciência desempenha nos processos psíquicos. As condições que tornariam um processo psíquico apto a se tornar consciente parecem também terem sido mantidas. Freud apenas especifica que a censura entre Prcc e Cc atuaria sobre os derivados do reprimido e parece sugerir que o mecanismo da atenção é que operaria como o agente censor nesse caso. A principal mudança em relação ao capítulo 7 e ao *Projeto...* parece ser o obscurecimento da relação entre a consciência, a percepção e a representação. Freud possuía uma hipótese mais clara sobre isto em 1895 e em 1900, mas, em 1915, essa hipótese está sendo questionada, sem que uma alternativa satisfatória seja formulada.

Como vimos, Freud situa a percepção ora em um, ora em outro dos extremos do aparelho. Quando passa a distinguir de fato entre os sistemas Prcc e Cc, ele começa a se referir ao sistema Cc (P), o que indica que a percepção e a consciência ou seriam o mesmo sistema, ou estariam conectadas de modo muito próximo. Com isso, fica claro que Freud não pode mais situar a percepção no extremo oposto ao que estaria situado o sistema Cc, como o faz no capítulo 7, mas não sabemos se ele uniu as duas extremidades do aparelho para representar essa alteração em seu modelo espacial do psiquismo ou se ele apenas deslocou a percepção para o extremo oposto. No segundo caso, estaria sendo pressuposto que as percepções se tornariam conscientes antes de serem representadas, ou seja, que a consciência da percepção precede a constituição da representação. No primeiro, tanto poderia

ter sido mantida a hipótese anterior de que a informação sensorial percorresse todos os sistemas antes de se tornar consciente, quanto poderia estar sendo igualmente pressuposto que a consciência da percepção precede a representação. A afirmação de Freud segundo a qual todo conteúdo perceptivo seria trabalhado pela elaboração secundária antes de se tornar consciente parece indicar que ele não passou a adotar essa última hipótese. No entanto, como as suas afirmações são contraditórias sobre esse ponto, não é possível concluirmos nada de definitivo a esse respeito. Ficamos com a impressão de que Freud não sabe muito bem o que fazer com a consciência – como quando deixa claro sua dúvida, nesses artigos, quanto a distinguir ou não entre os sistemas Prcc e Cc – e, tampouco, com a percepção. Na verdade, desde o *Projeto...*, não parece haver uma justificativa muito sólida para se postular um sistema exclusivo para a consciência. Como observou Simanke (1994), os artigos de metapsicologia, muito mais do que uma sistematização do saber psicanalítico até então produzido, apresentam o quadro de uma teoria como que se debatendo de encontro aos seus limites.

Nesse capítulo, abordaremos, em primeiro lugar, a introdução do conceito de compulsão à repetição e da hipótese do novo dualismo pulsional em *Além do princípio do prazer* (1920). Em seguida, analisaremos a reformulação da tópica em *O eu e o isso*, passando, então, a discutir como a relação entre representação e consciência passa a ser teorizada no período que vai de *Além do princípio do prazer* até as *Novas conferências de introdução à psicanálise* (1932). Por último, comentaremos algumas questões trabalhadas por Freud no *Esboço de psicanálise* (1938), que modificam, acrescentam ou enfatizam algum dos pontos da teoria freudiana abordados até aqui.

4.1 A REVISÃO DA TEORIA DAS PULSÕES EM “ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER”

Chega a ser surpreendente que alguns leitores de Freud tenham encontrado, em *Além do princípio do prazer*, um desvio da teoria freudiana em direção à filosofia. Mezan (1982), por exemplo, afirma que, com o conceito de pulsão de morte, a dimensão especulativa se introduz na psicanálise, que até então havia pretendido ser apenas uma ciência, sendo que, quando fala em especulação, deixa claro que se refere à filosofia. Monzani (1989) menciona outros exemplos desse tipo de leitura. Isso é surpreendente, entre outros motivos, porque Freud alerta explicitamente o leitor contra esse tipo de interpretação. No quarto capítulo desse texto, após formular a hipótese de que o esforço por restabelecer um estado anterior seria uma característica universal das pulsões, ele diz que seguirá até as últimas consequências essa hipótese antes de prosseguir e, então, nos adverte de que, mesmo que possa passar tal impressão, ele não tem nenhuma pretensão de abordar algo místico ou “profundo”:

Não importa se o que disto resulte tenha ar de “profundo” ou soe algo místico; por nossa parte, sabemos-nos bem livres da reprovação de buscar semelhante coisa. Pretendemos alcançar os sóbrios resultados da investigação ou da reflexão baseada nela, e desejamos que esses resultados não tenham outro caráter que o da certeza (FREUD, 1920a, p. 247; 1920b, p. 37).

Nas últimas páginas do texto em questão, Freud afirma:

Poderiam me perguntar se estou convencido das hipóteses aqui desenvolvidas, e até onde o estou. Minha resposta seria: nem eu estou convencido, nem peço aos demais que creiam nelas. Parece-me que nada tem a fazer aqui o fator afetivo do convencimento. É plenamente lícito se entregar a uma argumentação, persegui-la até onde leve, só por curiosidade científica (FREUD, 1920a, p. 267; 1920b, p. 57).

Adiante, ele observa que só a combinação entre o fático e o meramente cogitado permitirão dar continuidade a suas investigações. É fundamentalmente a mesma concepção de ciência apresentada em *Pulsões e seus destinos* que está sendo sustentada em *Além do princípio do prazer*. Na introdução de *Pulsões e seus destinos* (1915), como vimos, Freud argumentara que os conceitos básicos da ciência comportam, a princípio, certo grau de indeterminação e que sua validade é garantida pela remissão ao material empírico e pela adequação aos fatos observados. Com o avanço da investigação, esses conceitos podem ir sendo delimitados com maior exatidão, o que não significa que eles permaneçam inalteráveis, uma vez que todo conhecimento científico está sempre sujeito a modificações posteriores. Fica claro então que, para Freud, a ciência não exclui a especulação teórica; ao contrário, ela não poderia mesmo prescindir dela. Prevendo, no entanto, que talvez alguns leitores tendessem a ver algo de “profundo” nas suas especulações, que pudesse escapar à sua pretensão científica, Freud dá-se ao trabalho de chamar a atenção do leitor contra essa interpretação. Mas, mesmo que essa advertência passasse despercebida, a remissão constante de Freud aos dados da biologia revela sua preocupação em encontrar um apoio científico para suas hipóteses.

O texto de *Além do princípio do prazer* está repleto de questões biológicas. O tempo todo Freud busca na biologia dados que auxiliem e fundamentem suas hipóteses. Lembremos que, no *Projeto de uma psicologia*, ele já havia feito o mesmo e que, em outros momentos, havia afirmado que é a biologia que poderia elucidar a questão das pulsões. As remissões de Freud à filosofia, nesse texto de 1920, sempre são feitas com certo cuidado. Ele faz questão de deixar claro que, ao mencionar certas concepções filosóficas, não as está colocando no mesmo nível daquelas obtidas a partir dos dados clínicos e biológicos.

Na 32a. das *Novas conferências de introdução à psicanálise*, após expor a ideia de pulsão de morte, Freud diz o seguinte:

Talvez vocês digam, encolhendo os ombros: “Isto não é ciência da natureza, é filosofia schopenhaueriana”. Mas, por que, senhoras e senhores, um pensador audaz não poderia haver inferido o que uma trabalhosa e sóbria investigação de detalhe confirmaria? Além disso, tudo já foi dito alguma vez, e muitos disseram coisas semelhantes antes de Schopenhauer (FREUD, 1933, p. 100).

Essa passagem procura deixar claro que a introdução do novo dualismo pulsional não resultou de especulações metafísicas e que Freud não se voltou nesse momento para a filosofia. Freud enfatiza que a hipótese da pulsão de morte foi inferida a partir de suas investigações psicanalíticas e que sempre teve em vista a elaboração de uma ciência natural. A seguinte passagem de *Além do princípio*

do prazer parece afastar ainda mais a ideia de que teria havido, nesse momento, uma mudança substantiva no estatuto da metapsicologia freudiana:

Ao julgar nossa especulação acerca das pulsões de vida e de morte, nos inquietará que apareçam nela processos tão inimagináveis como que uma pulsão seja forçada a sair fora por outra (...) e coisas parecidas. Isto só se deve ao fato de nos vermos obrigados a trabalhar com os termos científicos, isto é, com a linguagem figurada própria da psicologia (mais corretamente: da psicologia profunda). De outro modo, não poderíamos nem descrever os fenômenos correspondentes; mais ainda: nem se quer os teríamos percebido. É provável que os defeitos de nossa descrição desapareçam se, em lugar dos termos psicológicos, pudéssemos já usar os fisiológicos ou químicos. Mas, na verdade, também estes pertencem a uma linguagem figurada, ainda que nos seja familiar há mais tempo e seja, talvez, mais simples (FREUD, 1920a, p. 268; 1920b, p. 58).

Mais uma vez Freud afirma ver-se forçado a usar termos psicológicos na formulação das hipóteses metapsicológicas, assim como torna a enunciar sua convicção na provisoriedade das concepções puramente psicológicas. O psíquico inconsciente parece continuar a ser concebido como uma parte dos processos que ocorrem no sistema nervoso, e a metapsicologia, como uma teoria provisória que um dia, talvez, possa vir a ser substituída pela biologia, pela física ou pela química, mas não pela filosofia. Portanto, parece que, até esse momento, não houve passagem, nem da neurologia para uma psicologia auto-suficiente, muito menos de algumas dessas duas para a filosofia. Freud demonstra estar mantendo a mesma postura sobre a natureza física do psíquico inconsciente e sobre o estatuto da metapsicologia.

4.1.1 O “ALÉM” DO PRINCÍPIO DO PRAZER

Iniciamos o comentário de *Além do princípio do prazer* retomando algumas hipóteses do *Projeto...*, pois, como argumentaremos na continuidade, a relação entre esses dois textos é bastante elucidativa. No *Projeto...*, Freud estabeleceu como princípio fundamental da atividade nervosa o “princípio de inércia”. A tendência originária dos neurônios seria libertar-se totalmente da quantidade, e manter o seu nível igual a zero ($Q = 0$). O princípio de inércia, contudo, seria infringido desde o início, devido a sua incapacidade de promover a descarga da excitação proveniente do interior do corpo. A excitação endógena, ao contrário da exógena, não poderia ser descarregada por meio de movimentos reflexos; estes não seriam capazes de fazer cessar a recepção da excitação. Para fazer cessarem os estímulos endógenos, seria necessária uma “ação específica”, cuja realização teria como condição que

houvesse certo nível de quantidade armazenado no aparelho. Portanto, a estimulação endógena imporá uma modificação à tendência primária para a inércia: a saber, imporá a substituição da tendência a manter o nível de excitação em $Q=O$ pela tendência a manter esse nível constante, no nível mínimo necessário. A tendência à constância não se oporia ao princípio da inércia; ao contrário, atuaria em seu favor, permitindo que a quantidade endógena fosse, de fato, descarregada com maior eficiência.

No *Projeto...*, Freud estabelecera que as sensações de prazer e desprazer corresponderiam à diminuição e ao aumento do nível de excitação no aparelho respectivamente. O aumento da excitação acima de certo nível produziria desprazer, e a sua diminuição abaixo de certo nível produziria as sensações de prazer. Entre ambos, haveria um nível intermediário de ocupação, que possibilitaria o surgimento e a percepção das qualidades sensoriais. Freud sugerira uma identificação entre a tendência primária à inércia e a tendência da vida psíquica para “evitar o desprazer”: “Uma vez que é certamente conhecida por nós uma tendência da vida psíquica para “evitar desprazer”, estamos tentados a identificá-la com a tendência primária para a inércia” (FREUD, 1895/1950b, p. 190). Apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud passa a falar em um “princípio de desprazer”, que posteriormente será chamado de “princípio do prazer”. Segundo o que ele propõe neste texto, o sistema inconsciente – o processo primário – seria regido exclusivamente pelo “princípio do prazer”. O Prcc seria regido pelo que, em *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico* (1911), Freud chamou de “princípio de realidade”.

Essas hipóteses do capítulo 7 sobre a relação entre o sistema lcc e o princípio do prazer, por um lado, e entre o Prcc e o princípio de realidade, por outro, são mantidas inalteradas nos artigos metapsicológicos de 1915, com o acréscimo da hipótese de que as pulsões sexuais permaneceriam mais tempo sobre o domínio exclusivo do princípio do prazer do que aquelas que pertencem ao eu. Mas, em *Além do princípio do prazer*, Freud acaba concluindo que o funcionamento regido pelo princípio do prazer não é originário: haveria uma forma de funcionamento anterior, a qual obedeceria a uma “compulsão à repetição”. Contudo, pode-se argumentar que esse funcionamento psíquico que estaria para “além do princípio do prazer” só representa uma novidade em relação às hipóteses sobre o aparelho psíquico apresentadas a partir de *A interpretação dos sonhos* e que o funcionamento regido pela compulsão à repetição já estava, de certa forma, presente no *Projeto...* Em 1920, Freud parece resgatar hipóteses antigas, que haviam sido deixadas de lado na primeira tópica, assim como explicitar hipóteses que permaneceram implícitas em toda teoria, como é o caso do próprio conceito de pulsão de morte, assim como, é claro, introduzir conceitos originais, como o novo dualismo pulsional.

4.1.2 O PROCESSO PRIMÁRIO NO “PROJETO...”

Os conceitos de “processo primário” e de “processo secundário” já se encontravam, como vimos, formulados de forma bastante detalhada no *Projeto de uma psicologia*. O processo primário consistiria em um tipo de funcionamento guiado exclusivamente pela tendência à inércia, isto é, anterior ao surgimento da tendência à constância. Seria um processo no qual toda a excitação seguiria pela via mais bem facilitada, sem sofrer nenhum tipo de inibição ou direcionamento. Naquele momento, Freud reconhecia que esse funcionamento primário poderia conduzir também à reativação de representações que, mesmo em sua origem, produziram apenas desprazer. Isso ocorreria nas primeiras recordações de uma vivência de dor.

A dor fora definida como a irrupção de grandes quantidades de estímulo oriundas do mundo externo na direção de ψ , como consequência da falha dos dispositivos de proteção desse sistema contra quantidades exógenas; esses dispositivos, segundo Freud, consistiriam nas próprias terminações sensoriais. A dor produziria, em primeiro lugar, um grande aumento no nível da excitação em ψ , sentido como desprazer; em segundo lugar, engendraria uma tendência à eliminação dessa excitação; e, em terceiro, uma facilitação entre esses caminhos de eliminação e a representação do objeto que provocou a dor (“objeto hostil”). Quando a representação do objeto hostil fosse ocupada novamente desde a percepção ou por alguma via associativa, haveria uma liberação de quantidade no aparelho, que geraria desprazer – isto é o que Freud chama, mais estritamente, de “afeto” – e uma inclinação para a desocupação da representação do objeto hostil. Para explicar essa liberação de quantidade no aparelho, Freud introduz a hipótese dos “neurônios-chave”, que consistiriam em neurônios que desencadeariam a liberação de quantidades somáticas de excitação e, assim, como que “secretariam” quantidade no interior do aparelho. Na ocasião da vivência de dor, as representações constituídas em ψ estabeleceriam uma associação forte com esses neurônios secretores.

Assim como a vivência de satisfação teria como consequência o surgimento do “estado de desejo”, o qual inicialmente conduziria à alucinação e a uma descarga motora ineficiente para a eliminação da tensão, a vivência de dor teria como consequência o surgimento do afeto e a defesa primária excessiva. Esse tipo de funcionamento, no qual toda a excitação seguiria automaticamente pela via mais bem facilitada, tendo como consequência alucinação e desamparo, num caso, ou afeto e defesa primária, no outro, é o que Freud chama no *Projeto...* de “processo primário”:

Designamos como *processos psíquicos primários* a ocupação de desiderativa até a alucinação, o total desenvolvimento de desprazer trazendo consigo o gasto total de defesa; por outro

lado, designamos como *processos psíquicos secundários* todos os processos que só são possibilitados por uma boa ocupação do eu e que são uma moderação dos apresentados acima (FREUD, 1895/1950a, p. 422; 1895/1950b, p. 204).

O processo secundário surgiria a partir da inibição e do redirecionamento do processo primário pelo “eu”. Com as repetições da vivência de satisfação e o conseqüente desamparo, o aparelho aprenderia a não ocupar tão intensamente a representação de desejo, nem as representações de movimento a ela associadas. Como conseqüência, certo nível de quantidade seria retido no núcleo de ψ – isto é, parte da excitação passaria a permanecer em estado ligado – dando assim início ao processo de formação do eu. Com esse armazenamento de quantidade, o curso associativo seria parcialmente inibido e não mais seguiria unicamente pelas vias mais bem facilitadas. A partir de então, também a ocupação da representação hostil e a defesa primária excessiva passariam a poder ser inibidas pelo eu.

A inibição da alucinação e da descarga motora seria condicionada biologicamente pelo desprazer. Já a inibição da ocupação intensa da representação do objeto hostil seria um processo gradual, alcançado após várias repetições do mesmo processo, e que pressuporia a constituição do eu. Podemos nos perguntar por que a inibição da ocupação da representação hostil não é condicionada diretamente pela primeira regra biológica, assim como ocorre em relação às conseqüências da vivência de satisfação. Por que, nesse último caso, é necessário ocorrer um processo de gradual ligação da excitação afetiva por parte do eu? Freud se faz, de fato, essa pergunta e a resposta que ele oferece é a seguinte:

Poder-se-ia perguntar por que essa defesa do pensar não se dirigiu contra a recordação ainda capaz de afeto. Contudo, aí, podemos supor que a segunda regra biológica levantou-se contra ela, que ela exigiria atenção caso um signo de realidade estivesse presente, e a recordação indomada fosse ainda capaz de extorquir signos de qualidade reais (FREUD, 1895/1950a, p. 472; 1895/1950b, p.255).

A segunda regra biológica – a regra da atenção – teria, assim, se sobreposto à primeira. As primeiras repetições da representação hostil seriam alucinatórias e, portanto, produziriam “signos de qualidade reais”. Diante de tais signos, a regra da atenção falaria mais alto que a da defesa. Essa explicação de Freud não parece resolver o problema, pois as primeiras repetições da representação de desejo também seriam alucinatórias. Talvez a diferença possa ser explicada pelo fato das facilitações estabelecidas pela vivência de dor serem bem maiores que as decorrentes da vivência de satisfação.

Freud procura esclarecer melhor esse ponto na terceira parte do *Projeto...*, onde observa que o pensamento, entre outras coisas, pode conduzir ao desprazer, devido à ocupação de representações que pertenceram à vivência de dor. Então, ele afirma:

Caso se siga o destino dessas percepções, como imagens de *recordação*, nota-se que as repetições iniciais ainda despertam tanto afeto como também desprazer, até que, com o tempo, perdem tal capacidade. Ao mesmo tempo, elas sofrem outra modificação. No início, retinham o caráter de qualidades sensoriais; quando não são mais capazes de afeto, também o perdem e tornam-se semelhantes a outras imagens recordativas (FREUD, 1895/1950a, p. 470; 1895/1950b, p. 253).

Trata-se, nesse caso, de “recordações ainda indomadas”, mas, então, pergunta-se Freud: o que acontece com as “recordações” capazes de afeto até que elas sejam “domadas”? Sua resposta é que é preciso uma ligação grande e repetida, por parte do eu, para que a facilitação para o desprazer seja equilibrada. Como tais representações formaram-se por ocasiões de vivências de dor, essa ligação seria mais trabalhosa para o eu do que a ligação das demais representações:

Como traços de vivências de dor, elas (conforme nossa suposição sobre a dor) foram ocupadas a partir de Q ϕ s muito grandes e adquiriram uma facilitação muito intensa para liberação de desprazer e de afeto. É preciso uma ligação repetida e particularmente grande a partir do eu, até que essa facilitação para o desprazer seja contrabalançada (FREUD, 1895/1950a, p. 471; 1895/1950b, p. 254).

Deste modo, o eu não teria inicialmente condições de impedir a ocupação dessas representações ou, mesmo, de inibi-las parcialmente; mas ele iria pouco a pouco adquirindo poder sobre elas, por meio de repetidas tentativas de ligá-las. Antes de essas representações serem assim ligadas, não seria possível impedir nem inibir sua recordação e, tampouco, o desprazer resultante. Depois de ligadas, a ocupação dessas representações se limitaria a um mínimo que permitisse apenas sinalizar ao curso associativo que aquele caminho conduz ao desprazer e deve ser abandonado.

Quando, na primeira parte do *Projeto...*, Freud descreve a vivência de dor e suas consequências, ele estabelece que, a partir de certo momento, o eu passa a ser capaz de inibir a ocupação da representação do objeto hostil. Na terceira parte do texto, ele procura esclarecer como isso ocorreria. Tratar-se-ia de um processo gradual e, até que estivesse completo, ou seja, até que as representações fossem, como ele diz, “domadas”, não seria possível evitar sua ocupação.

Encontra-se, portanto, formulada de maneira bastante clara no *Projeto...* – mais especificamente, na sua terceira parte –, a hipótese de que há um processo no aparelho que faz retornar representações que, mesmo em sua origem, foram desprazerosas, provenientes de uma vivência dolorosa; em outras palavras, trata-se da ideia de um processo *repetitivo* que não cessa de ocorrer enquanto as representações ainda não foram ligadas e que não poderia ser evitado até que fosse alcançada essa ligação. Mas seria possível dizer que esse processo estaria “para além do princípio do prazer”? Para responder essa questão é necessário retomarmos o conceito de princípio do prazer, tal como Freud o define nos textos posteriores ao *Projeto...*

4.1.3 O PRINCÍPIO DO PRAZER

No *Projeto...*, Freud não fala em um “princípio do prazer”. No início do texto, ele apresenta o princípio de inércia e, adiante, diz que “está tentado” a identificar a tendência da vida psíquica para evitar o desprazer com a tendência inicial à inércia. Se partirmos da hipótese de que essa identificação está mesmo pressuposta pela teorização freudiana nesse momento, então teríamos que reconhecer que esse funcionamento repetitivo que antecede a ligação da representação não está para além do princípio do prazer. O princípio de inércia, em sua forma originária, aspiraria a libertar-se de quantidade pela via mais direta possível: em um funcionamento por ele regido, a quantidade sempre tramitaria inteiramente pelo caminho mais bem facilitado. Contudo, o caminho mais bem facilitado, em algumas ocasiões, acabaria levando ao desprazer, como é o caso das primeiras repetições dos estados de desejo e das primeiras ocupações da representação do objeto hostil após a vivência de dor. Mas, mesmo nesses casos, o processo associativo estaria sendo guiado pelo princípio de inércia, pois é justamente a tendência a buscar a via mais direta possível de descarga da quantidade que faz com que a ocupação prossiga pelo caminho bem facilitado, o que acaba levando à produção de desprazer. Como esse processo guiado unicamente pela tendência à inércia acaba por conduzir ao desprazer, ocorre uma mudança nessa tendência originária. O aparelho aprende – ou melhor, é condicionado pela primeira regra biológica – a não ocupar tão intensamente as representações associadas à vivência de satisfação, o que tem como consequência o armazenamento de certo nível de quantidade em seu interior. Com isso, a tendência primária à inércia seria substituída pela tendência à constância. Mas, mesmo após ter sido estabelecida essa modificação do princípio de inércia, ainda poderiam tornar a ocorrer processos primários relacionados à vivência de dor, enquanto as recordações hostis permanecessem “indomadas”, isto é, enquanto elas não tivessem sido ligadas pelo eu.

Retornando, então, à questão anteriormente colocada, o processo repetitivo do *Projeto...* não estaria para além da tendência a evitar o desprazer de que Freud fala nesse texto, se consideramos que esta última seja, de fato, identificada ao princípio de inércia. Mas a noção de princípio do prazer é formulada, de modo perfeitamente explícito, apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*; portanto, é em contra o pano de fundo dessa formulação que devemos tentar compreender a hipótese proposta em 1920 de que haveria um funcionamento que antecederia o modo de operação psíquica regido pelo princípio do prazer.

No capítulo 7, embora não mencione explicitamente um “princípio de inércia” e nem uma “tendência à constância”, Freud parece manter hipóteses muito semelhantes às do *Projeto...* quanto a isso. Na seção C, ele afirma:

(...) o aparelho seguiu primeiramente o empenho de se manter o mais possível livre de estímulos e, por isso, assumiu, em sua primeira construção, o esquema do aparelho reflexo, que lhe permitia eliminar prontamente, por vias motoras, uma excitação sensível que o alcançasse a partir do exterior. Mas a urgência da vida perturba essa função simples (...) (FREUD, 1900a, p. 557; 1900b, p. 538).

Então, haveria uma tendência inicial a descarregar a excitação pela via reflexa, a qual seria modificada pela necessidade de fazer cessar a estimulação endógena; no entanto, apenas na seção E, Freud refere-se a um “princípio do desprazer”. Ele afirma aí que o decurso da excitação dentro do aparelho é regulado automaticamente pelas percepções de prazer e desprazer; mais adiante, ele declara, com todas as letras, que o “princípio do desprazer” é que exerce essa regulação. O processo primário – que Freud, nesse ponto, faz corresponder ao sistema inconsciente – seria regulado exclusivamente pelo princípio de desprazer.

Porém, devido à necessidade de lidar também com as excitações endógenas, surgiria um segundo tipo de funcionamento – o processo secundário – que corresponderia topicamente ao sistema pré-consciente. O processo primário, assim como no *Projeto...*, seria aquele dirigido para a livre circulação e descarga da quantidade, isto é, o processo no qual a excitação se encontraria em estado “livre”, enquanto que, no processo secundário, a excitação se encontraria em estado “ligado”.

Freud volta a mencionar o que, no *Projeto...*, foi chamado de vivência de dor com o objetivo de esclarecer como a regulação representada pelo princípio do desprazer se exerceria sobre o processo primário. Inicialmente, ele parece estar assumindo as mesmas hipóteses propostas no *Projeto...*:

Suponha-se que sobre o aparelho primitivo atue um estímulo perceptivo que seja a fonte de uma excitação de dor. Seguir-se-ão exteriorizações motoras desordenadas até que uma

delas livre o aparelho da percepção e, ao mesmo tempo, da dor, e esta será repetida imediatamente a cada reaparição da percepção (algo assim como um movimento de fuga), até que a percepção desapareça outra vez. Mas aqui não restaria nenhuma inclinação para reocupar, alucinatoriamente ou de outra maneira, a percepção da fonte de dor. Pelo contrário, persistiria no aparelho primário a inclinação para abandonar a imagem mnêmica penosa, assim que ela fosse, de algum modo, evocada, porque o transbordar de sua excitação até a percepção provocaria desprazer (mais exatamente, começaria a provocá-lo) (FREUD, 1900a, p. 589; 1900b, p. 569-70).

Essa descrição é muito semelhante à descrição da vivência de dor que podemos encontrar no *Projeto...* No entanto, nem no capítulo 7, nem nos artigos metapsicológicos, volta a ser mencionada a ideia de que, como consequência da vivência de dor, surgiria no aparelho um funcionamento primário que produziria afeto e defesa primária excessiva, o qual seria modificado gradualmente a partir de repetidas tentativas de ligar as representações dos objetos hostis. Desaparece, portanto, a ideia de que haveria um tipo de funcionamento primário no aparelho que conduziria à reativação de representações desprazerosas e que não poderia ser evitado enquanto as representações não fossem ligadas. Parece substituí-la a hipótese de que os processos incitados a partir do interior do aparelho possuiriam, desde o início, a capacidade de inibir a ocupação de representações que conduzissem ao desprazer. Este último seria provocado apenas a partir de processos incitados pela excitação proveniente do mundo externo – o que Freud, desde o *Projeto...* define como “dor”. Portanto, o que seria uma aquisição secundária no *Projeto...* – a capacidade de inibir o desprazer produzido por certas recordações – passa, no capítulo 7, a fazer parte do funcionamento psíquico desde sua origem. Isso se torna mais claro com a conclusão a que Freud chega logo em seguida: “Como consequência do princípio de desprazer, então, o primeiro sistema ψ é incapaz de incluir algo desagradável no interior da trama de pensamento. O sistema não pode fazer outra coisa a não ser desejar” (FREUD, 1900b, p. 590).

No processo primário, tal como este passa a ser concebido no capítulo 7, as representações relacionadas à vivência de dor seriam completamente excluídas dos processos associativos. Não há mais nenhuma menção à fase em que as representações permaneceriam “indomadas” e que não seria possível evitar sua ocupação. O processo secundário, ao contrário dos primários, poderia incluir entre suas associações representações desprazerosas, pois esse sistema, diz Freud, “ocupa uma recordação de tal forma que inibe a drenagem a partir dela e, portanto, também a drenagem até o desenvolvimento de desprazer” (FREUD, 1900b, p. 590). Em suma, a situação, no capítulo 7, é a seguinte: haveria um funcionamento primário do qual estariam excluídas todas as representações desprazerosas e haveria um

funcionamento secundário que teria acesso a representações desprazerosas, pois sua forma de ocupação inibiria a liberação de desprazer. O processo primário, segundo Freud, seria regulado exclusivamente pelo princípio de desprazer; já no processo secundário, o princípio regulador consistiria em uma modificação do princípio de desprazer, que será chamada, em 1911, de “princípio de realidade”. Então, no capítulo 7, um funcionamento regido exclusivamente pelo princípio do desprazer define-se como aquele no qual, desde o início, uma nova ocupação de representações que conduzem à liberação de desprazer pode ser evitada, de forma que estas permaneçam excluídas do curso associativo. Não obstante, é difícil entender como isso seria possível, tendo-se em vista o funcionamento geral do aparelho tal como fora estabelecido no *Projeto*... Como conciliar a ideia de uma quantidade em estado livre com a possibilidade de esta quantidade evitar caminhos bem facilitados? Contudo, Freud não desenvolve essas questões em parte alguma do capítulo 7.

Tudo se passa, portanto, como se apenas as consequências da vivência de satisfação estivessem sendo levadas em conta nesse momento; Freud parece deixar de lado as consequências iniciais da vivência de dor, tal como estas tinham sido descritas no *Projeto*... Só o “processo primário” relacionado à vivência de satisfação é mantido na teoria. De posse dessas informações, vejamos agora que tipo de funcionamento psíquico Freud propõe, em 1920, como estando para “além do princípio do prazer”.

4.1.4 REPETIÇÃO, TRAUMA E DESPRAZER

Freud inicia o texto de 1920, recapitulando suas hipóteses de longa data sobre o princípio do prazer:

Na teoria psicanalítica, supomos sem hesitação que o decurso dos processos mentais é regulado automaticamente pelo princípio do prazer, ou seja, acreditamos que ele é, em todos os casos, incitado por uma tensão desprazerosa e, então, toma tal direção que seu resultado final coincide com um rebaixamento dessa tensão e, portanto, com uma evitação do desprazer ou uma produção de prazer (FREUD, 1920a, p. 217; 1920b, p. 7).

Ele parece, até esse ponto, manter a hipótese do capítulo 7 de que o funcionamento guiado pelo princípio do prazer seria, desde o início, capaz de evitar a reocupação de representações que um dia estiveram associadas à produção de desprazer:

Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de trabalho primário do aparelho psíquico, que é desde o início inapto e ainda altamente perigoso para a auto-preservação

do organismo em meio às dificuldades do mundo exterior. Sob a influência das pulsões de auto-conservação do eu, ele é substituído pelo princípio de realidade que, sem renunciar ao propósito final de uma obtenção de prazer, exige e consegue o adiamento da satisfação, a desistência de diversas possibilidades de alcançá-la e a tolerância temporária do desprazer no longo rodeio para o prazer (FREUD, 1920a, p. 219-20; 1920b, p. 9).

Após retomar essas hipóteses anteriores, contudo, Freud levanta a questão da legitimidade de se supor que o princípio do prazer governe soberano todos os processos psíquicos. Alguns processos, ele argumenta, como no caso dos sintomas neuróticos, acabam gerando desprazer, mas trata-se, nesses casos, de um “desprazer de percepção” – uma busca de satisfação por parte do inconsciente que representa algo desprazeroso do ponto de vista de sua apreensão pré-consciente.

Há também o desprazer que o processo secundário aprende a tolerar na espera por uma satisfação real. Esses casos não contradizem em nada o domínio do princípio do prazer, mas haveria outros que talvez forneçam novos dados. A reação do aparelho psíquico frente ao perigo exterior pode fornecer novo material e novas hipóteses sobre o problema em questão, diz Freud, no fim da primeira parte do texto; essa reação talvez imponha alguma modificação à hipótese de que o princípio do prazer seja o princípio originário que governa todos os processos psíquicos. Ele vai acabar admitindo, na conclusão da terceira parte do texto, que é legítimo supor a existência de um funcionamento que anteceda a vigência do princípio do prazer e que seja condição para que este passe a vigorar. Vejamos, então, quais são as evidências que lhe permitem chegar a essa conclusão.

Freud menciona, em primeiro lugar, o caso do sonho nas neuroses traumáticas, sonhos que reconduzem os enfermos à situação traumática original, fazendo-os despertar aterrorizados. A única maneira de conciliá-los com a hipótese de que todo sonho é uma realização de desejo seria atribuindo-os a “enigmáticas tendências masoquistas do eu”, ao contrário do que acontece com os sonhos de angústia, que Freud não tivera muita dificuldade em subsumir a sua hipótese da realização onírica de desejo. Sem tirar mais conclusões, Freud passa, então, a falar a respeito dos jogos infantis. As crianças repetem nos jogos inúmeras situações por elas vivenciadas, algumas das quais – como no caso da célebre brincadeira do carretel descrita por Freud – consistiram em experiências desprazerosas. Surge, assim, a questão: “o esforço de processar psiquicamente algo impressionante, de se apoderar inteiramente disso, pode exteriorizar-se de maneira primária e independente do princípio do prazer?” (FREUD, 1920a, p. 226; 1920b, p. 16).

A resposta de Freud, por enquanto, é que, apenas com base no estudo dos jogos infantis, não é possível chegar com segurança a essa conclusão, uma vez que, mesmo sob o império do princípio do prazer, haveria meios suficientes

para converter em objeto de recordação e elaboração psíquica o que fosse em si mesmo desprazeroso. Mesmo os jogos infantis que repetem situações desagradáveis poderiam ser pensados como estando sob o domínio do princípio do prazer: a repetição, neles, de experiências desprazerosas poderia ser vista, por exemplo, como uma tentativa de se apoderar da situação, de vivenciar de forma ativa algo que antes só pôde ser vivido de forma passiva. Freud se volta, então, para o fenômeno da transferência.

Ao discorrer a respeito da transferência, ele usa pela primeira vez o termo “compulsão à repetição”. Experiências reprimidas, das quais o enfermo não pode se recordar, acabariam sendo repetidas como vivências atuais na situação analítica, após a repressão ter sido parcialmente amenizada. A “compulsão à repetição” que se manifesta como transferência seria, assim, uma manifestação do reprimido inconsciente. Ora, a repressão, assim como a resistência que depois se opõe ao retorno do reprimido, é uma operação executada pelo eu. Assim, ambas podem ser compreendidas como estando a serviço do princípio do prazer: elas teriam como finalidade evitar o desprazer que seria despertado se as representações reprimidas fossem liberadas para surgir à consciência. Portanto, a oposição à recordação, levada a cabo pela resistência, parece estar totalmente a serviço do princípio do prazer. Mas, e a compulsão à repetição, pergunta-se Freud, seria possível conciliá-la com esse princípio?

Algumas repetições transferenciais seriam facilmente conciliáveis com o princípio do prazer: aquelas cuja satisfação representasse um prazer para o sistema inconsciente, embora, ao mesmo tempo, um desprazer para o pré-consciente. Mas haveria outras que não parecem poder ser compreendidas dessa maneira:

O fato novo e digno de nota que nós agora temos que descrever é que a compulsão à repetição também traz de volta vivências do passado que não contêm nenhuma possibilidade de prazer, que tampouco naquele momento puderam ser satisfações, nem mesmo das moções pulsionais desde então reprimidas (FREUD, 1920a, p. 230; 1920b, p. 20).

Os neuróticos repetem situações afetivas que, mesmo quando eram atuais, produziram desprazer. Trata-se de vivências relacionadas a pulsões que estavam destinadas a conduzir à satisfação, mas que acabaram produzindo somente desprazer. Apesar dessas tentativas de obter satisfação terem sido feitas em vão, uma compulsão imporia a sua repetição. A mesma compulsão à repetição dos neuróticos pode ser encontrada na vida de pessoas normais, nos fenômenos chamados por Freud de “compulsão de destino”: movidas, na verdade, por impulsos da primeira infância, mas aparentemente pelo “destino”, algumas pessoas não neuróticas repetiriam sempre, ao longo da vida, vivências desprazerosas idênticas.

Esses dois fenômenos – a repetição transferencial de situações que, mesmo na sua origem, levaram apenas ao desprazer e as compulsões de destino – levam Freud a concluir que seria legítima a suposição de que existe na vida psíquica uma compulsão à repetição, que se instauraria para além do alcance do princípio do prazer:

Em vista dessas observações feitas a partir do comportamento na transferência e a partir do destino dos seres humanos, devemos ter coragem de supor que existe realmente na vida psíquica uma compulsão à repetição que se instaura mais além do princípio do prazer. Nós também nos inclinaremos agora a relacionar a essa compulsão os sonhos dos que padecem de neurose traumática e o impulso para o jogo da criança (FREUD, 1920a, p. 232; 1920b, p. 22).

Após mencionar os sonhos traumáticos e os jogos infantis, sem extrair deles a conclusão de que é possível supor um funcionamento independente do princípio do prazer, Freud chega, assim, a dois fenômenos psíquicos – a transferência e as neuroses de destinos – que parecem tornar legítima tal suposição. Na verdade, como observa Monzani (1989), nenhum desses fenômenos tomados isoladamente permite a introdução desse “além do princípio do prazer”, mas apenas o arranjo total formado por eles.

Apenas em raros casos, argumenta Freud, a compulsão à repetição se manifesta em estado puro, sem a interferência de outros motivos; na maior parte dos casos, satisfação pulsional e compulsão à repetição estariam em íntima relação e poderiam se reforçar mutuamente. O caso menos duvidoso, observa Freud, é o do sonho traumático. Mas, mesmo nos demais fenômenos, diz ele, há bastantes coisas não explicadas para justificar a introdução dessa nova hipótese: “O que resta é suficiente para justificar a hipótese da compulsão à repetição, e esta nos parece como mais originária, mais elementar, mais pulsional que o princípio do prazer que ela destrona” (FREUD, 1920a, p. 233; 1920b, p. 23).

Uma vez estabelecido que haveria uma compulsão à repetição em ação para além do princípio do prazer, Freud aponta para a necessidade de esclarecer qual seria a função dessa compulsão, em que condições ela afloraria e que relação poderia haver entre ela e o princípio do prazer. É ao pensar sobre a reação do aparelho psíquico à irrupção de excitações muito intensas – o que agora é definido como “trauma” – que Freud pensa encontrar uma resposta para essas questões assim levantadas. Com a noção de trauma proposta agora em 1920, Freud retoma, em muitos aspectos, a de vivência de dor do *Projeto*... O trauma resultaria da falha dos mecanismos destinados a proteger o aparelho de excitações muito intensas; nesses casos, não seria mais possível evitar que este fosse inundado por grandes

magnitudes de estímulo e, então, sua tarefa mais urgente passaria a ser “dominar o estímulo, ligar psiquicamente as magnitudes de estímulo que irromperam, para conduzi-los, então, à sua tramitação” (FREUD, 1920a, p. 239; 1920b, p. 29).

A vivência de dor – que, no *Projeto...*, correspondia ao que agora Freud chama de trauma – passa a ser definida como o desprazer decorrente do rompimento da proteção anti-estímulo em um ponto específico. Diante da dor, ocorreria uma intensa contra-ocupação, na qual se empenhariam as excitações de vários outros sistemas, tendo como resultado um rebaixamento geral de toda a operação psíquica. Essa contra-ocupação teria como objetivo “ligar” a excitação que produz desprazer. A ligação parece continuar sendo concebida, nesse momento da teoria, da mesma forma como o fora anteriormente, como sugere a seguinte afirmação de Freud: “Talvez possamos dar margem à suposição de que a ‘ligação’ da energia que afluí para dentro do aparelho psíquico consiste em um traslado do estado de livre fluir até o estado quiescente” (FREUD, 1920a, p. 241; 1920b, p. 31).

Com essas considerações pode ser respondida a questão a respeito da função do processo que obedece à compulsão à repetição e da relação deste processo com aquele guiado pelo princípio do prazer. Para que o princípio do prazer pudesse iniciar seu domínio, haveria uma tarefa prévia a ser realizada: transpor a excitação do estado livre para o estado ligado. Um funcionamento regido pela compulsão à repetição teria, então, a função primordial de ligar a excitação; só após essa ligação, o princípio do prazer poderia passar a vigorar. Com isso, diz Freud, chegamos a “uma perspectiva sobre uma função do aparelho psíquico que, sem contradizer o princípio do prazer, é, contudo, independente dele e parece mais originária que o propósito de obter prazer e evitar desprazer” (FREUD, 1920a, p. 242; 1920b, p. 31). Freud conclui, então, que a realização de desejo é a função do sonho sob o domínio do princípio do prazer e que, se há um funcionamento que antecede e é independente deste princípio, então, deve haver sonhos que expressam esse tipo de funcionamento, isto é, deve haver sonhos que visam adquirir domínio sobre os estímulos e que não consistem, portanto, em realizações de desejo.

Enquanto as representações não fossem assim ligadas, não seria possível evitar que elas fossem ocupadas, mesmo que as suas ocupações levassem ao desprazer. Só após a ligação, surgiria a possibilidade de evitar a ocupação de certas representações ou de ocupá-las apenas de maneira parcialmente inibida. A ligação da excitação teria como condição essas sucessivas repetições de um mesmo processo. Os fenômenos que levam Freud a concluir que é necessário supor um funcionamento que anteceda o princípio do prazer são principalmente aqueles que reproduzem situações que, mesmo em sua origem, foram desprazerosas. Ele parece, assim, em muitos aspectos, retomar as consequências da vivência de dor do *Projeto...*, ou seja, justamente o que havia sido deixado de lado a partir do capítulo 7. No *Projeto...*, como vimos acima, fora formulada a hipótese de que

novas ocupações das representações hostis e a liberação de desprazer delas decorrente não poderiam ser evitadas enquanto o eu não adquirisse domínio sobre essas representações, isto é, enquanto essas não fossem por ele ligadas. Esse domínio seria obtido apenas após sucessivas tentativas, por parte do eu, de ligar essas representações. Esse processo que se intercalaria entre a vivência de dor e a possibilidade de inibir a ocupação das representações hostis havia sido deixado de lado, como vimos, a partir do capítulo 7 e é o que parece estar sendo retomado em *Além do princípio do prazer*. Mas é preciso lembrar que, nesse último texto, o “eu” ainda não foi formalmente reintroduzido na tópica psíquica – o que só ocorre em 1923, em *O eu e o isso* – e, assim, é possível demarcarmos a diferença entre os dois textos. No *Projeto...*, o eu é que seria o responsável pela ligação das representações hostis relacionadas à vivência de dor; em *Além do princípio do prazer*, Freud sustenta que o funcionamento que obedece à compulsão à repetição teria como função a ligação da excitação, mas não atribui essa tarefa de ligação a nenhuma das instâncias psíquicas. Nos artigos metapsicológicos, ele havia formulado a hipótese de que as representações-palavra efetuariam a ligação de uma parte das representações e dariam origem à conseqüente diferenciação entre os sistemas pré-consciente e inconsciente. Essa hipótese, como veremos adiante, acabará por ser abandonada em *O eu e o isso*, permanecendo indefinido qual parte do aparelho seria responsável pela ligação da excitação. De qualquer forma, já estava presente, no *Projeto...*, a ideia de um processo primário repetitivo que seria condição para que a ocupação de certas representações desprazerosas pudesse ser inibida e que seria, portanto, condição para que o “princípio do prazer”, tal como este é pensado a partir do capítulo 7, pudesse entrar em ação.

Com a introdução do conceito de compulsão à repetição, o processo primário parece voltar a ser pensado de forma muito semelhante como o fora no *Projeto...* No capítulo 7, o processo primário seria regido “exclusivamente pelo princípio do prazer”, e isso significava que esse processo não incluiria, entre suas associações, representações desprazerosas; essa capacidade surgiria somente no processo secundário. Tendo em vista essa forma de conceber o princípio do prazer, o funcionamento regido pela compulsão à repetição, de fato, seria anterior ao seu domínio. Mas se o princípio do prazer for identificado ao princípio de inércia do *Projeto...* – isto é, se por princípio do prazer entendêssemos a tendência do aparelho a descarregar sua excitação da forma mais direta possível – então não seria possível dizer que a compulsão à repetição antecederia, de fato, sua vigência, como observamos anteriormente.

Apenas a vivência de satisfação e suas conseqüências, tal como descritas no *Projeto...*, pareciam estar sendo consideradas na concepção sobre o aparelho psíquico do capítulo 7 e dos artigos metapsicológicos. Não havia mais, nesses textos, a ideia de processos primários que levariam à produção de afeto e, portanto, à

liberação de desprazer. A vivência de dor e suas consequências tinham desaparecido naquele momento da teoria e parecem ser retomadas apenas em *Além do princípio do prazer*. Podemos dizer, tendo isso em vista, que o “passo além” de Freud em 1920 consiste, em certa medida, num retorno às origens da metapsicologia.

4.1.5 COMPULSÃO À REPETIÇÃO E PROCESSO PRIMÁRIO

Deste modo, segundo o que é proposto em 1920, só após a ligação da excitação haveria possibilidade de evitar ou inibir os caminhos que conduzem ao desprazer, e o processo primário, com isso, parece voltar a ser pensado como um funcionamento no qual a excitação segue unicamente pelas vias mais facilitadas. Podemos inferir que, como as excitações traumáticas produziram facilitações muito intensas, no processo primário os caminhos que levassem a representações traumáticas não poderiam ser evitados. Na verdade, tomando ao pé da letra os termos da teoria, qualquer caminho facilitado só poderia ser evitado ou inibido após a ligação. Antes que esta ocorresse, toda a excitação se deslocaria pelos caminhos que apresentassem menor resistência. Em *Além do princípio do prazer*, mais uma vez, Freud recorre às noções de resistência e facilitação para falar a respeito da constituição das representações. Ele diz: “em seu avanço de um elemento ao outro, a excitação tem que vencer uma resistência e justamente a redução desta cria o traço permanente da excitação (facilitação)” (FREUD, 1920a, p. 236; 1920b, p. 26).

Com a introdução da hipótese da compulsão à repetição, apenas uma das características atribuídas ao sistema inconsciente na primeira tópica deixa de pertencer a esse sistema ou ao processo primário: a regulação exclusiva pelo princípio do prazer. As demais características anteriormente atribuídas ao sistema inconsciente são mantidas, uma vez que elas resultariam, em última instância, do estado livre da excitação e que, em 1920, Freud continua identificando o sistema inconsciente ao processo primário, ou seja, sustenta a ideia de que o inconsciente corresponda ao processo primário e que esse processo seja aquele no qual a excitação se encontra em estado livre. Mas esse inconsciente deixa de ser regido exclusivamente pelo princípio do prazer. Como argumentamos, a hipótese do capítulo 7 sobre um processo no qual a excitação se encontraria em estado livre e, ao mesmo tempo, no qual certos caminhos, mesmo que muito facilitados, seriam evitados, parece contradizer os princípios da teoria freudiana. Agora, Freud estaria abandonando essa hipótese que parece nunca se ter encaixado muito bem em sua maneira de conceber os processos psíquicos.

Se há um funcionamento que precede a regulação pelo princípio do prazer e se este último princípio só entra em ação após a ligação da excitação, a consequência disso seria que o princípio do prazer atuaria apenas no processo secundário. No capítulo 7, Freud já havia identificado o processo primário à excitação em estado

livre e o processo secundário à excitação em estado ligado. De acordo com as hipóteses introduzidas em 1920, teríamos que pensar, então, que o princípio do prazer atuaria no processo secundário e que o processo primário seria guiado pela compulsão à repetição. Vejamos o que Freud diz a esse respeito:

Visto que todas as moções pulsionais afetam os sistemas inconscientes, dificilmente seria uma novidade dizer que obedecem ao processo psíquico primário; e, disto, a identificar o processo psíquico primário com a ocupação livremente móvel, e o processo secundário com as alterações da ocupação ligada ou tônica de Breuer, não há mais que um pequeno passo. Então, a tarefa dos estratos superiores do aparelho psíquico seria ligar a excitação das pulsões que entram em operação no processo primário. O fracasso dessa ligação provocaria uma perturbação análoga a da neurose traumática; só após uma ligação alcançada, poderia se estabelecer o império irrestrito do princípio do prazer (e de sua modificação no princípio de realidade). Mas, até esse momento, o aparelho psíquico teria a tarefa prévia de dominar ou ligar a excitação, não em oposição ao princípio do prazer, mas independentemente dele e em parte sem levá-lo em consideração (FREUD, 1920a, p. 244; 1920b, p. 34).

Mas notemos que Freud afirma, nessa passagem, que a ligação da excitação é condição para que se inicie o “império irrestrito” do princípio do prazer. Portanto, não podemos concluir disso que este princípio só surja após o estabelecimento da ligação, mas apenas que seu predomínio só tenha início após essa ligação, isto é, a partir da instauração do processo secundário. Nas últimas páginas de *Além do princípio do prazer*, Freud procura esclarecer isto mais detalhadamente. De qualquer maneira, desaparece a ideia de que os processos primários sejam regulados exclusivamente pelo princípio de prazer: esses processos obedeceriam primariamente – e, talvez, de forma predominante – à compulsão à repetição. Em *O problema econômico do masoquismo* (1924), Freud efetivamente afirma que apenas uma parte do processo primário seria regida pelo princípio do prazer, questão à qual teremos ainda que retornar.

O sistema inconsciente sempre foi pensado como aquele que conteria, por um lado, representações desde a origem inconscientes – isto é, aquelas que nunca teriam sido integradas aos processos secundários – e, por outro lado, representações que pertenceram ao processo secundário, mas que acabaram sendo reprimidas. Teria sido negada às primeiras a possibilidade de ligação e, às segundas, a possibilidade de permanecerem incluídas nos processos ligados. Essas representações teriam, então, ficado condenadas a se repetirem indefinidamente; elas nunca perderiam ou diminuiriam de intensidade; por isso, Freud teria afirmado que os conteúdos do inconsciente seriam indestrutíveis. No inconsciente, o funcionamento repetitivo não

poderia ser ultrapassado, a menos que essas representações fossem incorporadas aos processos secundários. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que, desde a primeira tópica, poderia ter sido atribuído aos processos inconscientes um caráter repetitivo. No capítulo 7 e nos artigos metapsicológicos, já estaria subentendida a hipótese de que, no inconsciente, tudo se repetiria, com exceção daquilo que fosse capaz de produzir desprazer. A partir de 1920, até mesmo essa exceção é deixada de lado: os processos primários ou inconscientes não podem fazer outra coisa a não ser voltar a ocupar e percorrer caminhos estabelecidos anteriormente, seguindo apenas as vias mais bem facilitadas. Isso, na verdade, seria uma consequência conceitualmente necessária para um sistema constituído “por vias facilitadas de uma vez por todas”, como diz Freud no capítulo 7, referindo-se ao lcc.

Esse funcionamento guiado pela compulsão à repetição antecederia aquele guiado pelo princípio do prazer, tal como esse princípio é pensado no capítulo 7. Mas a compulsão à repetição não poderia ser anterior ao “princípio de inércia” do *Projeto...*: ela seria antes a manifestação dessa tendência primordial do aparelho a livrar-se de toda a excitação da forma mais direta possível. À primeira vista, a forma mais direta possível seria o caminho melhor facilitado e, de início, por hipótese, esse caminho deveria ser sempre percorrido. Todavia, devido à sua ineficácia para satisfazer a própria tendência à inércia e promover a eliminação total da quantidade, a partir de certo momento ele teria que ser ao menos parcialmente deixado de lado. A compulsão à repetição seria, portanto, a manifestação mais primitiva da inércia na vida psíquica, e, apenas em 1920, Freud estaria explicitando algo que há muito tempo parecia estar implícito na teoria, a saber, que a tendência primordial do funcionamento do aparelho é conduzir à morte do organismo.

4.1.6 DA COMPULSÃO À REPETIÇÃO À PULSÃO DE MORTE

O passo seguinte de Freud, em *Além do princípio do prazer* é tentar esclarecer a relação existente entre a compulsão à repetição e a dimensão pulsional da vida psíquica. Essa compulsão, conclui ele, é uma característica universal das pulsões e, talvez, da vida orgânica em geral:

Uma pulsão seria um esforço, inerente ao orgânico vivo, de reprodução de um estado anterior, a que o vivo teve que renunciar sob o influxo de forças externas perturbadoras; seria um tipo de elasticidade orgânica ou, se se quiser, a exteriorização da inércia na vida orgânica (Freud, 1920a, p. 246; 1920b, p. 36).

Notemos que, nesse momento, Freud está ampliando a noção de pulsão em relação a suas formulações anteriores e passando a pensá-la de forma consideravelmente distinta. Até então, a pulsão havia sido concebida como a “expressão psíquica” dos estímulos endógenos ou como a estimulação endógena

que se expressa no psíquico. Embora Freud oscile entre essas duas definições, a pulsão era um conceito que dizia respeito exclusivamente ao aparelho psíquico. Como todo funcionamento psíquico, a atividade pulsional seria regida, em última instância, pela tendência a descarregar a excitação. Mas, agora, em *Além do princípio do prazer*, a pulsão passa a ser um conceito muito mais amplo, que não se limita ao psíquico, mas que diz respeito à totalidade do ser vivo. Freud a define como “um esforço inerente ao orgânico vivo de reprodução de um estado anterior”. Portanto, a pulsão se redefine como uma tendência, um impulso inerente a todo ser vivo que é, essencialmente, um esforço de repetição, uma compulsão a repetir um estado anterior. A pulsão não se restringe mais, portanto, à expressão psíquica do somático ou àquilo do somático que se expressa no psíquico: ela passa a ser algo muito anterior ao surgimento do psíquico, algo que surge com a própria vida.

A pulsão seria, então, um esforço inerente a toda vida de reproduzir um estado anterior. Mas que estado seria esse? Qual seria a meta final de toda a vida? A resposta de Freud é: “A meta de toda a vida é a morte; e retrospectivamente: O inanimado esteve aí antes que o vivo” (FREUD, 1920a, p. 248; 1920b, p. 38). Desde sua origem, a vida apresentaria uma tendência a retornar ao estado inorgânico. Regressar ao inorgânico seria livrar-se de toda a excitação, seria retornar a um estado de ausência total de estimulação e, portanto, de reação. Se estendermos isso ao aparelho psíquico, chegamos à hipótese de que a tendência primordial que governa esse aparelho é uma tendência a anular toda a excitação. Com isso, mais uma vez, voltamos ao *Projeto...*, em especial, voltamos às primeiras páginas desse texto, à formulação original do princípio de inércia. Lá, a tendência primária do aparelho era livrar-se de toda a excitação; mas agora, em *Além do princípio do prazer*, Freud explicita algo que permanecera implícito até então: essa tendência primordial à inércia, manifesta num ser vivo, é a expressão de uma tendência para a morte. Monzani (1989, p. 219) observa que, com a introdução da noção de pulsão de morte, Freud explicita algo que esteve presente implicitamente, desde o *Projeto...*, em toda a teoria.

No *Projeto...*, contudo, o princípio de inércia era concebido como algo que regia a atividade nervosa; agora, Freud o coloca como algo inerente à vida como um todo. Quando a vida se originou, com ela teria surgido uma tendência a retornar ao estado anterior de ausência de estimulação, ao estado inanimado, e teria surgido, portanto, uma tendência à morte. Quando as propriedades da vida foram suscitadas na matéria inanimada, teria surgido, com isso, a primeira pulsão: a de regressar ao estado inanimado imediatamente anterior. Na origem, diz Freud, morrer devia ser fácil, apenas um curto caminho vital teria que ser percorrido. Por isso, a vida deve ter sido criada e recriada inúmeras vezes. Mas as alterações surgidas nas condições externas teriam imposto à substância viva desvios cada vez maiores no seu caminho vital originário. Os estímulos externos seriam, assim, os

responsáveis pela progressiva complexidade da vida. As hipóteses desenvolvidas até aqui, portanto, conduzem à ideia de que a morte é uma tendência primordial da vida e de que a manutenção da vida resultaria de fatores externos à mesma.

Haveria, portanto, uma pulsão de morte, mas não haveria, ainda, uma pulsão de vida, isto é, não haveria um “esforço inerente ao orgânico” equivalente para se manter no estado animado. Mas a hipótese das pulsões de auto-conservação não se opõe à suposição de que a vida pulsional serviria à morte? Tendo em vista essa última possibilidade, argumenta Freud, as pulsões de auto-conservação seriam apenas pulsões parciais destinadas a assegurar o caminho até a morte peculiar a cada organismo. De certa forma, essas ideias também já estavam pressupostas no *Projeto...*: haveria ali uma tendência originária a eliminar toda a excitação pela via mais direta possível, mas essa forma primária de resposta não propiciaria a cessação da excitação endógena. Esta última exigiria uma ação específica sobre o mundo e, como consequência, o aparelho aprenderia a tolerar certo nível de excitação. Enfim, esse processo que, em última instância, sempre aspirou apenas à descarga da excitação, acabaria por preservar a vida. Mas essa vida que permanece e se desenvolve não seria nada mais do que um rodeio que se interpõe num caminho que sempre teve como objetivo último conduzir à máxima eliminação possível dos estímulos e, assim, a fazer com que estes cessem absolutamente.

Sob essa luz, as pulsões de auto-conservação apenas aparentemente teriam como objetivo a preservação da vida; na verdade, elas estariam também a serviço da tendência para a morte. Como a eliminação da quantidade endógena – isto é, da excitação de origem pulsional – não seria possível pela via reflexa, impor-se-ia um adiamento da descarga e a aprendizagem de certos caminhos mais tortuosos e indiretos, o que teria como resultado uma permanência maior na vida. No *Projeto...*, Freud afirma que o desamparo inicial do organismo é a mola pulsional de todo o desenvolvimento psíquico; mas esse desenvolvimento psíquico só ocorre porque, devido ao estado de desamparo originário, o organismo não seria capaz de alcançar, sem certas inibições e aprendizagens, a eliminação total da excitação. Nesse sentido, por trás de todo o desenvolvimento psíquico, parece sempre ter estado presente o objetivo primário de retornar ao estado originário de ausência total de estimulação.

De início, Freud conclui, em *Além do princípio do prazer*, que o quadro dos fenômenos vitais consistiria apenas em rodeios para alcançar a forma de morte peculiar a cada organismo: o que nos surge como um esforço por manter-se em vida – isto é, a manifestação das pulsões de auto-conservação – seria apenas um caminho peculiar de cada organismo para a morte. O organismo só quer morrer à sua maneira, como diz Freud. Ele conclui, portanto, que as manifestações das pulsões de auto-conservação podem ser, sem grandes dificuldades, reconciliadas com a hipótese da pulsão de morte. Mas haveria outros impulsos que parecem

escapar a essa tendência para a morte: as pulsões sexuais. Freud tentará, a partir delas, justificar que ainda é possível falar de pulsões de vida e, com isso, de um dualismo pulsional.

4.1.7 DA PULSÃO DE MORTE À PULSÃO DE VIDA

De início, o que Freud alega escapar à tendência para a morte não são as manifestações das pulsões sexuais como um todo, mas apenas as das células germinativas. Assim, pelo menos à primeira vista, apenas a atividade sexual com fins de reprodução se oporia a tendência para a morte e, portanto, só uma pequena parte das atividades impelidas pelas pulsões sexuais se oporia à pulsão de morte. Mais adiante, ele acaba concluindo que há outras considerações que permitiriam pensarmos que todas as pulsões sexuais atuariam a favor da vida e, em consequência, contra a morte. Freud afirma que as pulsões sexuais assegurariam a união entre duas células germinativas: elas seriam as verdadeiras pulsões de vida e se oporiam às pulsões de morte. Haveria, assim:

(...) como que um ritmo hesitante na vida dos organismos; um dos grupos pulsionais se lança, impetuoso, até adiante, para alcançar o mais rápido possível a meta final da vida; o outro, tendo chegado até certo lugar desse caminho, se lança até atrás para retomá-lo desde certo ponto e, assim, prolongar a duração do trajeto (FREUD, 1920a, p. 250; 1920b, p. 40).

Freud pensa chegar, então, a algo que escaparia à pulsão de morte: a fusão de das células germinativas, que seria assegurada pelas pulsões sexuais. Com isso, se estabeleceria uma oposição entre as pulsões de morte – que incluiriam as pulsões de auto-conservação – e as pulsões sexuais, que seriam as verdadeiras pulsões de vida. Chegando-se a isso, a seguinte questão se coloca: se toda pulsão seria um esforço inerente ao orgânico de retornar a um estado anterior, a compulsão à repetição seria a manifestação pura de toda pulsão, e não apenas da pulsão de morte. Mas, nesse caso, seria preciso esclarecer o que é, afinal, que as pulsões sexuais repetem, qual seria o estado anterior e originário ao qual elas aspirariam retornar. As pulsões de morte visariam regressar ao estado inanimado; com a própria origem da vida, teria surgido essa pulsão visando retornar ao estado inanimado. Mas, e a pulsão de vida, a que estado anterior ela aspiraria retornar? Para tentar encontrar uma resposta para essa questão, Freud coloca-se outra: o que a reprodução sexual, ou sua precursora na história da vida – a cópula entre dois protistas – aspiraria repetir?

Ele encontra uma pista para resolver essa questão em suas incursões mais ou menos especulativas pela biologia. Há dados que indicam que a cópula entre dois protistas – que seria a precursora da reprodução sexual dos animais superiores – teria

um efeito rejuvenescedor sobre ambos. Além disso, outras formas de estimulação possuiriam esse mesmo efeito sobre o organismo. Se, por exemplo, a composição do líquido nutritivo em que o organismo subsiste for alterada, isso teria sobre ele o mesmo efeito rejuvenescedor que a cópula. Ao contrário, se os protistas são deixados em ter seus próprios resíduos, eles vão-se degenerando progressivamente. Isso permitiria extrair a seguinte conclusão: o que possui a capacidade de renovar a vida seria o aumento de estimulação e, portanto, não apenas a fusão de duas células germinativas e o surgimento de um novo ser vivo trabalhariam no sentido contrário a morte, mas também todo aumento de estimulação produzido pelo contato entre dois corpos ou outras coisas semelhantes. Assim, poderíamos identificar, não só na atividade sexual que conduz à fusão entre duas células germinativas, mas também nas manifestações sexuais em geral, algo que se oporia à morte: a promoção do contato entre dois corpos, que produziria um aumento da estimulação sobre o organismo. Nos *Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade* (1905), Freud definira a sexualidade como uma atividade que visa obter prazer a partir da estimulação de uma ou mais zonas erógenas. A conclusão a que ele chega agora – que o aumento da estimulação fortalece a vida – parece tornar possível pensarmos que não apenas as atividades sexuais com fins de procriação, mas todas as atividades sexuais, possam ser consideradas como trabalhando em oposição à morte:

Imaginaríamos, então, que as pulsões de vida ou sexuais, ativas em cada célula, são as que tomam por objeto a outras células, neutralizando parcialmente suas pulsões de morte, a dizer, os processos provocados por estas últimas, e mantendo-as, desse modo, na vida (...) (FREUD, 1920a, p. 259; 1920b, p. 49).

A constatação de que o aumento da estimulação fortalece a vida está totalmente de acordo com a suposição de Freud de que o processo vital leva, por razões internas, à nivelação das tensões químicas. A pulsão de morte trabalharia no sentido da diminuição da excitação, e a pulsão de vida no sentido do seu acréscimo. Mas as pulsões sexuais não visariam em última instância uma descarga da excitação? O contato entre dois corpos não seria um objetivo intermediário da pulsão sexual, isto é, uma etapa intermediária do processo impelido por essa pulsão, cujo objetivo final seria a descarga da excitação? Freud não chega, no entanto, a levantar essas questões.

Permanece também em aberto a questão sobre a qual estado originário as pulsões de vida aspirariam retornar, pois os dados biológicos disponíveis não forneceriam uma resposta cabal para essa questão; fornecem, no entanto, a Freud uma pista para começar a esclarecê-la. Se as pulsões sexuais tivessem como finalidade primordial promover o contato entre dois corpos, o estado originário ao qual elas aspirariam regressar deveria ser um estado de fusão entre os mesmos.

Uma vez que esse estado deve ser tão originário quanto aquele aspirado pela pulsão de morte e que ambas as pulsões devem estar presentes desde o início da vida, a conclusão a que essas ideias conduzem é: a substância inanimada, ao tornar-se animada, se dividiu em várias partes, as quais desde então passaram a aspirar a reunir-se novamente.

Com a vida, teria surgido uma tendência para retornar ao inanimado – a pulsão de morte – e, ao mesmo tempo, uma tendência para retornar ao estado anterior de coesão e indiferenciação – a pulsão de vida. Esse é o caminho para o qual as hipóteses formuladas apontam, mas o problema é que não parece haver nada na biologia que forneça apoio para essa suposição. Diante dessa situação, Freud levanta a questão:

Aventuraremos, seguindo a indicação do filósofo poeta, a hipótese de que a substância viva foi desgarrada, a raiz de sua animação, em pequenas partículas que desde então aspiram a se reunir por meio das pulsões sexuais? E que estas pulsões, nas quais persiste a afinidade química da matéria inanimada, superam pouco a pouco, ao longo do reino dos protistas, as dificuldades que opõe a esta aspiração um meio carregado de estímulos que fazem perigar a vida, meio que obriga a formação de um estrato cortical protetor? Que estas partículas de substância viva dispersadas alcançam assim o estado pluricelular e finalmente transferem às células germinais, em concentração suprema, a pulsão à reunião? Este é, creio, o ponto em que devemos interromper (FREUD, 1920a, p. 267; 1920b, p. 57).

Haveria na filosofia – Freud cita a narrativa mítica que Platão faz Aristófanes desenvolver em *O banquete* – uma ideia que fornece exatamente aquilo que está sendo procurado, isto é, que deriva uma pulsão sexual da necessidade de restabelecer um estado anterior. Contudo, não há nenhuma espécie de apoio científico para essa hipótese. Freud, então, formula a questão acima, mas a deixa totalmente em aberto. Permanece sem resposta definitiva a pergunta a respeito de qual seria o estado originário ao qual as pulsões de vida aspirariam regressar.

Se a finalidade primária das pulsões de vida fosse retornar a um estado originário de fusão, então essa finalidade não poderia ser também a morte, uma vez que esse estado de fusão seria igualmente o estado inanimado? Em última instância, o estado originário aí visado não seria o estado de ausência de vida? O fato do contato entre dois corpos promover o aumento da estimulação, tendo como consequência o fortalecimento da vida, não seria uma consequência secundária e temporária? Nesse sentido, a pulsão sexual não seria também, ao fim e ao cabo, uma pulsão de morte? Durante todo o texto de Freud, ficamos com a impressão

de que, por mais que ele se esforce na direção contrária, parece difícil escapar à conclusão de que a morte estaria por trás de todos os fenômenos vitais.

4.1.8 PRIMEIRO *VERSUS* SEGUNDO DUALISMO PULSIONAL

De início, em *Além do princípio do prazer*, Freud coloca as pulsões de auto-conservação como incluindo-se entre as pulsões de morte. Haveria, então, uma oposição entre pulsão de auto-conservação e pulsão sexual: as primeiras serviriam à morte, e as segundas serviriam à vida. Mas os fatos relacionados ao narcisismo já haviam mostrado a dificuldade de se manter uma oposição e uma separação clara entre pulsões de auto-conservação e pulsões sexuais. Freud fora levado a perceber que o eu é o reservatório genuíno e originário da libido e que ele, portanto, faz parte do conjunto dos objetos sexuais, tornando necessário reconhecer que uma parte das pulsões do eu tenha que ser de natureza igualmente libidinal. Num segundo momento, em *Além do princípio do prazer*, no entanto, Freud corrige a hipótese inicial, segundo a qual as pulsões do eu seriam pulsões de morte:

Vemo-nos ainda mais obrigados a destacar o caráter libidinal das pulsões de auto-conservação agora que ousamos dar outro passo: discernir a pulsão sexual como o Eros que tudo conserva, e derivar a libido narcisista do eu a partir das quotas libidinais com que as células do soma aderem umas às outras. Pois bem, logo nos enfrentamos com o seguinte problema: Se também as pulsões de auto-conservação são de natureza libidinal, talvez não tenhamos outras pulsões além das libidinais (FREUD, 1920a, p. 261; 1920b, p. 51).

Se as pulsões de auto-conservação são pulsões libidinais, então que lugar restaria para as pulsões de morte? O dualismo pulsional deveria ser deixado de lado? Freud não aceita, de forma alguma, essa conclusão. Ele argumenta que deve ser mantida a hipótese de que haveria no interior do eu outras pulsões além das libidinais, mesmo que não seja possível indicá-las e sugere que talvez a agressividade possa ser considerada como uma manifestação da pulsão de morte, de forma que haveria, assim, uma oposição primordial entre amor e ódio. Essa hipótese de que a agressividade seria uma das manifestações das pulsões de morte apresenta uma série de complicações, entre outros motivos porque, como Freud mesmo reconhece, há também uma estreita relação entre a sexualidade e a agressividade. Mas não cabe entrar aqui nesta questão.

Atentemos para outro aspecto do problema: o conceito de narcisismo impôs a identificação, ao menos parcial, entre pulsões de auto-conservação e pulsões sexuais. Num primeiro momento, em *Além do princípio do prazer*, Freud argumenta que as pulsões de auto-conservação são também pulsões de morte. Na

verdade, desde o *Projeto...*, estava implícito que o desenvolvimento e a preservação do organismo eram consequência da dificuldade de se alcançar a eliminação da excitação endógena pela via reflexa. Portanto, o que produz a manutenção da vida teria tido sempre, como meta última, a eliminação total da tensão, e as pulsões de auto-conservação teriam que estar também a serviço da morte, ainda que de forma menos direta. A vida, como diz Freud, seria apenas um rodeio para a morte. Mas a oposição entre pulsões sexuais e pulsões auto-conservação não pôde ser mantida: essas últimas revelaram-se também como pulsões libidinais. Nesse contexto, temos dois fatores a considerar: por um lado, o fato de que as pulsões de auto-conservação sejam perfeitamente conciliáveis com a hipótese da pulsão de morte. Aliás, parece ser uma consequência necessária da hipótese de que haveria uma tendência primordial no organismo para a morte, a ideia de que a atividade das pulsões de auto-conservação apenas secundariamente acabaria conservando a vida. Dessa forma, o impulso que estaria por trás das pulsões de auto-conservação seria o impulso primordial para a morte. Por outro lado, contudo, tampouco é possível sustentar a oposição entre pulsões sexuais e pulsões de auto-conservação: ao menos uma parte destas últimas teria que ser também de natureza sexual. Diante disso, Freud deixa de lado a relação antes estabelecida entre pulsões de auto-conservação e pulsões de morte e propõe que as primeiras deveriam contar-se, ao contrário, entre as pulsões de vida.

Mas não há como esquecer a constatação de que as pulsões de auto-conservação parecem também, num certo sentido, estar a serviço da tendência para a morte. Não seria, então, legítima a conclusão de que ao menos uma parte das pulsões sexuais seria também passível de identificar-se com as pulsões de morte? Vemos, desde já, que a dualidade entre pulsões de vida e de morte de forma alguma é algo facilmente justificável. Freud, contudo, insiste nessa nova dualidade pulsional – que, na verdade, define-se num plano muito diferente da anterior – a despeito da dificuldade de encontrar justificativas suficientes para ela. Ao se perguntar se a hipótese da pulsão de morte não deveria ser descartada, ele responde:

Uma vez que discernimos como a tendência dominante da vida psíquica, e talvez da vida nervosa em geral, a de rebaixar, manter constante, suprimir a tensão interna de estímulo (o “princípio de Nirvana”, segundo a terminologia de Barbara Low [1920,73]), do qual é expressão o princípio do prazer, esse constitui um dos nossos mais fortes motivos para crer na existência de pulsões de morte (FREUD, 1920a, p. 264; 1920b, p. 54).

O conceito de pulsão de morte seguir-se-ia necessariamente da hipótese dessa tendência originária da vida psíquica, do princípio de Nirvana, tal como Freud

o denomina agora. Lembremos do que Freud afirmara quando propôs o princípio de inércia no *Projeto...*: ele dissera ali que as observações clínico-patológicas, em especial os fatos relacionados à histeria e às compulsões, haviam-lhe sugerido a concepção da excitação nervosa como quantidade em fluxo e, a partir dessa consideração, foi-lhe possível estabelecer o princípio de inércia como o princípio fundamental da atividade nervosa. Como argumentamos antes, a hipótese da pulsão de morte parece estar implicada na própria tendência originária do aparelho a descarregar a totalidade da excitação.

Se, conforme o que Freud sustenta no *Projeto...*, os fatos clínicos levaram à suposição dessa tendência fundamental do sistema nervoso para a inércia, então a noção de pulsão de morte também estaria ancorada em fatos clínicos. Haveria, portanto, justificativas empíricas para mantê-la, além das necessidades internas da teoria. As pulsões de vida, embora produzindo manifestações mais claras e visíveis, parecem mais difíceis de serem justificadas do que as pulsões de morte, tendo em vista os pressupostos conceituais com que Freud trabalha. A única coisa que parece seguramente estar em oposição à morte é a fusão das células germinativas, mas a suposição de que a tendência originária das pulsões sexuais seria a tendência à união entre dois corpos e de que só em um momento posterior essa tendência teria sido transferida para as células germinativas já parece obscurecer um pouco a oposição entre pulsões de vida e de morte. Freud reconhece que essa nova dualidade pulsional proposta não apresenta o mesmo grau de certeza que os passos anteriores do desenvolvimento de sua teoria sobre as pulsões. Ele afirma, com efeito, em *Além do princípio do prazer*:

Não desconheço que o terceiro passo da doutrina das pulsões, este que empreendo aqui, não pode reivindicar a mesma certeza que os dois anteriores, a saber, a ampliação do conceito de sexualidade e a tese do narcisismo (...) (FREUD, 1920a, p. 267; 1920b, p. 57).

No final do sexto capítulo, Freud observa:

(...) poder-se-ia perguntar: Para que desenvolver trabalhos como os apresentados nessa seção e por que, além disso, comunicá-los? Pois bem, é que não posso negar que algumas das analogias, enlaces e nexos apontados nele me pareceram dignos de consideração (FREUD, 1920a, p. 269; 1920b, p. 59).

Ele deixa claro, assim, que a hipótese do novo dualismo pulsional não apresenta o mesmo grau de certeza que os desenvolvimentos anteriores da teoria das pulsões, mas argumenta também que, apesar dessa incerteza e dos problemas que parecem envolver suas hipóteses, é ainda assim válido desenvolvê-

las e comunicá-las, pois elas apontam para algo digno de consideração. Voltaremos a comentar os problemas implicados pela hipótese do novo dualismo pulsional na conclusão do presente capítulo.

4.1.9 HAVERIA, DE FATO, UM ALÉM DO PRINCÍPIO DO PRAZER?

No último capítulo de *Além do princípio do prazer*, Freud retorna à questão da relação existente entre a compulsão à repetição e o princípio do prazer. Do fato de que alguns processos não estejam sob o domínio do princípio do prazer não se seguiria que eles se opusessem a esse princípio, insiste Freud. O funcionamento regido pela compulsão à repetição seria pré-condição para que o princípio do prazer passasse a imperar. Como a compulsão à repetição prepararia o terreno para o princípio do prazer, ela não se encontraria em oposição a esse princípio, mas, ao contrário, atuaria em seu favor. A ligação da quantidade, que surgiria como consequência da compulsão à repetição, seria uma função preparatória, destinada a acomodar a excitação para poder tramitá-la definitivamente no prazer da descarga.

O princípio do prazer, Freud argumenta em seguida, seria uma tendência que estaria a serviço de uma função: a de fazer com que o aparelho psíquico ficasse isento de excitação ou mantivesse o seu nível de excitação constante. Esse princípio estaria a serviço do que Freud chama agora de “Princípio de Nirvana”, o qual, tal como definido em *Além do princípio do prazer*, abarcaria tanto a tendência à inércia, quanto a tendência à constância, como deixa claro a seguinte afirmação já mencionada anteriormente: “discernimos como a tendência dominante da vida psíquica, e talvez da vida nervosa em geral, a de rebaixar, manter constante, suprimir a tensão nervosa interna de estímulo (o “Princípio de Nirvana, segundo a terminologia de Bárbara Low)” (FREUD, 1920a, p. 264; 1920b, p. 54).

Freud argumenta, no início do sétimo capítulo, que não é possível decidir-se por uma dessas duas versões, mas que “a função assim definida participaria da aspiração mais universal de todo o vivo a voltar atrás, até o repouso do mundo inorgânico” (FREUD, 1920a, p. 270; 1920b, p. 60). Então, o princípio do prazer seria uma tendência a serviço de uma função (o princípio de Nirvana), e essa função participaria da aspiração mais universal de todo ser vivo para regressar ao repouso do mundo inorgânico. Dessa forma, o princípio do prazer também estaria, em última análise, a serviço dessa última aspiração, ou seja, da pulsão de morte. Mais adiante, isso é enunciado explicitamente: “o princípio do prazer parece estar diretamente a serviço das pulsões de morte” (FREUD, 1920a, p. 271; 1920b, p. 61).

Antes, ao propor que houvesse um “além do princípio do prazer”, Freud ressaltara que esse “além” não se oporia ao princípio do prazer, mas, ao contrário, atuaria em seu favor. Quando Freud estabeleceu que o estado originário ao qual as

pulsões aspirariam regressar seria o estado inanimado e que, portanto, ao menos parte das pulsões teria que ser considerada como consistindo em pulsões de morte, já podíamos inferir dali que não haveria uma oposição efetiva entre a pulsão de morte e o princípio do prazer e que a compulsão à repetição atuaria, em última instância, a favor daquele princípio. Assim, podíamos inferir que, sob certo aspecto, a pulsão de morte tampouco se oporia a esse princípio, mas igualmente atuaria em seu favor. No entanto, na verdade, seria mais correto estabelecer a relação inversa entre essas noções, o que Freud faz na afirmação acima: o princípio do prazer estaria diretamente a serviço das pulsões de morte.

No fim do último capítulo, Freud se pergunta se as sensações de prazer e de desprazer poderiam ser produzidas tanto pelos processos em estado ligado quanto por aqueles que permanecem em estado livre. Ele responde que sim e que o processo primário seria capaz de produzir sensações muito mais intensas em ambos os sentidos. A partir disso, Freud extrai a seguinte conclusão:

(...) os processos primários são os mais prematuros no tempo; no início da vida psíquica não há outros, e podemos inferir que, se o princípio do prazer não atuasse já neles, nunca teria podido se estabelecer para os posteriores. Chegamos, assim, a um resultado no fundo nada simples: o afã de prazer se exterioriza no início da vida psíquica com maior intensidade do que mais tarde, mas não tão irrestritamente; se vê forçado a admitir frequentes rupturas. Em época de maior maturidade, o império do princípio do prazer está muito mais assegurado (...). (FREUD, 1920a, p. 271; 1920b, p. 61).

Nessa passagem, Freud está afirmando que o princípio do prazer já se manifesta nos processos primários, mas que apenas em um momento posterior – com o surgimento dos processos secundários – ele se tornaria o princípio dominante; no processo secundário, seu império estaria mais assegurado, pois nele seria possível inibir o surgimento de desprazer. No processo primário, o princípio do prazer não seria soberano, pois teria que admitir frequentes interrupções, como consequência da ação da compulsão à repetição. Então, tanto a compulsão à repetição quanto o princípio do prazer já se manifestariam no processo primário. Adiante será preciso que retomemos essa questão.

Assim, quando surge a vida, surgiriam as pulsões de vida e as de morte. Essas pulsões se manifestariam como uma compulsão à repetição. Mas, desde o início, estaria também presente uma tendência para evitar o desprazer e buscar o prazer. Se fosse possível identificar aumento da excitação e desprazer e sua diminuição e prazer, seria possível também identificar pulsão de morte e princípio do prazer. A tendência a anular toda a excitação seria, ao mesmo tempo, uma tendência para buscar o prazer. Mas apenas no *Projeto*... Freud havia estabelecido uma relação

assim simples entre as sensações de prazer e desprazer e a variação do nível de excitação. Em textos posteriores, como nas *Conferências de introdução à psicanálise* (1915-1916) e em *Além do princípio do prazer* (1920), ele admite que não parece ser possível estabelecer essa relação simples e, por diversas vezes, lamenta o fato de não possuir uma concepção satisfatória a respeito das sensações de prazer e desprazer. Os fenômenos do masoquismo, assim, como outras manifestações da sexualidade, colocam em questão a identificação entre prazer e diminuição do nível de excitação. Essa complexidade que parece envolver o surgimento das sensações de prazer e desprazer não permite, como Freud havia cogitado no *Projeto...*, identificar pura e simplesmente a tendência a anular toda a tensão, com a tendência a evitar o desprazer. De qualquer forma, o texto *Além do princípio do prazer* estabelece que o princípio do prazer, tal como este é pensado no capítulo 7 e nos artigos metapsicológicos, não é o princípio dominante desde os primórdios da atividade psíquica: ele não predominaria em absoluto nos processos primários. Esse texto estabelece também que a atração pela morte está por trás de toda atividade vital, desde o seu surgimento. Já a respeito da tendência para se manter vivo, apesar do enorme esforço despendido por Freud, não terminamos de ler o texto convencidos de que ela possa ser sustentado ou, ao menos, de que ela seja tão originária quanto a tendência para a morte. Parece não ser possível atribuir uma simetria e um caráter igualmente originário para as duas classes de pulsões.

Monzani (1989) argumenta que, com a introdução do conceito de pulsão de morte, Freud apenas explicita algo que, desde o *Projeto...* e ao longo de toda sua obra, esteve presente de forma implícita na teoria. Ao introduzir essa noção em *Além do princípio do prazer*, Freud estaria apenas acrescentando a essa interpretação que, ao introduzir a noção de compulsão à repetição, Freud tampouco está acrescentando uma hipótese totalmente nova à metapsicologia, mas sim retomando, numa nova roupagem, suposições antigas que haviam sido deixadas de lado do capítulo 7 em diante. Com isso não pretendemos sugerir, é claro, que *Além do princípio do prazer* apenas repita e explicita hipóteses que se encontravam presentes no *Projeto...* e em outros textos metapsicológicos, já na forma em que reaparecem aqui. Como nos adverte o próprio Monzani, vários conceitos novos são introduzidos, e a reformulação da teoria que Freud empreende nesse momento e que acaba culminando no texto de 1920 e em *O eu e o isso*, foi impulsionada, principalmente, por novas evidências obtidas e novas hipóteses formuladas ao longo desse período, entre elas, a teoria do narcisismo. Não pretendemos defender, portanto, que *Além do princípio do prazer* seja apenas uma recapitulação do *Projeto...*, mas talvez seja plausível pensarmos que a reformulação da teoria que se faz necessária e que Freud empreende nos anos 20 leva-o, em medida considerável, a retomar hipóteses iniciais, que já se encontravam presentes na época do *Projeto...*, mas que haviam sido deixadas de lado nas obras que se seguiram. De fato, a

metáfora do movimento espiralado usada por Monzani parece adequada para representar o movimento do pensamento freudiano, em particular quanto ao ponto aqui em discussão. Ao longo da teoria freudiana, como afirma esse autor, “as mesmas questões são abordadas, ‘esquecidas’, retomadas, mas não no mesmo nível em que estavam sendo tratadas anteriormente (MONZANI, 1989, p. 303).

4.2 A EXPANSÃO DO CONCEITO DE INCONSCIENTE EM *O EU E O ISSO*

Freud começa seu livro *O eu e o isso* retomando o que ele considera ser a premissa básica da psicanálise: a diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente. Mais uma vez, ele afirma que a psicanálise chegou ao conceito de inconsciente a partir da observação das patologias psíquicas e que a suposição do psíquico inconsciente é a única coisa que permite submeter à abordagem científica esses processos patológicos. Ele retoma, então, a concepção de inconsciente com a qual vinha trabalhando até então, com o objetivo, como veremos adiante, de expor seus limites e de justificar a necessidade de repensá-la.

Segundo essa concepção, as representações permanecem inconscientes, porque alguma força as impede de tornarem-se conscientes: haveria uma contra-ocupação, como Freud esclarecera nos artigos metapsicológicos de 1915, bloqueando o acesso à consciência dessas representações. Tanto no caso das representações desde a origem inconscientes, quanto no caso daquelas que foram alvo da “repressão propriamente dita”, o que manteria as representações sem acesso ao Prcc e ao Cc seria a presença e a ação dessa contra-ocupação. O inconsciente reprimido – isto é, o sistema lcc, que seria constituído pelo reprimido primordial e pelo reprimido propriamente dito – consistiria numa classe de processos inconscientes: aquela cujas representações permanecessem insuscetíveis de se tornarem conscientes. Haveria ainda outra classe de processos inconscientes: aquela formada pelas representações suscetíveis de consciência, que corresponderia ao sistema Prcc. Os sistemas lcc e Prcc, como ficara claro já no capítulo 7, corresponderiam a dois tipos de processos: o primário e o secundário, respectivamente. Em 1915, Freud esclarecera que a sobre-ocupação produzida pela representação-palavra é que seria responsável pelo estabelecimento do processo secundário.

Até esse momento, Freud havia dividido o aparelho psíquico em lcc, Prcc e Cc. Esse esquema – que foi chamado de primeira tópica – será modificado em *O eu e o isso*. Mas, como argumentaremos, não se trata propriamente da substituição de uma tópica pela outra, mas sim da superposição de novas instâncias sobre as antigas e da expansão do campo do psíquico “insuscetível de consciência”. Ainda na primeira parte de *O eu e o isso*, Freud afirma que a diferenciação do aparelho em lcc, Prcc e Cc revelou-se insuficiente na prática. Os fatos mais significativos que atestaram essa insuficiência foram os relacionados ao “eu”. Ao comentarmos os artigos metapsicológicos de 1915, observamos como o eu não se encaixava

em nenhum dos sistemas psíquicos até então descritos. Suas funções pareciam estar distribuídas entre todas as três instâncias. Essa dificuldade de encaixá-lo no modelo da primeira tópica é, segundo o que diz Freud, umas das evidências mais importantes a respeito da insuficiência da divisão do aparelho em Icc, Prcc e Cc.

O sistema pré-consciente sempre fora pensado como a instância que governaria o acesso à motricidade e a instância da qual dependeria o acesso à consciência. A função da repressão também havia sido pensada como sendo exercida pelo Prcc. Segundo as ideias até então apresentadas, a repressão consistiria, primeiro, na retirada da ocupação pré-consciente de uma representação; essa ocupação retirada dirigir-se-ia para outra representação, o que atuaria como uma contra-ocupação para a representação que perdeu sua ocupação. Tanto o ato da repressão como a manutenção do reprimido – que se manifestaria como “resistência” no trabalho clínico – seriam processos pré-conscientes. Na primeira tópica, portanto, os mecanismos da repressão e da resistência eram pensados como dizendo respeito à relação entre o sistema inconsciente e o sistema pré-consciente. Esses mecanismos seriam funções pré-conscientes que, de certa forma, constituiriam o sistema inconsciente.

Mas, agora, Freud reconhece que tem que haver algo de errado nessas suposições, pois a repressão e a resistência devem ser reconhecidas, em si mesmas, como processos que ocorrem de forma inconsciente. Trata-se, diz ele, de processos que são inconscientes da mesma forma como o é o reprimido, vale dizer, que mobilizam afetos intensos sem se tornarem conscientes e que só se tornam conscientes se realizado certo esforço. Em suma, trata-se de processos capazes de exercer efeitos na consciência, muito embora sejam em si mesmos insuscetíveis de consciência. Com isso, coloca-se, de imediato, um problema: algumas das funções atribuídas ao Prcc são insuscetíveis de consciência, logo haveria, no âmbito do próprio Prcc, um inconsciente igualmente insuscetível de se tornar consciente. Esse fato representa realmente uma grande novidade na teoria?

Em certo sentido, não. Desde o capítulo 7, está pressuposto que haja representações no Prcc que não podem se tornar conscientes. Lembremos que Freud propusera, nesse texto, que haveria uma censura entre os sistemas Prcc e Cc, embora ele não especificasse em que essa censura consistiria especificamente, nem que tipo de representação seria barrado por ela. Ele afirma apenas que as excitações pré-conscientes só poderiam alcançar a consciência se superada a censura que haveria entre os dois sistemas. Nos artigos metapsicológicos, Freud retoma a hipótese de que haveria uma censura atuando entre esses sistemas e esclarece que seria o setor do Prcc constituído por derivados do reprimido primordial que estaria submetido a essa censura. Embora esse setor do pré-consciente submetido à censura não fosse apontado como o responsável pelas funções da repressão e da resistência, já estava presente ali a ideia de que haveria algo “insuscetível

de consciência” no Prcc, o que já naquele momento causava dificuldades para a identificação pura e simples desse sistema com o setor psíquico suscetível de consciência, tal como é mais ou menos oficialmente estabelecido por Freud nessa ocasião. Se há representações pré-conscientes que são barradas por uma censura e que, portanto, permanecem sem acesso à consciência, isso implica na suposição de representações pré-conscientes “insuscetíveis de se tornarem conscientes”, mesmo que por razões diversas das representações do sistema inconsciente.

Mas, se a repressão e a sua manutenção, que sempre foram funções atribuídas ao Prcc, ocorrem de maneira inconsciente – e não parece ser o caso de atribuir essa inconsciência à ação de uma censura entre Prcc e Cc, uma vez que seriam os derivados do reprimido que estariam submetidos a ela – então, torna-se problemático considerá-las funções pré-conscientes. Um dos dois sistemas – o Prcc ou o lcc – deve ser repensado para dar solução a esse impasse. A teoria do aparelho psíquico desenvolvida entre 1900 e 1915 pressupõe que a manutenção do inconsciente – isto é, a contra-ocupação que mantém as representações que o constituem sem acesso ao Prcc e ao Cc – se deva à mesma força responsável pela repressão. Assim, se a repressão fosse uma função do sistema inconsciente, este teria que ser pensado como englobando não só as representações sob ação da contra-ocupação, mas também a própria contra-ocupação. Em outras palavras, o sistema lcc teria que ser expandido para englobar, além do reprimido primordial e do reprimido propriamente dito, a própria função da repressão e aquela que se manifesta como resistência. Esse problema que, na verdade, já poderia ser colocado mesmo na ausência da referência ao eu, só é levantado por Freud em 1923, quando sua preocupação se torna inserir novamente essa instância no esquema do aparelho psíquico.

No *Projeto...*, o conceito de “eu” estava definido de maneira bastante precisa. O sistema ψ do núcleo corresponderia à parte constante do eu e ψ do manto à sua parte variável, segundo o que propõe Freud ali. Na *Carta 52* e no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, o eu não é mais explicitamente mencionado ou incluído na arquitetura do aparelho, e a relação entre os sistemas que comporiam este último e a excitação somática não é representada no esquema da primeira tópica, embora esteja implícito que precisa haver uma conexão entre o sistema inconsciente e o interior do corpo, nem que seja para dar sentido à própria origem do desejo. É comum a ideia de que o eu corresponde ao sistema pré-consciente na primeira tópica, mas Freud não estabelece em momento algum essa identificação e, de qualquer maneira, ela seria muito difícil de ser mantida.

Quando o eu reaparece nos artigos metapsicológicos, Freud atribui a ele algumas das funções do Prcc, como, por exemplo, a função de atenção e o exame de realidade. Em *O eu e o isso*, outras das funções pré-conscientes são-lhe atribuídas, como o acesso à motricidade, o controle do acesso à consciência e a repressão.

Na verdade, sempre esteve implícito que o eu seria o responsável pela repressão, pois o conflito psíquico que desembocaria na repressão sempre fora pensado como ocorrendo entre as pulsões egóicas e as pulsões sexuais. O fato de o eu ser responsável pela repressão e desta última ocorrer de forma inconsciente implicava que ele não pudesse ser totalmente identificado ao Prcc; portanto, ele teria que estar distribuído entre o lcc e o Prcc, se fosse mantido o esquema da primeira tópica. Mas, além disso, o sistema lcc teria que ser ampliado para abarcar não só o reprimido, mas também a própria repressão, como acabamos de comentar. Qual é a solução encontrada por Freud? Ele, de forma até certo ponto surpreendente, deixa de lado a ideia do inconsciente enquanto sistema; o termo inconsciente passa a ser usado para designar apenas o que é insuscetível de consciência, e este último passa a abarcar bem mais do que o reprimido. Na sua acepção sistemática, inconsciente significava um tipo particular de processo – o processo primário – com características distintas do psíquico suscetível de consciência, como vimos. Agora, essa parte correspondente ao processo primário, que antes era o sistema lcc, passa a corresponder à instância do *Isso*, e o campo do insuscetível de consciência, por sua vez, deixa de se restringir apenas aos processos psíquicos primários.

Com essas modificações introduzidas em *O eu e o isso*, Freud dá um grande passo adiante em sua teorização sobre o psiquismo inconsciente. Recapitulemos, então, brevemente, os passos seguidos na evolução desta teoria.

4.2.1 UM NOVO ELO NA CONCEPÇÃO DO INCONSCIENTE

Primeiramente, a partir da investigação da histeria, assim como da observação do fenômeno da sugestão pós-hipnótica, Freud concluíra que haveria processos psíquicos inconscientes e insuscetíveis de consciência e, entretanto, ativos e capazes de influenciar a atividade psíquica consciente. Em 1912, no artigo *Nota sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*, ele afirma que sua primeira descoberta teria sido a existência de um “inconsciente dinâmico”. Em seguida, após o abandono do uso terapêutico da hipnose, Freud teria percebido que essa parte da vida psíquica insuscetível de se tornar consciente teria sido, ao menos em parte, alvo de um mecanismo de defesa – isto é, da repressão – e que a mesma força que reprime continuaria exercendo uma pressão contínua para impedir o retorno do reprimido à consciência. Quando Freud começou a analisar os sonhos, outra característica do psíquico inconsciente pôde ser percebida: o setor do psíquico que permanece insuscetível de consciência possuiria propriedades peculiares, distintas daquelas da parte do psíquico suscetível de consciência.

Tratar-se-ia, então, de um processo psíquico diferente, que Freud chamou de processo primário. As características do processo primário tornavam compreensíveis tanto as singularidades do sonho quanto as dos sintomas neuróticos. Freud

acrescentou, então, em sua teoria, a ideia de sistema inconsciente. Haveria um sistema psíquico inconsciente – que corresponderia ao processo primário – cujas representações, no funcionamento normal, além de permanecerem insuscetíveis de consciência, seriam regidas por leis diferentes daquelas que regem o psíquico suscetível de se tornar consciente. A essa última parte do psíquico Freud passou a chamar de Prcc ou, mais rigorosamente, processo secundário. Essa separação do psíquico em uma parte suscetível e outra insuscetível de consciência, contudo, sempre teve algo que não se encaixava muito bem na teoria, pois, como comentamos há pouco, desde o capítulo 7 Freud supunha que alguns dos componentes do Prcc seriam “barrados por certa censura” e teriam o seu acesso à consciência impedido. Nos artigos metapsicológicos de 1915, ele explicitou algo que há muito estava implícito: permanecem insuscetíveis de se tornarem conscientes aqueles processos que não possuam vínculos com representações-palavra. Ficou claro, então, o porquê de uma representação não poder se tornar consciente quando ela não possui vínculos com as palavras, isto é, quando ela não está incorporada no processo secundário; mas, em compensação, permaneceu sem explicação o porquê de algumas representações, mesmo inseridas no processo secundário, não poderem alcançar a consciência, ou seja, permaneceu sem explicação o fato de alguns processos pré-conscientes serem barrados por uma segunda censura.

A noção de inconsciente “dinâmico”, tal como Freud a expôs em 1912, já estava formulada no *Projeto de uma psicologia*. Na *Carta 52* e no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud introduziu a ideia de inconsciente no sentido sistemático. Em *Além do princípio do prazer*, ele esclarece algo mais: o processo primário, que constitui o sistema lcc, seria regido, ao menos em parte, por um princípio que antecede o princípio do prazer, tal como este havia sido pensado desde *A interpretação dos sonhos*. Em *O eu e o isso*, mais um passo é dado no desenvolvimento do conceito de inconsciente: Freud reconhece que a parte do psíquico inconsciente e insuscetível de consciência não se restringe àquela parte correspondente ao sistema lcc da primeira tópica, isto é, não se restringe ao processo primário. Haveria mais coisas insuscetíveis de consciência no psíquico do que o conjunto formado pelo reprimido primordial e pelo reprimido propriamente dito; não seria só a parte do aparelho regida pelo processo primário que permaneceria insuscetível de se tornar consciente. Diante disso, a divisão do aparelho em lcc, Prcc e Cc tem que ser abandonada. O conceito de inconsciente sistemático e também o de conceito de um sistema pré-consciente têm que ser descartados.

Em *O eu e o isso*, a parte do psíquico insuscetível de consciência torna-se mais ampla do que aquela regida pelo processo primário, e a parte do psíquico suscetível de se tornar consciente torna-se mais restrita do que aquela regida pelo processo secundário. Na primeira tópica, esses domínios eram co-extensivos entre si; o Prcc (ou o processo secundário) correspondia ao suscetível, e o lcc (ou o

processo primário) ao psíquico insuscetível de se tornar consciente. Em 1923, no entanto, o processo primário deixa de corresponder a todo o psíquico insuscetível de consciência: esse é o novo elo no desenvolvimento do conceito de inconsciente que está presente no texto em questão. Se pensarmos na primeira tópica em sua relação com a segunda, tudo se passa como se o processo primário – que antes correspondia ao sistema inconsciente – se convertesse no Isso, e seu vínculo com o pulsional fosse explicitado, enquanto que o processo secundário – que correspondia ao Prcc – passaria a corresponder ao Eu e ao Supereu. A diferença principal é a desvinculação entre o processo secundário e a suscetibilidade de consciência. Portanto, trata-se, como dissemos, da superposição das novas instâncias às antigas e da expansão do campo do psíquico insuscetível de consciência.

A distinção no aparelho entre uma parte inconsciente e uma parte pré-consciente passa a dizer respeito apenas ao que é insuscetível e ao que é suscetível de consciência, e apenas o sentido “dinâmico” de inconsciente, tal como Freud o formulara em 1912, é mantido, sendo o sentido sistemático abandonado. Ainda na primeira parte de *O eu e o isso*, Freud anuncia a novidade:

Reconhecemos que o lcc não coincide com o reprimido; continua sendo correto que todo reprimido é icc, mas nem todo lcc é, por sê-lo, reprimido. Também uma parte do eu, Deus sabe quão importante, pode ser icc, é seguramente icc. E este lcc do eu não é latente no sentido do Prcc, pois se assim fosse não poderia ser ativado sem se tornar consciente, e o torná-lo consciente não encontraria dificuldades tão grandes. Visto que nos vemos constrangidos a estabelecer um terceiro lcc, não reprimido, devemos admitir que o caráter da inconsciência perde significação para nós. Passa a ser uma qualidade multívoca, que não permite as amplas e excludentes conclusões a que havíamos querido aplicá-la (FREUD, 1923a, p. 287; 1923b, p. 19-20).

Em *O eu e o isso*, portanto, os termos “inconsciente” e “pré-consciente” deixam de designar lugares ou tipos de processos, e passam a designar apenas qualidades psíquicas, ou seja, suscetibilidade ou não de consciência. Por “inconsciente” designa-se o psíquico insuscetível de consciência: ativo, capaz de agir sobre a consciência, porém incapaz de se tornar consciente. Por “pré-consciente”, designa-se o suscetível de consciência: aquela parte do psíquico que não poderia ser ativada sem se tornar consciente, como diz Freud na passagem acima. Como veremos adiante, no *Esboço de psicanálise* (1938), esse uso dos termos inconsciente e pré-consciente será novamente modificado.

4.2.2 A NOVA ESTRUTURA DO APARELHO

A divisão do aparelho em sistema inconsciente, pré-consciente e consciente dá lugar, em 1923, à divisão entre Isso, Eu e Supereu. O Isso seria insuscetível de consciência, e o Eu e o Supereu seriam ambos, em parte, suscetíveis e, em parte, insuscetíveis de se tornarem conscientes. Já no capítulo 7, Freud havia deixado claro que a representação “tópica” era uma representação auxiliar, utilizada por razões didáticas e que, na verdade, os sistemas Icc e Prcc corresponderiam a dois tipos de processos distintos: o primário e o secundário. Essa diferenciação não seria originária, mas surgiria com a constituição das representações-palavra, hipótese esta que só é plenamente explicitada por Freud em 1915. O processo secundário se sobreporia ao processo primário e, no funcionamento psíquico normal de vigília, este último permaneceria sem acesso à consciência. Continua havendo alguma espécie de relação entre as três novas instâncias e os processos primário e secundário?

A instância Isso assume o lugar do sistema Icc da primeira tópica, mas agora seu caráter pulsional e sua relação com o somático é enfaticamente explicitada. Assim como o ψ do núcleo do *Projeto...*, o Isso seria o pólo pulsional do aparelho, pois estaria em contato direto com as excitações endógenas. O Isso corresponderia, pois, ao processo primário. Na 31a. das *Novas conferências de introdução à psicanálise* (1933), Freud atribui a essa instância exatamente as mesmas características atribuídas ao sistema inconsciente na primeira tópica (inclusive, surpreendentemente, a regulação exclusiva pelo princípio do prazer, questão à qual retornaremos adiante). Também nessas *Novas conferências...*, Freud afirma que mesmo as partes insuscetíveis de consciência do Eu e do Supereu não são “primitivas e irracionais” como o Isso. Dessa afirmação talvez possamos inferir que mesmo a parte insuscetível de consciência do Eu e do Supereu correspondam ao processo secundário. Ao menos temos certeza de que não se trata de processo primário. Contudo, Freud deixa totalmente sem explicação o porquê dessas partes do Eu e do Supereu permanecerem sem acesso à consciência: apesar de consistirem em processos secundários, elas permaneceriam insuscetíveis de consciência, sem que uma razão clara para isso seja apresentada.

Podemos formular, no entanto, a conjectura de que o processo secundário volta a ser pensado de maneira semelhante a como era pensado no *Projeto...*, isto é, que estaria sendo deixada de lado a hipótese, explicitada nos artigos metapsicológicos de 1915, de que o processo secundário seria instituído pelas palavras. No *Projeto...*, o estabelecimento do processo secundário precedia a constituição das representações-palavra. O processo primário, devido ao fato de conduzir a um aumento de desprazer – portanto, devido à regra biológica da defesa primária –, seria inibido, instituindo-se, assim, o processo secundário.

O estabelecimento deste último seria, assim, independente da constituição das palavras e não implicaria no surgimento de um campo do psíquico que seria suscetível de consciência.

Dessa forma, tendo em vista as hipóteses do *Projeto...*, podemos pensar que, de início, o processo secundário permaneceria insuscetível de consciência e que, num segundo momento, com a constituição das representações-palavra, uma parcela do processo secundário tornar-se-ia suscetível de consciência. Com isso, a ideia de que, embora o Eu e o Supereu correspondessem a processos secundários, parte de seus processos permaneceriam insuscetíveis de consciência, se tornaria mais compreensível. Freud, porém, não formula explicitamente essas considerações: ele não esclarece o que tornaria parte do Eu e do Supereu insuscetível de consciência.

A hipótese de Freud de que o Eu seria uma parte do Isso diferenciada devido ao contato com a realidade nos permite pensar que a relação entre Isso e Eu talvez possa ser considerada de forma semelhante à que havia entre o sistema inconsciente e o pré-consciente: o Eu emergiria a partir do Isso – assim como, anteriormente, o Prcc do lcc – e esse processo se deveria à necessidade de passar a levar em consideração as exigências do mundo externo. Desde o *Projeto...*, Freud trabalha com a hipótese de que o processo primário deveria ser ao menos parcialmente inibido para que o organismo pudesse sobreviver. Por ignorar o mundo externo, o funcionamento primário conduziria a um aumento de desprazer e, como consequência da sua desadaptação, ele teria que ser inibido e dar lugar ao processo secundário. Essa hipótese de que o Eu seria uma parte do Isso que se teria diferenciado devido ao contato com os estímulos do mundo externo sugere que as hipóteses jacksonianas continuam presentes na teoria: assim como, na primeira tópica, o Prcc emergiria a partir do lcc e, em certo momento, passaria a predominar sobre este, na segunda tópica, o Eu emergiria a partir do Isso e passaria, então, a predominar no funcionamento psíquico normal.

O reprimido, segundo Freud, consistiria em um setor do Isso. Esse reprimido que é representado no esquema como um setor do Isso é o que ele chama de reprimido propriamente dito, isto é, aqueles conteúdos que foram excluídos do processo secundário; no restante do Isso, estaria, então, o reprimido primordial. Em 1923, Freud reconhece a possibilidade de o aparelho conter memórias hereditárias – hipótese esta que já havia sido mencionado em textos anteriores – as quais teriam sido vivências do eu que, por terem se repetido com frequência e também devido a sua intensidade, teriam sido transpostas em impressões no Isso e passado a ser transmitidas por herança:

As vivências do eu parecem no início perderem-se para a herança, mas, se são repetidas com a suficiente frequência e intensidade em muitos indivíduos que se seguem uns aos

outros na sucessão das gerações, se transpõem, por assim dizer, em vivências do Isso, cujas impressões são conservadas por herança. Desse modo, o Isso hereditário abriga em seu interior os restos de inumeráveis existências do eu (...) (FREUD, 1923a, p. 305; 1923b, p. 39).

Parte do Isso – e, portanto, parte dos conteúdos psíquicos insuscetíveis de consciência – seria assim constituída por memórias herdadas. Talvez essas memórias herdadas correspondam parcialmente ao reprimido primordial de que Freud falara em 1915. Não entraremos aqui na questão da relação do Supereu com as demais instâncias, pois isso nos distanciaria dos temas focalizados por esse trabalho. Passaremos, portanto, agora, para a consideração da questão da consciência nesse novo contexto.

4.2.3 REPRESENTAÇÃO E CONSCIÊNCIA NA SEGUNDA TÓPICA FREUDIANA

Nos artigos metapsicológicos (1915-17), de início, Freud não se referia à consciência como um sistema independente; apenas no Complemento metapsicológico à doutrina dos sonhos (1917), os sistemas consciente e pré-consciente passaram a ser, de fato, diferenciados. Mas, ao estabelecer essa diferenciação, Freud passa a falar em um sistema P-Cc. Em uma nota agregada, em 1919, ao capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud também propõe essa união entre as duas extremidades do aparelho (P e Cc). Observamos, ao comentar essas passagens, que não fica claro se ele está propondo que ambos são um único sistema ou se P e Cc estariam apenas conectados. No capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, a percepção e a consciência haviam sido situadas em extremos opostos do aparelho. Essa diferenciação entre um sistema responsável pela percepção e outro responsável pela consciência já estava presente no *Projeto...*, onde o sistema ϕ recebia a excitação exógena, que atravessaria o sistema de memória ψ , para só se tornar consciente em ω . Portanto, no *Projeto...*, assim como no capítulo 7, o processo de constituição da representação precederia o “tornar-se consciente”. Quando, nos artigos metapsicológicos, Freud passa a não mais diferenciar entre P e Cc, isso não implica, de imediato, que a relação entre a representação e a consciência teria passado a ser pensada de forma diferente, pois a união das duas extremidades do aparelho, se P e Cc tivessem sido mantidos como dois sistemas distintos, não implicaria necessariamente que toda percepção – isto é, toda recepção de quantidade exógena – se tornasse consciente imediatamente. Nos artigos metapsicológicos, Freud afirma duas coisas distintas a respeito do percurso que seria seguido pela excitação, como comentamos anteriormente: ora ele fala como se esse percurso fosse o mesmo do esquema do capítulo 7, ora ele fala como se o caminho percorrido pela excitação exógena fosse o oposto. Então,

de fato, essa questão fica em aberto nos artigos de 1915. Mas, de qualquer maneira, parece evidente que Freud está repensando suas hipóteses a esse respeito. A relação entre a representação e a consciência permanece aí, no entanto, bastante indefinida.

Em *Além do princípio do prazer*, esse problema ganha maior definição: Freud continua falando em um sistema P-Cc e parece abandonar definitivamente a ideia de que a excitação oriunda do mundo externo incidiria sobre o lcc, passaria pelo Prcc e, só então, chegaria ao sistema consciente. Os sistemas P e Cc, de fato, deixam de ser diferenciados: tratar-se-ia de um único sistema que receberia a excitação exógena diretamente.³² Freud formula a hipótese de que o fato desse sistema permanecer sempre igualmente receptivo – isto é, dele não ser modificado pela excitação que o percorre – talvez decorra justamente da sua localização, isto é, do fato dele estar em contato direto com a excitação proveniente do mundo externo:

O sistema Cc se singularizaria, então, pela particularidade de que nele, diferentemente do que ocorre em todos os outros sistemas psíquicos, o processo de excitação não deixa atrás de si uma alteração permanente de seus elementos, mas se esgota, por assim dizer, no fenômeno do tornar-se consciente. Semelhante desvio da regra geral deve ser explicado por um fator que seja exclusivo deste sistema; bem, esse fator, que falta a todos os outros sistemas, poderia ser a situação do sistema Cc que acabamos de expor: seu choque direto com o mundo exterior (FREUD, 1920a, p. 235; 1920b, p. 25).

Freud propõe, então, que a excitação exógena se choque primeiro com o sistema Cc; depois, ela seguiria para os sistemas de memória. Ele afirma que, no sistema Cc, o processo excitatório se tornaria consciente, mas não deixaria como seqüela traços permanentes, os quais se formariam somente nos sistemas de memória contíguos. A permeabilidade que caracterizaria a consciência é uma hipótese antiga na teoria; a novidade que aparece nesse momento é o fato de primeiro algo se tornar consciente e depois vir a ser representado.

Freud tenta relacionar a permeabilidade que caracterizaria a consciência com sua localização, isto é, com o fato do sistema por ela responsável ser atingido diretamente pelas excitações do mundo externo. Ele formula, então, algumas hipóteses a respeito de como um sistema desse tipo poderia ter-se constituído. Apoiando-se no conhecimento da embriologia de que o sistema nervoso central teria provindo da ectoderme, ele passa a especular a respeito da origem do sistema consciente. Um organismo vivo primitivo, que consistisse numa vesícula

32 Na carta 39 a Fliess, Freud havia proposto um esquema semelhante, no qual a percepção e a consciência estavam ligadas e precederiam ambas o sistema de memória.

indiferenciada de substância estimulável, com a recepção contínua de estimulação acabaria tendo sua superfície externa diferenciada, até um ponto em que não pudessem ocorrer mais modificações, de forma que essa superfície acabaria se tornando totalmente permeável à excitação. Dessa forma, teriam sido criadas as condições para que surgisse a consciência:

Dessa forma, ao final do processo, haveria se formado um córtex tão crivado pela ação dos estímulos, que ofereceria as condições mais favoráveis para a recepção destes e já não seria suscetível de posterior modificação. Transpondo ao sistema Cc, isso significaria que a passagem da excitação já não poderia imprimir nenhuma alteração permanente em seus elementos. Eles estariam modificados ao máximo no sentido deste efeito, ficando então habilitados para gerar consciência (FREUD, 1920a, p. 236; 1920b, p. 26).

A camada mais externa poderia, mesmo, ter-se tornado inorgânica ou quase inorgânica, passando a funcionar, então, como uma superfície protetora, que barraria ao menos parte dos estímulos. Com isso, ter-se-ia se estabelecido uma camada mais externa, que filtraria a estimulação, e uma camada imediatamente contígua, totalmente permeável aos estímulos. Os processos dos estratos mais profundos da vesícula passariam, com isso, a transcorrer de maneira diferente; neles, os estímulos deixariam atrás de si modificações permanentes. Freud retoma, pois, em *Além do princípio do prazer*, praticamente as mesmas hipóteses do *Projeto...*, para explicar em que consistiriam essas modificações permanentes:

Em que consistiu essa modificação da substância e do processo excitatório que decorre dentro dela? (...) Uma suposição possível seria que, em seu avanço de um elemento ao outro, a excitação tem que vencer certa resistência e, justamente, a redução desta cria o traço permanente da excitação (facilitação); poder-se-ia pensar, então, que no sistema Cc já não subsiste nenhuma resistência de passagem dessa índole entre um elemento e outro (FREUD, 1920a, p. 236; 1920b, p. 26).

Nos organismos superiores, especula Freud, o estrato cortical receptor de estímulos da antiga vesícula teria sido internalizado no corpo e deixado atrás de si, na superfície, os órgãos sensoriais. Na segunda sessão de *O eu e o isso*, Freud retoma essa hipótese, já apresentada em *Além do princípio do prazer*, de que a consciência estaria na superfície do aparelho psíquico: sobre ela incidiriam diretamente os estímulos provenientes do mundo externo. Mas, além das percepções externas, as sensações e os sentimentos – isto é, os processos que se originam no interior do corpo – também se tornariam conscientes. A consciência dos estímulos externos,

assim como aquela das sensações provenientes do interior do corpo, seria, de certa forma, “imediate”, ou seja, não dependeria da intermediação de outros fatores. Mas e o pensamento? Como sabemos, a resposta de Freud, desde o *Projeto...*, é que o pensamento se torna consciente por intermediação das palavras. Freud torna a retomar, em 1923, essa hipótese, mas agora ele admite que o pensamento com palavras não é a única forma de pensamento consciente; há pensamentos que se tornam conscientes a partir apenas da ativação de imagens visuais.

A seguinte questão é levantada: são os pensamentos que vêm à superfície, consumando-se em algum lugar do interior do aparelho com deslocamentos de energia psíquica, que fazem nascer a consciência ou é a consciência que, de alguma maneira, vai até eles? Em outras palavras, para se tornar consciente, o processo de pensamento deve-se dirigir à superfície onde se localiza a consciência ou seria essa superfície que iria até o processo de pensamento? A resposta de Freud é: nem uma coisa, nem outra e, então, ele retoma as hipóteses que haviam sido explicitadas nos artigos metapsicológicos de 1915. Para algo se tornar pré-consciente – lembremos que, agora, isso quer dizer apenas “susceptível de consciência” – é preciso que adquira uma conexão com representações-palavra. Nesse sentido, a diferença entre um processo susceptível e um insusceptível de consciência é que o primeiro está associado a representações-palavra, e o segundo não. Mas como as palavras poderiam fazer surgir a consciência?

Lembremos que, no *Projeto...*, Freud havia formulado a hipótese de que as associações linguísticas possibilitariam a consciência de uma representação devido às suas imagens de movimentos: estas, ao serem ativadas, como acontece com qualquer movimento, produziriam percepções e fariam surgir signos de qualidade. No capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud retomara a hipótese de que as palavras tornariam os processos pré-conscientes susceptíveis de consciência, mas ele não reafirma a ideia de que seria especificamente a imagem de movimento contida na representação de palavra o que tornaria possível o surgimento da consciência. Nos artigos de 1915, por sua vez, ele afirmou que a palavra produziria consciência ao ser transposta em percepção. Então, após o *Projeto...*, ele não mais atrela a possibilidade de consciência à imagem de movimento em especial. Em *O eu e o isso*, ele volta a dizer que a palavra faria surgir a consciência ao ser transposta em percepção. Mas, nesse momento, Freud expande sua concepção a respeito da possibilidade de consciência do pensamento. Tudo aquilo que um dia foi percepção, diz ele, pode tornar-se novamente consciente:

Essas representações-palavra são restos mnêmicos; uma vez foram percepções e, como todos os restos mnêmicos, podem se tornar de novo conscientes (...); com exceção dos sentimentos, o que a partir de dentro quer se tornar consciente tem que tentar

se transpor em percepções exteriores. Isto se torna possível por meio dos traços mnêmicos (FREUD, 1923a, p. 289; 1923b, p. 22).

O pensamento não dependeria mais, então, exclusivamente das representações-palavra para tornar-se consciente: haveria processos de pensamento que se tornariam conscientes a partir da reativação de imagens visuais, por exemplo. Esse pensamento visual, característico do sonho, é um tipo de pensamento mais arcaico, tanto ontogenética, quanto filogeneticamente. Trata-se, diz Freud, “de um tornar-se consciente muito imperfeito”. Desde o *Projeto...*, como vimos, Freud supunha que a rememoração comum – isto é, aquela que não assumisse a forma alucinatória – só seria possível por meio das palavras. Agora, ele admite que há também rememorações que consistem em ativações de imagens visuais e afirma que a diferença entre esse tipo de rememoração e a alucinação se deve apenas à diferença na intensidade do processo. A consciência dependeria de que um traço mnêmico fosse transposto em percepção, o que parece consistir em uma ocupação regressiva dos sistemas de memória até o sistema responsável pela consciência. Uma regressão desse tipo, dependendo da sua intensidade menor ou maior, teria como consequência uma simples rememoração ou uma alucinação. Entre a alucinação e a simples rememoração, haveria apenas uma diferença de intensidade, não de natureza. Essa hipótese que, na verdade, já se insinuava desde o capítulo 7 – Freud sugere que a rememoração consistiria em um processo regressivo – é apresentada da forma mais explícita em *O eu e o isso*.

Embora o pensar com palavras não seja a única forma de pensamento consciente, ele seria uma forma de pensamento mais evoluída: as palavras permitiriam que o pensamento se libertasse das imagens concretas. No *Projeto...*, Freud afirmara que o pensamento, na origem, consistiria na reativação de imagens de movimento; inicialmente, pensar seria, de alguma forma, mover-se ou esboçar movimentos. A partir de um determinado momento, o pensamento se tornaria independente da ação. Podemos, com as hipóteses introduzidas em 1923, acrescentar que, além do pensamento que consistiria em ação, haveria outra forma de pensamento primária, que se daria a partir da reativação de imagens visuais, o que talvez já correspondesse a um nível mais desenvolvido de pensamento. Assim, primeiro o pensamento seria ação; depois, reativação de imagens visuais; e, por último, reativação de palavras. Este último seria, provavelmente, a marca distintiva do homem perante os outros animais. Freud mantém, no entanto, a hipótese de que o que tornaria uma representação pré-consciente seria sua ligação com palavras e que tornar consciente algo inconsciente dependeria de do restabelecimento do vínculo com as palavras. No artigo metapsicológico sobre o inconsciente (1915), ao se perguntar por que as representações-objeto precisariam das palavras para se tornarem conscientes – isto é, por que elas mesmas não poderiam se tornar

conscientes uma vez que também são oriundas da percepção –, Freud respondera que “provavelmente o pensar se desenvolve em sistemas tão distantes dos restos de percepção originários que nada conservaram de suas qualidades e, para se tornarem conscientes, necessitam de um reforço de qualidades novas” (FREUD, 1915a, p. 160; 1915b, p. 199). Poderíamos pensar que, embora o pensamento não dependesse exclusivamente das palavras, estas o assegurariam e o aperfeiçoariam. O fato é que, embora Freud reconheça que a palavra não é a única coisa por meio da qual algo pode ser rememorado, ele continua vinculando o estado de pré-consciência – e, portanto, a suscetibilidade à consciência – às representações-palavra. Permanece, assim, essa contradição, cujo exame será retomado, como veremos, no *Esboço de psicanálise*.

Freud conclui, então, que tanto os processos correspondentes ao pensamento quanto os que correspondem às sensações corporais teriam que alcançar o sistema P-Cc para se tornarem conscientes, mas as representações do pensar só poderiam atingir este sistema a partir da intermediação das palavras, enquanto que as sensações corporais o fariam diretamente. Por isso, ele afirma que uma representação do pensamento pode ser consciente, pré-consciente ou inconsciente. Já para as sensações essa segunda possibilidade estaria excluída; elas só poderiam ser inconscientes ou conscientes. A representação pré-consciente continua sendo pensada como aquela associada à palavra, e a inconsciente como a que não se encontra associada.

O processo secundário, como já observamos, não parece mais ser pensado como algo que necessariamente dependa das palavras: partes do Eu e do Supereu seriam inconscientes, mesmo não correspondendo ao processo primário. Portanto, ou há um terceiro tipo de processo não mencionado – e não podemos excluir essa possibilidade, embora Freud não forneça nenhuma indicação quanto a isso – ou deve poder haver processos secundários sem palavras. Poderíamos, ainda, pensar numa alternativa: todo processo secundário estaria associado às palavras, contudo nem tudo que está associado às palavras seria suscetível de consciência. As hipóteses de Freud que acabamos de comentar parecem excluir essa possibilidade, pois, se o Eu e o Supereu são em parte inconsciente e em parte pré-consciente e se o que torna algo pré-consciente é a associação com a palavra, então a parte inconsciente do Eu e do Supereu não comportaria representações-palavra. Como sabemos que as partes do Eu e do Supereu inconscientes não consistem em processos primários, então, trata-se ou de processo secundário ou de outro tipo de processo. Uma vez que Freud nunca mencionou um terceiro tipo processo – um terceiro estado da excitação que não seria nem o ligado nem o livre – a primeira alternativa parece ser a mais plausível.

Portanto, nem todo processo secundário precisaria ocorrer com representações associadas a palavras. Assim, a suposição de 1915 de que essas representações instituiriam o processo secundário estaria sendo deixada de lado, e este processo parece voltar a ser pensado de forma próxima à que era no *Projeto...*, ou seja, como algo que para surgir não depende da constituição de representações-palavra. Apenas uma parte do processo secundário envolveria essas representações e, com isso, processo secundário e suscetibilidade de consciência – o estado de pré-consciência – ficariam desvinculados.

Em relação à consciência, a principal mudança que surge em *Além do princípio do prazer* e em *O eu e o isso* é, em primeiro lugar, a explicitação da identificação entre os sistemas P e Cc. Não há mais, como no *Projeto...* e no capítulo 7 do livro sobre os sonhos, um sistema responsável pela recepção da excitação exógena e outro responsável pela consciência: ambas as funções passam a ser desempenhadas pelo mesmo sistema, o qual agora é denominado “P-Cc” (“W-Bw”) ou apenas “Cc”. Como consequência dessa identificação, surge uma mudança importante na forma como a relação entre a consciência e a representação é pensada. No *Projeto...* e no capítulo 7, assim como em algumas passagens dos artigos metapsicológicos, Freud considerava que a excitação proveniente do mundo externo incidiria sobre um primeiro sistema (ϕ ou P), daí seguiria para os sistemas de memória (ψ ou Prcc e lcc), para só então chegar ao sistema responsável pela consciência (ω ou Cc). Portanto, tratava-se de uma hipótese segundo a qual primeiro ocorreria o processo de constituição da representação e, depois, o despertar da consciência, que seria, assim, sempre algo posterior à constituição da representação. Uma representação se constituiria e, mesmo que correspondesse a uma representação de algo externo, poderia ou não vir a se tornar consciente. No capítulo 7, Freud diz que todo conteúdo, antes de ser consciente, sofre o processo da elaboração secundária e que essa elaboração se daria na passagem da excitação pelos sistemas lcc e Prcc. Portanto, até então, havia sido estabelecido que a formação dos traços de memória precederia a consciência.

Com a identificação entre os sistemas P e Cc e com a localização desse sistema na superfície do aparelho, a relação entre representação e consciência tem que ser pensada de forma distinta, embora Freud não chegue a discutir detalhadamente essa questão. Se a excitação proveniente do mundo externo incide diretamente sobre a superfície responsável pela consciência, para, em seguida, chegar aos sistemas de memória, isso parece implicar que a percepção se torne consciente antes de ser representada, isto é, antes da constituição dos traços de memória. Desse modo, em relação às percepções oriundas do mundo externo, desapareceria a antiga hipótese de que a memória precedesse a consciência. Quanto às representações constituídas a partir da excitação endógena, continuaria valendo a hipótese anterior de que elas teriam que percorrer os sistemas de memória antes

de se tornarem conscientes Mas, se as percepções externas se tornam primeiro conscientes para depois serem representadas – ou seja, se o processo de elaboração secundária não mais anteceder a consciência de uma percepção –, isso implicaria que nossas percepções e nossas representações sejam pensadas como sendo uma cópia fiel dos estímulos externos, como correspondendo ponto a ponto aos estímulos que incidem sobre a periferia do sistema nervoso? Não parece possível tirar essa conclusão, se lembramos as ideias formuladas por Freud em *Sobre a concepção das afasias*. Naquela ocasião, Freud defendera que, no processo de condução dos estímulos externos da medula ao córtex, esses estímulos sofreriam sucessivos rearranjos, de forma que, entre aquilo que tivesse partido da periferia e aquilo que chegasse ao córtex, haveria uma relação bastante indireta. Tendo isso em vista, podemos concluir que, mesmo se aquela informação que chegasse ao córtex cerebral se tornasse consciente imediatamente, ainda assim não seria possível dizer que o que se torna consciente seria uma cópia fiel daquilo que ingressou no sistema nervoso. Portanto, de qualquer maneira, teria sido mantida a hipótese proposta em *Sobre a concepção das afasias* de que nossas percepções e nossas representações consistiriam no resultado conjunto de uma forma determinada pelo sistema nervoso e de um conteúdo adquirido.

Essa precedência da percepção em relação à memória parece abrir a possibilidade de que a memória reorganize as percepções, uma vez que a representação consiste em um processo associativo que ocorre após a percepção. Isso teria como consequência que a rememoração de algo nunca fosse exatamente igual a sua percepção. Outra questão que podemos levantar é se estaria implicado nas ideias defendidas por Freud que toda percepção – ou seja, todo material proveniente do mundo externo – seria necessariamente percebido conscientemente. Mais uma vez, a resposta parece ser não e podemos justificá-la a partir das ideias do *Projeto...*, as quais são retomadas no capítulo 7. Nesses dois textos, Freud diferencia o surgimento de qualidades sensoriais – o que resultaria da operação do sistema Cc – do fato de algo ser percebido conscientemente. Para algo ser conscientemente percebido, seria preciso que o mecanismo da atenção do Eu (*Projeto*) ou do Prcc (capítulo 7) focalizasse os signos de qualidade produzidos pelo sistema responsável pela consciência.

Portanto, haveria a possibilidade de que as percepções, mesmo que produzindo qualidade, não fossem de fato percebidas. Essa relação entre a atenção e o surgimento da qualidade sensorial pode ser pensada mais ou menos da mesma forma, apesar da modificação da relação entre a percepção e a consciência ocorrida em 1923. Em *Nota sobre o bloco mágico* (1925), embora não fale explicitamente em um mecanismo da “atenção”, Freud dá indicações de que essa hipótese ou algo muito semelhante continua sendo pressuposto na teoria:

Tenho suposto que inervações de ocupação são enviadas e recolhidas novamente em golpes periódicos rápidos desde o interior até o sistema P Cc, que é completamente permeável. Enquanto o sistema permanece ocupado desse modo, recebe as percepções acompanhadas de consciência e transmite a excitação até os sistemas mnêmicos inconscientes; assim que a ocupação é retirada, a consciência se extingue, e a operação do sistema é suspensa. Seria como se o inconsciente, por meio do sistema P-Cc, estendesse ao encontro do mundo exterior umas antenas e as retirasse rapidamente depois que estas tiraram amostras de suas excitações. (FREUD, 1925c, p. 369; 1925d, p. 247).

Em outro texto de 1925, *A negação*, Freud retoma essa hipótese, mas especificando que a ocupação inconsciente parte do eu. Ele diz:

(...) de acordo com nossa suposição, a percepção não é um processo puramente passivo, uma vez que o eu envia de maneira periódica, ao sistema de percepção, pequenos volumes de ocupação por meio dos quais toma amostras dos estímulos externos, para voltar a se retirar após cada um desses avanços tateantes (FREUD, 1925a, p. 376; 1925b, p. 256).

A consciência de uma percepção continuaria, assim, dependendo de que algo produzido no sistema P-Cc fosse alvo de uma ocupação que parte do interior do aparelho, isto é, continuaria havendo algo como um mecanismo da “atenção” pressuposto na teoria. Portanto, apesar da união dos sistemas P e Cc, a hipótese de que o surgimento de qualidades sensoriais não implica necessariamente a consciência dessas qualidades parece estar sendo mantida.

No capítulo 7, Freud formulara a hipótese de que, no sonho, haveria primeiro um processo em sentido progressivo (do Icc até o Prcc); em seguida, ocorreria um processo regressivo (do Prcc até P); e, em uma última etapa, de novo um processo progressivo, que corresponderia à elaboração secundária (de P até Cc). Com a identificação entre P e Cc, o processo do sonho teria que ser pensado de forma diferente. Não parece mais haver necessidade de um processo em sentido regressivo, tal como na primeira tópica. A regressão tópica, aliás, não pode mais ser representada na segunda tópica, uma vez que o aparelho não possui mais aquela estrutura linear e uma direção preferencial para o curso dos processos. Além disso, a elaboração secundária teria que ser explicada de outra forma. Contudo, Freud não desenvolve nem explicita essas questões.

Uma última questão que ainda temos que tratar nesse capítulo se refere ao além do princípio do prazer que Freud propusera em 1920. Como o conceito de compulsão à repetição e de princípio do prazer são inseridos na nova tópica proposta por Freud?

4.2.4 A SEGUNDA TÓPICA E A COMPULSÃO À REPETIÇÃO

É curioso o fato de Freud não mencionar nem uma vez sequer o conceito de compulsão à repetição em *O eu e o isso*. Ficamos esperando que ele esclareça como esse conceito se encaixa no esquema da segunda tópica, mas nada nos é dito a respeito. Tudo se passa, em *O eu e o isso*, como se Freud nunca tivesse proposto a existência de um “além” do princípio do prazer. Nesse texto, Freud volta a mencionar o princípio do prazer como o princípio que governa de forma soberana o processo primário, que, de agora em diante, corresponde ao Isso. Ele afirma, na segunda parte do texto em questão, que o princípio do prazer impera irrestritamente no Isso e que o eu se empenha em substituí-lo pelo princípio de realidade. Ficamos com a impressão de que as hipóteses do capítulo 7 e dos artigos metapsicológicos estão sendo retomadas: haveria um funcionamento primário inteiramente governado pelo princípio do prazer e, a partir de certo momento, surgiria um segundo nível de funcionamento, o qual seria regido pelo princípio de realidade. A diferença seria apenas que agora Freud não fala mais nos sistemas inconsciente e pré-consciente, mas em Isso e Eu.

Mas será que Freud abandonou, já em 1923, a suposição de que haveria um funcionamento regido pela compulsão à repetição que antecederia o princípio do prazer? Será que Freud está falando em princípio do prazer, em *O eu e o isso*, exatamente no mesmo sentido atribuído a esse conceito no capítulo 7 e nos artigos metapsicológicos? Lembremos que, nesses dois momentos anteriores, Freud pensava em um funcionamento regido pelo princípio do prazer como aquele que não poderia incluir entre suas associações representações que produzissem desprazer. Será que é nesse sentido que Freud está pensando o princípio do prazer ao dizer que este princípio governa irrestritamente o Isso? Ou será que ele está pensando em “princípio do prazer” em um sentido mais amplo, identificando-o com o princípio de inércia tal como este fora concebido no *Projeto...*, isto é, como um funcionamento onde a quantidade estaria em estado livre e fluiria pelos caminhos melhor facilitados, produzindo uma descarga imediata pela via mais direta possível? Se fosse nesse segundo sentido que a noção de princípio de prazer estivesse sendo usada, não poderíamos dizer que Freud teria abandonado a ideia de que haveria um funcionamento que estaria para além do “princípio do prazer”, tal como este fora pensado no capítulo 7 e em 1915.

Embora Freud não seja totalmente explícito a esse respeito, algumas de suas afirmações sobre o princípio do prazer parecem sugerir que esse princípio não voltou a ser concebido no mesmo sentido do capítulo 7 e de 1915. Por exemplo, na seguinte passagem de *O eu e o isso*, ele afirma:

(...) as pulsões eróticas nos parecem em geral mais plásticas, desviáveis e deslocáveis que as pulsões de destruição. E, a partir disso, pode-se continuar dizendo que esta libido deslocável trabalha a serviço do princípio do prazer a fim de evitar estase e facilitar descargas. Nisto é inegável certa indiferença quanto ao caminho pelo qual ocorra a descarga, desde que ocorra. Tomamos conhecimento deste traço como característico dos processos de ocupação no isso. (FREUD, 1923a, p. 311; 1923b, p. 45).

Em *O problema econômico do masoquismo*, texto publicado em 1924, Freud reconhece que, em *O eu e o isso*, estava identificando princípio de prazer a princípio de Nirvana e que essa identificação não pode ser sustentada. Ele afirma:

(...) identificamos apressadamente o princípio do prazer-desprazer com este princípio de Nirvana. Se fossem idênticos, todo desprazer deveria coincidir com uma elevação, e todo prazer com uma diminuição da tensão de estímulo presente no psíquico; o princípio de Nirvana (e o princípio de prazer, supostamente idêntico a ele) estaria por completo a serviço das pulsões de morte, cuja meta é conduzir a inquietude da vida à estabilidade do inorgânico, e teria por função alertar contra as exigências da pulsão de vida. (...) Pois bem; esta concepção não pode ser correta (...) (FREUD, 1924a, p. 343; 1924b, p. 165).

A razão pela qual Freud argumenta que essa identificação não pode ser correta é o fato de ser indubitável que existem tensões prazerosas e distensões desprazerosas. Talvez, ele especula, as sensações de prazer e desprazer surjam como resultado do ritmo, do ciclo temporal, da quantidade de estímulo, hipótese essa que já havia sido apresentada em 1920. Freud estabelece, então, que o princípio do prazer e o princípio de Nirvana são duas coisas diferentes e que o primeiro consiste em uma modificação do segundo. O princípio de Nirvana estaria diretamente a serviço da pulsão de morte, e a sua modificação em princípio do prazer talvez tivesse surgido como consequência da perturbação produzida pela pulsão de vida:

De qualquer forma, deveríamos nos precaver de que o princípio de Nirvana, súdito da pulsão de morte, tenha experimentado no ser vivo uma modificação pela qual se tornou princípio do prazer; e, daqui em diante, teríamos que evitar considerar esses dois princípios como um só. Se seguirmos essa reflexão, não será difícil deduzir o poder do qual partiu essa modificação. Só pode ser da pulsão de vida. (...) Assim, obtemos uma pequena, mas interessante, série de interdependências: o princípio de “Nirvana” expressa a tendência da pulsão de morte; o princípio do “prazer” representa a exigência da libido, e sua modificação, o princípio de “realidade”, o influxo do mundo exterior (FREUD, 1924a, p. 344; 1924b, p. 166).

Haveria, então, um princípio originário – o princípio de Nirvana – que estaria diretamente a serviço das pulsões de morte. A pulsão de vida imporia uma modificação a esse princípio, fazendo surgir o princípio do prazer, e o mundo externo imporia ainda uma segunda modificação, dando origem ao princípio de realidade. Freud esclarece, em seguida, que nenhum desses princípios é totalmente suprimido pelo surgimento dos outros. Todos continuariam ativos, às vezes de forma pacífica, às vezes de forma conflituosa. Essas afirmações indicam que Freud não abandonou a hipótese de que haveria um funcionamento que antecederia aquele regido pelo princípio do prazer, e podemos inferir que, quando ele afirma, em *O eu e o isso*, que o princípio do prazer rege irrestritamente o Isso, isso não quer dizer que tenha abandonado suas hipóteses de 1920, mas apenas que está identificando aí princípio do prazer com princípio de Nirvana; em outras palavras, ele estaria usando o conceito de princípio de prazer em um sentido mais amplo, não totalmente correto, como acaba reconhecendo em *O problema econômico do masoquismo*. Esse esclarecimento de Freud, em 1924, ajuda a tornar mais compreensível, então, o fato dele não mais mencionar a compulsão à repetição no texto *O eu e o isso* e voltar a falar do princípio do prazer como imperando de forma soberana no Isso. Se o princípio do prazer estava sendo identificado com o princípio de Nirvana, então o Isso seria, em sua origem, governado por este princípio e, num segundo momento, entraria em ação também um novo princípio regulador, o princípio do prazer.

O estabelecimento da terceira modificação – aquela correspondente ao princípio de realidade – assinalaria o surgimento da diferenciação entre o Isso e o Eu. No texto *A perda de realidade na neurose e na psicose* (1924), Freud se refere a essa parte do Isso regida pelo princípio do prazer como consistindo em um “mundo de fantasia, um âmbito que, em certo momento, foi segregado do mundo exterior real pela instauração do princípio de realidade e que, desde então, ficou liberado, como uma “reserva”, das reivindicações da necessidade da vida (...)” (FREUD, 1924c, p. 360; 1924d, p. 197). Essa parte do Isso regida pelo princípio do prazer – esse mundo de fantasia –, funcionaria, pelo que parece, como o sistema inconsciente da primeira tópica, ou seja, consistiria em processos dos quais estariam excluídas todas as representações capazes de produzir desprazer.

Em 1924, Freud não menciona o conceito de “compulsão à repetição”. Contudo, esse conceito reaparece – exatamente da forma como havia sido proposto em 1920 – na 32ª das *Novas conferências de introdução à psicanálise* (1932), onde é feita uma recapitulação da doutrina das pulsões. A retomada do conceito de compulsão à repetição nesta conferência e o esclarecimento feito por Freud em *O problema econômico do masoquismo* a respeito da relação entre o princípio de Nirvana e o princípio do prazer indicam que a hipótese de que haveria um funcionamento originário repetitivo, que antecederesse a vigência do princípio do prazer, não foi,

de forma alguma, abandonada. Tendo em vista as hipóteses apresentadas por Freud em 1924, esse funcionamento seria originário e, a partir de certo momento, dividiria o domínio sobre o Isso com o que Freud chama de princípio de prazer. O funcionamento originário, regido apenas pelo princípio de Nirvana, seria aquele que estaria “para além” do princípio do prazer; nele, a compulsão à repetição se manifestaria em estado puro. Num segundo momento, sob a influência das pulsões de vida, o princípio do prazer entraria em ação. A partir de então, coexistiriam no Isso dois tipos de funcionamentos: um guiado exclusivamente pelo princípio de Nirvana – que se caracterizaria por uma compulsão à repetição – e outro guiado pelo princípio do prazer.

Lembremos que, em 1920, Freud supõe que a vigência do princípio do prazer teria como pré-condição a ligação da excitação. Mas, se o Isso corresponde ao processo primário e se o Isso em parte é regido pelo princípio do prazer, então, deve haver algo de errado. Ou o processo primário não implicaria excitação em estado livre, ou o princípio do prazer não tem como condição a ligação, ou, ainda, por “ligação” Freud está entendendo agora outra coisa. De fato, Freud não nos fornece nenhuma pista a esse respeito e a relação do “além do princípio do prazer” com a nova estrutura do aparelho permanece bastante indefinida. Para complicar ainda mais as coisas, no *Esboço de psicanálise* (1938), Freud volta a identificar princípio do prazer e princípio de Nirvana, ou seja, ele volta a fazer o que havia julgado incorreto em 1924. É curioso que, em 1938, no momento em que Freud faz uma síntese final dos pontos principais de sua teoria, o conceito de “compulsão à repetição” não seja mencionado nem uma vez sequer, embora Freud se refira à natureza regressiva das pulsões.

É possível perceber que, a partir da reformulação da teoria das pulsões em *Além do princípio do prazer*, Freud passa a conceder uma atenção maior ao ponto de vista quantitativo ou econômico, apesar de que muitas questões relativas principalmente à compulsão à repetição e ao processo de ligação da excitação permaneçam bastante indefinidas. No texto *Análise terminável e interminável*, de 1937, Freud manifesta seu reconhecimento dessa lacuna que permanece em sua teoria.

Nesse texto de 1937, Freud ressalta o papel essencial da metapsicologia – e, em especial do fator quantitativo – para a compreensão dos processos psíquicos. Ele se pergunta se é possível fazer tramitar de maneira duradoura um conflito pulsional e acaba por concluir que essa questão não pode ser solucionada sem se recorrer à “bruxa metapsicologia”. Esta última representaria, para a psicanálise, a reflexão teórica sem a qual nenhuma ciência pode-se desenvolver. Diante da impossibilidade de responder a essa questão a partir dos dados fornecidos pela experiência, é preciso voltar-se para a metapsicologia, para verificar se, teoricamente, é possível conceber uma tramitação total do conflito, ou seja, um ligamento total da excitação envolvida no conflito pulsional. Freud observa, então, que o fator decisivo, nesse

caso, é a intensidade das pulsões e ressalta a importância de se levar em conta o fator quantitativo para a compreensão dos processos psíquicos. O ponto de vista econômico, diz ele, não recebeu, ao longo de sua obra, a mesma atenção que o dinâmico e o tópico. É necessário, portanto, um aprofundamento da consideração do aspecto quantitativo, pois este é essencial para a compreensão dos processos psíquicos e, inclusive, para o esclarecimento de questões clínicas, tais como as que são tratadas em *Análise terminável e interminável*. Freud revela ter chegado, assim, ao fim de sua obra com a certeza de que a psicanálise não pode prescindir da referência à metapsicologia e de que dentro desta é preciso dar maior atenção ao aspecto quantitativo, o qual, segundo ele mesmo reconhece, teria ficado em segundo plano no desenvolvimento anterior da teoria metapsicológica. Todas essas questões convergem para esse texto que pode ser considerado o derradeiro testamento intelectual de Freud, que é o *Esboço de psicanálise*, com cujo comentário é possível arrematar, então, essa análise do percurso da metapsicologia.

4.3 O "ESBOÇO DE PSICANÁLISE"

Nessa última apresentação sintética de suas ideias – que foi escrita em 1938, mas publicada postumamente, em 1940, com o nome de *Esboço de Psicanálise* –, Freud não apenas retoma os pontos principais de sua teoria, mas também revê e modifica algumas hipóteses que haviam sido antes estabelecidas. Algumas das ideias expostas por Freud nesse texto mostram-se extremamente relevantes para a compreensão das questões aqui tratadas e serão discutidas na sequência.

Freud inicia a primeira parte do *Esboço de psicanálise* afirmando que a psicanálise possui uma “premissa fundamental”: a hipótese do aparelho psíquico. Da nossa vida psíquica, diz ele, conhecemos de forma direta, por um lado, o sistema nervoso, que é o órgão corporal e cenário material da vida psíquica e, por outro lado, os atos de consciência, que nos são dados imediatamente na experiência. De tudo aquilo que se estende entre ambos – entre a anatomia do sistema nervoso e a consciência – não possuímos acesso direto, e é essa lacuna de conhecimento que precisa ser preenchida com a hipótese de um aparelho psíquico. A psicanálise postula que há processos que transcorrem nesse órgão corporal da mente e que, de alguma forma, produzem nossas experiências conscientes. Mas não apenas estas, pois a maior parte desse aparelho opera de forma inconsciente. A hipótese do inconsciente consiste então, diz Freud, no segundo postulado fundamental da psicanálise.

Nenhuma dessas duas coisas às quais temos acesso direto – a anatomia do sistema nervoso e os dados da consciência – possibilitariam sozinhas a compreensão da vida mental. Tentar simplesmente relacioná-las, estabelecendo os correlatos anatômicos da consciência também já se revelara infrutífero, como argumentara Freud, já em 1891, em sua crítica ao localizacionismo. É justamente essa recusa do

localizacionismo que Freud retoma agora no início do *Esboço de psicanálise*: ele sustenta que, como de nada adiantaria tentar relacionar os atos de consciência com a anatomia do sistema nervoso – o que no máximo nos forneceria uma localização precisa dos fenômenos da consciência que não auxiliaria em nada na compreensão do psíquico –, a psicanálise insere entre ambos a hipótese do aparelho psíquico. Como vimos, esse fora o ponto de partida de toda a teorização freudiana: foi justamente essa recusa das localizações cerebrais que o levou a introduzir a hipótese do “aparelho de linguagem” em *Sobre a concepção das afasias*, precursor do aparelho psíquico que aparece em *A interpretação dos sonhos*.

Desde *Sobre a concepção das afasias*, estava estabelecido que a formulação de uma teoria sobre o aparelho de linguagem poderia prescindir de uma referência necessária e detalhada à anatomia. Contudo, apenas em *A interpretação dos sonhos*, foi definitivamente deixada de lado a tentativa de estabelecer uma correspondência anatômica, mesmo que geral, para o aparelho. É claro que isso nunca implicou na suposição de que o aparelho não possuísse uma base anatômica, pois Freud sempre reconheceu que ela, evidentemente, existia. Contudo, no outro extremo do conhecimento psicológico e ao contrário da referência à anatomia, não se poderia abrir mão da consciência: mesmo que lacunar e determinada por fatores desconhecidos, ela seria o ponto de partida indispensável de qualquer tipo de conhecimento sobre a mente e sobre o mundo. Como qualquer outra ciência, a psicanálise partiria dos dados fornecidos pela consciência, mas, ao contrário das demais psicologias ao menos, ela se singulariza pela forma de concebê-la. Para a psicanálise, a consciência corresponderia a uma pequena parte do psíquico, que é determinada pelo restante do mesmo, a saber, pelos processos psíquicos inconscientes. A hipótese de um psíquico inconsciente é, então, a segunda das suposições fundamentais da psicanálise, como argumenta Freud. Partindo dos dados fornecidos pela consciência e de posse da suposição de que há processos inconscientes que podem ser considerados como psíquicos, a psicanálise busca construir sua teoria do aparelho psíquico. Esse aparelho faria, assim, a intermediação entre as duas únicas coisas às quais se pode ter acesso direto: a anatomia do sistema nervoso e a experiência consciente.

No *Esboço...*, então, Freud mais uma vez justifica a hipótese de um psíquico inconsciente. Ele argumenta:

Muitos, situados tanto dentro como fora da ciência, se conformam em adotar o suposto de que a consciência é, só ela, o psíquico, e então, não resta a fazer, na psicologia, nada mais que distinguir, no interior da fenomenologia psíquica, entre percepções, sentimentos, processos cognitivos e atos de vontade. Contudo, há acordo geral de que esses processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo

que não haveria alternativa a não ser adotar a suposição de uns processos físicos ou somáticos, concomitantes do psíquico, aos quais parece ser preciso atribuir uma perfeição maior do que às séries psíquicas, pois alguns deles têm processos conscientes paralelos e outros não. Isto sugere, de uma maneira natural, pôr o acento na psicologia sobre esses processos somáticos, reconhecer neles o psíquico genuíno e buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes (FREUD, 1938a, p. 155).

A psicanálise não apenas postula a existência desses processos somáticos, que constituiriam o psíquico inconsciente, como os considera o “psíquico genuíno”. Essa passagem, já mencionada em outras ocasiões, parece ser uma das mais claras a respeito de como Freud concebe a natureza do psíquico inconsciente. Essa concepção acerca do inconsciente aparece pela primeira vez em 1895, no *Projeto de uma psicologia*, e, como argumentamos em diversos momentos ao longo deste trabalho, mantém-se mais ou menos inalterada ao longo de toda a obra. Agora, nessa síntese final de sua teoria, Freud se preocupa em deixar claro, talvez até mais do que em qualquer outro momento, o que ele entende por psíquico inconsciente: trata-se de processos somáticos – mais precisamente, processos nervosos – alguns dos quais podem ser acompanhados de consciência, embora outros não.

Na oitava parte do *Esboço...*, Freud comenta que a tarefa da psicanálise, assim como a da física, consiste em descobrir, por trás das propriedades do objeto investigado, que nos são dadas por nossa percepção, suas outras propriedades. A psicanálise busca preencher as lacunas dos fenômenos da consciência, inferindo certo número de processos que, em si, são indiscerníveis:

Achamos o recurso técnico para preencher as lacunas de nossos fenômenos da consciência, e dele nos valemos como os físicos da experimentação. Por este caminho, inferimos certo número de processos, que em si e por si são “indiscerníveis”, os intercalamos dentro dos que nos são conscientes e quando dizemos, por exemplo: “Aqui interveio uma recordação inconsciente”, isto quer dizer: “Aqui ocorreu algo completamente inapreensível a nós, mas que, se tivesse nos chegado à consciência, só teríamos podido descrevê-lo assim e assim (FREUD, 1938a, p. 198).

Como ressalta Freud, esses processos inconscientes postulados pela psicanálise permitem configurá-la como uma ciência natural tal como as outras:

Enquanto a psicologia da consciência nunca saiu daquelas séries lacunares, que evidentemente dependem de outra coisa, a concepção segundo a qual o psíquico é em si inconsciente permite configurar a psicologia como uma ciência natural

entre as outras. Os processos de que se ocupa são em si tão indiscerníveis como os de outras ciências, químicas ou físicas, mas é possível estabelecer as leis às quais eles obedecem, perseguir seu vínculos recíprocos e suas relações de dependência, sem deixar lacunas por longos trechos – ou seja, o que se designa como entendimento do âmbito dos fenômenos naturais em questão (FREUD, 1938a, p. 156).

Nessa passagem, Freud mais uma vez argumenta que a psicanálise é uma ciência natural e que, nessa condição, pode ser colocada ao lado das demais, como a química e a física. Ao longo de toda a sua obra, ele insistira nisso: os conceitos metapsicológicos seriam construções auxiliares que deveriam ser aperfeiçoadas à medida que a investigação científica evoluísse. Mas esses conceitos psicológicos não devem ser apenas aperfeiçoados: várias vezes Freud manifesta sua esperança de que um dia eles possam ser substituídos por conceitos físicos ou químicos. O seguinte comentário de Freud revela sua esperança de que não apenas a teoria metapsicológica um dia fosse substituída por uma teoria neurológica, mas também que a própria técnica psicanalítica pudesse se tornar desnecessária. Após reconhecer, na segunda parte do *Esboço...*, que não há garantia de obter êxito no tratamento das neuroses a partir da intervenção psicanalítica, Freud diz:

Aqueles que seguirem nossas considerações só por interesse terapêutico talvez nos dêem as costas com menosprezo após essa nossa confissão. Mas a terapia nos ocupa aqui unicamente na medida em que ela trabalha com meios psicológicos; no momento não temos outros. Talvez o futuro nos ensine a influir de forma direta, por meio de substâncias químicas específicas, sobre os volumes de energia e suas distribuições dentro do aparelho psíquico (FREUD, 1938a, p. 182).

O aparelho psíquico construído por Freud descreve processos nervosos, utilizando-se, talvez provisoriamente, de termos psicológicos; a terapia consegue, por meio da linguagem, desvendar nexos, liberar repressões e produzir, às vezes, o alívio dos sintomas. Essa era a psicanálise possível na época de Freud, mas ele parece ter tido sempre a esperança de que um dia fosse possível descrever em termos neurológicos o funcionamento do aparelho psíquico e intervir por meio de substâncias químicas diretamente sobre esse funcionamento, sem que fosse preciso o lento, tortuoso e incerto trabalho da análise. A questão aqui não é tomar posição sobre a questão de se um dia seria possível de fato substituir a terapia psicanalítica por uma terapia farmacológica, mas sim discutir quais seriam as implicações do próprio fato de Freud considerar essa possibilidade. Se Freud concebe a possibilidade de se intervir sobre os processos psicológicos a partir de “substâncias químicas”, isso deixa claro que ele concebe tais processos como

consistindo, em última instância, em processos físicos. Este pode ser, portanto, um argumento adicional e suplementar para mostrar que Freud manteve sua opinião sobre a natureza física dos processos psíquicos inconscientes.

Na segunda parte do *Esboço de psicanálise*, Freud retoma a hipótese do novo dualismo pulsional, mas agora ele recusa algo que até então havia sido sustentado: o caráter regressivo das pulsões de vida. Lembremos que o primeiro passo de Freud, em *Além do princípio do prazer*, fora argumentar que havia justificativa para se supor um funcionamento psíquico que não fosse regido pelo princípio do prazer, mas sim pela compulsão à repetição. Em seguida, ele concluiria que o funcionamento regido pela compulsão à repetição teria a função de ligar a excitação e que, portanto, esse funcionamento antecederia e seria condição para que o princípio do prazer se tornasse o princípio dominante no aparelho psíquico. Ele se perguntara, então, pela relação existente entre a compulsão à repetição e o pulsional, respondendo que a compulsão à repetição seria uma característica universal das pulsões. A pulsão, dissera ele, é “um esforço inerente ao orgânico vivo de reproduzir um estado anterior; ela é a exteriorização da inércia na vida orgânica”. Seria preciso, portanto, reconhecer que a pulsão é a expressão da natureza conservadora do ser vivo. O passo seguinte fora esclarecer qual seria o estado originário ao qual a pulsão aspiraria regressar: o estado de ausência total de estimulação. Assim, Freud chegara à noção de pulsão de morte. Mas deveria haver também, argumentara ele, outro tipo de pulsão que se opusesse à pulsão de morte: deveria haver também pulsões de vida.

Porém, se a compulsão à repetição fosse uma característica universal das pulsões, as pulsões de vida também buscariam retomar um estado anterior. Qual seria esse estado originário ao qual elas aspirariam regressar? Freud não fora capaz de encontrar, naquela ocasião, uma resposta satisfatória para essa pergunta, embora tenha reconhecido qual é o caminho a que suas hipóteses o levam: o estado visado em última instância pela pulsão de vida deveria ser tão originário quanto aquele visado pela pulsão de morte; portanto, seria preciso supor que o estado inorgânico, que antecedeu o surgimento da vida, fosse também um estado de ausência de divisão, uma vez que as pulsões de vida visariam produzir o contato entre dois corpos. Mas Freud não encontrara nada que justificasse essa suposição e deixara em aberto a pergunta pelo estado originário que a pulsão de vida buscaria restabelecer. Mesmo assim, ele mantivera a hipótese de que as pulsões de vida, assim como as de morte, deveriam igualmente possuir uma natureza conservadora.

No *Esboço de psicanálise*, Freud recusa a possibilidade de atribuir esse caráter conservador também para as pulsões de vida. Na segunda parte do texto, de início, ele parece retomar a hipótese sustentada em *Além do princípio do prazer* de que toda pulsão seria de natureza conservadora. Ele afirma:

Chamamos “pulsões” às forças que supomos por trás das tensões de necessidade do isso. Representam as requisições que o corpo faz à vida psíquica. Ainda que causa última de toda atividade, são de natureza conservadora; de todo estado alcançado por um ser brota um afã de reproduzir esse estado tão logo este seja abandonado (FREUD, 1938a, p. 146).

Nessa passagem, ele está apenas reafirmando o que havia sido proposto em 1920. Contudo, logo em seguida, ele argumenta que essa natureza conservadora, na verdade, é uma característica apenas das pulsões de morte: não seria possível atribuí-la também às pulsões de vida, uma vez que isso implicaria em supor que a substância viva foi dividida com o surgimento da vida e, a partir de então, passou a aspirar regressar ao estado de unidade anterior:

Se supusermos que o vivo surgiu mais tarde que o inerte e foi gerado a partir deste, a pulsão de morte responde à fórmula consignada, a saber, que uma pulsão aspira ao regresso a um estado anterior. Diferentemente, não podemos aplicar a Eros (ou pulsão de amor) essa fórmula. Isso pressuporia que a substância viva foi outrora uma unidade logo desgarrada e que agora aspira a sua reunificação (FREUD, 1938a, p. 147).

Nada correspondente a isso é conhecido na história da substância viva, diz Freud, portanto, não haveria justificativa para se atribuir esse caráter conservador também às pulsões de vida. Quais são, no entanto, as implicações disso para a teoria?

Se apenas as pulsões de morte aspirassem retornar a um estado anterior, a compulsão à repetição seria uma característica apenas das pulsões de morte e não, como havia sido sustentado em *Além do princípio do prazer*, uma característica universal das pulsões. Mas, se o princípio originário que regula os processos psíquicos é o princípio de Nirvana, isso implicaria a suposição de que a pulsão de morte antecederia o surgimento da pulsão de vida: esta última entraria em ação apenas em uma etapa posterior do funcionamento do aparelho. De fato, em *O problema econômico do masoquismo* (1924), Freud parece defender essa hipótese. Nesse texto, como vimos, ele sustenta que o princípio de Nirvana expressa a tendência da pulsão de morte, enquanto que o princípio de prazer, que consiste em uma modificação do primeiro, representaria as exigências da libido. De acordo com isso, seria preciso admitir que a pulsão de morte entra em ação primeiro, sob influxo do princípio de Nirvana, e que, apenas com o surgimento do princípio do prazer, a pulsão de vida passaria a se manifestar. Isso conduziria à conclusão de que a morte é o que está por trás de todos os processos biológicos e psíquicos e levanta a questão de por que a vida teria se afirmado a despeito dessa tendência

originária para a morte. As pulsões de auto-conservação, como comentamos, podem ser pensadas como servindo às pulsões de morte e, mesmo assim, acabarem preservando a vida. O que não se encaixa nesse esquema, à primeira vista, são as pulsões sexuais, as quais não parecem poder ser conciliadas com a tendência universal para a morte. Aparentemente, apenas estas se opõem à hipótese – que se impõe em todos os momentos – de que toda pulsão é, ao fim e ao cabo, pulsão de morte, embora um olhar mais atento talvez revele que nem elas se oponham, de fato, à morte.

Mas Freud, apesar de recusar o caráter conservador das pulsões de vida, mantém a hipótese de que ambas as pulsões seriam originárias. Na seguinte passagem, essa ideia parece estar presente:

Nós representamos um estado inicial da seguinte maneira: a íntegra energia disponível de Eros, que a partir de agora chamaremos “libido”, está presente no eu-isso ainda indiferenciado e serve para neutralizar as inclinações de destruição simultaneamente presentes (FREUD, 1938a, p. 147).

De fato, parece haver um impasse na teoria. Como conciliar a suposição de que o princípio originário do aparelho é o princípio de Nirvana, que seria expressão da pulsão de morte, com a hipótese de que ambas as pulsões estejam presentes desde o início? Isso parece levar à conclusão de que também o princípio de prazer teria que estar presente desde a origem, pois, segundo o que Freud afirma em 1924, ele seria a expressão da pulsão de vida. Em *Além do princípio do prazer*, Freud afirmara que, se o princípio do prazer não estivesse presente desde a origem, ele tampouco poderia se estabelecer em uma etapa posterior, o que parece sugerir que ambos os princípios (o de prazer e o de Nirvana) teriam que ser igualmente originários, embora entrassem em operação em momentos distintos do desenvolvimento do aparelho psíquico. Teríamos que pensar, então, que o princípio do prazer e a pulsão de vida existiriam “em potência” desde a origem do aparelho, embora se manifestassem apenas numa etapa posterior.

Apesar dessas últimas considerações de Freud em 1938, muitas questões permaneceram em aberto em relação ao segundo dualismo pulsional e a hipótese de que haveria um além do princípio do prazer. Freud retoma, além disso, no *Esboço de psicanálise*, a nova divisão do aparelho psíquico que havia sido proposta em 1923, embora modifique algumas de suas hipóteses anteriores.

Em *O eu e o isso*, Freud havia sustentado que a hipótese de um “sistema” inconsciente deveria ser deixada de lado e que se passasse, então, a designar pelo termo inconsciente aquilo que é insuscetível de consciência e, pelo termo pré-consciente, aquilo que é suscetível de consciência. O sistema inconsciente da primeira tópica (o processo primário) passou a ser chamado de Isso e o seu vínculo

com o pulsional foi explicitado. O Eu continuou correspondendo ao processo secundário, mas Freud reconheceu que só parte dele era suscetível de consciência, pois haveria também processos secundários insuscetíveis de consciência. Então, todo processo do Isso seria inconsciente, e o Eu seria em parte suscetível e em parte insuscetível de se tornar consciente. Tendo em vista o uso descritivo que Freud propôs dos termos pré-consciente e inconsciente em *O eu e o isso*, poderíamos dizer que o Eu é em parte pré-consciente e em parte inconsciente.

No *Esboço...*, inicialmente, Freud parece retomar a mesma hipótese de 1923 sobre o emprego dos termos pré-consciente e inconsciente. Ele diz:

(...) preferimos chamar “suscetível de consciência” ou pré-consciente a todo o inconsciente que se comporta dessa maneira – ou seja, que pode trocar com facilidade o estado inconsciente pelo estado consciente. (...) Outros processos psíquicos, outros conteúdos, não têm um acesso tão fácil ao tornar-se consciente. (...) Para estes reservamos o nome de “o inconsciente genuíno” (FREUD, 1938a, p. 157).

Nessa passagem, as mesmas hipóteses de 1923 parecem estar sendo reafirmadas, mas, em seguida, Freud parece se contradizer ao afirmar que “nem todo pré-consciente é suscetível de consciência”. Ele mantém a hipótese de que a linguagem seria condição para a suscetibilidade de consciência, mas fala como se o pré-consciente fosse em parte suscetível e em parte insuscetível de se tornar consciente. Todo o Eu seria pré-consciente, mas apenas parte desse Eu – aquela conectada com as palavras – seria suscetível de consciência. Todo o Isso – e apenas ele – seria estritamente inconsciente: “O inconsciente é a qualidade que governa de maneira exclusiva no interior do Isso. Isso e inconsciente se correspondem de maneira tão íntima quanto Eu e pré-consciente (...)” (FREUD, 1938a, p. 160).

Com essa dupla equivalência estabelecida entre inconsciente e Isso e pré-consciente e Eu, Freud parece estar retomando o uso das noções de pré-consciente e inconsciente em sentido sistemático, justamente o que havia sido abandonado desde 1923. No fim da quarta parte do *Esboço...*, ele ressalta que o Isso corresponde ao processo primário e o Eu ao secundário. Portanto, por um lado, haveria o inconsciente ou Isso, que corresponderia ao processo primário e, por outro lado, haveria o pré-consciente ou Eu, que corresponderia ao processo secundário. O que haveria de diferente em relação à primeira tópica, além dos novos nomes e da introdução do Supereu seria o reconhecimento de que apenas parte do processo secundário é suscetível de consciência e também o abandono da hipótese introduzida em 1915 de que é a palavra que instaura o processo secundário. Voltaremos a essa última questão mais adiante.

Em suma, pode-se dizer que, nessa etapa final de sua obra, Freud faz dois usos diferentes dos conceitos de pré-consciente e inconsciente. Num deles, que é introduzido em 1923 e parece ser mantido nas *Novas conferências de introdução à psicanálise*, a aceção sistemática desses conceitos é deixada de lado e eles passam a designar apenas suscetibilidade ou insuscetibilidade de consciência. De acordo com isso, o Isso corresponderia ao processo primário e seria inconsciente, enquanto o Eu corresponderia ao processo secundário e seria em parte pré-consciente e em parte inconsciente. No *Esboço de psicanálise*, Freud usa os termos em questão de outra maneira: o inconsciente passa a ser equivalente ao Isso e a corresponder ao processo primário, enquanto que o pré-consciente seria equivalente ao Eu e corresponderia ao processo secundário. Conforme essa formulação, nem todo o pré-consciente seria suscetível de consciência. Com exceção dessa última hipótese, que não é ali mencionada, essa segunda versão parece resgatar as ideias da primeira tópica.

Uma vez que o *Esboço...* é o lugar em que Freud se refere pela última vez a essas questões, não podemos afirmar nada de muito conclusivo a respeito. Em outros momentos da sua obra, nós o vemos empregar um conceito de uma forma diferente do que há pouco havia sido utilizado e, em uma ocasião subsequente, se justificar dizendo que estava antes fazendo um uso impreciso do conceito em questão. Não podemos esquecer também que se trata de um texto inacabado, publicado postumamente, assim como o *Projeto...* O que fica estabelecido sem nenhuma ambiguidade é que, nessa última etapa de sua obra, Freud reconhece que há processos secundários que não podem se tornar conscientes e que, portanto, o campo do psíquico insuscetível de consciência é mais amplo do que havia sido pensado na primeira tópica, isto é, esse campo conteria mais do que o processo primário ou o sistema inconsciente. Também a dependência do processo secundário em relação à palavra é, agora, claramente recusada.

Em *O eu e o isso*, Freud mantivera a hipótese de que seria o enlace com representações-palavra que tornaria um processo pré-consciente. Ele admitira que nem toda lembrança dependeria de palavras, mas mantivera a hipótese de que seria a palavra que tornaria uma representação pré-consciente. Comentamos que parecia haver uma contradição nessas suposições, pois, nesse texto de 1923, o termo pré-consciente era usado para designar a suscetibilidade de consciência e, embora Freud reconhecesse que a lembrança – isto é, a capacidade de uma representação reingressar na consciência – não dependia exclusivamente de palavras, ele não abandonara a hipótese de que são estas que tornariam um processo pré-consciente.

Como acabamos de comentar, no *Esboço de psicanálise*, Freud atribuiu outro sentido ao termo pré-consciente. Este volta a ser usado como sinônimo de

processo secundário. Ele argumenta também, agora, que apenas uma parte do pré-consciente está ligada a representações-palavra:

O interior do eu, que abarca, sobretudo, os processos cognitivos, tem a qualidade do pré-consciente. Esta qualidade é característica do eu, corresponde só a ele. Contudo, não seria correto fazer da conexão com os restos mnêmicos da linguagem a condição do estado pré-consciente: ao contrário, esta é independente daquela, ainda que a presença dessa conexão permita inferir com certeza a natureza pré-consciente do processo. Não obstante, o estado pré-consciente, singularizado, por uma parte, pelo seu acesso à consciência e, por outro, pelo seu enlace com restos de linguagem, é algo particular, cuja natureza esses dois caracteres não esgotam (FREUD, 1938a, p. 160).

Tendo em vista o uso do termo pré-consciente no *Esboço...*, podemos inferir dessas afirmações de Freud que ele está propondo que o processo secundário não dependa das representações-palavra: apenas parte do processo secundário possuiria, então, conexões com essas representações. Com isso, parece confirmar-se a suposição que levantáramos, ao comentar o texto *O eu e o isso*, de que aí, embora não o afirmasse explicitamente, Freud deixara de pensar o processo secundário como algo que surge como resultado da constituição das representações-palavra e voltara a pensá-lo de forma semelhante à do *Projeto...*, onde o estabelecimento do processo secundário era independente e precedia a constituição das palavras. A mesma posição parece estar sendo defendida no *Esboço...*: o estabelecimento do processo secundário não dependeria da constituição das palavras, e apenas parte desse processo – aquela que está conectada com os restos mnêmicos da linguagem – seria suscetível de se tornar consciente. Freud, em suma, não desvincula suscetibilidade de consciência e associação com a linguagem, mas apenas processo secundário e suscetibilidade de consciência, mas fica estabelecido que o processo secundário – o estado ligado da excitação – não surge como consequência da constituição das representações-palavra, como havia sido sustentado nos artigos metapsicológicos de 1915.

4.4 CONCLUSÃO

Em *Além do princípio do prazer*, Freud propõe a existência de um funcionamento psíquico que anteceda a regulação exclusiva pelo princípio do prazer. Argumentamos que esse funcionamento apenas está para “além” do princípio do prazer se considerarmos a forma como este é pensado no capítulo 7 e nos artigos metapsicológicos. A hipótese de um funcionamento repetitivo, que não poderia ser evitado até que ocorresse a ligação da quantidade, já estava presente no *Projeto de uma psicologia*; contudo, essa hipótese havia sido deixada de lado

a partir do capítulo 7 e só é retomada em 1920. Mas, embora Freud estabeleça que o princípio do prazer só se torna dominante após a ligação da excitação, ele mantém a hipótese de que ele está em ação já no processo primário. Em *O eu e o isso*, o conceito de compulsão à repetição não é explicitamente retomado; Freud afirma que o princípio do prazer governa sem restrições o Isso. Em 1924, no texto *O problema econômico do masoquismo*, ele reconhece que estava identificando o princípio do prazer ao princípio de Nirvana e que essa identificação não seria correta. O princípio originário que governa o aparelho seria, então, o princípio de Nirvana, que estaria diretamente a serviço da pulsão de morte. O princípio do prazer seria uma modificação do princípio de Nirvana, decorrente da perturbação produzida pelas pulsões de vida, e haveria ainda o princípio de realidade, que entraria em ação devido à necessidade de levar em consideração as exigências do mundo externo. Mas, se o princípio do prazer é uma modificação do princípio de Nirvana, ele não pode ser tão originário quanto este último.

Em 1924, Freud estabelece, então, uma relação bastante clara entre os diversos princípios: o princípio de Nirvana seria originário e estaria a serviço da pulsão de morte; o princípio do prazer entraria em jogo a partir da emergência das pulsões de vida, em uma etapa posterior; e, por último, o princípio de realidade entraria em ação diante da necessidade de levar em consideração as exigências do mundo externo. Este último consistiria numa modificação do princípio do prazer, da mesma forma como o princípio do prazer consistiria em uma modificação do princípio de Nirvana. O surgimento de um novo princípio regulador não implicaria o desaparecimento dos antecedentes, de modo que todos coexistiriam. Essa relação estabelecida por Freud entre os vários princípios propostos e as pulsões parece implicar a antecedência da pulsão de morte em relação à pulsão de vida. A pulsão de morte parece, sob todos os aspectos, a mais fundamental.

O fato de Freud recusar, em 1938, o caráter regressivo da pulsão de vida parece confirmar a precedência da pulsão de morte e deixar claro que não há uma simetria entre as duas classes de pulsões, pois o funcionamento originário repetitivo seria expressão unicamente da pulsão de morte. Essa ideia, por sua vez, está totalmente de acordo com as hipóteses apresentadas em 1924 que acabamos de comentar. Contudo, Freud volta a dizer também, em 1938, que ambas as classes de pulsões são originárias, de modo que permanece essa contradição na teoria. Argumentamos que uma saída seria supor, como defende Freud em 1920, que algo pode estar presente em potência desde o início, embora só entre de fato em ação em uma etapa posterior. Argumentamos também que, a todo o momento, ficamos com a impressão de que a pulsão de morte está por trás da totalidade dos fenômenos vitais. Mesmo as pulsões sexuais parecem poder ser pensadas como estando, em última instância, à serviço da tendência para a morte. Freud, no entanto, se esforça para manter a hipótese do novo dualismo pulsional.

Em *O eu e o isso*, Freud abandona a hipótese dos sistemas inconsciente e pré-consciente, ao expandir o campo do psíquico insuscetível de consciência para além do processo primário. Observamos que, de certa forma, desde a primeira tópica, já era possível inferir que parte do processo secundário permaneceria insuscetível de consciência. Em 1923, a instância Isso passa a corresponder ao processo primário, e o Eu e o Supereu ao processo secundário, mas este último deixa de ser pensado como sendo necessariamente suscetível de consciência. Além disso, é abandonada a hipótese introduzida em 1915, segundo a qual a palavra instauraria o processo secundário. Esse processo volta a ser pensado de maneira semelhante ao *Projeto...*, isto é, como antecedendo e sendo independente das representações-palavra.

Em 1920, Freud havia afirmado que o princípio do prazer entraria em ação após a ligação da quantidade. Com a reformulação da tópica, o Isso passa a corresponder ao processo primário; portanto, nele a excitação se encontraria, por definição, em estado livre. Contudo, Freud afirma que uma parte do Isso seria regida de forma dominante pelo princípio do prazer, o que implica que o predomínio deste último não tenha como condição a ligação da excitação, como parecia ser o caso. Segundo Freud, a entrada em vigor do princípio de realidade marcaria a diferenciação entre o Isso e o Eu, de forma que dois princípios apenas estariam em ação no Isso: o de Nirvana e o de prazer. De acordo com todas essas considerações, parece que apenas o princípio de realidade teria como condição a ligação da excitação; a hipótese, apresentada em 1920, de que essa ligação seria condição para que o princípio do prazer se tornasse dominante parece não fazer sentido, se levarmos em conta a afirmação de Freud de que o princípio do prazer governa de forma dominante em uma parte do Isso. Essa é outra questão que permanece em aberto. De qualquer maneira, Freud mantém a ideia de que haveria um funcionamento que antecederia aquele regido pelo princípio do prazer, o qual estaria diretamente a serviço da pulsão de morte e se caracterizaria por uma compulsão à repetição.

A indefinição quanto às relações entre a memória, a percepção e a consciência, que está presente nos artigos metapsicológicos de 1915, desaparece em 1920. Em *Além do princípio do prazer* e em *O eu e o isso*, Freud identifica claramente o órgão responsável pela recepção dos estímulos externos (P) com aquele responsável pela produção de qualidades sensoriais (Cc), além de afirmar a precedência da percepção-consciência em relação à memória. Comentamos acima o modo como essas suposições implicam uma série de modificações nas hipóteses que haviam sido desenvolvidas na teoria até então. A consciência perceptiva passa a ser pensada como um fenômeno que precede a constituição da representação. Visto que esta última consistiria em um processo associativo, parece ser preciso supor que a memória sempre reorganiza, de alguma maneira, as percepções,

o que teria como consequência que uma rememoração de algo sempre seria diferente da percepção original. O mecanismo de formação do sonho teria que ser explicado de maneira distinta, e a hipótese de que toda percepção antes de se tornar consciente sofreria um processo de elaboração pela memória parece estar sendo deixada de lado. No capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud havia descrito o mecanismo da elaboração secundária, que estaria presente não só no sonho, mas em toda percepção, em função do percurso que a excitação proveniente do mundo externo teria que percorrer antes de chegar ao sistema responsável pela consciência. Ou seja, seria justamente o fato de toda excitação de origem sensorial percorrer os sistemas de memória antes de alcançar o sistema Cc que explicaria que todo conteúdo perceptivo fosse alvo de uma elaboração antes de se tornar consciente. Com a inversão da relação entre a memória e a consciência, essa hipótese da elaboração secundária não parece poder mais ser sustentada. Primeiro, os estímulos externos dariam origem a percepções conscientes para, depois, seguirem para os sistemas de memória e constituírem as representações que, essas, sim, poderiam consistir numa reelaboração daquilo que foi percebido.

Contudo, não parece haver razão para supormos que nossas percepções seriam cópias fiéis dos estímulos que incidissem sobre a periferia do sistema nervoso, tendo em vista as hipóteses desenvolvidas por Freud desde 1891 sobre o processo de condução das informações sensoriais da periferia do sistema nervoso ao córtex. Apesar dessas modificações, Freud parece manter a hipótese da existência de algo como um mecanismo da “atenção”, o que indica que a ideia de que nem tudo o que produz qualidade é de fato conscientemente percebido continua presente na teoria. Em *O eu e o isso*, Freud reconhece que o pensamento com palavras não é a única forma de pensamento que pode tornar-se consciente, pois há também pensamentos que se tornam conscientes a partir da ativação de imagens visuais. Contudo, ele reafirma a ideia de que seria o vínculo com as representações-palavra que tornaria um processo suscetível de consciência. Portanto, permanece essa contradição: o que torna um processo suscetível de tornar-se consciente é a associação com as palavras, mas a palavra não é a única coisa por meio da qual um processo de pensamento se torna consciente em estado normal, isto é, sem ser de forma alucinatória.

Argumentamos no início deste capítulo que, nesse último período de sua obra, Freud parece manter as mesmas hipóteses sobre a natureza do psíquico inconsciente e, como consequência, sobre o estatuto da metapsicologia. Com isso, pode-se ensaiar uma resposta para a questão que colocamos no início: se Freud manteve as mesmas hipóteses defendidas no *Projeto...* por toda a obra ou se em algum momento ele as abandonou para retomá-las posteriormente. No *Esboço de psicanálise*, Freud expõe, talvez de forma mais clara do que em qualquer outro texto, sua hipótese de que o psíquico inconsciente, em si, consistiria em processos

nervosos. Ele também parece ser bem mais claro do que nos textos precedentes sobre a relação entre o psiquismo inconsciente e a consciência: haveria uma relação de “paralelismo” ou de “concomitância” entre eles. Essas ideias permearam toda a obra, mas elas são apresentadas de forma bem mais explícita em seu início – isto é, no *Projeto...* – e no seu término – no *Esboço de psicanálise*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Sobre a concepção das afasias*, Freud demonstra que os pressupostos sobre os quais se assentava a concepção localizacionista das afasias eram clínica e conceitualmente insustentáveis. Essa concepção se baseava na suposição de que cada uma das diferentes funções da linguagem estaria localizada em uma região específica do córtex e de que as várias funções seriam executadas de forma independente umas das outras. Apenas esse pressuposto tornaria possível inferir, a partir das manifestações clínicas das afasias, a localização da lesão, assim como a partir desta inferir as características do distúrbio, tal como propõe o localizacionismo. Outro pressuposto presente nas teorias localizacionistas era o de que os fenômenos fisiológicos possuiriam as mesmas características dos fenômenos psicológicos. Dessa forma, a um simples psíquico – uma ideia simples – deveria corresponder um simples fisiológico – um engrama contido numa célula cortical. Nenhum dessas duas suposições seria legítima, segundo o que defende Freud e, assim, a teoria sobre elas construída também não se sustentaria. Retomemos esses dois pontos da crítica freudiana. Freud argumenta que a relação entre a localização anatômica e o funcionamento do sistema nervoso não é tão simples como supunha o localizacionismo. A partir da análise de vários casos de afasias e de dados sobre como as funções da linguagem são prejudicadas nessas patologias, ele conclui que é preciso supor que as várias funções dependam em diferentes graus umas das outras e que uma mesma área possa abrigar mais de uma função. Disso se segue que não é possível, a partir apenas da localização da lesão, inferir qual seria a função desempenhada por aquela região anatômica, assim como não é possível, apenas a partir das características dos sintomas, inferir a localização da lesão. Freud, assim como Jackson, chama a atenção para a necessidade de atentar para os sintomas positivos da doença – para o funcionamento que, a despeito das lesões, permanece ocorrendo – e não apenas para os sintomas negativos, como fazia o localizacionismo. Ele propõe que a área da linguagem seja uma área homogênea, onde ocorreriam processos funcionais similares, e explica as características desses processos levando em consideração, principalmente, as características clínicas dos transtornos de linguagem.

Podemos dizer que, em relação à abordagem localizacionista, a perspectiva freudiana retira parte da importância dada à anatomia e reforça a importância da análise dos dados clínicos. O melhor exemplo disso é a forma como Freud infere as características da aprendizagem da linguagem. A partir da observação da maneira como a linguagem se desintegra nas afasias, ele conclui que a concepção de Meynert a respeito do modo como os correlatos das ideias se distribuem no córtex não pode ser mantida e formula uma hipótese substitutiva, mais adequada, a seu ver, aos

fatos clínicos, tais como ele os considera. Parece-lhe estar claro, nesse momento, que a neurologia não pode ser construída independentemente da observação clínica cuidadosa dos sintomas neurológicos: muitas vezes, a análise dos sintomas forneceria dados mais valiosos para a compreensão do funcionamento cerebral do que os dados anatômicos tomados isoladamente. Essa “independência” relativa do funcional em relação ao anatômico e essa possibilidade de formular hipóteses sobre o funcionamento do cérebro a partir, sobretudo, de dados clínicos patológicos é, acreditamos, a premissa que vai permitir a Freud continuar desenvolvendo suas especulações neuropsicológicas, mesmo longe dos laboratórios de anatomia e de fisiologia, durante o restante de sua obra. Por isso, parece possível argumentar, que o mais importante na ruptura de Freud com o localizacionismo foi a adoção da concepção da independência relativa do funcional em relação ao anatômico. É isso o que lhe vai permitir continuar desenvolvendo sua metapsicologia, isto é, seus modelos teóricos sobre as propriedades dos processos cerebrais que compõem o psíquico inconsciente.

Argumentamos que, a partir do capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud deixa de lado aquilo que, desde seu texto de 1891, já poderia ter sido descartado: a tentativa de estabelecer uma localização anatômica precisa para o aparelho. Concordamos, assim, em linhas gerais, com a seguinte observação de Solomon:

A teoria da mente em Freud, que ele já começou a formular de maneira sistemática em 1895, começa com uma aceitação explícita de um modelo neurofisiológico e parcialmente neuro-anatômico. (...) Freud nunca abandona seu modelo neurofisiológico (...) ele abandona as limitações neuro-anatômicas desse modelo (SOLOMON, 1976, p. 40).

A partir do capítulo 7, contudo, ele deixa de formular sua teoria do aparelho psíquico em termos explicitamente neurofisiológicos, mas nunca deixou de acreditar que os processos representados por este aparelho consistiam em processos cerebrais, nem que sua teoria sobre o aparelho psíquico fosse uma teoria sobre a parte dos processos cerebrais que correspondem ao mental. O modelo neurofisiológico do *Projeto*... nunca foi, portanto, propriamente abandonado; o que teria sido abandonado – provisoriamente, como Freud seguidamente observa – seria apenas a tentativa de estabelecer uma correspondência anatômica para o aparelho e a tentativa de explicar seus processos em termos neurológicos. Como observa, mais uma vez, Solomon:

Freud perde as esperanças de que a neurologia progredirá suficientemente no decorrer de sua vida para que possa completar o modelo neuro-anatômico. Assim que suas

esperanças juvenis dão lugar à urgência da idade avançada, Freud substitui o modelo dependente-da-anatomia do “Projeto”, por um “aparelho psíquico” independente, quase espacial, o qual nos fornece – em termos contemporâneos – uma localização funcional dos processos psíquicos sem que fiquemos na dependência de traçar um mapa deste aparelho sobre o cérebro (SOLOMON, 1976, p. 53).

Voltando ao texto sobre as afasias, Freud critica ali também outro dos pressupostos da concepção localizacionista de Meynert e Wernicke: o de que os fenômenos fisiológicos e os psicológicos possuiriam as mesmas características. Esse pressuposto estaria na base da hipótese de que a uma ideia simples corresponderia um engrama contido em uma célula individual, assim como da distinção, no plano neurológico, entre a associação e a representação. Ele propõe que um simples psíquico – uma ideia simples – sempre corresponde a um complexo neurológico – um processo associativo. Seguindo os passos de Jackson, adota a doutrina da concomitância e mantém a restrição do psíquico ao consciente.

Vimos que nos textos dos anos seguintes Freud já manifesta sua dúvida quanto a identificar o psíquico ao consciente. Em 1894, ele levanta a questão dos processos inconscientes que estão por trás das neuroses serem processos somáticos, dos quais a consciência poderia surgir, ou serem processos mentais. A primeira tomada de posição em favor da ideia de uma mente inconsciente, como vimos, está no *Projeto...* e a justificativa para essa tomada de posição aparece nos textos posteriores: no artigo metapsicológico sobre o inconsciente de 1915 e também no *Esboço de psicanálise* (1938). No *Projeto...*, Freud passa a chamar de psíquico aqueles processos neurológicos que, em 1891, haviam sido considerados como sendo apenas os correlatos fisiológicos do mental. A representação deixa de ser o concomitante psíquico de um processo cortical associativo e passa a ser definida como o próprio processo cortical. O psíquico inconsciente corresponderia a esses processos associativos corticais, e a consciência seria o “lado subjetivo” de apenas uma parte desses processos. Ao defender essas hipóteses no *Projeto...*, não estaria Freud fazendo exatamente o que ele criticara no ensaio sobre as afasias, ou seja, confundindo o domínio do psíquico e do neurológico? Lembremos da seguinte questão por ele levantada em 1891:

É justificado submergir uma fibra nervosa, que ao longo de todo o seu curso havia sido somente uma estrutura fisiológica sujeita a modificações fisiológicas, com sua terminação no psíquico e dotar essa terminação de uma representação ou recordação? (FREUD, 1891a, p. 97; 1891b, p. 69).

A resposta dada por Freud a essa questão em 1891 foi negativa: ele sustentara ali que o mental seria algo que surgiria concomitantemente a uma parte dos processos associativos corticais. No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud comenta que a restrição do psíquico ao consciente, entre outras coisas, nos colocaria diante das dificuldades insolúveis do paralelismo psicofísico. Caso se postule que o psíquico se restrinja ao consciente, os processos inconscientes, que a experiência clínica atesta existir, teriam que ser considerados como processos puramente somáticos. Nesse caso, uma psicologia que não quisesse se restringir apenas aos fenômenos conscientes teria que transitar entre dois domínios diferentes: o do psíquico (consciente) e o do físico (inconsciente, mas que, como diz Freud, preenche as lacunas da consciência).

Mas, como diz Freud em 1894, caso se atribua uma “natureza psíquica” aos processos inconscientes, duas alternativas parecem então abrir-se. Uma delas é manter o paralelismo psicofísico e afirmar que a série psíquica é parte consciente e parte inconsciente; Solms e Strachey parecem crer que essa é a hipótese adotada por Freud. Outra alternativa seria abandonar o paralelismo e colocar todo o psíquico no âmbito do físico; ou seja, supor que o psíquico consiste em processos físicos, parte dos quais é consciente e parte não. Nesse caso, todo o psíquico seria material, e a psicologia estaria totalmente dentro do campo da ciência natural e seria, em última instância, indissociável da neurologia.

Poderíamos afirmar, com segurança, que essa fosse a hipótese assumida por Freud – uma vez que ele repete inúmeras vezes que a psicanálise é uma ciência natural e que os processos inconscientes são processos cerebrais – se deixássemos de levar em conta o que ele diz a respeito da consciência. Ele afirma que a consciência está fora do campo da ciência natural, embora não fique claro se, em sua opinião, essa seria uma impossibilidade provisória ou definitiva. Sabemos que uma psicologia que se restringisse aos dados conscientes não poderia se configurar como uma ciência natural, porque, como é esclarecido em 1915, a consciência não forma uma série causal ininterrupta, de acordo com a teoria freudiana. Mas o fato de Freud afirmar que a consciência surge concomitantemente aos processos psíquicos inconscientes dá margem para pensarmos que sua natureza não seria material.

Haveria ainda a alternativa – talvez a mais estranha de todas – de assumir um dualismo dentro do mental. Os processos inconscientes que determinam os processos conscientes seriam processos físicos que ocorrem no córtex, mas seriam, ao mesmo tempo, psíquicos e, então, a mente seria em parte inconsciente e material e em parte consciente e de natureza distinta e imaterial. Dessa forma, o paralelismo e o dualismo substancial por ele implicado teriam sido mantidos, mas, em vez de se tratar de um dualismo entre o físico e o psíquico, tratar-se-ia de um dualismo já presente dentro do âmbito do psíquico. Este seria em parte material

(sua parte inconsciente) e em parte imaterial (sua parte consciente). Portanto, parte da psicologia estaria dentro do campo da ciência natural – a psicologia do inconsciente – e parte dela estaria fora do campo da ciência natural. À primeira vista, pode parecer que as hipóteses de Freud se inclinam mais para essa última alternativa. Mas será possível sustentar isso?

Argumentamos, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, que, no *Projeto...*, Freud identifica explicitamente a mente inconsciente a processos cerebrais. Nesse texto, ele fornece uma resposta bastante explícita à questão levantada em *As neuropsicoses de defesa* (1894) sobre dever ou não atribuir uma “natureza psíquica” aos processos inconscientes, e essa resposta é: sim, são processos psíquicos quanto à sua função, mas são também processos físicos quanto à sua composição. Argumentamos também que, nos textos metapsicológicos subsequentes, embora Freud não seja mais tão explícito quanto no *Projeto...*, há várias indicações de que ele manteve essa identificação do psíquico inconsciente a processos cerebrais, o que volta a ser afirmado explicitamente no *Esboço de psicanálise* (1938). Uma das questões que este trabalho tinha como objetivo responder era se, no período que se intercala entre a redação do *Projeto...* e a publicação do *Esboço...*, a posição de Freud se manteve inalterada ou se, nesse último texto, Freud estaria retomando suas ideias iniciais, abandonadas em algum momento do período intermediário de sua obra. Concluímos que a primeira alternativa parece ser a que melhor corresponde ao que é afirmado textualmente: as inúmeras passagens em que ele afirma sua crença na provisoriedade da abordagem exclusivamente psicológica do inconsciente, além de várias outras de suas considerações que mencionamos à medida que avançava nosso comentário, nos permitiram extrair essa conclusão.

A incerteza que fica nos textos freudianos é quanto à natureza da consciência, pois, a respeito do inconsciente, a posição do autor é clara. Resta-nos, portanto, as outras duas possibilidades: ou todo o psíquico consistiria em processos cerebrais – isto é, Freud seria defensor de um materialismo psicológico (o que, se levamos em conta suas influências científicas mais diretas, parece bastante plausível) – ou ele teria instaurado um dualismo de substâncias dentro do domínio do psíquico. O dualismo não se daria, para ele, entre a mente e o corpo, mas entre a mente (consciente) e a mente (inconsciente); parte do psíquico seria “material” e parte “imaterial”. Com isso, os problemas implicados pelo dualismo substancial seriam trazidos para dentro do próprio campo do mental.

Portanto, o principal problema teórico que se apresenta à reflexão metapsicológica é o da relação entre o psíquico inconsciente e a consciência. Seria a consciência o efeito de uma parte dos processos físicos que ocorrem em nosso cérebro? Ou seria a consciência um fenômeno de natureza diferente que emergiria em paralelo a uma parte dos processos cerebrais? Retomemos, para discutir essa questão, as poucas passagens em que há referências explícitas à relação entre os processos cerebrais e a consciência. No *Projeto...*, Freud diz:

(...) consciência é, aqui, o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos no sistema nervoso, isto é, dos processos ω ; e sua supressão não deixa inalterada a ocorrência psíquica, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω (FREUD, 1895/1950a, p. 400; 1895/1950b, p. 187).

No *Esboço de psicanálise*, por sua vez, podemos ler:

(...) esses processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo que não haveria alternativa a não ser adotar a suposição de certos processos físicos ou somáticos concomitantes do psíquico, aos quais parece necessário atribuir uma perfeição maior do que às séries psíquicas, pois alguns deles têm processos conscientes paralelos e outros não. Isso sugere, de uma maneira natural, por o acento, na psicologia, sobre esses processos somáticos, reconhecer neles o psíquico genuíno e buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes (FREUD, 1938a, p. 156).

Nessa última passagem, o autor propõe uma relação de paralelismo (ou de concomitância) entre os processos físicos – que constituiriam o psíquico inconsciente – e os fenômenos conscientes (os termos “concomitante” e “paralelo” parecem ser usados como sinônimos). Essa afirmação do *Esboço de Psicanálise* parece ser a mais clara a respeito de como ele concebia a relação entre os processos inconscientes e a consciência. Mas dizer que a consciência surge concomitantemente aos processos físicos inconscientes – ou que ela é o lado subjetivo desses processos – implica supor que se trata de fenômenos de natureza diferente?³³ Embora nunca tenha dito isso claramente, a sua afirmação de que os processos mentais conscientes não podem ser abordados desde uma perspectiva científico-naturalista pode dar margem para esse tipo de interpretação. Mas essa não parece ser a única alternativa concebível. O seguinte comentário de Chomsky é pertinente ao problema em questão:

Nós não somos forçados, como o foi Descartes, a postular uma segunda substância quando lidamos com fenômenos que não podem ser expressos em termos de matéria em movimento. (...) É uma questão interessante saber se o funcionamento e a evolução da mentalidade humana podem ser acomodados dentro do esquema das explicações físicas, assim como é entendido atualmente, ou se existem princípios novos, agora desconhecidos, que precisam ser revelados, talvez princípios que surgem apenas em níveis mais altos de organização do que os que agora podem ser submetidos à investigação física (apud Nagel, 1976, p. 35).

33 Nagel faz o seguinte comentário, aliás pouco esclarecedor, a esse respeito: “Dizer que a consciência é o “lado subjetivo” de um certo tipo de processo neurofisiológico não é compatível com o dualismo, mas também pode ser um erro chamar isto de materialismo” (NAGEL, 1976, p. 32).

Seria por serem de natureza diferente que os fenômenos conscientes não poderiam ser abordados de uma perspectiva científico-naturalista? Ou se trataria de uma limitação da nossa capacidade de conhecimento? Essa impossibilidade seria provisória ou definitiva? Na filosofia da mente, há uma concepção da relação mente-corpo, chamada de “dualismo de propriedades”, que sustenta que os estados mentais sejam uma “propriedade especial” que emerge da substância material.³⁴ Ao contrário do emergentismo materialista, o dualismo de propriedades sustenta que essa propriedade especial não poderia ser descrita em termos físicos. Os estados subjetivos seriam produzidos pelo cérebro; no entanto, eles nunca poderiam ser integralmente mapeados em termos de estados cerebrais. Trata-se, portanto, de uma posição materialista – pois não se postula uma substância adicional – que, no entanto, nega a possibilidade de reduzir o mental às propriedades físicas do cérebro. O adepto do dualismo de propriedades não acredita na possibilidade de que uma descrição física do mundo possa ser tão completa a ponto de nela poderem ser incluídos também os fenômenos mentais conscientes, mas aceita a existência de uma conexão causal entre o físico e o mental.

Essa hipótese do dualismo de propriedades – que como todas as outras formuladas para conceber a relação mente-cérebro não deixa de ser problemática – é interessante por se manter dentro de uma postura materialista e, ao mesmo tempo, recusar a possibilidade de explicar o mental em termos de processos físicos. Essa seria uma alternativa para pensarmos que, do fato de Freud afirmar que a consciência não pode ser abordada de uma perspectiva científico-naturalista, não se segue necessariamente que os estados conscientes sejam fenômenos de natureza distinta.

Como procuramos justificar anteriormente, é preciso pensar a concepção de Freud a respeito da relação mente-cérebro em duas etapas. Por um lado, haveria a relação entre os processos cerebrais e a mente inconsciente e, por outro, a relação entre os processos físicos que compõem a mente inconsciente e a consciência. Os processos cerebrais que constituiriam o psíquico inconsciente apresentariam certa organização específica e, devido a essa organização, eles adquiririam propriedades que poderiam ser chamadas de mentais. Portanto, ele parece supor que parte do cérebro executa processos com uma organização tal que faz emergirem as propriedades que podem ser chamadas de mentais.

Freud parece aplicar ao âmbito do psíquico as concepções de Jackson a respeito da organização do sistema nervoso. Como vimos, segundo este autor, o sistema nervoso possuiria três níveis diferentes de evolução, que se refletiriam em sua estrutura: o inferior, o intermediário e o superior. O nível superior evoluiria a partir do intermediário, este a partir do inferior e, este, a partir da periferia

34 Os principais defensores dessa ideia, no século XX, foram Thomas Nagel e David Chalmers.

sensorio-motora do sistema nervoso. Na normalidade, o nível superior prevaleceria sobre os inferiores; nos diversos estados patológicos, contudo, ele sucumbiria total ou parcialmente, possibilitando uma liberação dos processos típicos dos níveis inferiores. A forma como Freud concebe a relação entre os processos primários e os secundários parece poder ser entendida de modo muito semelhante. Os processos de nível superior – os secundários – surgiriam a partir dos de nível inferior – os primários – como consequência da sobre-associação produzida pelas palavras. Na normalidade, os processos secundários prevaleceriam, podendo sucumbir total ou parcialmente nas patologias. Podemos pensar que há uma relação do mesmo tipo entre os processos psíquicos inconscientes e os demais processos nervosos (aqueles que não podem ser descritos como psíquicos): alguma modificação nas características dos processos cerebrais faria emergir as propriedades do processo primário, as quais poderiam, então, ser chamadas de mentais.

Podemos pensar, assim, que o processo primário emergiria dos demais processos nervosos, o processo secundário emergiria do primário e aqueles processos acompanhados de consciência emergiriam a partir de alguns dos processos secundários? Haveria entre a consciência e o processo secundário uma relação semelhante àquela que há entre o processo primário e o secundário? Essa também é uma possibilidade de interpretação. Seria a consciência um fenômeno emergente em relação a uma parte dos processos psíquicos inconscientes, mas que, assim como propõe o dualismo de propriedades, não poderia ser explicado em termos físicos? Essa impossibilidade seria definitiva ou provisória? Pode-se dizer Freud tenha mantido consistentemente uma postura materialista? Todas essas questões permanecem em aberto.

Mas, voltemos à questão anterior: a partir do *Projeto...*, Freud passa a considerar legítimo “submergir uma fibra nervosa (...) com sua terminação no psíquico e dotar essa terminação de uma representação ou recordação” (FREUD, 1891a, p. 97; 1891b, p. 69), ao contrário do que defendia em *Sobre a concepção das afasias*? Ao que tudo indica, sim, uma vez que ele passa a considerar que a própria representação é um processo cortical associativo e não mais o concomitante psíquico desse processo. Freud teria, então, passado a fazer aquilo que ele condenou em 1891, ou seja, confundir os domínios do psíquico e do fisiológico? Não parece ser totalmente exato falar em confundir dois domínios, pois, para que eles fossem confundidos, seria preciso que eles fossem considerados como diferentes. O fato é que, a partir do *Projeto...*, ao menos uma parte do psíquico passa a ser concebida como consistindo em processos cerebrais; portanto, não se trata de confundir os domínios do psíquico e do fisiológico, mas de identificá-los parcialmente. Uma parte dos processos cerebrais constituiria o que Freud chama de psíquico inconsciente; contudo, desde outra perspectiva, continua valendo o alerta anterior de Freud, pois, em *Sobre a concepção das afasias*, quando alertava contra a confusão entre

o psíquico e o fisiológico, Freud se referia especificamente aos dados da nossa consciência. Ele diz:

Na psicologia, a representação simples é para nós algo elementar que podemos diferenciar claramente de sua conexão com outras representações. Esta é a razão porque nos sentimos tentados a presumir que o seu correlato fisiológico (...) seja também algo simples e localizável (FREUD, 1891a, p. 99; 1891b, p. 70).

Nesse momento, representação ainda é concebida como algo necessariamente consciente. Como vimos, Freud adere aí à doutrina da concomitância e procura diferenciar claramente a representação de seu correlato fisiológico. Portanto, quando alerta para a confusão entre o psicológico e o fisiológico, Freud está entendendo, por psicológico, o consciente. A psicologia da consciência diferencia entre representação e associação; essa diferenciação, contudo, não pode ser atribuída ao correlato fisiológico da representação, argumenta Freud. Mas, quando ele passa a identificar a representação a esse mesmo correlato fisiológico de que fala em 1891, continua sendo necessário diferenciar entre as características do que agora passa a ser a representação – um processo associativo cortical cujas propriedades funcionais podem ser descritas como mentais – e as características da experiência consciente que o sujeito possa ter dessa representação. Na nossa experiência consciente, parece haver uma distinção entre representação e associação, mas a representação, considerada nela mesma, é indissociável do processo associativo que a constitui. Portanto, continua sendo necessário distinguir entre as propriedades da nossa experiência consciente e aquelas dos processos fisiológicos que correspondem ao psíquico inconsciente.

Mas por que falar de um psíquico inconsciente? Retomemos os argumentos usados por Freud para justificar esse conceito. No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, Freud argumenta que a identificação do psíquico ao consciente não pode ser justificada, em primeiro lugar, porque ela consistiria numa “convenção inadequada” formulada por algumas doutrinas filosóficas e psicológicas. Contudo, prossegue Freud, a razão pela qual essa convenção não é adequada é, em primeiro lugar, porque ela “superestima sem fundamentação visível o papel da consciência”. A experiência clínica com as neuroses lhe convencera que há ideias que permanecem afastadas da consciência, inacessíveis a ela e, não obstante, capazes de influir sobre a atividade psíquica consciente. A partir de sua experiência clínica, Freud conclui que a identificação do mental ao consciente – a hipótese segundo a qual toda representação é consciente – não pode ser sustentada. Trata-se, portanto, de uma convenção que se teria revelado contraproducente. Parece justificável, assim, abandoná-la e substituí-la por outra melhor, por uma que pareça adequar-se mais aos fatos ou ser mais fecunda. E é exatamente isso o que ele faz: estabelece que

o psíquico é muito mais vasto do que a consciência; que a consciência é algo que pode vir ou não a se acrescentar a uma pequena parte das nossas representações. Como afirmado em *O eu e o íssso*: “a consciência é uma qualidade do psíquico que pode se agregar a outras qualidades ou faltar” (FREUD, 1923b, p. 15).

O fenômeno da sugestão pós-hipnótica e os sintomas neuróticos tinham indicado que é possível haver ideias ausentes na consciência e, no entanto, ativas e capazes de exercer efeitos sobre a mesma. Esses fatos convenceram Freud de que pode haver representações insuscetíveis de consciência e ativas na mente, isto é, de que há um inconsciente dinâmico. A análise dos sonhos, posteriormente, lhe revelou que esse inconsciente era regido por leis diferentes daquelas que regem os processos mentais suscetíveis de consciência. O sonho mostrou também que a existência de um campo psíquico insuscetível de consciência não está presente apenas nas psicopatologias, mas faz parte da vida mental normal. Dessa maneira, Freud constrói suas hipóteses, principalmente, a partir de dados oriundos da observação psicológica. Se suas observações clínicas revelaram que há no psíquico algo que parece possuir todas as características de uma representação, mas permanece inconsciente, assim como revelaram que os dados conscientes são lacunares, então a hipótese de que toda representação é consciente não parece mais dever ser sustentada: ela não possuiria justificção suficiente, uma vez que a vinculação exclusiva entre a representação e a consciência consistiria numa mera convenção e que uma convenção se justifica pelo seu poder explicativo. Também não é possível supor que essas representações afastadas da consciência permaneçam nesse estado por serem pouco intensas, de forma que haveria apenas uma diferença de intensidade entre o psíquico suscetível e o insuscetível de consciência; as neuroses, sobretudo, teriam mostrado que representações muito intensas podem permanecer insuscetíveis de se tornarem conscientes.

Em várias ocasiões, Freud chama a atenção para essas questões. Em *O eu e o íssso*, por exemplo, ele argumenta:

Para a maioria das pessoas de formação filosófica, a ideia de algo psíquico que não seja também consciente é tão inconcebível que lhes parece absurda e descartável por mera aplicação da lógica. Creio que isto se deva unicamente a que nunca tenham estudado os fenômenos da hipnose e do sonho, que – prescindindo inteiramente do patológico – impõem forçosamente essa concepção. Sua psicologia da consciência certamente é incapaz de solucionar os problemas do sonho e da hipnose (FREUD, 1923a, p. 283; 1923b, p. 15).

Na continuação do mesmo texto, ao comentar que, mesmo fora da consciência, as representações continuam existindo de forma latente, Freud diz:

Os filósofos, sem dúvida, objetarão: “Não, o termo “inconsciente” é inteiramente inaplicável aqui; a representação não era nada de psíquico enquanto se encontrava no estado de latência”. Se já neste ponto o contradisséssemos, cairíamos em uma disputa verbal, com a qual nada ganharíamos. Mas, vejamos, chegamos ao termo ou conceito de inconsciente por outro caminho: pelo processamento de experiências nas quais desempenha um papel a “dinâmica” psíquica. Averiguamos – isto é, nos vimos obrigados a supor – que existem processos psíquicos ou representações muito intensas (...) que, como quaisquer outras representações, podem ter plenas consequências para a vida psíquica – inclusive consequências que podem se tornar conscientes na qualidade de representações –, só que elas mesmas não se tornam conscientes (FREUD, 1923a, p. 283; 1923b, p. 16).

Portanto, em primeiro lugar, a partir de sua experiência com as neuroses, com a sugestão hipnótica e outros fenômenos, Freud concluiu que a restrição do mental ao consciente consistia em uma convenção inadequada. No artigo metapsicológico sobre o inconsciente, ele aponta um segundo motivo pelo qual a identificação do psíquico ao consciente seria uma convenção inadequada: ele afirma que, além de superestimar sem fundamentação visível o papel da consciência, tal identificação restringe em muito o campo da investigação psicológica e nos precipita nas dificuldades do paralelismo psicofísico. A consciência é lacunar; os fenômenos conscientes, além de corresponderem a apenas uma parte do mental, são determinados por processos inconscientes e, muitas vezes, principalmente, no caso das psicopatologias, só podem ser compreendidos tendo em vista essa determinação. Uma psicologia que lida apenas com a consciência não poderia explicar uma série de manifestações psíquicas, tais como os sintomas psicopatológicos, os sonhos, os atos falhos, pois a compreensão dessas manifestações não pode prescindir da referência ao inconsciente. Thomas Nagel descreve da seguinte maneira a situação de Freud ao postular a existência de um psíquico inconsciente:

Freud parece ter chegado nessa suposição pelo seguinte processo de raciocínio: se for tentado construir a ciência da psicologia lidando apenas com processos conscientes, a tarefa parece ser impossível, porque existem demasiadas lacunas causais evidentes. O material consciente é fragmentário e não é sistemático, portanto, provavelmente será compreendido teoricamente em termos que não vão além. É natural supor essas lacunas preenchidas por processos neurofisiológicos, os quais de tempos em tempos originam estados conscientes. E os propósitos da unidade teórica são mantidos supondo que, em vez de uma alternância e interação entre os processos físicos inconscientes e processos mentais conscientes, existe um sistema físico causalmente completo, entretanto, com alguns processos

que como complemento têm a propriedade da consciência, ou têm concomitantes conscientes. Assim o mental surge como o efeito de um certo tipo de processo físico. Uma reflexão maior, contudo sugere que talvez seja um erro identificar o mental com esses efeitos conscientes, e que ele deveria ser identificado com os próprios processos físicos (...) já que a natureza verdadeira dos processos mentais que se apresentam à consciência é física, com a consciência sendo apenas uma qualidade adicional deles, não pode haver objeção em também descrever como mentais esses processos intermediários, ocorrendo no mesmo sistema físico, os quais não se apresentam à consciência apesar de eles em muitos detalhes poderem ser física e funcionalmente semelhantes aos que se apresentam a ela (NAGEL, 1976, p. 27).

Mas, se a restrição do mental ao consciente é uma convenção inadequada, continua Freud no artigo metapsicológico sobre o inconsciente, a suposição de um psíquico inconsciente é, ao contrário, “necessária, legítima e pode ser provada”. É necessária, diz ele, porque os dados da consciência são lacunares e não podem ser compreendidos sem a suposição da existência de processos psíquicos inconscientes. O fato de que essa suposição permite compreendê-los – ou seja, o fato de que a suposição de processos psíquicos inconscientes preenche as lacunas encontradas na explicação dos atos conscientes e lhes atribui um sentido – tornaria legítima sua suposição.

Além disso, a suposição de um psíquico inconsciente pode ser considerada legítima também porque, para estabelecê-la, não foi necessário nos afastarmos do nosso modo habitual de pensamento, que se tem por correto, argumenta Freud. A cada um de nós, diz ele, a consciência fornece somente o conhecimento dos nossos próprios estados psíquicos. A hipótese de que outro ser humano possua também consciência é uma inferência, um raciocínio a que chegamos por analogia, com base nas manifestações e ações desse outro, a fim de tornar sua conduta compreensível para nós. Essa seria, aliás, a única maneira que possuímos para compreender o comportamento alheio. A psicanálise propõe que esse mesmo raciocínio se volte para a própria pessoa, embora não tenhamos nenhuma inclinação espontânea para isso. Agindo dessa forma, todos os atos e exteriorizações que notássemos em nós e não conseguíssemos relacionar com o restante de nossa vida psíquica seriam julgados como se eles pertencessem a outra pessoa e seriam esclarecidos atribuindo-se a esse outro uma vida psíquica própria. A partir desse raciocínio, chegamos à suposição de um inconsciente, de uma atividade psíquica que permanece excluída da nossa consciência, embora a influencie. Dessa forma, diz Freud: “A suposição psicanalítica da atividade psíquica inconsciente nos aparece, por um lado, como uma continuação do animismo primitivo, que em todo lugar espelhava homólogos de nossa consciência (...)” (FREUD, 1915a, p. 130; 1915b, p. 167).

Freud defende que a suposição do inconsciente pode ainda ser provada, uma vez que, a partir dela, foi possível construir um procedimento que permite influenciar com êxito sobre o curso dos processos conscientes: esse êxito poderia ser tomado como uma prova empírica da existência do inconsciente. Também os experimentos hipnóticos, em particular o fenômeno da sugestão pós-hipnótica, manifestariam de maneira palpável a existência e o modo de ação do inconsciente.

Freud considera que não só é necessário e legítimo supor a existência do inconsciente, como é preciso reconhecer nele o “psíquico genuíno”. No *Projeto...*, Freud tentara explicá-los a partir de conceitos neurológicos. A partir do capítulo 7, no entanto, ele abandonou quase totalmente os termos neurológicos e passou a usar termos psicológicos para formular sua teoria sobre o aparelho psíquico. Essa mudança levou alguns estudiosos do pensamento freudiano a afirmarem que, a partir de *A interpretação dos sonhos*, Freud abandonou a neurologia e voltou-se para a psicologia. Procuramos argumentar, ao longo deste trabalho, que há boas razões para supormos que Freud não abandonou, em nenhum momento, a suposição de que a mente inconsciente consista em processos cerebrais e que, a partir do capítulo 7, ele apenas abandona – “provisoriamente”, como constantemente enfatiza – a tentativa de descrevê-los e explicá-los em termos neurológicos. A justificativa para esse modo de proceder é fornecida por Freud em diversas ocasiões.

Na carta à Fliess de 22 de setembro de 1898, como vimos, ele comenta que precisa se comportar “como se” apenas o psicológico estivesse em exame, porque não sabe como prosseguir, embora não tenha nenhuma inclinação para deixar a psicologia suspensa no ar sem uma base orgânica. Argumentamos que essa colocação de Freud sugere que ele não passou a conceber a mente inconsciente de uma forma diferente depois do *Projeto...*; o que parece ter acontecido foi que ele percebeu que explicá-los em termos neurológicos ainda não era viável. Contudo, como vimos, em várias passagens posteriores, ele diz acreditar que um dia isso seria possível. No artigo de 1915 sobre o inconsciente, Freud esclarece que, por um lado, não havia como fornecer uma explicação para os processos inconscientes em termos físicos, mas, por outro, era possível descrevê-los com as categorias até então aplicadas aos atos psíquicos conscientes. Diante disso, ele optou por abordá-los utilizando-se dessas categorias.

No texto de 1914 sobre o narcisismo, como vimos, Freud também manifesta claramente sua crença na provisoriedade das concepções psicológicas. Pode-se supor, a partir disso, que ele adotou provisoriamente *metáforas psicológicas* para formular sua teoria metapsicológica. Sua esperança parecia ser a de que um dia a metapsicologia pudesse ser substituída por uma neuropsicologia explícita e por uma descrição dos processos e mecanismos envolvidos que estivesse mais próxima da realidade. Como apontam Pribram e Gill, a metapsicologia posterior ao *Projeto...* é apenas ostensivamente psicológica, mas, quanto ao espírito e a essência,

é *neuropsicológica*, muito embora a neurologia tenha-se tornado implícita, em contraste com sua enunciação explícita no *Projeto...* (PRIBRAM & GILL, 1976, p. 8).

Para fecharmos a questão a respeito da justificativa da suposição de um psíquico inconsciente, comentemos brevemente algumas considerações a esse respeito feitas por Jerome Wakefield (1992). Este autor sistematiza de forma muito pertinente a justificativa freudiana para a suposição do psíquico inconsciente, além de ressaltar o quanto Freud é atual do ponto de vista da psicologia cognitiva, que se desenvolve a partir do fim do século 20.

Wakefield (1992) comenta que a psicologia do fim do século 19 era uma ciência da consciência. Brentano e William James, por exemplo, devotaram capítulos inteiros de seus principais trabalhos para mostrar que estados mentais inconscientes são uma impossibilidade e um absurdo. Em contraste com essa psicologia do século 19, diz ele, a psicologia cognitiva do último quarto do século 20 quase não estava mais preocupada com a consciência. O domínio de processos inconscientes na explicação do pensamento e das ações foi reconhecido, e o foco principal da psicologia cognitiva passou a ser “representações mentais conscientes e inconscientes”. Segundo Wakefield, Freud teria sido uma figura decisiva nessa transformação da psicologia de uma ciência da consciência para uma ciência das representações mentais. A maior contribuição de Freud para a psicologia moderna teria sido, assim, a separação por ele estabelecida entre representação e consciência.

Embora não tenha sido quem “descobriu” o inconsciente, Freud desempenhou um papel tão importante nessa transformação da psicologia de uma ciência da consciência para uma ciência das representações mentais porque ele teria fornecido o argumento mais sistemático, persuasivo e bem fundamentado para essa mudança. Além disso, reconstruído em termos modernos, o argumento freudiano para justificar a ideia de um psíquico inconsciente seria muito semelhante ao usado pelos cognitivistas contemporâneos.

Wakefield (1992) afirma que esse argumento pode ser repartido em três componentes e resumido como se segue. A primeira parte do argumento envolve a seguinte questão conceitual: “mental” não significa, necessariamente, “consciência”. A definição do termo “mental” não requer, apenas pelo seu próprio sentido, que estados mentais sejam conscientes. A “significação” de um termo de tipo natural e a “essência” à qual esse termo se refere são coisas diferentes. A definição da “essência” de um termo natural cabe à investigação científica, não se tratando de uma questão puramente semântica. Por exemplo, a palavra “água” foi inicialmente definida por referência ao líquido incolor encontrado nos rios, lagos, etc. Mesmo antes que a ciência descobrisse qual é a “essência” da água, teria sido possível inferir, a partir de certas evidências, que o gelo, por exemplo, também era constituído por água. Posteriormente, descobriu-se

a estrutura molecular da água (H₂O), e esta estrutura permitiu compreender as razões pelas quais se tratava da mesma substância. Quando isso ocorreu, no entanto, não faz sentido dizer que “água” passou a significar H₂O. A significação do termo água continuou sendo a mesma anterior, mas, a partir de então, a essência da água passou a ser conhecida e considerada como sendo H₂O. Uma vez que se conhece que H₂O é a essência da água, caso sejam encontradas outras coisas que possuem essa mesma essência, essas coisas também poderão ser reconhecidas como água, independentemente de suas propriedades observáveis. Portanto, decidir quais coisas do mundo podem ser chamadas de água é uma questão que deve ser estabelecida a partir da investigação científica.

Da mesma forma, o fato do termo “mental” ter sido definido primeiramente por referência a pensamentos, desejos, crenças, etc., “conscientes” não implica que só possa ser considerado mental aquilo que é consciente. Assim como não são apenas as substâncias líquidas que podem ser consideradas como sendo água, embora esse último termo tenha sido definido inicialmente por referência ao líquido, “mental” não significa “consciente”, da mesma maneira como “água” não significa “líquido”. Pois, mesmo antes de se descobrir qual é a essência do que é significado por um termo, é possível inferir a partir de determinadas observações que há outras coisas que também podem ser nomeadas por esse termo. Isso teria sido o que ocorreu com Freud. Mesmo sem conhecer a “essência” do mental, ele percebeu, a partir dos sintomas neuróticos, dos sonhos e da sugestão hipnótica, que havia processos inconscientes que, legitimamente, poderiam ser chamados de mentais. Se há dados empíricos que sugerem haver fenômenos com as mesmas características daquilo que se chama de mental e que não são conscientes, não haveria nenhum problema em considerar esses fenômenos como sendo mentais, assim como foi legítimo considerar o gelo como sendo água embora ele não seja líquido nem transparente, mesmo antes de se conhecer a estrutura molecular subjacente à água. Portanto, não há nenhum problema conceitual que impeça, em princípio, a suposição de uma mente inconsciente. Se há ou não justificativa para fazê-lo, é outra questão que deve ser resolvida pela investigação científica; trata-se de uma questão factual e não de uma questão semântica.

Estabelecido que “mente inconsciente” não é uma impossibilidade conceitual, nem uma contradição em termos, o segundo passo da argumentação seria decidir se essa suposição é “teoricamente” viável, argumenta Wakefield (1992). Para isso, em primeiro lugar, é preciso definir qual é a essência do mental e então estabelecer se coisas com essa essência podem ser inconscientes. É claro que, caso se parta do pressuposto de que a consciência é a essência do mental, supor que há uma mente inconsciente seria contraditório; contudo, para Freud, a consciência não constitui a essência do mental, mas apenas uma qualidade que se acrescenta a uma pequena parte deste. Wakefield argumenta que a essência do mental para

Freud é a representacionalidade de certos estados cerebrais, embora ele considere que essa seja uma suposição implícita na teoria.

Wakefield observa que a postulação de uma essência é, em grande parte, a postulação de uma causa subjacente ao fenômeno manifesto, a partir do qual a categoria foi selecionada em primeiro lugar. Por exemplo, o movimento de elétrons é a essência da eletricidade, porque os fenômenos que primeiramente foram usados para nomear eletricidade são, em última instância, explicáveis pelo processo subjacente do movimento ou fluxo de elétrons. Uma vez que o movimento de elétrons tenha sido estabelecido como a essência do fenômeno especificado, qualquer outro processo que tenha a mesma essência pode ser legitimamente categorizado como eletricidade. Mas, mesmo antes da essência ser conhecida, um fenômeno podia ser descoberto como fazendo parte da categoria eletricidade, a partir de evidências indiretas de que ele compartilha a mesma essência do fenômeno original. Wakefield argumenta que, assim como a maioria dos cientistas cognitivos atuais, Freud acreditava que o fator explicativo relevante do mental é a *estrutura representacional dos estados cerebrais*, independentemente da condição consciente ou não desses estados; a consciência seria apenas algo que se poderia acrescentar a um estado cerebral com estrutura representacional. Esta estrutura constituiria a essência do mental e seria, por princípio, independente da consciência; portanto, seria inteiramente legítima a suposição de uma mente inconsciente.

Wakefield chama a atenção para o fato de que Freud, assim como os cientistas da cognição, estava ciente de que considerar a representacionalidade dos estados cerebrais a essência do mental é uma postura provisória, e que uma resposta efetiva à pergunta pelas características dessa essência requer uma especificação detalhada da natureza do sistema representacional do cérebro. Wakefield cita a seguinte passagem de Freud, do texto *Algumas lições elementares sobre psicanálise*, onde ele se refere a essa questão:

Se alguém perguntar o que é propriamente o psíquico, seria fácil lhe responder remetendo-o a seus conteúdos. Nossas, percepções, representações, recordações, sentimentos e atos de vontade, tudo isso pertence ao psíquico. Mas, se essa inquirição prosseguisse e agora quisesse saber se todos esses processos possuem um caráter comum que nos permitisse apreender de uma maneira mais próxima a natureza ou, como também se diz, a essência do psíquico, seria mais difícil dar uma resposta. Se fosse dirigida uma pergunta análoga a um físico (por exemplo, acerca da essência da eletricidade), sua resposta – até há pouco tempo – teria sido: “Para explicar certos fenômenos supomos umas forças elétricas que são inerentes às coisas e partem delas. Estudamos esses fenômenos, achamos suas leis e ainda alcançamos aplicações práticas. Provisoriamente nos basta.

Quanto à essência da eletricidade, não a conhecemos; talvez mais tarde, com o progresso de nosso trabalho, a encontraremos. Confessamos que desconhecemos justamente o mais importante e interessante de todo o assunto, mas isso não nos perturba por hora. Nunca foi de outro modo nas ciências naturais (FREUD, 1938b, p. 284).

Então, seria teoricamente possível, segundo Freud, conceber uma mente inconsciente, porque se parte do pressuposto de que a essência do mental – a representacionalidade dos estados cerebrais – pode se realizar na ausência da consciência. Essa essência do mental só será de fato compreendida quando for possível especificar as características dos estados cerebrais que lhes conferem essas propriedades representacionais. Mas, mesmo antes de se alcançar esse esclarecimento, é legítimo supor que a consciência não seja uma propriedade inerente a todo o mental e, portanto, é legítima a suposição de uma mente inconsciente.

A terceira etapa da argumentação para a justificativa dos estados mentais inconscientes é estabelecer que esses estados não são apenas conceitualmente e teoricamente possíveis, mas que eles existem realmente. Desde o início de suas investigações sobre as neuroses, Freud se depara com fatos que podem ser tomados como evidências empíricas de que há processos mentais inconscientes em ação: a sugestão pós-hipnótica, os sintomas neuróticos, os atos falhos, entre tantos outros. Wakefield comenta que os estudos de caso de Freud constituem longos argumentos a favor da necessidade de se postular a atividade de representações inconscientes para explicar o pensamento e o comportamento dos pacientes. Na verdade, a evidência empírica de que há processos mentais inconscientes foi o ponto de partida de toda a investigação freudiana.

Freud, evidentemente, não elabora nem apresenta sua argumentação da maneira sistemática como expõe Wakefield. Contudo, pode-se argumentar que esses três níveis de argumentação são desenvolvidos de maneira dispersa ou alternada ao longo de sua obra. Se os fatos empíricos indicaram a necessidade da suposição de uma mente inconsciente e se não há nenhuma contradição semântica, nem impedimento teórico para essa suposição, então é plenamente legítimo estabelecê-la.

Dessa forma, na teoria freudiana, o grande problema não parece ser o inconsciente, mas sim a consciência, o que, entre outras coisas, o coloca numa situação bastante próxima à do contexto atual das diversas ciências que se ocupam da investigação da mente. Ao contrário do que ocorre em relação à natureza da consciência, a concepção de Freud a respeito da natureza do psíquico inconsciente parece ter alcançado um grau muito maior de clareza. Embora tenha abandonado parcialmente a tentativa de descrevê-lo em termos neurológicos, ele não abandonou, de forma alguma, a esperança de que um dia isso pudesse se tornar possível e de

que sua metapsicologia pudesse ser, então, substituída por uma neuropsicologia plenamente reconhecível como tal. O percurso aqui realizado procurou explicitar a relativa unidade do projeto metapsicológico freudiano e a consistência com que são sustentados, nessa reflexão, suas ideias centrais e suas primeiras intuições.

REFERÊNCIAS

OBRAS DE SIGMUND FREUD

FREUD, S. *Zur Auffassung der Aphasien: eine Kritische Studie*. Leipzig: Franz Deuticke, 1891a.

_____. *La Afasia*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973, 1891b.

_____. Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et histériques. *In: FREUD, S. *Gesammelte Werke**. London: Imago, 1952, vol. 1, p. 37-56, 1893a.

_____. Alguns consideraciones com miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas. *In: STRACHEY, J. *Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 1, p. 191-210, 1893b.

_____. Die Abwehr-Neuropsychosen. *In: FREUD, S. *Gesammelte Werke**. London: Imago, 1952, vol. 1, p. 57-74, 1894a.

_____. Las neuropsicosis de defensa. *In: STRACHEY, J. *Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 3, p. 41-68, 1894b.

_____; BREUER, J. Studien über Hysterie. *In: FREUD, S. *Gesammelte Werke**. London: Imago, 1952, vol. 1: p. 75-312, 1895a.

_____. Estudios sobre la histeria. *In: STRACHEY, J. *Obras completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 2, 1895b.

_____. Entwurf einer Psychologie. *In: FREUD, S. *Gesammelte Werke (Nachtragsband)**. Frankfurt: Fischer, 1987, p. 387-477, 1895/1950a.

_____. Projeto de uma Psicologia. *In: GABBI Jr., O. *Notas a "Projeto de uma Psicologia"**. Rio de Janeiro: Imago, 2003, 1895/1950a.

_____. Fragmentos de la correspondencia com Fliess. *In: STRACHEY, J. *Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 1, p. 211-322, 1892/1899.

_____. Die Traumdeutung. *In: *Studienausgabe**. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 2, 1900a.

_____. La interpretación de los sueños. *In: STRACHEY, J. *Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 4-5, 1900b.

_____. Los chistes y su relación con lo inconsciente. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 8, 1905a.

_____. FREUD, S. Tres ensayos de teoría sexual. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 7, p. 109-222, 1905b.

_____. Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Demencia paranoides) descrito autobiográficamente. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 12, p. 1-73, 1911a.

_____. Formulaciones sobre los dos principios del acontecer psíquico. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 12, p. 217-232, 1911b.

_____. Einige Bemerkungen über den Begriff des Unbewussten in der Psychoanalyse. *In:* FREUD, S. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 25-36, 1912a.

_____. Nota sobre el concepto de lo inconsciente en psicoanálisis. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 12, p. 265-278, 1912b.

_____. El interés por el psicoanálisis. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 13, p. 165-192, 1913a.

_____. Sobre psicoanálisis. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 12, p. 207-216, 1913b.

_____. Zur Einführung des Narzissmus. *In:* FREUD, S. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 37-68, 1914a.

_____. Introducción del narcisismo. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 14, p. 65-98, 1914b.

_____. Das Unbewusste. *In:* FREUD, S. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 119-162, 1915a.

_____. Lo inconsciente. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 14, p. 153-214, 1915b.

_____. Triebe und Tribschicksale. *In:* FREUD, S. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 75-102, 1915c.

_____. Pulsiones y destinos de pulsión. *In:* STRACHEY, J. *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 14, p. 105-134, 1915d.

_____. Die Verdrängung. *In:* FREUD, S. *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 103-118, 1915e.

_____. La represión. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 14, p. 135-152, 1915f.

_____. Metapsychologische Ergänzung zur Traumlehre. *In: FREUD, S. Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 175-192, 1917a.

_____. Complemento metapsicológico a la doctrina de los sueños. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 14, p. 215-234, 1917b.

_____. Trauer und Melancholie. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 193-212, 1917c.

_____. Duelo y melancolía. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 14, p. 235-256, 1917d.

_____. Conferencias de introducción al psicoanálisis. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 15-16, 1915-1916.

_____. Jenseits des Lustprinzips. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 213-272, 1920a.

_____. Más allá del principio de placer. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 18, p. 1-62, 1920b.

_____. Das Ich und das Es. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 273-330, 1923a.

_____. El yo y el ello. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 19, p. 1-66, 1923b.

_____. Das ökonomische Problem des Masochismus. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 339-354, 1924a.

_____. El problema económico del masoquismo. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 19, p. 161-176, 1924b.

_____. Der Realitätsverlust bei Neurose und Psychose. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 355-362, 1924c.

_____. La pérdida de realidad en la neurosis y la psicosis. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 19, p. 189-198, 1924d.

_____. Die Verneinung. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 371-378, 1925a.

_____. La Negación. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 19, p. 249-258, 1925b.

_____. Notiz über den “Wunderblock”. *In: Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer, 1982, vol. 3, p. 363-370, 1925c.

_____. Nota sobre la “pizarra mágica”. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 19, p. 239-248, 1925d.

_____. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 22, p. 1-168, 1933.

_____. Análisis terminable e interminable. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 23, p. 211-254, 1937.

_____. Esquema del psicoanálisis. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 23, p. 133-210, 1938a.

_____. Algunas lecciones elementales sobre psicoanálisis. *In: STRACHEY, J. Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1998, vol. 23, p. 279-288, 1938b.

OUTROS AUTORES:

AMACHER, P. Freud's neurological education and its influence on psychoanalytic theory. *Psychological issues*. International University press, vol. 4, nº 4, p. 100-102, 1965.

BROOK, A. Neuroscience versus psychology in Freud. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 111-115, 1998.

CAROPRESO, F. Pensamento, linguagem e consciência nos textos iniciais de Freud. *Paideia: Cadernos de Psicologia e Educação*, vol. 11, nº 20, p. 29-38, 2001.

_____. As origens do conceito de inconsciente psíquico na teoria freudiana. *Natureza Humana: Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas*, vol. 5, nº 2, p. 329-350, 2003a.

_____. O conceito freudiano de representação em “Sobre a concepção das afasias”. *Paideia: Cadernos de Psicologia e Educação*, vol. 13, nº 25, p. 13-26, 2003b.

_____. *O nascimento da metapsicologia: representação e consciência na obra inicial de Freud*. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

_____; SIMANKE, R. T. A linguagem de órgão esquizofrênica e problema da significação na metapsicologia freudiana. *Revista de Filosofia da PUC-PR*, vol., 18, nº 23, p. 105-128, 2006.

CLARKE, E. JACYNA, L. S. *Nineteenth-Century Origins of Neuroscientific Concepts*. Berkeley: University of California Press, 1987.

DALBIEZ, R. *O método psicanalítico e a doutrina freudiana*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

EGGERT, G. H. *Wernicke's Works on Aphasia*. La Haia: Ed. Mouton, 1977.

FIGUEIREDO, L. C. *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta, 1999.

FILLOUX, J. C. *O Inconsciente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FORRESTER, J. *A linguagem e as origens da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

GABBI, O F. Notas críticas sobre Entwurf Einer Psychologie. *In: FREUD, S. Projeto de uma psicologia*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

GREENBERG, V. *Freud and his aphasia book: language and the sources of psychoanalysis*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1997.

GRÜNBAUM, A. *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critique*. Berkeley/Los Angeles/ London: University of California Press, 1984.

HEAD, H. *Aphasia and kindred disorders of speech*. Cambridge: Cambridge University Press, 1926.

HERRNSTEIN, R. J.; BORING, E. G. *Textos básicos de história da psicologia*. São Paulo: EDUSP, 1971.

HOLT, R. R. *Freud reappraised: a fresh look at psychoanalytic theory*. New York: The Guilford Press, 1989.

JACKSON, J.H. Evolution and dissolution of the nervous system. *In: TAYLOR, J. (org.). Select Writings of John Hughlings Jackson*. New York: Basic Books, p. 45-118, 1958.

JACKSON, J. H. On affections of speech from disease of the brain. *In*: TAYLOR, J. (org.). *Select Writings of John Hughlings Jackson*. New York: Basic Books, 1958, p. 155-170, 1958.

JONES, E. *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

KRIS, E. *Aus den Anfängen der Psychoanalyse*. Frankfurt: Fischer, 1975.

LAPLANCHE, J. *Problemáticas IV: O Inconsciente e o Id*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da Psicanálise*. Martins Fontes, 1998.

LAUBSTAIN, A. N. Inconsistency and Ambiguity in Lichteim's model. *Brain and Language*, vol. 45, p. 588-603, 1993.

LOTHANE, Z. Freud's 1895 *Project*: from mind to brain and back again. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 43-65, 1998.

MACINTYRE, A. C. *O Inconsciente: uma análise conceitual*. Lisboa: Editorial Presença, 1958.

MARX, O. M. Freud and aphasia: an historical analysis. *American Journal of Psychiatry*, vol. 124, nº 6, p. 815-825, 1967.

MASSON, J. M. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MEZAN, R. *Freud: A trama dos conceitos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

MILL, J. S. Um exame da filosofia de Sir William Hamilton (excertos). *In*: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONZANI, L. R. *O movimento de um pensamento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

NAGEL, T. O antropomorfismo de Freud. *In*: Richard Wollheim (org.). *Freud: uma coletânea de ensaios críticos, Tomo I*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1976.

POLITZER, G. *Critique des fondements de la psychologie*. Paris: Rieder, 1928.

PRIBRAM, K. H. & GILL, M. *O "Projeto" de Freud: uma reavaliação*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

PRIBRAM, K. H. A century of progress? *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 11-19, 1998.

- RICOEUR, P. *Da Interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- ROZA, G. *Introdução à metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- SIMANKE, R. T. *A formação da teoria freudiana das psicoses*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- SIMANKE, R. T. Memória, afeto e representação: o lugar do “Projeto...” no desenvolvimento inicial da metapsicologia freudiana. *Revista Olhar*, nº 12-13, p. 12- 40, 2005.
- SIMANKE, R. T. Cérebro, percepção e linguagem: elementos para uma metapsicologia da representação em “Sobre a concepção das afasias” (1891). *Discurso - Revista do Departamento de Filosofia da USP*, nº 36, p. 55-94, 2006.
- SOLOMON, R.C. A teoria neurológica da mente em Freud. *In: Richard Wolheim (org.). Freud: uma coletânea de ensaios críticos*. São Paulo: Editora Art Nova, 1976.
- SOLMS, M. Before and after Freud’s *Project*. *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 843, p. 1-10, 1998.
- _____; SALING. On psychoanalysis and neuroscience: Freud’s attitude to the localizacionist tradition. *International Journal of psychoanalysis*, vol. 67, p. 397-416, 1986.
- SULLOWAY, F. *Freud, biologist of the mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.
- STRACHEY, J. A natureza da quantidade. *In: Sigmund Freud Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, vol. 1, p. 441-446, 1998a.
- _____. Nota introdutória ao artigo “O Inconsciente”. *In: Sigmund Freud Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, vol. 14, p. 155-159, 1998b.
- _____. Introdução ao “Trabalhos sobre metapsicologia”. *In: Sigmund Freud Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, vol. 14, p. 101-104, 1998c.
- TORT, M. *La interpretación o la máquina hermenéutica*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.
- WAKEFIELD, J. C. Freud and cognitive psychology: the conceptual interface. *Interface of psychoanalysis and psychology*. Washington: American Psychological Association, 1992.

WERNICKE, C. The Aphasia Symptom complex. *In:* Gertrude Eggert (org.). *Wernicke's Works on Aphasia*. La Haia: Ed. Mouton, 1977.

_____. Recents Works on aphasia. *In:* Gertrude Eggert (org.). *Wernicke's works on aphasia*. La Haia: Ed. Mouton, 1977.

WOLLHEIM, R. *As ideias de Freud*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1971.